



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

TEREZINHA FLÔR DE JESUS FARIAS

**MARAGOGIPE - DA *VILLA DE SÃO BARTHOLOMEU* À
“CIDADE HISTÓRICA”
(ENTRE O “COLONIAL” E O “MODERNO”)**

Salvador
2010

TEREZINHA FLÔR DE JESUS FARIAS

**MARAGOGIPE - DA *VILLA DE SÃO BARTHOLOMEU* À
“CIDADE HISTÓRICA”
(ENTRE O “COLONIAL” E O “MODERNO”)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Heliodório Lima Sampaio

Salvador
2010

TEREZINHA FLÔR DE JESUS FARIAS

MARAGOGIPE - DA *Villa DE SÃO BARTHOLOMEU* À “CIDADE HISTÓRICA” (ENTRE O “COLONIAL” E O “MODERNO”)

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia.

Salvador, 21 de julho de 2010

BANCA EXAMINADORA

ANTONIO HELIODÓRIO LIMA SAMPAIO _____

Doutor em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo, Brasil
Universidade Federal da Bahia

MARIA JOSÉ RAPASSI MASCARENHAS _____

Doutora em História Econômica pela Universidade de São Paulo, Brasil
Universidade Federal da Bahia

EUGÊNIO D'ÁVILA LINS _____

Doutor pela Universidade do Porto, Portugal
Universidade Federal da Bahia

LUÍS ANTONIO FERNANDES CARDOSO _____

Doutor em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Bahia, Brasil
Universidade Federal da Bahia

Aos meus filhos
Aline e Vladimir

AGRADECIMENTOS

A realização de um trabalho de dissertação pressupõe enfrentar dificuldades, parte das quais são superadas com a ajuda de algumas pessoas. Aqui vão, portanto, meus agradecimentos a todos que contribuíram, de alguma forma, para tornar possível a conclusão deste trabalho.

Ao professor Dr. Antônio Heliodório de Lima Sampaio, orientador, por sua leitura atenta e cuidadosa dos textos originais, críticas e sugestões.

À professora Dr^a. Maria José Rapassi Mascarenhas, pelas contribuições críticas na pré-banca e, especialmente, pelo apoio e ajuda, quando lhe procurei.

Ao professor Dr. Luiz Antônio Fernandes Cardoso, pelas críticas e sugestões na pré-banca.

Ao professor Dr. Arturo Almandoz, da Universidad Simón Bolívar, pelas sugestões acerca do desenvolvimento deste trabalho.

À bibliotecária Jovenice Ferreira Santos pela disponibilidade, orientação e revisão das referências.

Aos conterrâneos e conterrâneas que se dispuseram, em entrevista, a contar histórias e a rever memórias sobre nossa cidade, um especial agradecimento.

Ao professor Bendito Jorge C. Carvalho, grande conhecedor da história de Maragogipe, pelas contribuições e esclarecimentos quando me encontrava cercada de dúvidas.

A Jailson Assis da Silva e Cátia Santos de Jesus pelo trabalho cuidadoso das dezenas de cópias dos jornais maragogipanos, utilizados como fontes de pesquisa deste trabalho.

Ao senhor Antônio Lino dos Santos que colocou à minha disposição suas fotografias de Maragogipe, feitas por João Ramos, na década de 1950.

A Eliezer Cesar Melo Rebouças, ex-Secretário de Cultura e Turismo da Prefeitura de Maragogipe, por permitir o meu acesso às fotografias de Maragogipe, feitas pelo IBAMA.

Ao amigo Marcos Antonio Pereira pelas fotografias que fez das “casas maragogipanas”, e por me enviar uma cópia do Plano Diretor Urbano de Maragogipe.

Aos funcionários da Casa da Cultura de Maragogipe, Paulo César Fernandes, pela acolhida, e Cremilda Feitosa por colocar a minha disposição sua coleção de jornais de Maragogipe.

A Osvaldo dos Santos Sá Filho, dirigente da Fundação Osvaldo Sá, por me facilitar a consulta aos raros exemplares do jornal *A Faúla*.

Às amigas e colegas Nancy Rita Ferreira Vieira, pelo apoio, contribuições críticas e revisões de linguagem, e Conceição Rodrigues, pela tradução do resumo em língua estrangeira.

Aos jovens artistas da computação gráfica César Veloso e Gustavo de Souza Andrade por tornarem possível a inclusão, neste trabalho, de alguns mapas, e Igor Alessandro Andrade pela criação da capa.

À minha filha, Aline, que, durante o ano de 2008, foi minha companheira nas idas e vindas a Maragogipe para fotografar as celebrações, as festas e as paisagens desta cidade e pelas sugestões e contribuições críticas.

Ao meu filho, Vladimir, pela revisão das notas de rodapé e por fazer a representação gráfica da área ocupada pela Suerdieck.

A Antonio Carrilho Farias, meu marido e companheiro, pelas valiosas contribuições críticas e, principalmente, pelo apoio e incentivo.

Aos meus pais Marinete de Farias Borba e Bartolomeu Borba de Jesus pelo carinho e por compartilhar comigo suas memórias sobre Maragogipe.

A Julieta de Jesus Baião, minha irmã, e Rita Cássia Farias de Amorim, minha prima, pela disposição em me acompanhar durante as entrevistas realizadas em Maragogipe e pelas observações e anotações registradas.

Maragogipe é uma terra essencialmente musical. Os maragogipanos acostumaram-se a ouvir, de madrugada, os apitos do navio, a sirene da fábrica, os pescadores soprando búzios, os vendedores de mingau e de cuscuz mercando seus produtos no cantar dos pregoeiros.

Ronaldo Pereira de Souza, escritor e poeta
maragogipano.

RESUMO

Este trabalho trata da história urbana de Maragogipe, cidade colonial, situada no Recôncavo, estado da Bahia. No final do século XVIII, Maragogipe era uma das cinco vilas que formavam a região. A vila e depois cidade teve sua história urbana bastante marcada pela presença da Igreja e, no século XX, passou por transformações que modificaram sua configuração espacial e produziram novos arranjos urbanísticos. Em um primeiro momento, impulsionada pela instalação da fábrica de charutos Suerdieck, a cidade experimentou um surto de progresso de modernizações e, em um segundo momento, essas transformações deixam um rastro de descaracterização e destruição do patrimônio arquitetônico, histórico e cultural da cidade. Através de fontes documentais manuscritas e impressas e de entrevistas do tipo temáticas com diferentes grupos de moradores do lugar, foram estudadas as transformações e as permanências. Dessa forma, reconstituiu-se o processo de evolução urbana de Maragogipe que, ao final do século XX, se configurava como uma cidade entre o “colonial” e o “moderno”.

Palavras-chave: Maragogipe. História. Recôncavo. Transformações.

ABSTRACT

This research had as its object of study the urban history of Maragogipe, a colonial city, located in the Recôncavo region, in the state of Bahia, in Brazil. At the end of the XVIII century, Maragogipe was one of the five villages that formed the region. The village that later turned into a city had its urban history greatly influenced by the church; and in the XX century it underwent a series of changes that transformed its spatial configuration and created new urbanistic arrangements. At first, conducted by the construction of the Suerdieck cigar factory, the city experienced a sudden impact with all the progress and modernizations which afterwards caused the deforming and destruction of the city's architectural, historic and cultural heritage. A study was carried out of what had changed and what had remained the same through printed and manuscript documents, and thematic interviews with the local residents. This way there was reconstituted the urban evolution of Maragogipe, which, at the end of the XX century, presented itself as a city of both the colonial and the modern styles.

Key words: Maragogipe. History, Recôncavo. Changes.

LISTA DE FIGURAS, QUADROS E TABELAS

Figura 1	Mapa - O Recôncavo no Estado.....	25
Figura 2	Mapa - Municípios e freguesias do Recôncavo em meados do séc. XIX....	26
Figura 3	Mapa – Recôncavo.....	27
Figura 4	Mapa - Delimitação da área do Recôncavo.....	29
Figura 5	Mapa - Território de Identidade 21 – Recôncavo – Bahia.....	30
Figura 6	Mapa – Baía de Todos os Santos.....	33
Figura 7	Mapa - Sistema viário do Recôncavo.....	35
Figura 8	Mapa - Taxa de crescimento médio anual dos municípios.....	50
Figura 9	Mapa - A Região Metropolitana de Salvador no Recôncavo.....	53
Figura 10	Planta da Igreja Matriz de São Bartolomeu.....	57
Figura 11	Localização da Igreja Matriz de São Bartolomeu.....	59
Figura 12	Antiga Casa de Câmara e Cadeia.....	63
Figura 13	Hospital da Santa Casa de Misericórdia.....	67
Figura 14	<i>Sobrado da Terpsícore</i>	70
Figura 15	Edifício sede da Filarmônica Dois de Julho.....	71
Figura 16	Prédio do <i>Deutscher Club</i> de Maragogipe.....	77
Figura 17	Gerhard Meyer Suerdieck.....	78
Figura 18	Suerdieck – <i>Armazém do Cai-já</i>	79
Figura 19	Matriz da Fábrica Suerdieck em Salvador.....	82
Figura 20	Fachada da Fábrica Suerdieck, 1946.....	83
Figura 21	Gráfico - Edificação própria ocupada pela Suerdieck.....	86
Figura 22	Praça Cel. João Primo Guerreiro.....	88
Figura 23	Ponte Al. Vieira de Melo.....	88
Figura 24	Casas da Praça da Bandeira (atual Praça Getúlio Vargas).....	90
Figura 25	Casa de Johann Heinrich Schinke.....	90
Figura 26	Fachada original de <i>Nova Brasília</i>	91
Figura 27	Atual fachada de <i>Nova Brasília</i>	91

Figura 28	Casa de Plínio Guerreiro – 1962.....	92
Figura 29	Casa de Creuza Laranjeira – 1972.....	92
Figura 30	Casa de Anilda Malaquias – 1972.....	92
Figura 31	Jornal <i>A Faúla</i> – 23/11/1935.....	97
Figura 32	Jornal <i>Redenção</i> – 05/12/1936.....	97
Figura 33	Romaria dos operários da fábrica Suerdieck.....	110
Figura 34	Terno Jardim Mimoso.....	114
Figura 35	Terno Estrela Dalva.....	114
Figura 36	Mapa de situação do “centro histórico”.....	116
Figura 37	Praça Municipal, após reforma dos anos 1930.....	117
Figura 38	Praça Municipal, após recentes reformas.....	117
Figura 39	Praça Ermezindo Mendes, antiga Pça. João Pessoa.....	118
Figura 40	Praça Ermezindo Mendes, após recentes reformas.....	118
Figura 41	Sobrado da 1ª metade do século XIX.....	119
Figura 42	Sobrado da R. Fernando Meyer Suerdieck, após recentes reformas.....	119
Figura 43	Ruínas da antiga fábrica de charutos Dannemann.....	120
Figura 44	Rua F. Suerdieck, tendo ao fundo prédio da fábrica Suerdieck.....	120
Figura 45	Prédio em ruínas da fábrica Suerdieck.....	120
Figura 46	Vista parcial do bairro do Japão.....	122
Figura 47	<i>Boréu</i> – trecho com alguma urbanização.....	123
Figura 48	<i>Boréu</i> – trecho sem urbanização.....	123
Figura 49	Construções em área de manguezal.....	126
Figura 50	Imagem de São Bartolomeu.....	136
Figura 51	Filarmônica <i>Terpsícore Popular</i>	138
Figura 52	Capa do edital do <i>Bando</i> de 2006	139
Figura 53	Capa do edital do <i>Bando</i> de 2008.....	139
Figura 54	Populares no <i>Bando Anunciador</i>	140
Figura 55	<i>Bando Anunciador</i> , descendo a <i>Lad. da Cadeia</i>	141

Figura 56	Lavagem do interior da Matriz de S. Bartolomeu.....	144
Figura 57	“Baianas” no cortejo da <i>Lavagem de S. Bartolomeu</i>	145
Figura 58	“Baianas” no cortejo da <i>Lavagem de S. Bartolomeu</i>	146
Figura 59	Local da festa e percurso da procissão de S. Bratolomeu.....	149
Figura 60	Procissão de S. Bartolomeu, descendo a <i>Lad. da Cadeia</i>	150
Figura 61	Carnaval de 2005.....	154
Figura 62	Carnaval de 2008.....	154
Figura 63	Carnaval de 2009.....	154
Figura 64	Representação da Paixão e Morte de Jesus Cristo.....	157
Figura 65	Representação da Paixão e Morte de Jesus Cristo.....	158
Figura 66	Irmandade do S. Sacramento, na Procissão do <i>Senhor Morto</i>	159
Figura 67	Personagens da Procissão do <i>Senhor Morto</i>	160
Quadro 1	<i>Villas</i> do Recôncavo, no final do século XVIII.....	64
Quadro 2	Periódicos que circularam em Maragogipe entre 1901-1992.....	94
Quadro 3	“Horários dos Vapores” – março de 1897.....	100
Tabela 1	Incêndios em casas de palha (1891- 1948).....	103
Tabela 2	Maragogipe - população residente, taxa de urbanização e densidade demográfica.....	127
Tabela 3	Maragogipe - problemas físico-ambientais.....	128

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	16
1	“TRISTE RECÔNCAVO, OH QUÃO DESSEMELHANTE”	24
1.1	SOBRE A DEFINIÇÃO DE RECÔNCAVO	25
1.2	UMA DIVERSIDADE FISIAGRÁFICA	30
1.3	CAMINHOS DE ÁGUA E TERRA: TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO	32
1.4	ECONOMIA E SOCIEDADE: UM PANORAMA HISTÓRICO	35
1.4.1	Economia de exportação: açúcar, fumo, café	35
1.4.2	As crises econômicas dos séculos XVIII e XIX	42
1.4.3	Economia de subsistência: a mandioca	43
1.4.4	Uma sociedade de negros, “pardos”, “mulatos”, “cabras”...	45
1.5	MANUFATURAS DE FUMO: UM POUCO DE HISTÓRIA	46
1.6	“O PETRÓLEO É NOSSO” CHEGA AO RECÔNCAVO	48
1.7	“TRISTE, OH QUÃO TRISTE RECÔNCAVO”	49
2	DA VILLA DE SÃO BARTHOLOMEU DE MARAGOGIPE À CIDADE DAS PALMEIRAS	54
2.1	<i>A FREGUEZIA DE SÃO BARTHOLOMEU</i>	54
2.1.1	“História de uma igreja”: a Matriz de São Bartholomeu	56
2.2	VILAS E CIDADES NO BRASIL-COLÔNIA	59
2.3	<i>A VILLA DE SÃO BARTHOLOMEU DE MARAGOGIPE</i>	61
2.3.1	<i>A Villa de Maragogipe no Recôncavo colonial</i>	64
2.3.2	O viver na Villa de Maragogipe	65
2.4	<i>A cidade das Palmeiras</i>	68
3	COM A SIRENE DA FÁBRICA, O “MODERNO” CHEGA A MARAGOGIPE	73
3.1	BREVE ESBOÇO SOBRE MODERNIZAÇÃO E CIDADE	73
3.2	“MODERNIZANDO”, “CIVILIZANDO”: MÚLTIPLAS TRANSFORMAÇÕES NA CIDADE	75
3.2.1	A presença estrangeira: os alemães	76
3.2.2	A cidade e sua fábrica: a Suerdieck	79

3.2.3	Transformações na configuração e na arquitetura	85
3.2.4	<i>O Maragogipano: uma explosão de jornais</i>	93
3.2.5	Embates político-ideológicos: o integralismo	95
3.3	IMPASSES HISTÓRICOS DA CIDADE	99
3.3.1	Transporte	99
3.3.2	Habitação	102
3.3.3	Abastecimento de água	104
4	UMA CIDADE ENTRE O “COLONIAL” E O “MODERNO”	108
4.1	CRISE E DECADÊNCIA DA FÁBRICA SUERDIECK	108
4.1.1	A cidade sem a sua fábrica	112
4.2	MÚLTIPLAS TRANSFORMAÇÕES NA CIDADE: DESCARACTERIZANDO, DESTRUINDO...	113
4.2.1	Abandono e destruição no centro da cidade	115
4.2.2	Expansão de bairros, “ocupações espontâneas”	121
4.2.3	Degradação e destruição do manguezal	123
4.3	ESTAGNAÇÃO ECONÔMICA, MARASMO... <i>FIN-DE-SIÈCLE</i>	127
4.4	TENTATIVAS DE RECONSTRUÇÃO DA CIDADE?	129
4.4.1	Os movimentos sócio-ambientais: <i>Vovó do Mangue, Centromangue, Cantarolama...</i>	129
5	PERMANÊNCIAS NA CIDADE: A FESTA DE SÃO BARTOLOMEU, O CARNAVAL, A PROCISSÃO DO SENHOR MORTO	134
5.1	AS FESTIVIDADES DE AGOSTO EM MARAGOGIPE	134
5.1.1	<i>O Bando Anunciador</i>	137
5.1.2	<i>A Lavagem da Igreja</i>	141
5.1.3	A Procissão de São Bartolomeu	146
5.2	O CARNAVAL	150
5.3	A PROCISSÃO DO <i>SENHOR MORTO</i>	155
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	162
	REFERÊNCIAS	165
	ANEXOS	173

Introdução

O objeto deste trabalho de história, desenvolvido dentro da linha de pesquisa de história da cidade e do urbanismo do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia, é a cidade de Maragogipe tendo como preocupação central o estudo das transformações que, de 1905 a 1992, imprimiram ao lugar novos padrões de organização urbana e novos arranjos urbanísticos.

O topônimo Maragogipe é de origem controversa e de significado impreciso¹. Em texto publicado no *Almanack de Lembranças Luso Brasileiro*, em 1908, por Joaquim Gonzalves (Intendente da cidade entre 1903-1906) o nome teria se originado de uma tribo indígena chamada *Marago-jyp* (“braços invencíveis”). Essa versão teria sido publicada em 1955 pelo periódico maragogipano *Arquivo* e republicada três anos depois pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em sua Enciclopédia dos Municípios Brasileiros.

Por sua vez, Teodoro Sampaio diz que o topônimo significa “*rio dos marahús ou dos maracujás*”². Essa versão é contestada por Osvaldo Sá que diz não haver indícios de que o lugar tenha sido uma região fértil em maracujás, tampouco tenha ali existido um rio que se chamara “dos maracujás” a ponto de transmitir o nome ao município. O rio que corta a cidade chama-se *Quelembe*, corruptela de *Calembe*, vocábulo que é denominação de uma planta aquática.

Para o referido autor, o topônimo Maragogipe, de origem tupi-guarani, é um “[...] termo constituído de *mara* - guerra, *goia* – vale e *ipe* – rio, e quer dizer - *vale e rio onde se faz a guerra*”³. O citado estudioso, também, esclarece sobre a motivação que levaram os léxicos a registrarem o verbete Maragogipe com a significação de “variedade de café”. Para ele, o fato estaria ligado ao episódio da premiação do café produzido em Conceição Velha, antigo

¹ Neste trabalho adotou-se a grafia do topônimo Maragogipe, com *g* e não com *j*, considerando a tradição secular de sua escrita. Documentos de autoridades coloniais (almotacel, juiz de fora), encontrados no Arquivo Público do Estado da Bahia e fontes históricas manuscritas, como as *Cartas de Vilhena*, datados do final do século XVIII, bem como textos de historiadores, geógrafos e outros estudiosos do século XIX e XX como Braz do Amaral, Ignacio Accioli, Milton Santos, Kátia Mattoso registram a referida forma. Além disso, o *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*, instrumento que registra a forma oficial de se escrever as palavras, em sua quarta edição e com as alterações de 1971, apresenta no *Formulário Ortográfico*, título XI, item 42: “Os topônimos de tradição histórica secular não sofrem alteração alguma na sua grafia quando já esteja consagrada pelo consenso diuturno dos brasileiros”. ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa; Formulário Ortográfico*. Título XI, Item 42. 4ª edição, 2004, 840 p.

In: <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=19>. (Acesso: abr de 2009).

² SAMPAIO, Teodoro. *O Tupi na geografia nacional*. 4 ed. Salvador: Câmara Municipal de Salvador, 1955, p. 246.

³ SÁ, Osvaldo. “Os topônimos” In: ARQUIVO. Maragogipe, 18 de Junho de 1959, ano III, nº 81, p. 5. (Grifos do autor).

território maragogipano, então propriedade do fazendeiro Crisogno José Fernandes, que conquistou medalha de ouro na Exposição Internacional da Filadélfia, nos Estados Unidos da América, em 1883. Após o certame, amostras desse café foram vendidas para vários lugares do país, com o nome de “café indígena”⁴.

A cidade de Maragogipe está situada no município do mesmo nome, no Recôncavo Sul, estado da Bahia, na microrregião de Santo Antonio de Jesus. O município limita-se com os municípios de São Félix e Cachoeira - ao Norte; os municípios de Jaguaripe e Nazaré – ao Sul; a Baía de Todos os Santos e o município de Salinas da Margarida – ao Leste; o município de São Felipe – ao Oeste. A sua posição geográfica corresponde a -38,91° de longitude W. Greenwich e a -12,77° de latitude Sul⁵.

A cidade fica quase ao nível do mar e contornada por elevações. Seu ponto mais elevado é o *Alto do Cruzeiro*, com 130 metros de altitude, seguido pelo *Largo da Matriz*, com 23 metros, que fica na parte peninsular da cidade. No verão a temperatura chega a 36° C e no inverno oscila entre 18° e 20°. Possui uma área total de 436 km² e uma população estimada em 2009 de 43.921⁶. Está distante a 133 km da capital do estado por rodovia e a 30 milhas, por via marítima.

Em termos físico-bióticos, o município e a cidade caracterizam-se pela grande diversidade de ambientes. A zona urbana é cercada por densa vegetação, dispostas em áreas fluviais marinhas e extensos manguezais.

De acordo com o Atlas de Desenvolvimento Humano, publicação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o município tinha, em 2000, uma taxa de urbanização de 52,20% e indicadores de médio desenvolvimento humano⁷. Seu IDH - Índice de Desenvolvimento Humano - era de 0,634⁸, o que, em relação a outros municípios do país, conferia à localidade uma posição que pode ser considerada como ruim - 4034^a lugar⁹.

A freguesia de *São Bartholomeu de Maragogipe*, criada em 1676, tornou-se vila em 1724 e foi elevada à categoria de cidade em 1850. Nos primeiros séculos da colonização

⁴ O *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, assim, define o verbete: “Maragogipe: (do top. Maragogipe). Adj. e s. m. Bras. Diz-se de, ou certa variedade de café”. (FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da Língua Portuguesa*. 2 ed. São Paulo: Nova Fronteira, 1986.

⁵ IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Cidades @*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/>. (Acesso: jun de 2010).

⁶ Dados de área de extensão e de população, segundo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Cidades @*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/>. (Acesso: jun de 2010).

⁷ O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma das formas de medir o desenvolvimento social dos países. Também é utilizado para aferir o nível de desenvolvimento humano em municípios – o IDH-Municipal. Quando o IDH se situa entre 0,5 e 0,8 é considerado médio desenvolvimento humano.

⁸ ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. *Perfil Municipal – Maragogipe (BA)*, p. 5. Disponível em: www.pnud.org.br. (Acesso: out de 2005).

⁹ Idem, ibidem, p. 5

portuguesa, dedicou-se, principalmente, ao cultivo de mandioca para produção de farinha. No início do século XX, a localidade passou a produzir também café – o chamado “café indígena”. Afetada pela grande depressão econômica internacional (a Crise de 1929) e por uma política nacional de redução da oferta do produto para sustentação dos preços, implantada pelo governo de Getúlio Vargas, a produção cafeeira do município entrou em declínio.

Ainda, nas décadas de 20 e 30 do século XX, Maragogipe participou da fase áurea da indústria do fumo da região. A incorporação da cidade à zona fumageira do Recôncavo, começou com a instalação da fábrica *Manuel Vieira de Melo*, em meados do século XIX, seguindo-se da *Dannemann*, em 1873, e da *Suerdieck*, em 1905, importantes fábricas de charutos finos para exportação.

A chegada da fábrica de charutos Suerdieck, em 1905, marca o início de um processo de transformação da cidade que, sob o argumento da modernização, realizaram-se melhorias em sua infra-estrutura, procedendo-se ao seu embelezamento. Mas, a partir dos anos 1960, aconteceu na cidade um segundo movimento de transformação que, persistindo na ideia do “novo” e do “moderno”, descaracteriza e/ou destrói parte do seu patrimônio natural, histórico/arquitetônico/cultural, configurando-a naquilo que os órgãos de turismo, atualmente, definem vagamente como “cidade histórica”.

Justificativa e relevância do estudo

Um estudo sobre a cidade de Maragogipe remete aos primórdios da colonização brasileira, mais precisamente à época em que os capitães-donatários podiam criar vilas e, portanto, penetrar naquilo que muito apropriadamente Antonio Cândido chamou de “explicações do Brasil”¹⁰. “Explicações” que, ainda hoje, se constituem em um *corpus* cheio de possibilidades de investigação, principalmente à luz de perspectivas teóricas que buscam “novas” interpretações sobre o tema, tais como os trabalhos de Murillo Marx sobre a importância do papel da Igreja Católica no estudo da cidade colonial brasileira¹¹. Dessa forma, este trabalho se justifica, porque adquire relevância na medida em que estuda uma das cidades coloniais mais antigas do país, podendo, assim, trazer alguma contribuição para a compreensão da história do Brasil durante o período da colonização portuguesa.

¹⁰ CÂNDIDO, Antonio. “A visão política de Sérgio Buarque”. In: Caderno MAIS! Folha de São Paulo, 25 de jan de 1998, p. 5.

¹¹ A questão é discutida em dois de seus livros: *Nosso Chão: do sagrado ao profano* (1989) e *Cidade no Brasil terra de quem?* (1991), ambos publicados pela Editora da Universidade de São Paulo.

Outra razão que se pode levantar para justificar a realização desse trabalho prende-se a uma questão muito presente nas sociedades contemporâneas e que o historiador Eric Hobsbawm chama a atenção em obra recente sobre o século XX:

A destruição do passado – ou melhor, dos mecanismos que vinculam nossa experiência pessoal à das gerações passadas – é um dos fenômenos mais lúgubres do final do século XX. Quase todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado público em que vivem¹².

O fenômeno do “presente contínuo” tão comum nas gerações mais recentes torna, então, de grande valia a produção de trabalhos que tenham como objetivo fazer mais do que uma crônica ou um memorial, mas buscar compreender e explicar os fatos, e como eles se relacionam. Este é o caminho que o presente estudo buscou seguir para discutir, ampliar e manter viva a memória da cidade de Maragogipe.

Assim, complementando a perspectiva levantada acima, este trabalho também se justifica pelas possibilidades de contribuições no sentido de fomentar um aprendizado em termos de “uso social do passado”¹³, tanto para os futuros gestores do município quanto para a sua população em geral. Em outras palavras, seria contribuir para a difusão da função social do passado, entendendo-o, segundo Hobsbawm, “[...] como uma continuidade coletiva de experiência [...]”¹⁴. A ideia é alertar para os danos que eventuais práticas do tipo abandono, desvalorizações, depredações etc. possam causar ao patrimônio na sua condição de natural, histórico, arquitetônico e cultural.

Esta dissertação se desenvolve em cinco capítulos, a saber: o primeiro capítulo - *Triste Recôncavo, oh quão dessemelhante* - trata do contexto histórico da colonização do Recôncavo Baiano, sua transformação em pólo fumageiro da província ou estado da Bahia e o processo de paralisia que atingiu a região, a partir da segunda metade do século XX, mergulhando-a na decadência. No segundo capítulo – *Da Villa de Maragogipe à Cidade das Palmeiras – a Villa de São Bartholomeu de Maragogipe*, um dos pilares da economia de subsistência do Sul do Recôncavo, no período colonial, tem sua origem e seu cotidiano narrados, além de contar a história da construção de sua Igreja Matriz e como ela marcou a evolução urbanística do lugar. No terceiro e quarto capítulos, respectivamente, – *Com a sirene da fábrica: o “moderno” chega a Maragogipe; Uma cidade entre o “colonial” e o “moderno”* - tem-se o cerne da pesquisa. Neles se estudam os movimentos de transformação da *Maragogipe*

¹² HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos; o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998, p. 13.

¹³ Expressão utilizada pelo historiador Eric Hobsbawm em “Sobre história” (1998, p. 32), no capítulo em que discute o “sentido do passado”.

¹⁴ HOBBSAWM, Eric. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 32.

colonial. Inicialmente, com a chegada dos alemães e da sirene da fábrica (a Suerdieck) e com ela as mudanças na forma da cidade. Depois, por volta dos anos 1960, em um segundo movimento de transformação, a cidade é arrasada e parte significativa de sua história cultural e arquitetônica destruída ou entregue ao abandono. Por fim, o quinto capítulo – *Permanências na cidade: a Festa de São Bartolomeu, o Carnaval, a Procissão do Senhor Morto* - trata das maiores celebrações que remontam a um tempo bastante antigo e que permanecem como marcos culturais da cidade.

A investigação

Em termos teórico-metodológicos, esse trabalho toma a direção daquilo que Aldo Rossi chamou de método histórico que, segundo o autor, “[...] parece ser aquele capaz de nos oferecer a verificação mais segura de qualquer hipótese sobre a cidade; a cidade é por si mesma depositária de história”¹⁵. Essa perspectiva aponta para o estudo da cidade, a partir de dois ângulos: o da cidade como fato material, portanto, o estudo da sua forma física; e dos fatos urbanos, isto é, o estudo da cidade para além da sua configuração espacial, como síntese de um conjunto de valores. Um complementa o outro na medida em que a cidade forma com seu território um *corpo inseparável*¹⁶.

Para pesquisar a *Villa de Maragogipe*, tomou-se como referencial a metodologia elaborada pelo geógrafo Pedro Vasconcelos, cuja proposta de estudo da cidade colonial está voltada para as suas próprias especificidades. Para isso, ele identifica como principais agentes modeladores ou produtores da cidade colonial: a Igreja Católica, o Estado (através das Câmaras Municipais), as ordens religiosas, os agentes econômicos, a população e os movimentos sociais¹⁷. A essa perspectiva integrou-se as contribuições dos estudos do arquiteto Murillo Marx sobre a relação Estado/Igreja na constituição da paisagem brasileira.

Desde o surgimento – e a partir da própria gênese dos núcleos – os assentamentos coloniais expressam as precisas determinações eclesiásticas, não contrapostas ou sequer canalizadas por instrumentos equivalentes do poder temporal, mas aceitas pela importação dos costumes e das práticas do reino¹⁸.

Paralelamente, à investigação de base documental manuscrita, impressa e iconográfica, realizou-se entrevistas com pessoas que testemunharam ou tinham conhecimento de fatos e/ou

¹⁵ ROSSI, Aldo. *Arquitetura da cidade*; tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 195.

¹⁶ Expressão utilizada por ROSSI, Aldo. Op. Cit., p. 195.

¹⁷ VASCONCELOS, Pedro de Almeida. “Os agentes modeladores das cidades brasileiras no período colonial” In: CASTRO, Iná; GOMES, Paulo César; CORREIA, Roberto (Orgs.). *Explorações Geográficas; percursos no fim do século*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1997, p. 247-278.

¹⁸ MARX, Murillo. *Cidade no Brasil terra de quem?* São Paulo: Nobel; Editora da Universidade de São Paulo, 1991, p. 11.

de conjunturas de um passado remoto ou recente. As entrevistas realizadas caracterizam-se como *entrevistas temáticas*¹⁹, visando a mapear transformações e permanências na forma, nas práticas sociais e culturais da cidade, ao longo do século XX. Os entrevistados formaram quatro grupos: pessoas com mais de cinquenta anos; moradores de bairros diferentes; lideranças locais; ex-trabalhadores da indústria do fumo²⁰.

Dada a enorme dificuldade em definir exatamente quantos entrevistados seriam necessários para garantir os resultados da pesquisa, recorreu-se ao conceito de “saturação”. De acordo com essa ideia “[...] há um momento em que as entrevistas acabam por se repetir, seja em seu conteúdo, seja na forma pela qual se constrói a narrativa.”²¹. Nesse ponto, chega-se à “saturação”, quando provavelmente nada de “novo” será dito. Durante as entrevistas fez-se menção a fatos específicos da história da cidade para reavivar a memória do entrevistado, sobre eventos passados e obter maiores detalhes sobre o tema do depoimento.

Quanto à análise dos dados, cabe explicitar que as fontes históricas manuscritas ou impressas e às entrevistas de História oral foram avaliadas e interpretadas, com base na noção de “documento-monumento”, que tem “[...] como característica a intencionalidade, uma vez que é construído para perpetuar a recordação, como é o caso das obras comemorativas de arquitetura e das esculturas colocadas em praça pública”²². Dessa forma, subjuga-se a ideia que, durante longo tempo, esteve presente entre os historiadores de “[...] ‘documento’ como resíduo imparcial e objetivo do passado, ao qual muitas vezes se atribuía valor de prova”²³.

Em termos de pesquisa empírica, este estudo recorreu basicamente às seguintes fontes:

- Documentais manuscritas, especificamente para conhecer um tempo mais remoto da história da cidade, compreendido entre os séculos XVIII e XIX, quando a localidade foi, inicialmente, *Freguezia de São Bartholomeu* e depois *Villa de Maragogipe*. Para esse período basicamente foram utilizadas as *Cartas de Vilhena*, conjunto de “cartas” escritas por Luís dos Santos Vilhena, cronista da vida da Bahia colonial, no final do século XVIII. Documento pertencente à seção de arquivos coloniais e provinciais do Arquivo Público do Estado da

¹⁹ “As entrevistas temáticas são as que versam prioritariamente sobre a participação do entrevistado no tema escolhido, enquanto as de história de vida têm como centro de interesse o próprio indivíduo na história, incluindo sua trajetória desde a infância até o momento em que fala, passando pelos diversos acontecimentos e conjunturas que presenciou, vivenciou ou de que se inteirou”. (ALBERTI, Verena. “Histórias dentro da História”. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). 2 ed. São Paulo: Contexto, 2006, p. 175).

²⁰ As primeiras entrevistas aconteceram em 2005, por ocasião do trabalho de pesquisa para um estudo sobre Maragogipe, na segunda metade do século XX, em curso de Pós-Graduação (*lato sensu*), realizado pela autora, na Universidade Católica do Salvador.

²¹ ALBERTI, Verena. “História dentro da História”. In: In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2006, p.174.

²² ALBERTTI, Verena. Op. Cit., p. 183.

²³ Idem, p. 183.

Bahia. O *Livro de Registro das Freguezias, Nº 63*, pertencente ao Laboratório de Conservação e Restauração do Acervo da Cúria Metropolitana de Salvador.

- Documentais impressas, como jornais locais. Na *Casa da Cultura de Maragogipe*, encontra-se uma pequena coleção de periódicos que circularam na cidade entre o final do século XIX e o século XX, de propriedade de uma funcionária da própria instituição, mas que está disponível para consulta. Nesse pequeno acervo, foram encontrados: apenas um exemplar do semanário integralista, *A Faúla*; somente um exemplar do quinzenário católico, *O Luzeiro*; vinte oito exemplares, em precaríssimo estado de conservação, do semanário político *Nova Era*, todos editados na década de 1880. Desse acervo, o semanário *Redempção* e o mensário *Arquivo* cobriram momentos importantes da vida da cidade, durante o século XX, e deles foi possível obter uma sequência regular de edições. Do periódico *Redempção* foram consultados vinte exemplares, de 1930 a 1937, e do *Arquivo* quarenta e uma edições, de 1953 a 1976. Na *Fundação Osvaldo Sá* foi encontrado três exemplares de *A Faúla*, complementando, assim, as informações preliminares sobre o integralismo em Maragogipe.

- *Biografias*²⁴ sobre Maragogipe e estudos similares sobre equipamentos do seu patrimônio histórico e cultural, como a história da Igreja Matriz; a história da filarmônica *Terpsícore Popular*; história da fábrica de charutos Suerdieck S/A. As fontes referidas correspondem respectivamente às seguintes obras: *Histórias Menores*, de Osvaldo dos Santos Sá; e *Maragogipe no Tempo e no Espaço, História de uma Igreja e Filarmônica Terpsícore Popular – Sua vida sua história*, publicações de Fernando dos Santos Sá; *Suerdieck (1892-1946)*, de Fernando Meyer Suerdieck Filho.

- Registros iconográficos produzidos pelo fotógrafo maragogipano João Ramos²⁵, dos quais não foi possível precisar a data em que eles aconteceram, mas supor que eles foram feitos na década de 1950, considerando a presença de elementos que, só depois daquele período passaram a integrar a paisagem da cidade e dos nomes dos logradouros impressos nas fotografias e que, nos anos 1960, alguns já não mais eram os mesmos.

- Plano Diretor Urbano (PDU) da Prefeitura de Maragogipe, elaborado em 2001, por Aquino Consultores Associados Ltda.

²⁴ Até a primeira metade do século XX, as *biografias urbanas* eram “[...] obras de não-especialistas em história, de caráter enaltecedor de uma determinada localidade, escrita em forma narrativa convencional, dando destaque à apresentação cronológica de fatos notáveis, personagens ilustres, sem generalizações nem abordagem de processos mais vastos”. (SILVA, Luiz Octávio. “Cidade e história: um olhar epistemológico”. In: PINHEIRO, Eloísa Petti e GOMES, Marco Aurélio A. Filgueiras (orgs). *A cidade como história: os arquitetos e a historiografia da cidade e do urbanismo*. Salvador: EDUFBA, 2005, p. 152).

²⁵ Talvez, o único fotógrafo profissional da cidade, entre 1940-50, falecido em 1971. Possivelmente, instigado ou espantando com essa Maragogipe que se transformava, tornou-se o **seu fotógrafo**.

É importante também destacar algumas limitações deste estudo que, como será explicitado mais adiante, nas considerações finais, não pretende ser conclusivo, uma vez que existem outras possibilidades de estudos. Algumas das dificuldades em explorar a análise, de uma forma mais precisa, estão em identificar fotos ou mesmo gravuras ou desenhos de Maragogipe sobre períodos mais remotos de sua história, referentes aos séculos XVIII e XIX. Tentou-se contornar esse obstáculo com descrições obtidas por meio da tradição oral e de *biografias* da cidade, além de textos escritos sobre monumentos da sua arquitetura.

Por fim, cabe dizer que este trabalho não representa apenas um esforço acadêmico de contribuição para o conhecimento da história das cidades baianas, ainda pouco estudadas. Representa, também, a possibilidade de socializar com as gerações mais jovens o “passado” de Maragogipe, identificando a natureza desse passado e localizando suas transformações e permanências.

1 “Triste recôncavo, oh quão dessemelhante”

Triste recôncavo, oh quão dessemelhante
 Maria pegue o mato é hora, arriba a saia e vamo-nos embora
 Pé dentro, pé fora, quem tiver pé pequeno vai embora.

Gregório de Mattos /Caetano Veloso

O Recôncavo é a referência, em termos regionais, deste trabalho para o estudo da história urbana de Maragogipe, notadamente das transformações que se processaram na sua forma durante o século XX, uma vez que a região se constituiu no contexto geo-histórico dessas mudanças. Por isso, de forma panorâmica, este capítulo pretende falar do Recôncavo e sua história e de suas relações com a vila ou cidade de Maragogipe.

Historicamente, o Recôncavo foi “um berço”¹ da agricultura de *plantation* e de outras formas de agricultura escravista, além de uma agricultura voltada para o abastecimento interno da colônia, cujo produto básico era a farinha de mandioca, produzida nas vilas do Sul da região, entre as quais estava Maragogipe.

No final do século XVIII, o Recôncavo projetava-se como uma das regiões mais densas do Brasil. Por volta de 1780, a Bahia tinha em torno de 220 mil habitantes, dos quais mais de 150 mil moravam em Salvador e no Recôncavo². Na segunda metade do século seguinte, essa população iria triplicar, passando a ser de 451.678². Vale ressaltar que, nas épocas mencionadas, a maioria da população era composta “[...] por africanos, pretos nascidos no Brasil e ‘pardos’, ‘mulatos’ e ‘cabras’”³.

No século XX, por volta do final dos anos 40, teve início um processo de desintegração da região. Esse processo começou com a exploração do petróleo e culminou com a implantação do Pólo Petroquímico de Camaçari, na década de 1970, ficando para trás o velho *Recôncavo dessemelhante*, visitado por Gregório de Mattos, o *Boca do Inferno*, “[...] de viola ao lado, tocando lundus e descartando poesias obscenas”⁴.

¹ Denominação dada por BARICKMAN, B. J. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 28.

² Cf. BARICKMAN, B. J. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 45.

³ Idem, *ibidem*, p. 45.

⁴ *Apud* RISÉRIO, Antônio. *Uma história da cidade da Bahia*. Rio de Janeiro: Versal, 2004, p. 194.



Fig. 1 – O Recôncavo no Estado
 Fonte: BAHIA. SEPLANTEC/CONDER. *Estudos básicos para o projeto agropecuário do Recôncavo*, tomo I, p. 27.[197?].

1.1 Sobre a definição de Recôncavo

O historiador brasileiro Bert Barickman diz que a palavra recôncavo “[...] significa simplesmente ‘a terra em redor de uma baía’ – uma baía qualquer. No Brasil, porém, ela terminou se vinculando à região que circunda uma baía específica – aquela que os primeiros exploradores portugueses batizaram de baía de Todos os Santos⁵. O geógrafo Aroldo de Azevedo afirma que a palavra *Recôncavo* de longa data aparece na história e na geografia do Brasil e a define como “[...] às terras situadas em torno da grande chanfradura existente no litoral da Bahia, que forma a *Bahia de Todos os Santos*”⁶ (fig. 1). Para o economista Fernando Pedrão “Recôncavo é a designação tradicionalmente dada à região em forma de fértil crescente, em torno da Baía de Todos os Santos. É uma região territorialmente pequena - uns 11.000 km² dos 540.000 km² da Bahia [...]”⁷.

No final do século XVIII, para Luís dos Santos Vilhena, o cronista português que fez uma das mais completas descrições sobre a Bahia dos tempos coloniais, o Recôncavo

⁵ BARICKMAN, B. J. Op. Cit., p.36.

⁶ AZEVEDO, Aroldo de. *Regiões e Paisagens do Brasil*. 2 ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1954, p. 145 (grifos do autor).

⁷ PEDRÃO, Fernando. “Novos Rumos, novos personagens”. In: BRANDÃO, Maria de Azevedo (Org.). *Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição*. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado; Academia de Letras da Bahia; Univ. Federal da Bahia, 1998, p. 219.

abrangia a cidade de Salvador e suas freguesias suburbanas e as cinco vilas (municípios) que cercavam a Baía de Todos os Santos: São Francisco do Conde, Santo Amaro da Purificação na margem Norte, Cachoeira no Oeste e Maragogipe e Jaguaripe no Sul. Em meados do século XIX, afirma Barickman, as cinco vilas tornaram-se nove, pois as freguesias suburbanas de Salvador deram origem aos municípios de Mata de São João e Abrantes; e a assembleia provincial transformou a Ilha de Itaparica em município e as freguesias interioranas de Jaguaripe formaram o município de Nazaré.

O mapa que se segue além de mostrar os municípios e as freguesias do Recôncavo em meados do século XIX (fig. 2) também traz a delimitação dada por Vilhena, à região

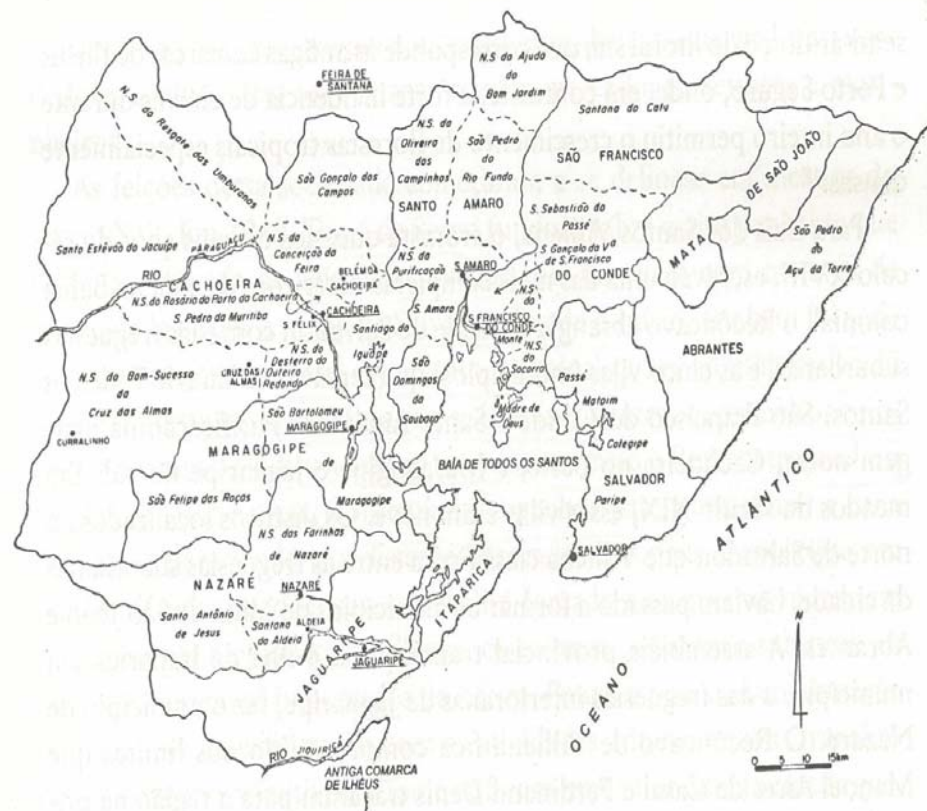


Fig. 2 - Municípios e freguesias do Recôncavo em meados do século XIX⁸

Fonte: BARICKMAN, B. J. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 40.

Nos finais dos anos 1950, o geógrafo Milton Santos, em seu clássico texto *A rede urbana do Recôncavo*, após apresentar *um Recôncavo* composto por vinte e oito municípios, explicou a delimitação adotada com a seguinte assertiva: “[...] o Recôncavo foi sempre mais

⁸ Sobre esse mapa o autor esclarece: os limites são aproximados; os nomes em versal indicam municípios; os nomes em itálico indicam freguesias; e os nomes sublinhados em versalete são sede de municípios.

um conceito histórico que mesmo uma unidade fisiográfica”⁹. O mapeamento do Recôncavo feito por Milton Santos (fig. 3), no trabalho citado anteriormente, indicava uma área composta pelos municípios de: Alagoinhas, Aratuípe, Cachoeira, Camaçari, Castro Alves, Catu, Conceição de Feira, Conceição de Almeida, Coração de Maria, Cruz das Almas, Feira de Santana, Irará, Itaparica, Jaguaripe, Maragogipe, Mata de São João, Muritiba, Nazaré, Pojuca, Santo Antônio de Jesus, Santo Amaro, Santo Estevão, São Félix, São Felipe, São Francisco do Conde, São Gonçalo dos Campos, São Sebastião do Passé e Salvador. Nessa delimitação, como observa Antônio Risério, o geógrafo, incluiu Feira de Santana, Irará e Alagoinhas, cidades que, segundo o referido autor, não fazem parte do complexo cultural do Recôncavo tradicional.



Fig. 3 - Recôncavo

Fonte: SANTOS, Milton. *A rede urbana do Recôncavo*. Salvador, 1959, [Mapa 2]

Em seu livro *Bahia, século XIX – uma província no Império* (1992), a historiadora Kátia Mattoso define o Recôncavo como a *hinterlândia de Salvador*. Uma região essencialmente costeira situada entre os meridianos 37° e 39° a Oeste de Greenwich e ao Sul do Equador e no limite dos paralelos 12 e 13. Sua área compreende uma extensão de quase 10.000 km² de

⁹ SANTOS, Milton. “A rede urbana do Recôncavo”. In: BRANDÃO, Maria de Azevedo (org.). *Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição*. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado; Academia de Letras da Bahia; Universidade Federal da Bahia, 1998, p. 62.

terras emersas que se limitam a Leste com o oceano Atlântico, ao Sul com os municípios de São Miguel das Matas, Laje e Valença, a Oeste com os municípios de Antônio Cardoso, Santo Estevão e Castro Alves e, ao Norte, com Feira de Santana, Coração de Maria, Pedrão, Alagoinhas e Entre Rios¹⁰. O Recôncavo desenhado pela referida historiadora é também aquele que essa pesquisa toma como paradigma para delimitar a região e que se aproxima do que Antônio Risério chama de “[...] Recôncavo propriamente dito: o Recôncavo uno, tradicional, das cidades históricas e do ‘mais extenso parque da arquitetura barroca do país’, que tem o seu coração no triângulo formado por Cachoeira, Santo Amaro e São Francisco do Conde”¹¹. A essa definição, poder-se-ia fazer apenas uma pequena ressalva, no tocante ao que corresponderia ao “coração” do Recôncavo, tendo em vista o núcleo original desenhado por Vilhena, no final do século XVIII, já anteriormente ressaltado. O “coração” da região, então, seria o pentágono emblemático formado pelos municípios ou antigas vilas de Cachoeira, Santo Amaro, São Francisco do Conde, Maragogipe e Jaguaripe.

A Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia - CONDER, ao elaborar um *Plano de Turismo para o Recôncavo*, em 1982, demarcou a área em trinta e oito municípios (fig. 4), agrupados nos seguintes subconjuntos: Área Metropolitana de Salvador (Salvador, Lauro de Freitas, Simões Filho, Candeias, Itaparica, Vera Cruz, S. Francisco do Conde e Camaçari); área de exploração petrolífera (Mata de São João, Catu, Pojuca); área do Recôncavo ou os municípios que circundam a faixa litorânea da Baía de Todos os Santos (Amélia Rodrigues, Aratuípe, Cachoeira, São Félix, Muritiba, Conceição de Feira, Conceição do Almeida, Conceição do Jacuípe, cruz das Almas, Dom Macêdo Costa, Governador Mangabeira, Jaguaripe, Muniz Ferreira, Nazaré, Salinas da Margarida, Santo Amaro, Santo Antonio de Jesus, São Felipe, São Gonçalo dos Campos, São Sebastião do Passé, Sapeaçu, Teodoro Sampaio, Terra Nova, Maragogipe e Coração de Maria); áreas ou núcleos adjacentes (Feira de Santana e Alagoinhas). Essa delimitação, diz o texto oficial, “[...] apóia-se na característica de constituir-se o Recôncavo em uma unidade sócio-econômica, de formação histórica consideravelmente definida e especificada como região programa do Estado”¹². A lógica de um “turismo maciço” possivelmente influenciou em uma delimitação um tanto exagerada do número de municípios considerados integrantes da região, apesar de reconhecer a sua origem histórica.

¹⁰ MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia: a cidade do Salvador e seu mercado no século XIX*. São Paulo: Hucitec; Salvador: Sec. Municipal da Educação e Cultura, 1978, p. 29.

¹¹ RISÉRIO, Antônio. Op. Cit., p. 551-2.

¹² BAHIA. Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia. *Plano de Turismo do Recôncavo*. Salvador: Oficina Técnica de Empresas e Ingeniería S/A, 1982, p. 2.1.

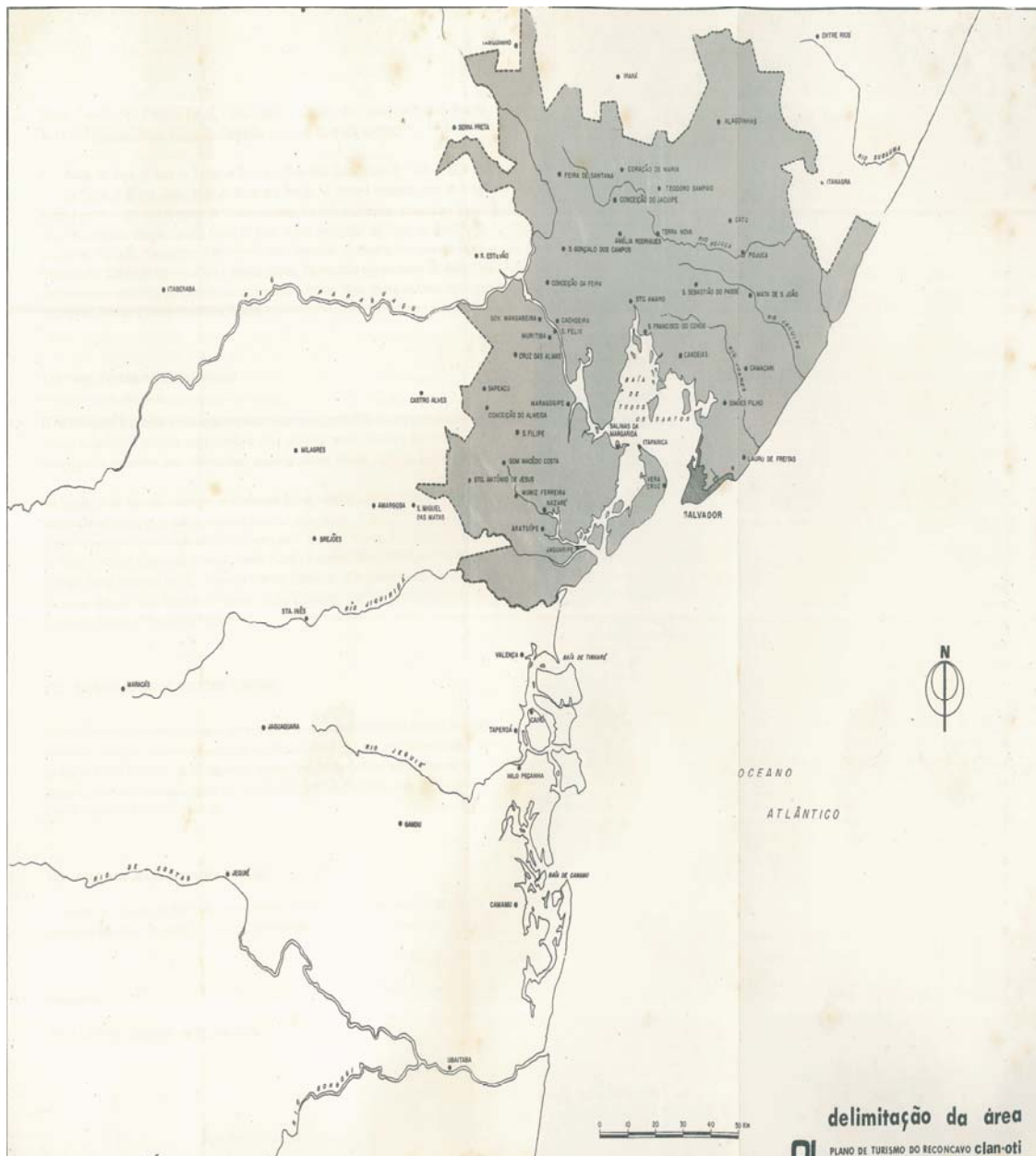


Fig. 4 – Delimitação da área do Recôncavo
 Fonte: BAHIA. Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia - CONDER
Plano de turismo do Recôncavo (resumo). Salvador, [1982], p. 2.3

Segundo dados usados hoje pelo governo estadual, o Recôncavo é uma região de cerca de 10.400 Km² em torno da baía de Todos os Santos¹³. Mais recentemente, a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI-BA), levando em consideração a questão da identidade cultural, produziu um conjunto de mapas intitulados *Território de Identidade*, entre os quais está a região do Recôncavo nomeada como *Território de Identidade 21* (fig. 5).

¹³ BARICKMAN, B. J. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 39.



Fig. 5 – Território de identidade 21- Recôncavo - Bahia
Fonte: http://www.sei.ba.gov.br/images/inf_geoambientais/cartogramas/territorio_identidade/territorio_identidade.htm

Portanto, os limites do que se chama Recôncavo varia de um estudo para outro. Poder-se-ia até falar, tal como Antônio Risério, que “[...] cada estudioso tem o ‘seu’ Recôncavo”¹⁴.

1.2 Uma diversidade fisiográfica

Falar da geografia do Recôncavo, talvez, seja o momento em que mais claramente se tem a noção de quão diversa é a região e de quanto tinha razão Milton Santos ao afirmar que “[...] o Recôncavo foi sempre mais um conceito histórico do que uma unidade fisiográfica”¹⁵. Mas, segundo Kátia Mattoso, ao mesmo tempo em que seus dados fisiográficos são múltiplos eles também são estáveis¹⁶.

O Recôncavo é composto por uma fossa tectônica, existente desde a era *mesozóica*, de uma ria e da maior baía do litoral brasileiro – a baía de Todos os Santos. Os registros geológicos sobre a região feitos pelos geógrafos, entre os quais está Aroldo de Azevedo, comentam que durante o período *cretáceo* houve no local uma intensa sedimentação. Terrenos

¹⁴ RISÉRIO, Antônio. *Uma história da cidade da Bahia*. Rio de Janeiro: Versal, 2004, p. 550.

¹⁵ SANTOS, Milton. Op. Cit., 1998, p. 62.

¹⁶ MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia, século XIX – uma província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992, p. 53.

desse período existem em muitos pontos da baía e são ricos, sobretudo, em folhelhos, mas também apresentam arenitos, calcários e conglomerados. Na área ribeirinha, a topografia é acidentada e recoberta pelo solo de massapê, resultado da decomposição desses folhelhos. No período seguinte, o *plioceno*, grande parte da região foi inundada pelas águas, havendo outro processo de sedimentação. Esses terrenos correspondem a vários trechos da parte ocidental do Recôncavo e da maior parte da ilha de Itaparica, são as chamadas *séries dos tabuleiros* ou *das barreiras*¹⁷ que são ricos em argila, arenitos e rochas ferruginosas.

O clima quente e úmido predominante na região faz com que a sua paisagem seja tipicamente tropical, com temperaturas médias girando em torno de 25° e chuvas frequentes no outono e no inverno, quando sopram os ventos alíseos de sudeste, e na primavera e no verão, as chuvas são poucas, em virtude da forte presença dos ventos alíseos de nordeste. Vale ressaltar que, a cidade de Salvador retrata com propriedade o clima do Recôncavo, cuja temperatura média é de 24°,9 e de 26°,3 no mês mais quente (março) e de 23°,2 no mês mais frio (agosto)¹⁸

A paisagem do Recôncavo é variada e sempre verde. Terras relativamente baixas junto às costas, com elevações suaves que se confundem com as do litoral, solos vermelhos e dunas de quase cinquenta metros de altura. Terras mais altas, marcadas por tabuleiros, por colinas e por vales. Nessas terras constituíram-se três tipos fundamentais de vegetação “[...] caracterizados a um só tempo pela distância em que se encontram do oceano e pela qualidade dos solos sobre os quais se desenvolvem: a da Mata, a do Agreste e, a única das três a corresponder a uma zona contínua, a vegetação do Litoral”¹⁹

A vegetação da *Mata* localiza-se nas terras de argila profunda (massapês) e dos tabuleiros. Nela eram encontradas as palmeiras, os cocos-vagem, as madeiras como o jacarandá, o cedro-rosa, o pau-marfim. Nos primórdios da colonização portuguesa, essa exuberante vegetação ocupava uma extensa área e, hoje, dessa mata antiga resta muito pouco. A segunda zona de vegetação, o *Agreste* compreende uma pequena área que vai de Conceição do Jacuípe até o Sul de Feira de Santana. A terceira zona corresponde ao *Litoral*, que possui uma grande variedade de vegetação, destacando-se os manguezais e as plantas rasteiras (nas dunas), os arbustos e as palmeiras.

É corrente entre os estudiosos o estabelecimento de uma hierarquia dos tipos de solos encontrados na região. Os melhores solos para o plantio da cana-de-açúcar eram os solos de

¹⁷Cf. AZEVEDO, Aroldo de. *Regiões e paisagens do Brasil*. 2 ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1954, p. 149.

¹⁸ Idem, *ibidem*, p. 150

¹⁹ MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Op. Cit.*, p. 55.

massapês, os preferidos pelos senhores de engenho e encontrados em pequenas quantidades. Trata-se de um solo argiloso, de cor vermelho-escuro, de estrutura cristalina e de boa fertilidade química. O segundo tipo de solo eram os *salões* ou *silões*, muitas vezes confundidos com os solos de massapês, pois também tinham uma cor avermelhada e grande fertilidade. Antonil, já em 1711, alertava para essa possível confusão: “SE O SENHOR DE ENGENHO não conhecer a qualidade das terras, comprará salões por massapês e apicus por salões”²⁰. Por último, vinham os solos arenosos em que o fumo e a mandioca podiam florescer, portanto, mais apreciados pelos lavradores de fumo e mandioca e pouco apropriados à cana-de-açúcar.

O maior e o mais importante rio da região é o Rio Paraguaçu, que tem sua nascente na Chapada Diamantina, uma extensão de 664 km, ao longo da qual banha muitas localidades como Cachoeira, São Félix, Santiago do Iguape, São Roque do Paraguaçu, Nagé etc., desaguando na Baía de Todos os Santos. Em suas águas, o emblemático *Vapor de Cachoeira* por longo tempo fez a ligação entre Salvador e essa cidade. O Rio Joanes e seu afluente o Ipitanga, são os grandes fornecedores de água para Salvador. O Sergi do Conde era a principal via de comunicação com a cidade de Santo Amaro. O Jaguaripe (ao Sul), com navegação a vapor desde 1852, fez a riqueza das cidades Nazaré das Farinhas e de Jaguaripe. “O Recôncavo é, assim, antes de tudo uma terra oceânica: suas áreas agrícolas encontram-se em estreita dependência das águas salgadas e dos rios marinhos”²¹.

1.3 Caminhos de água e terra: comunicação e transporte

O fato de o Recôncavo ser uma *terra oceânica* possivelmente fez com que seus primeiros “caminhos” fossem de água. O mapa que se segue mostra, parcialmente, alguns dos municípios do Recôncavo na Baía de Todos os Santos, inclusive o município de Maragogipe. (fig. 6).

²⁰ ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. 3 ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1982, p. 77. (Grifos do autor).

²¹ MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia, século XIX – uma província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992, p. 54.

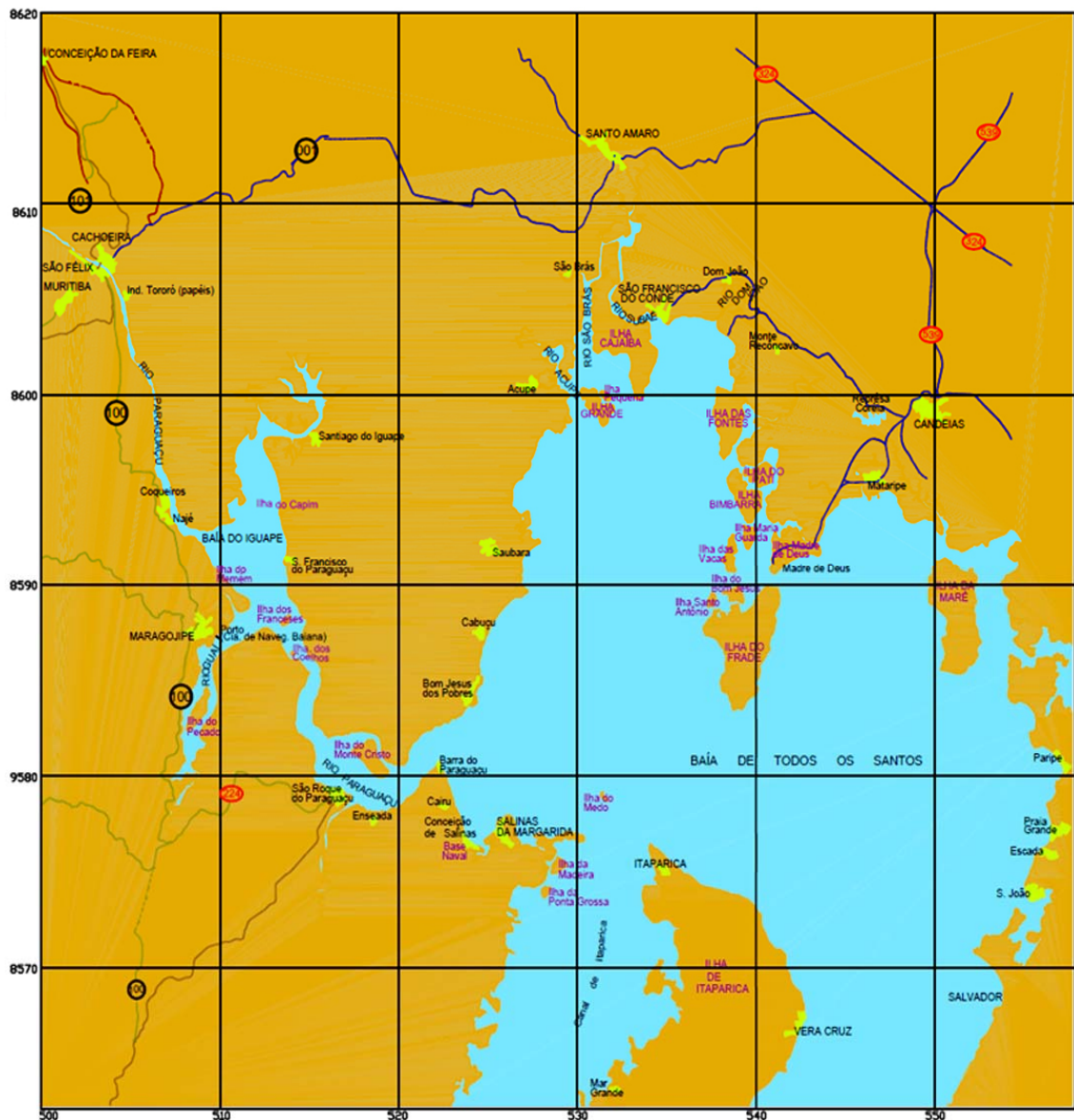


Fig. 6 – Baía de Todos os Santos

Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI. *Base Cartográfica Digital – RI/BA*; Mapeamento topográfico sistemático 1:100.000 Salvador: SEI, [200?].

No período colonial, na área central e sulina da região, onde se localizavam suas primeiras vilas, a exemplo da vila de Maragogipe, o transporte acontecia essencialmente por meio da navegação - fluvial e marítima. Navios e barcos ficavam atracados no rio Paraguaçu com cargas de açúcar e fumo provenientes das freguesias rurais da vila de Cachoeira, também, de algodão e couro vindos de áreas mais remotas do interior. Por sua vez, essas embarcações descarregavam tecidos, ferramentas e outras manufaturas europeias. Os

*saveiros*²² que cruzavam regularmente a baía, vindos das vilas do Sul para Salvador, além de transportarem lenha e madeira, carregavam farinha de mandioca.

Mesmo já no Império, as águas continuaram sendo os “caminhos” preferenciais para as idas e vindas entre o Recôncavo e a Cidade do Salvador e outras localidades, pois as vias terrestres eram precárias e insuficientes. E Salvador continuou a importar, por via marítima, quase toda a carne-seca que consumia e produtos agrícolas do Recôncavo.

A navegação a vapor chegou à região em 1818, o que possibilitou a expansão desse meio de transporte, principalmente, com a criação de *Steam Navigation Company Limited*, que possuía um bom número de embarcações, entre as quais estava o famoso navio Paraguaçu.

Mesmo quando as ferrovias já estavam em pleno funcionamento, o transporte hidroviário continuou tendo grande importância para a região e, assim, vai permanecer até o início da segunda metade do século XX, particularmente, para aqueles municípios que se localizam em torno da Baía de Todos os Santos.

As primeiras linhas férreas, inclusive, foram construídas buscando o aproveitamento dos canais hidrográficos e evitando subidas de serra ou gastos decorrentes com grandes obras de terraplenagem²³. Efetivamente, a Bahia sete ferrovias e dentre as mais eficientes e rentáveis, estavam a Estrada de Ferro Central da Bahia (inicialmente chamada de *Paraguassu Steam Tram Road Company*) e a Estrada de Ferro de Nazaré (*Tram Road de Nazareth*)²⁴. A primeira ligava o Recôncavo com o alto sertão, transportando produtos agropecuários e minerais. A segunda partia de Nazaré, um porto fluvial no rio Jaguaripe, e se dirigia para o Sudoeste da Bahia, atravessando o vale do rio Jequiçá e chegando até o meio do curso do rio de Contas, tendo chegado até Jequié²⁵.

A partir da década de 1950, as rodovias tornaram-se a modalidade prioritária de transporte no Brasil. Essa política levou os tradicionais meios de transportes aquaviários e ferroviários da região à decadência. Em curto espaço de tempo, o Recôncavo passou a ser entrecortado por grandes rodovias federais, tais como a BR-324, que liga Feira de Santana a

²² Tipo de embarcação muito comum e peculiar na navegação baiana, que teve papel fundamental na história econômica e cultural de Salvador e do Recôncavo. A partir da década de 1970, os *saveiros* começaram a desaparecer da *Rampa do Mercado* e de *Água de Meninos*, lugares de “parada obrigatória”, em Salvador, dessas embarcações quando vinham do Recôncavo.

²³ Segundo ZORZO, Francisco Antônio. “Retornando à história da rede viária baiana: o estudo dos efeitos do desenvolvimento ferroviário na expansão da rede rodoviária da Bahia (1850-1950). *Sitientibus*. Feira de Santana/BA. Nº 22, p. 100, jan./jun. 2000.

http://www.uefs.br/sitientibus/pdf/22/retornando_a_historia_da_rede_viaria.pdf (Acesso: abr de 2010).

²⁴ Idem, *ibidem*, p. 102

²⁵ Idem, p. 102.

Salvador e a BR-101, que liga o Rio de Janeiro a Bahia. Sendo que esta última rodovia faz ligação com Salvador, através de um sistema de *ferry-boat* conjugado com estradas estaduais, conforme mostra o mapa (fig. 7).



Fig. 7 – Sistema viário do Recôncavo
 Fonte: BAHIA. SEPLANTEC/ CONDER *Estudos básicos para o projeto agropecuário do Recôncavo*, [197-], p. 29

1.4 Economia e sociedade: um panorama histórico

Nos séculos XVIII e XIX, a economia do Recôncavo baseava-se na produção de gêneros agrícolas tanto de exportação quanto de subsistência. Entre os produtos de exportação estava o açúcar, o fumo e o café e como o mais importante produto de subsistência encontrava-se a mandioca para produção de farinha.

1.4.1 Economia de exportação: açúcar, fumo, café

No final do século XVIII, o Recôncavo abrigava geograficamente três regiões agrícolas notáveis. Nas áreas de solos de massapê e salões, os colonizadores e seus descendentes plantaram cana-de-açúcar e construíram engenhos. Seus centros principais eram as freguesias suburbanas de Salvador, as vilas de São Francisco do Conde e Santo Amaro e a freguesia de Santiago do Iguape, nas quais estavam aproximadamente cerca de 90% dos 221 engenhos que

fabricavam açúcar na Bahia em meados de 1790²⁶. Nos solos mais arenosos e leves que predominavam na grande vila de Cachoeira, milhares de lavradores cultivavam o fumo que era exportado para a Europa e a África ocidental (o chamado fumo de corda). Nas vilas de Jaguaripe e Maragogipe, ao Sul da baía, a mandioca era a principal lavoura. A produção dessas localidades se destinava ao consumo doméstico e à venda nas feiras semanais nos portos de Nazaré e Maragogipe. Nesta última vila, comerciantes e vendedores adquiriam as provisões que enviavam de saveiro pela baía de Todos os Santos para Salvador.

Embora o quadro acima sugira que a agricultura de *plantation* monopolizava as melhores terras e que a especialização em termos geográficos era absoluta, isso estava longe de acontecer. Na freguesia de São Domingos da Saubara (São Francisco do Conde) a mandioca era o principal produto da lavoura e a maioria dos seus habitantes vivia de outras atividades, como o corte da lenha, a criação de gado e o fabrico de cal. Em Cachoeira havia cultivo de fumo e também de gêneros alimentícios. Por sua vez, em Maragogipe, também se plantava fumo e em Jaguaripe muitas eram as olarias que produziam telhas e utensílios de barro que chegavam até a *praça* do Rio de Janeiro.

Se a especialização geográfica não era absoluta, também, não era absoluto o predomínio da “agricultura de *plantation*” na Bahia. As receitas do seu comércio de exportação provinham de uma variedade de produtos como plantas medicinais, utensílios de barro, couros, madeira, diamantes, mas principalmente, do açúcar, fumo e algodão e após a década de 1840 do café. A seguir tem-se um quadro geral da atividade de produção do açúcar, do fumo e do café, no período em destaque.

Açúcar

O açúcar foi o mais antigo produto agrícola de exportação da Bahia e, desde meados do século XVII, os colonizadores portugueses o introduziram no Recôncavo. Seu *status* de principal produto de exportação da economia baiana permanecerá até as últimas décadas do século XIX. “No período 1780-1860, raramente representou menos de 45% de todas as receitas das exportações, e muitas vezes sua participação foi maior”²⁷.

No século XVIII, os principais centros de produção de açúcar eram as freguesias suburbanas de Salvador (Cotegipe e Pirajá), as vilas de São Francisco do Conde e Santo Amaro e a freguesia de Santiago do Iguape, em Cachoeira. “Aproximadamente 90% dos 221

²⁶ Cf. BARICKMAN, B. J. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 40.

²⁷ Idem, *ibidem*, p. 71.

engenhos que fabricavam açúcar na Bahia em meados da década de 1790 se localizavam nesses distritos”²⁸.

A grande lavoura açucareira, inicialmente, utilizou de forma extensiva a mão-de-obra indígena. Os engenhos do Recôncavo obtinham essa força de trabalho, principalmente, por meio da escravização, do escambo e do pagamento de salário. Mas o predomínio do escravo negro foi total nas grandes áreas produtoras de açúcar da Bahia e da Zona da Mata nordestina, generalizando-se mais tarde para todas as áreas de economia exportadora do país. Os primeiros negros vindos da África chegaram ao Recôncavo em meados do século XVI, e vieram para trabalhar como mão-de-obra escrava na agroindústria do açúcar. Esse número foi sempre crescente, particularmente no final do século XVIII, com a expansão da agricultura baiana e a conseqüente necessidade de maior quantidade de mão-de-obra escrava. Estimativas publicadas por David Eltis sugerem que, entre 1786 e 1851, a Bahia importou um total aproximado de 410 mil negros, procedentes de vários pontos da costa africana²⁹.

Na primeira metade do século XIX, dá-se a expansão da produção de açúcar para exportação. A antiga concentração da lavoura da cana no norte do Recôncavo deixa de existir, o que traz transformações para a região e faz surgir muitos engenhos. Segundo Barickman, os novos engenhos surgem a partir de quatro frentes³⁰:

1ª frente: estendia-se de Salvador para o norte (Abrantes e Mata de São João) e na direção das áreas litorâneas e interioranas, inclusive, nos distritos em que até o início do século XIX o fumo e o algodão eram as principais lavouras de exportação.

2ª frente: encaminhou-se em direção aos municípios do sul do Recôncavo (Maragogipe e Nazaré), área de produção exclusiva de farinha de mandioca até final do século anterior. Em meados do século XIX, esses municípios “[...] tinham quase tantos engenhos quanto os municípios canavieiros tradicionais de Santo Amaro e São Francisco de Conde, do outro lado da baía”³¹.

3ª frente: voltou-se para as freguesias fumageiras de Cachoeira que, com o declínio do fumo, começam a investir na lavoura da cana. É interessante observar quando “[...] o comércio do tabaco começou a se recuperar em meados do século XIX, a expansão da cana cessou, e o número de engenhos nos distritos fumageiros caiu”³².

²⁸ BARICKMAN, B. J. Op. Cit., p. 40.

²⁹ *Apud* BARICKMAN, B. J. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 p. 227.

³⁰ Idem, *ibidem*, p. 80

³¹ BARICKMAN, B. J. Op. Cit., p. 82.

³² Idem, p. 82.

4ª frente: expandiu-se em direção ao norte da baía, na já tradicional zona canavieira do Recôncavo que compreendia as freguesias interioranas de Rio Fundo e Bom Jardim (em Santo Amaro) e São Sebastião do Passé e Catu (em São Francisco do Conde).

Fumo

O fumo teve grande importância nos séculos XVII e XVIII como instrumento de troca nas transações comerciais com a África para aquisição de mão-de-obra escrava, ouro e marfim.

Em sua histórica obra *Cultura e Opulência do Brasil*, datada de 1711, André João Antonil afirma que, desde o século XVII, se começou a plantar e beneficiar, na Bahia, as folhas de fumo. A cultura do fumo, já desde essa época, era uma fonte importante de lucro da economia colonial, como se pode observar também a partir do comentário de Antonil: “SE O AÇÚCAR DO BRASIL o tem dado a conhecer a todos os reinos e províncias da Europa, o tabaco o tem feito muito mais afamado em todas as quatro partes do mundo, nas quais hoje tanto se deseja, e com tantas diligências e por qualquer via se procura”³³. De fato, na pauta das exportações brasileiras, no século XVIII, o fumo só era suplantado pelo açúcar e dispunha de mercados consolidados na Europa, Ásia e América do Norte. Nessa época, a Alfândega da Bahia recebia anualmente vinte e três mil rolos, tendo cada um mais de vinte arrobas de fumo³⁴.

A importância do fumo era tamanha que as autoridades coloniais e metropolitanas estabeleceram sobre seu comércio severa fiscalização. Os registros históricos de Antonil fazem referência às punições que eram aplicados em caso de contrabando do tabaco:

QUALQUER DESCAMINHO DO TABACO, por qualquer destas partes do Brasil, fora do registro e guias, debaixo do que tudo vai despachado, tem por pena a perda do tabaco e da embarcação em que se achar e mais cinco anos de degredo para Angola desta culpa³⁵.

A região por excelência de produção de fumo na Bahia eram os *campos da Cachoeira*³⁶, região que abrangia muitas freguesias, sendo as mais importantes as de Cachoeira, São José das Itaporocas, São Gonçalo dos Campos, São Pedro da Muritiba, Outeiro Redondo e Santo Estevão do Jacuípe, além das freguesias de menor importância, como Oliveira, Santiago do

³³ ANTONIL, André João. *Cultura e Opulência do Brasil*. 3 ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1982, p. 149. (Grifos do autor).

³⁴ VILHENA, Luís dos Santos. *A Bahia no século XVIII*. Salvador: Editora Itapuã, 1969, p. 199.

³⁵ ANTONIL, André João. Op. Cit., p. 160. (Grifos do autor).

³⁶ Essa é uma expressão, segundo Jean Baptiste Nardi, bastante usual em documentos históricos. (NARDI, Jean Baptiste. *O fumo brasileiro no período colonial; lavoura, comércio e administração*. São Paulo: Brasiliense, 1996).

Iguape, Desterro, São Felipe, Maragogipe, São Félix e Cruz das Almas³⁷. Como salienta Jean Nardi, nos primeiros lugares em que os colonos se instalaram, em função das lutas contra os índios, a lentidão da colonização e a ocupação das terras pela cana-de-açúcar, a lavoura do fumo pouco se desenvolveu. Esse foi o caso, particularmente, de Maragogipe.

Na primeira metade do século XX, o fumo antes plantado na imensidão dos *campos da Cachoeira* estava distribuído pelos municípios de Santo Antônio de Jesus, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, São Felipe, Maragogipe, São Félix, Cachoeira, Conceição da Feira e Conceição do Jacuípe. E nas sedes de alguns desses municípios se localizavam as mais importantes manufaturas de fumo do país.

Um dos períodos áureos da produção fumageira se situa na primeira metade do século XVIII, quando a produção de ouro da capitania das Gerais exigia quantidades cada vez maiores de escravos, que comerciantes baianos adquiriam na África em troca de fumo. Assim, entre 1700 e 1750, enquanto para Portugal as exportações mantiveram-se em “[...] torno de 170 mil arrobas de fumo, aquelas destinadas à África ocidental aumentaram de menos de trinta mil arrobas para mais de duzentas mil”³⁸. A proibição do tráfico de escravos ao norte da linha do Equador (1815) e da perda do acesso fácil ao mercado português, após a “independência” (1822), provocou uma queda constante nas exportações de fumo. A recuperação da produção fumageira só aconteceu a partir dos anos 1840, quando lavradores baianos começaram a produzir fumo em folha. A difusão da produção do fumo em folha vai tornar essa lavoura “[...] ainda mais acessível às camadas mais pobres da população livre”³⁹.

Sobre a lavoura do fumo, a literatura costuma ressaltar dois aspectos importantes em termos de cultivo. O primeiro é a grande presença de homens livres nessa cultura. Miguel Calmon Du Pin e Almeida cita que no ano de 1833 existiam pelo menos oito mil trabalhadores nesta cultura “[...] dos quais 1/3 são pessoas livres”⁴⁰. A libertação dos escravos contribuiu para aumentar essa mão-de-obra livre e para o surgimento de pequenos lavradores. O segundo aspecto está ligado às áreas destinadas às plantações de fumo, que eram pequenos roçados de 40 a 50 m² e que raras eram as plantações de 2 a 3 ha⁴¹.

³⁷ Cf. NARDI, Jean Baptiste. *O fumo brasileiro no período colonial*; lavoura, comércio e administração. São Paulo: Brasiliense, 1996, p. 36.

³⁸ BARICKMAN, B. J. Op. Cit., p. 65.

³⁹ Idem, p. 245.

⁴⁰ ALMEIDA, Miguel Calmon Du Pin e. *Memória sobre a cultura do tabaco*. Bahia, 1835. *Apud* BORBA, Silza Fraga Costa. *Industrialização e exportação de fumo na Bahia (1870-1930)*. Salvador BA: Universidade Federal da Bahia/Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 1975. (Dissertação de Mestrado em Ciências Humanas).

⁴¹ BORBA, Silza Fraga Costa. *Industrialização e exportação de fumo na Bahia (1870-1930)*. Salvador-BA: Universidade Federal da Bahia/Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 1975, p.13 (Dissertação de Mestrado em Ciências Humanas).

O fumo podia ser cultivado com eficiência quer em terrenos de meio hectare quer em uma grande fazenda. Por isso, foi sempre considerada lavoura de menos prestígio do que a da cana-de-açúcar. Também, o seu cultivo podia ser combinado com o cultivo de outro produto, pois a prática da rotação de culturas era comum a todos os lavradores de fumo. Ainda, hoje, o esquema de alternância da cultura do fumo com a do milho, do feijão, da mandioca está presente em todas as regiões brasileiras, embora, durante o período colonial qualquer que fosse a sequência de rotação adotada, incluía um ano de plantio de mandioca.

A produção camponesa do fumo parece que se generalizou, ainda, na primeira metade do século XIX e tudo indica que ela teria sido muito comum no Recôncavo. Em Cachoeira, afamado centro da cultura fumageira, segundo matéria reproduzida pelo periódico maragogipano *Nova Era*, em outubro de 1897, os agricultores da localidade teriam se dedicado quase que exclusivamente à lavoura do fumo, como mostra o trecho transcrito abaixo:

É extraordinariamente abundante a safra de fumo, este ano.
Por qualquer ponto dos nossos campos em que se transite repetido, vicejantes e de todos os tamanhos são as plantações de fumo que se encontra.
Pode-se dizer que os agricultores não cuidaram de outra espécie de lavoura, este anno⁴².

Apesar de ter agregado um grande contingente humano em seu cultivo, o fumo não teve a mesma proteção da cultura da cana – cultura dos grandes proprietários de terra – que gozava de maior atenção por parte do governo. Sobre essa questão, Silza Borba comenta que nos relatórios do Imperial Instituto de Agricultura eram raras as referências ao fumo e quando elas aconteciam tratavam sobre os processos de plantio e sobre a força da pequena lavoura⁴³.

Por último, deve-se falar mais especificamente da relação fumo e tráfico de escravos. O comércio luso-brasileiro de escravos tem sido descrito pela literatura sobre o tema em quatro períodos definidos segundo a origem dos negros: O ciclo da Guiné - segunda metade do século XVI; o ciclo de Angola e do Congo – século XVII; ciclo da Costa da Mina – os três primeiros quartos do século XVIII; o ciclo da baía de Benim – entre 1770 e 1850⁴⁴. Nesse comércio a capitania da Bahia gozava do privilégio de abrigar a produção de fumo, ou seja, de estar na condição de possuidora e fabricante da principal moeda de troca para o tráfico negreiro e seus negociantes com a Costa da Mina⁴⁵. A Costa da Mina, denominação extensa

⁴² Citado pelo jornal NOVA ERA. Maragogipe, 23 de Outubro de 1897, n. 398, p. 2

⁴³ BORBA, Silza Fraga Costa. Op. Cit., 1975, p. 16.

⁴⁴ Cf. NARDI, Jean Baptiste. *O fumo brasileiro no período colonial*. São Paulo: Brasiliense 1996, p. 204.

⁴⁵ Conforme análise de NARDI, Jean Baptiste. Op. Cit., p. 222. A Costa da Mina deve seu nome ao Castelo de São Jorge da Mina, fortaleza construída pelos portugueses em 1481, a Oeste da atual cidade de Cabo Corso, em Gana.

da área que compreendia Guiné-Costa da Mina-golfo de Benin, constituiu-se na principal fonte de escravos para a Bahia, desde o início do tráfico até 1850, excetuando-se o século XVII, quando prevaleceram Angola e Congo como regiões de maior procedência de escravos. O comércio do fumo entre a Bahia e a Costa da Mina teve entre os anos de 1726 e 1750, seu período mais florescente e também de apogeu do monopólio dos negreiros baianos. Durante esses anos foram importados aproximadamente “[...] 4 mil escravos ao ano e até mais de 6 mil durante o quinquênio 1736-40, isto é, a mesma quantidade que no século XIX, mas com qualidade de fumo muito inferiores”⁴⁶.

Assim, é possível inferir que o comércio de escravos foi um forte fator de incremento na produção de fumo na Bahia e que, como muito apropriadamente disse Eul-Soo Pang, “[...] a extensa, porém amarga herança da escravatura africana na Bahia modelou e remodelou o destino da província”⁴⁷.

Café

Nesse quadro panorâmico sobre a economia de exportação do Recôncavo, cabe tratar resumidamente da produção de café. A Bahia não foi, propriamente, um grande centro produtor de café. Os centros, por excelência produtores, localizavam-se na região Sudeste (Rio de Janeiro, Sudeste de Minas Gerais e São Paulo). A primeira remessa desse produto da Bahia para Portugal ocorreu só no último quarto do século XVIII. Nessa época, grande parte do café exportado vinha da comarca de Ilhéus, mais precisamente da vila de Camamu, donde se espalhou pelas vilas vizinhas.

Por volta de 1820 a cultura do café ganha espaço na Bahia, não se limitando apenas às áreas litorâneas do Sul Recôncavo, mas espalhando-se pela freguesia de Muritiba, no município de Cachoeira, seguindo em direção aos distritos produtores de mandioca do Sul da região. Nessa zona, na vila de Maragogipe, se produziu um tipo especial de café - o denominado *Café maragogipe*⁴⁸ – famoso pelo aroma, sabor e grãos graúdos. Fernando Sá, em seu livro *Maragogipe no tempo e no espaço*, fala que no município existiam pequenas plantações de café, mas que elas eram em grande quantidade. Na pequena amostra encontrada

⁴⁶ NARDI, Jean Baptiste. *O fumo brasileiro no período colonial*. São Paulo: Brasiliense, 1996, p. 270.

⁴⁷ PANG, Eul-Soo. *O engenho central do Bom Jardim na economia baiana; alguns aspectos de sua história (1875-1891)*. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça; Arquivo Nacional; Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1979, p. 25.

⁴⁸ Em 1911, o governo municipal enviou amostras do café produzido na localidade para a *Exposição Internacional de Indústria e Lavoura de Turim*, na Itália, tendo o município obtido medalha de ouro. Novamente, em 1927, o município obteve medalha de ouro pelas amostras de café enviadas à *Exposição de Café*, comemorativa do 2º Centenário *Cafeeiro do Brasil*, realizada em São Paulo.

do jornal *Nova Era*, foi possível acompanhar o anúncio de venda de uma fazenda que possuía, entre outras culturas, quinze mil pés de café⁴⁹.

Portanto, mais uma vez, constata-se que, contrariamente ao que aconteceu no Vale do Paraíba e no Oeste Paulista, a cafeicultura baiana não se desenvolveu em grandes *plantations*, mas em pequenas propriedades. “As 55 ‘fazendas’ de café da Colônia Leopoldina, no extremo sul da Bahia, foram talvez às únicas exceções a essa regra, mas mesmo essas tendiam a ter áreas modestas. Algumas não tinham escravo algum”⁵⁰.

Em meados do século XIX, mesmo contando com três centros produtores (no extremo Sul do litoral da Bahia; em Camamu, Ilhéus e Valença; em Nazaré e Cachoeira), o café baiano contribuía com cerca de 20% das exportações brasileiras.

1.4.2 As crises econômicas dos sécs. XVIII e XIX

As crises econômicas sempre rondaram o Recôncavo, o que torna qualquer pretensão de esmiuçá-las uma fuga aos propósitos deste capítulo, que é o de fazer um apanhado geral do contexto histórico da região. Portanto, este item deve destacar alguns desses momentos de declínio de sua economia, tanto no período colonial quanto no imperial.

No caso da economia de exportação que tinha no açúcar o seu principal produto, pode-se dizer que essas crises se vinculavam essencialmente às oscilações do comércio internacional. No século XVIII, a crise da empresa açucareira foi agravada. Expande-se nesse século a produção de açúcar das Antilhas inglesas e francesas. As políticas monopolísticas que, no século anterior entraram em prática, comandadas principalmente pela Inglaterra e pela França, provocaram a queda do preço do açúcar.

A crise porque passou a produção de açúcar em meados do século XVIII teve muitas consequências, inclusive refletiu-se em uma menor taxa de crescimento populacional. De acordo com Schwartz, em Maragogipe, por exemplo, verificou-se no período entre 1724-1757, uma taxa de crescimento populacional de 1,2% anuais, ou seja, passou de 3.301 para 5.040 pessoas⁵¹.

No século XIX, outra grande crise vai atingir a produção açucareira. Eul-Soo Pang comenta que na primeira metade daquele século “[...] enquanto as nações europeias reservavam seus mercados internos para os produtos de suas colônias, o preço mundial do

⁴⁹ NOVA ERA. Maragogipe, 26 de Fevereiro de 1897, n. 373.

⁵⁰ BARICKMAN, B. J. Op. Cit., p. 63.

⁵¹ Cf. SCHWARTZ, Stuart. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Cia. das Letras, 1988, p. 87.

açúcar começou a cair graficamente”⁵². Na Bahia, então, a queda do açúcar foi vertiginosa, uma vez que a província vivia momentos de instabilidade política e de revolta de escravos. Acrescente-se a esse quadro, o aumento da participação do açúcar de beterraba no comércio internacional do produto.

Mas o leque dos fatores que levaram à derrocada da economia açucareira não se restringiu apenas àqueles de ordem externa, muito embora, os de ordem interna tenham contribuído em menor escala. A ascensão do café, como principal produto das exportações brasileiras, desbancando o açúcar constou como um dos marcos da crise da produção açucareira. Outro elemento que contribuiu para o declínio da produção de açúcar foi o fim do tráfico de escravos em 1850, trazendo consigo definitivamente, o problema da mão-de-obra escrava. Décadas depois, a questão da mão-de-obra agravou-se com a promulgação da Lei do Ventre Livre (1871) e, posteriormente, da Lei Áurea (1888), extinguindo o trabalho escravo no Brasil.

Em Maragogipe, as repercussões dessa crise econômica foram extremamente danosas: no campo, os engenhos de açúcar não subsistiram à abolição da escravatura e, na cidade, o movimento comercial sofreu drástica redução. No caso do comércio, a situação agravou-se ainda mais com o fato de a cidade não ter conseguido que uma linha férrea passasse em seu território. Muitos comerciantes da redondeza, que tinham em Maragogipe sua praça de compra e venda de mercadorias, se transferiram para outros lugares. Nessa época, segundo Osvaldo Sá, a cidade perdeu em torno de 60 ou 70% de suas transações comerciais⁵³.

1.4.3 Economia de subsistência: a mandioca

A mandioca é uma planta originária da América e era cultivada pelos índios Guarani e Tupinambá, muito antes dos portugueses pisarem em terras brasileiras. A expansão do seu cultivo aconteceu ao mesmo tempo em que a produção de açúcar, do fumo e do café aumentava, por volta do final do século XVIII.

A mandioca foi a lavoura de subsistência mais amplamente cultivada no Recôncavo e “[...] a base fundamental em que podemos dizer se apoia a subsistência do Brasil, e muito especialmente as Capitanias do Norte, por ser o pão, de que se alimentam todos os seus habitantes, naturais, e estrangeiros [...]”⁵⁴. O cultivo da mandioca nas diversas áreas de produção era feito tanto pelos senhores de engenhos quanto pelos lavradores de cana.

⁵² PANG, Eul Soo, Op. Cit. 1979, p. 26.

⁵³ Cf. SÁ, Osvaldo. *Histórias Menores (capítulos da história de Maragogipe)*. São Félix: Gráfica e Editora ODEAM Ltda. 1983, p. 65 (v. III).

⁵⁴ VILHENA, Luís do Santos. Op. Cit., p. 200.

Trabalhada por mão-de-obra escrava, a mandioca era produzida não apenas como uma estratégia possível de abastecimento, mas uma obrigação legal⁵⁵.

No século XVIII, Pero de Magalhães Gandavo falando dos mantimentos do Brasil, assim, se expressou: “Nestas partes do Brasil não semeião trigo nem se dá outro mantimento algum deste Reino, o que lá se come em lugar de pão he farinha de pao”⁵⁶. A *farinha de pao* é a farinha de mandioca, alimento básico das populações indígenas, dos escravos e, até hoje, alimento básico na dieta da população baiana⁵⁷. Gandavo, ainda, distinguia dois tipos de farinha: “[...] huma se chama de guerra, e outra fresca, a de guerra he muito seca [...]”⁵⁸.

Embora outros alimentos fizessem parte da dieta das populações de Salvador e do Recôncavo, a farinha de mandioca sempre esteve em primeiro plano. A sua importância pode ser avaliada pelos registros de entrada desse produto no Celeiro Público de Salvador: “Entre 1785 e 1851, o arroz, o milho e o feijão corresponderam a só 12% de todos os gêneros que entraram no Celeiro. A farinha sozinha representou os outros 88%”⁵⁹. Os dados acima impressionam e suscitam muitas perguntas: de onde vinha tamanha demanda por farinha de mandioca? Quais as áreas de cultivo? Quem cultivava mandioca?

A demanda por farinha de mandioca vinha do Recôncavo, de suas vilas (no final do século XVIII em número de cinco e no início do século XIX em número de nove), povoados e arraiais que junto com Salvador formavam uma das mais antigas redes urbanas do Brasil. Era essa população urbana, principalmente de Salvador, que comprava no mercado local grande parte da farinha de mandioca produzida na região. Além da área urbana, o consumo de farinha de mandioca se dava também na zona rural onde os engenhos, sítios e fazendas eram auto-suficientes no produto para alimentar suas famílias e seus escravos⁶⁰. Segundo pesquisas de Barickman, no Recôncavo, tanto os escravos quanto a população livre, consumiam uma ração diária de 0,907 ou 0,647 litro de farinha⁶¹. Por sua vez, a demanda do produto na cidade do Salvador que, na época era o centro de uma intensa rede de trocas e mais a populosa cidade da

⁵⁵ Alvarás e provisões régias eram baixados pelas autoridades metropolitanas e coloniais, visando a obrigar os senhores de engenhos e lavradores de cana a cultivarem mandioca.

⁵⁶ GANDAVO, Pero de Magalhães. *Tratado da terra do Brasil; História da província Santa Cruz*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980, p. 48.

⁵⁷ Composição centesimal da farinha de mandioca torrada: Calorias/Energia: 354 Kcal; Carboidrato: 86,4g; Proteína: 1,7g; Gordura: 0,3g; Fibras: 1,8g; Colesterol: 0,0g; Vitamina C: 14mg; Niacina: 1,6 mg; Vitamina B1: 0,08mg; Vitamina B2: 0,07mg; Fósforo: 48mg; Cálcio: 61mg; Ferro: 3,1mg. (PHILIPPI, Sonia T. *Tabela de Composição de Alimentos: Suporte para Decisão Nutricional*. Brasília: ANVISA, FINATEC/NUT - UnB, 2001).

⁵⁸ GANDAVO, Pero de Magalhães. Op. Cit., 1980, p. 48.

⁵⁹ BARICKMAN, B. J. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 91.

⁶⁰ Idem, ibidem, p. 96-104.

⁶¹ Idem, p. 93.

América portuguesa, vinha dos seus moradores e de uma população flutuante formada por escravos em trânsito, marinheiros, navios de partida e exportações⁶².

No final do período colonial, a farinha que chegava a Salvador vinha de quatro áreas principais: de Sergipe; da comarca de Porto Seguro, no extremo Sul da Bahia; das vilas litorâneas da comarca de Ilhéus; das vilas do Sul do Recôncavo, Maragogipe e Jaguaripe (incluindo a freguesia de Nazaré). Em função da proximidade dessas duas últimas vilas com Salvador, elas se constituíram na mais importante área de abastecimento do mercado soteropolitano. Nelas, a estimativa de produção, em 1780, foi de 179.964 alqueires de farinha de mandioca⁶³.

A farinha de mandioca ou *farinha de guerra*, denominação ainda muito usada pelos moradores do Recôncavo, continua sendo produzida da mesma maneira de séculos atrás: depois de três a quatro meses de plantadas, as raízes são colhidas, descascadas, raladas, prensadas para que delas se desprendam o ácido cianídrico (ácido de elevada toxicidade), depois é torrada e transformada em farinha. Esse processo possibilita que a farinha tenha um longo tempo de duração e não se estrague⁶⁴.

Ainda, sobre a produção de farinha de mandioca no Recôncavo, cabe falar de um tipo de farinha – a *farinha de copioba*. Produzida no *Vale da Copioba*, zona que corta os municípios de São Felipe, Nazaré das Farinhas e Maragogipe, daí o nome *farinha de copioba*. De lá, chegava ao mercado colonial ou provincial uma farinha que, por sua qualidade e grande aceitação, passou à história como padrão de excelência em farinha de mandioca.

1.4.4 Uma sociedade de negros, “pardos”, “mulatos”, “cabras”...⁶⁵

Apesar de estar subordinada à metrópole, a colônia teve sua própria organização social, que foi profundamente influenciada pelo escravismo da grande lavoura, baseada inicialmente na mão-de-obra indígena e depois na africana, “[...] criadora de hierarquias fundamentadas na raça e na cor que refletiam a organização interna dos engenhos”⁶⁶.

⁶² BARICKMAN, B. J. Op. Cit., p. 157.

⁶³ Conforme tabela sobre “Estimativas de produção de farinha no Recôncavo, 1780-1845” (tabela de número 10). BARICKMAN, B. J. Op. Cit., p. 157.

⁶⁴ No século XVIII, Gandavo já dizia: “A de guerra se faz desta mesma raiz, e depois de feita fica muito seca e torrada de maneira que dura mais de um anno sem se danar”. (GANDAVO, Pero de Magalhães. *Tratado da terra do Brasil; História da província Santa Cruz*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980, p. 97)

⁶⁵ Segundo Barickman, em documentos do século XVIII e XIX, “pardo” era o termo mais usado para designar qualquer pessoa afro-mestiça. “Cabra” referia-se a um indivíduo com um dos pais preto e o outro pardo, ou filho de dois cabras.

⁶⁶ SCHWARTZ, Stuart. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Cia. das Letras, 1988, p. 215.

Em fins do século XVIII, a capitania da Bahia tinha uma população de quase 220 mil habitantes, dos quais 150.096, ou seja, 68,5% viviam no Recôncavo⁶⁷, assim, configurando a região como uma das mais densamente povoadas de todo o Brasil colonial.

A ampla utilização da mão-de-obra cativa no Recôncavo vai dá origem a uma das mais numerosas populações escravas do país. Em 1816-17, o número de trabalhadores escravos na região atingiu o total aproximado de 89 mil⁶⁸. Essa mão-de-obra escrava se concentrava nas freguesias açucareiras tradicionais, às margens da Baía de Todos os Santos ou nas suas proximidades e nas áreas produtoras de fumo. Nas zonas produtoras de açúcar era nos engenhos que, em meados do século XIX, mais de 80% da força de trabalho empregada era constituída de negros escravizados.

O centro da unidade produtora de açúcar era o engenho, que combinava o cultivo da cana com a fabricação do açúcar. Era formado principalmente pela *casa grande*, *senzala*, *capela* e *casa de engenho*. Nesse espaço reinava a figura todo-poderosa do *senhor de engenho*, que segundo Antonil “[...] é título a que muitos aspiram, porque traz consigo o ser servido, obedecido e respeitado por muitos”⁶⁸. O fato de o engenho ter necessidade de trabalhadores especializados, artesãos, feitores fez com que houvesse diferenciação entre os cativos e funções que podiam ser exercidas por trabalhadores assalariados. Essas ocupações mais vantajosas eram desempenhadas por indivíduos livres e mestiços.

Apesar de todas as desigualdades existentes entre os grupos que inicialmente formaram a sociedade do Recôncavo, vale ressaltar o processo de mestiçagem que marcou profundamente a região.

1.5 Manufaturas de fumo: um pouco de história

Na primeira metade do século XIX, poucas eram as indústrias existentes na Bahia e, dentre elas, estava a primeira fábrica de rapé. A fábrica chamava-se *Areia Preta* e foi fundada em 1819, pelo suíço Frédéric Meuron⁶⁹. Data dessa época, também, a fábrica de rapé pertencente a Manuel Vasconcelos Souza Bahiana, que funcionava em Cachoeira. Mas, só entre 1870 e 1890, quando se dá a ascensão do fumo como primeiro produto da pauta de exportações baianas, ocorreu a eclosão das manufaturas de fumo.

⁶⁷ Cf. BARICKMAN, B. J. Op. Cit., p. 45 e nota de rodapé da página 332.

⁶⁸ BARICKMAN, B. J. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 216.

⁶⁸ ANTONIL, André João. Op. Cit., 1982, p. 75.

⁶⁹ Cf. BORBA, Silza Fraga Costa. *Industrialização e exportação de fumo na Bahia (1870-1930)*. Salvador-Bahia, 1975, p. 35. (Dissertação de Mestrado em Ciências Humanas – UFBA).

A expansão do mercado interno, o aumento do consumo e a existência de parte da matéria-prima criaram as condições favoráveis para que, a partir de 1870, se instalassem, na Bahia, um grande número de estabelecimentos fumageiros. Sobre sua quantidade não há registros precisos, pois, segundo Silza Borba, o número de fábricas citado nos relatórios dos Presidentes da Província e na literatura sobre o assunto, ou exageram ou subestimam a quantidade. Para o ano de 1872, Freitas Henriques assinala a existência de duas fábricas de rapé: a Meuron & Cia. e a Moreira & Cia⁷⁰. Aroldo de Azevedo afirma que, em fins do século XIX, existiam na Província dezesseis fábricas de artefatos de fumo, das quais doze eram fábricas de charutos. Por sua vez, os relatórios dos Presidentes da Província fazem referência apenas às maiores e mais importantes fábricas, enquanto o número dos pequenos estabelecimentos é avultado⁷¹.

Tudo indica que o modelo de negócio com o fumo, praticado até a década de 1930, associava exportação-industrialização. As maiores manufaturas de fumo do Recôncavo pertenciam a exportadores e comerciantes desse produto. O modelo situava e concebia a atividade industrial de fabricação de charutos como “uma atividade colateral⁷²”, fato que talvez seja explicado pela preponderância ainda na economia nacional do modelo agro-exportador e que apenas se reproduzia nessa região do país. “Muitos exportadores transformaram-se em fabricantes: August Suerdieck, Gerhard Dannemann, Bernhard Rodenburg, Epiphanyo José de Souza, sem que a atividade exportadora fosse abandonada”⁷³. Somente as manufaturas, de caráter caseiro, dedicavam-se exclusivamente à fabricação de charutos.

Um traço característico da manufatura do fumo era o emprego quase exclusivo de mão-de-obra feminina na confecção de charutos. O relato de Aroldo de Azevedo, em visita à fábrica de charutos Costa Penna, nos anos 1950, revela o caráter absolutamente manufatureiro da produção de charutos e o incipiente estágio em que se encontrava a industrialização no estado, pois tal como ocorreu nos primórdios da Revolução Industrial, lançava-se mão do trabalho das mulheres para pagar salários mais baixos. E o traço étnico dessa mão-de-obra, como salienta o geógrafo, fica por conta de uma herança histórica que se mostrava naquele tempo ainda bastante recente.

⁷⁰ *Apud* BORBA, Silza Fraga Costa. Op. Cit., p. 38.

⁷¹ *Idem*, p. 38.

⁷² Definição tomada de BORBA, Silza Fraga Costa. Op. Cit., 49.

⁷³ BORBA, Silza Fraga Costa. Op. Cit. p. 49.

O espetáculo que se desdobra aos olhos do visitante chega a ser chocante: vasto recinto aberto, onde um número avultado de mulheres de cor, de humilde aspecto, utiliza exclusivamente as mãos na feitura dos charutos. Nada de mais primitivo e rude, em se tratando de indústria...⁷⁴

Nos anos de 1950, a Bahia era responsável por cerca de 70% da produção brasileira de charutos. As mais importantes fábricas estavam situadas na região do baixo Paraguaçu, nas cidades de São Félix e Maragogipe. Em São Félix localizavam-se as fábricas Costa Penna e Dannemann, onde trabalhavam aproximadamente três mil operários⁷⁵. Por sua vez, em Maragogipe ficava a fábrica Suerdieck, que será objeto de atenção especial nos capítulos três e quatro desta dissertação.

1.6 “O petróleo é nosso” chega ao Recôncavo

A descoberta de petróleo na Bahia aconteceu em 1939, em Lobato, hoje, um bairro do Subúrbio Ferroviário de Salvador. Dois anos depois, o primeiro campo comercial começou a ser explorado na cidade de Candeias e, em seguida, foram perfurados poços de petróleo em outros municípios vizinhos. Durante mais de duas décadas, a produção de petróleo no Brasil localizou-se exclusivamente na região, incluindo-se, nesse período, os dez primeiros anos de existência da Petrobrás (1953-1963), quando ocorreu a descoberta do campo de Carmópolis, no estado de Sergipe.

O Recôncavo dos anos 1950 encontrava-se em uma situação de estagnação e marasmo. Suas vias de transporte e comunicação eram precárias, o que dificultava a circulação de pessoas e mercadorias. O meio de transporte mais importante na região era o transporte marítimo, realizado por navios e saveiros. A produção de açúcar pelas usinas sofreu um grave declínio. Enfim, há anos a região vinha lentamente sofrendo um processo de esvaziamento, o que a excluiu dos movimentos de urbanização e industrialização que atingiram a Bahia, a partir de Salvador, no período mencionado. Assim, a “chegada” e a expansão das atividades da Petrobrás vão acarretar profundas mudanças na região.

No início, segundo analisa Fernando Pedrão, o cenário social e econômico local foi modificado com o estabelecimento de preços para as terras subutilizadas, com a criação de empregos para trabalhadores pouco especializados e para peões, mas também terras foram invadidas, e a Petrobrás surge “[...] como um poder quase ditatorial”⁷⁶. Referindo-se a esse

⁷⁴ AZEVEDO, Aroldo de. *Regiões e paisagens do Brasil*. 2 ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1954, p. 160.

⁷⁵ Idem, *ibidem*, p. 160.

⁷⁶ PEDRÃO, Fernando Cardoso. “Novos rumos, novos personagens”. In: BRANDÃO, Maria de Azevedo (org.). *Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição*. Salvador: Fund. Casa de Jorge Amado; Academia de Letras da Bahia; UFBA, 1998, p. 223.

momento inicial de instalação da empresa, Antônio Risério comenta que houve um verdadeiro “choque do petróleo”. E isso foi de tal forma que, em fins dos anos 1950, as torres de petróleo já eram um “símbolo da região”⁷⁷.

No conjunto dessas mudanças, que aconteceram na fase de expansão da extração do petróleo, os movimentos de populações fornecem elementos bastante significativos para a compreensão do quadro sócio-econômico da região: a emigração da região para o Centro-Sul continuou e, em contrapartida, a área passou a atrair migrantes originários de outras localidades do estado, mas, em menor quantidade, de outras áreas do Nordeste⁷⁸.

Em uma segunda fase, que correspondeu ao amadurecimento do setor petrolífero, aconteceu à expansão da sua capacidade industrial, o aumento da extração de petróleo e a “[...] internalização de efeitos sobre a indústria metal-mecânica e elétrica, sustentando a industrialização polarizada”⁷⁹. Por último, ocorreu à fase de declínio da produção de petróleo, quando se dá um reordenamento do setor, em função da capacidade de refino do produto ter ultrapassado a extração local, provocando uma queda nos empregos diretos e indiretos.

Por muito tempo, não se teve uma avaliação substantiva dos efeitos sociais e ambientais do setor petrolífero no Recôncavo Baiano, prevalecendo seus aspectos positivos, especialmente, o de geração de empregos. Contudo, há que se concordar com a afirmação do economista Fernando Pedrão de que a indústria fumageira, localizada nas cidades de São Félix, Cachoeira, Maragogipe e Cruz das Almas, declinou quase completamente, mantendo-se apenas uma pequena produção de papel, na cidade de Santo Amaro.

1.7 “Triste, oh quão triste Recôncavo!”

Qual o ponto de partida do declínio do Recôncavo? Muitas podem ser as respostas. Para Fernando Pedrão, “[...] o peso relativo da influência do Recôncavo na Bahia diminuiu junto com a conclusão das estradas de ferro até Juazeiro e para Sergipe, que ampliaram o espaço real de influência de Salvador, no primeiro quarto do século”⁸⁰. Desde a década de 1960, que a característica marcante da região tem sido o marasmo. E isso se deveu à falta de investimentos e à enorme emigração, principalmente, dos seus quadros qualificados.

⁷⁷ AZEVEDO, Thales. “O advento da Petrobrás no Recôncavo”. In: BRANDÃO, Maria de Azevedo. *Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição*. Salvador: Fundação casa de Jorge Amado; Academia de Letras da Bahia; UFBA, 1998, p. 193.

⁷⁸ Conforme SOUZA, Guaraci Adeodato Alves de. *População do Recôncavo Baiano*. Salvador: Centro de Recursos Humanos - UFBA, 1976, p.42.

⁷⁹ PEDRÃO, Fernando Cardoso. Op. Cit., 1998, p. 223.

⁸⁰ Idem, p. 228.

O processo de estagnação avança a tal ponto que, na década seguinte, quando a Bahia encaminhava-se para um projeto de industrialização polarizada, criando os distritos industriais “[...] a capacidade instalada das cidades do Recôncavo já estava completamente arcaizada”⁸³. É preciso que se diga que, para o Recôncavo, não se formulou qualquer proposta que vinculasse a região ao novo modelo de industrialização, podendo-se, inclusive, afirmar que: “O período do lançamento da indústria do Estado foi também o de declínio mais brusco da agroindústria canavieira e do fumo”⁸⁴.

Seguindo as análises de Fernando Pedrão, nas últimas duas décadas do século XX, o Recôncavo não mais se constituía em um espaço de produção de uma atividade econômica significativa, e se mostra potencialmente pouco capaz de mudar esse quadro. A produção da região se concentrou em atividades voltadas para o extrativismo, que vai se realizar de uma forma predatória, degradando o meio ambiente e pouco contribuindo para a alteração da situação de pobreza e de desigualdade imperantes na região.

Convergindo na essência com o economista Pedrão, sobre as razões da decadência do Recôncavo, porém, valendo-se de um tom poético-literário, Antônio Risério, toma como ponto de partida para o declínio da região, ou o que se poderia também chamar de processo de “desintegração” de uma realidade geo-histórica secular, as transformações advindas da instalação da Petrobrás e os seus desdobramentos. Situação que vai avançar com a instalação de unidades da citada empresa no Recôncavo Norte (nas cidades de Catu, Pojuca e Mata de São João), antes apenas concentradas nas zonas açucareira e fumageira; seguida da criação do Centro Industrial de Aratu; por fim, o processo vai culminar com a implantação do Pólo Petroquímico de Camaçari, em junho de 1978. Era na expressão de Antônio Risério, “a mortificação radical”⁸⁵.

A situação trouxe para a região muitas consequências. As estradas construídas para atender aos novos empreendimentos econômicos, também, trouxeram produtos manufaturados e agrícolas do centro-sul, liquidando a economia tradicional da região; a desativação do transporte marítimo-fluvial pôs fim às lendárias viagens do *Vapor de Cachoeira* e calou o apito do *Navio Maragogipe*, substituto do Paraguaçu e do João das Botas

⁸³ PEDRÃO, Fernando Cardoso. “Novos rumos, novos personagens”. In: BRANDÃO, Maria de Azevedo (org.). *Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição*. Salvador: Fund. Casa de Jorge Amado; Academia de Letras da Bahia; UFBA, 1998, p. 224.

⁸⁴ Idem, ibidem, p. 224.

⁸⁵ RISÉRIO, Antônio. *Uma história da cidade da Bahia*. Rio de Janeiro: Versal, 2004, p. 553.

e que, por décadas, diariamente realizou a travessia de Maragogipe a Salvador e de Salvador a Maragogipe⁸⁶.

No bojo desse processo, em 1973, o governo federal baixou a Lei Complementar 14/73, promovendo a criação de nove regiões metropolitanas⁸⁷, entre as quais estava a Região Metropolitana de Salvador - RMS. Originalmente, a RMS abarcava a Ilha de Itaparica, municípios produtores de petróleo como Candeias e São Francisco do Conde, municípios vizinhos da capital, Simões Filho e Lauro de Freitas (antigo Santo Amaro de Ipitanga), Camaçari e Dias D'Ávila e a capital, Salvador⁸⁸. A delimitação da RMS seria então “[...] uma cirurgia histórica e cultural desastrosa, trocou o coração do Recôncavo, a região colonial-barroca de Cachoeira e Santo Amaro, por uma ‘área adjacente’ entre Lauro de Freitas e Dias D'Ávila”⁸⁹. Salvador ou a *Bahia*, como ainda hoje, muitos dos habitantes do Recôncavo chamam a capital do estado, “[...] vendo-se subitamente no centro de uma ‘Região Metropolitana de Salvador’, teve que alterar a disposição do seu olhar. Teve que desviá-lo em direção ao litoral norte [...]”⁹⁰. O mapa que se segue mostra a posição da RMS no Recôncavo (fig. 9).

⁸⁶ Conforme noticiou a imprensa, o Governo do Estado da Bahia, após solicitação da Prefeitura de Maragogipe, em 24 de setembro de 2001, doou a este município, o navio Maragogipe para que fosse transformado em museu náutico. O projeto não foi adiante e o navio foi deixado sem os devidos cuidados em um estaleiro da Baía de Aratu. Em 2004, o navio foi leiloado e arrematado por um grupo de empresários baianos que propôs utilizar o navio para atividades de lazer ou como restaurante.

⁸⁷ As nove regiões metropolitanas eram as seguintes: São Paulo, Belo Horizonte, Salvador, Curitiba, Porto Alegre, Recife, Fortaleza e Belém.

⁸⁸ A Região Metropolitana de Salvador atualmente é composta pelos municípios de Candeias, Camaçari, Dias D'Ávila, Itaparica, Lauro de Freitas, Madre de Deus, Mata de São João, Pojuca, Salvador, São Sebastião do Passé, São Francisco do Conde, Simões Filho e Vera Cruz.

⁸⁹ RISÉRIO, Antônio. Op. Cit., p.553.

⁹⁰ Idem, p. 549.

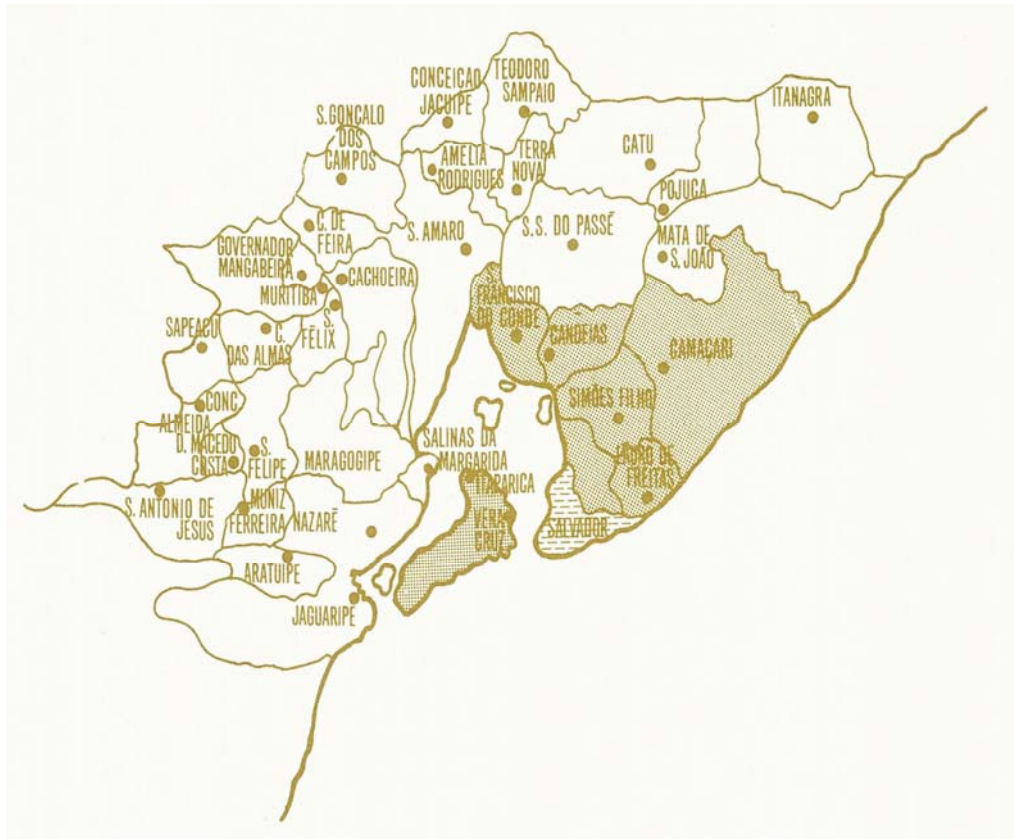


Fig. 9 – A Região Metropolitana de Salvador no Recôncavo – 1973
 Fonte: BAHIA. SEPLANTEC/ CONDEER. *Estudos básicos para o projeto agropecuário do Recôncavo*, [197-], p. 25 .

Todo esse processo carreou para o chamado Recôncavo Norte, para cidades como Catu, Camaçari e Lauro de Freitas, antes pouco povoadas e isoladas, a produção e a riqueza. Enquanto que o Recôncavo Histórico e suas cidades coloniais, entre as quais está Maragogipe, caíram no marasmo e na estagnação econômica.

2 *Da Villa de São Bartholomeu de Maragogipe à Cidade das Palmeiras*

Sabeis de onde nós somos?
Com muito orgulho diremos:
Da cidade das Palmeiras
A quem tanto bem queremos.
[...]

Flávio Lima. *Hino de Maragogipe*

Em 1724, a *Freguesia de São Bartholomeu* tornou-se vila e mais de um século depois, em 1850, a *Villa de São Bartholomeu de Maragogipe* foi elevada à condição de cidade. Na tentativa de compor esse tempo de mais de um século e, buscando, seguir a linha de pesquisa adotada pelo arquiteto Murillo Marx, bem como a metodologia de estudo da *cidade colonial*, proposta pelo geógrafo Pedro Vasconcelos, foi necessário dirigir o olhar para a presença da Igreja Católica naquele espaço.

Assim, este capítulo, além de fazer um apanhado geral da situação de Maragogipe no quadro da colonização portuguesa e de tratar sobre a aglomeração urbana que deu origem ao lugar, procura mostrar a influência da Igreja na formação e expansão da vila e, posteriormente, da cidade.

2.1 *A Freguezia de São Bartholomeu*

O território que correspondia à freguesia e depois à vila de Maragogipe pertencia à sesmaria do *Paroaçu*, *Peroaçu* ou *Peruassú*¹, doada por D. Duarte da Costa, 2º governador-geral da Colônia (1553-1558), ao seu filho D. Álvaro da Costa, através de alvará régio datado de 12 de março de 1562. A doação foi uma recompensa à sua participação militar nas contínuas guerras contra os indígenas, promovidas por este governador.

Wanderley Pinho ², fazendo uma apreciação histórica sobre a colonização no Recôncavo, diz que a região do Paraguaçu foi a primeira a ser conquistada ao índio e foi também a primeira a ser cobiçada pelos sesmeiros. O significado dessa circunstância está no fato de que o primeiro donatário na região do Paraguaçu e, também, proprietário da maior sesmaria concedida, foi D. Álvaro da Costa, o conquistador pelas armas, que tomava para si as terras de onde expulsara os indígenas, habitantes dos vales dos rios Paraguaçu e Jaguaripe. A mesma situação se repetiria com Mem de Sá em Sergipe do Conde, e com tantos mais.

¹ Formas variantes da palavra Paraguaçu.

² PINHO, Wanderley. *História de um engenho do Recôncavo: Matoim, Caboto, Freguesia, 1552-1944*. São Paulo: Nacional; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1982, p. 42.

A sesmaria do *Peroaçu* transformada em capitania por carta de doação de 26 de março de 1566 tinha, então, quatro léguas de costa, da barra do rio Paraguaçu até a foz do rio Jaguaripe, com todas as ilhas, e dez léguas sertão adentro. A capitania voltou ao domínio real, por Carta do Conselho Ultramarino, em 1732, quando foi adquirida por 640 mil réis pelo rei de Portugal³. Com sede na vila de Maragogipe, no início, a capitania teve o nome de *Peruaçu*, depois passou a *Para-açu* e, mais tarde, para o nome definitivo de Paraguaçu que, por conta de sua terminação tupi, outrora se escrevia com dois “ss”⁴.

A primeira aglomeração urbana que surgiu na área em que hoje se encontra a cidade localizou-se no lado Oeste do seu território, no local chamado “*O Rio*”. A sua primeira capela também foi construída nessas imediações e era dedicada a São Gonçalo de Amarante, o primeiro padroeiro da povoação.

O crescimento do povoado permitiu que, ainda no século XVII, fosse instituída a *Freguezia de São Bartholomeu de Maragogipe*. O termo freguesia, originalmente, remete ao lugar onde habitavam os fregueses, os *filií ecclesiae*, os filhos da igreja⁵. A freguesia, além de estar sob a responsabilidade de um pároco, possuía uma igreja paroquial ou igreja matriz, em torno da qual giravam as atividades religiosas e sociais do lugar. A data da criação da freguesia de Maragogipe é controvertida. Carlos Ott a situa em 1640⁶; Osvaldo Sá toma o ano de 1649⁷; o *Livro de Registro das Freguezias* traz que ela foi criada em 1676⁸, por ocasião do seu desmembramento da Freguesia de Nossa Senhora da Ajuda de Jaguaripe. Contudo, foi uma das primeiras a ser fundada no Arcebispado da Bahia.

A Freguezia de São Bartholomeu de Maragogipe era composta de oito *capelas filiais*:

1ª capella ou S. Roque = 2ª Santo Antônio ou Capanema = 3ª Nossa Senhora da Piedade ou Cajú = 4ª Santo Antonio de Aldeã = 5ª Santo Antonio do Sinunga = 6ª N. Senhora do Livramento = 7ª Nossa Senhora do Rosário de Coqueiro = 8ª N. Senhora da Conceição de Coqueiro⁹. (Sic).

O mais importante dessa divisão eclesiástica é que ela vai estar na base da configuração espacial, primeiro do *termo* da *Villa* de Maragogipe e, posteriormente, da divisão político-administrativa do município, pois essas antigas capelas correspondem aos atuais distritos de

³ TAVARES, Luís Henrique Dias. *História da Bahia*. São Paulo: UNESP; Salvador-BA: EDUFBA, 2001, p. 97.

⁴ SÁ, Osvaldo. “Maragogipe”. In: ARQUIVO. Maragogipe, 20 de dezembro de 1956, p. 1.

⁵ MARX, Murillo. *Cidade no Brasil terra de quem?* São Paulo: Nobel; Editora da Universidade de São Paulo, 1991, p. 27.

⁶ Cf. OTT, Carlos. *O povoamento do Recôncavo baiano pelos engenhos*. Salvador: Bigraf, 1996, p. 68.

⁷ Cf. SÁ, Osvaldo. ARQUIVO. Maragogipe, 20 de Dezembro de 1956, p. 1.

⁸ LIVRO de registro das *freguezias* - Nº 63. Pertencente ao Laboratório Reitor Eugênio de Andrade Veiga. Laboratório de Conservação e Restauração do Acervo da Cúria Metropolitana de Salvador.

⁹ Idem, s/p.

São Roque, Capanema, Nagé (Nossa Senhora do Livramento) e Coqueiro e aos povoados de Piedade, Santo Antonio de Aldeia e Sinunga.

Como se pode observar a instituição da freguesia precedeu a organização do poder civil, pois a elevação do povoado à condição de vila só aconteceu na segunda década do século XVIII.

2.1.1 “História de uma Igreja”: a Matriz de São Bartolomeu

A história da Igreja Matriz de Maragogipe perpassa a história da própria cidade e muito significativamente na sua dimensão urbana. Ela funcionou como vetor de crescimento, além de marcar a paisagem com sua arquitetura monumental.

A igreja matriz da *Freguezia de São Bartholomeu* foi instituída em uma capela “[...] limitada, e arruinada, e incapaz de se celebrarem nella os Officios Divinos...”¹⁰. Por essas razões, ainda, por volta do final do século XVII, os paroquianos daquela freguesia tomaram a iniciativa de construírem uma nova matriz com suas próprias oblatas.

A data do início das obras da “nova” igreja matriz é absolutamente incerta. Em *História de uma Igreja*, Fernando Sá esclarece que o vigário licenciado da freguesia, Manoel Coelho Gatto, em 1682, escreveu uma carta ao rei de Portugal, D. Pedro II, relatando o esforço dos habitantes daquela vila para construir os alicerces do templo e o seu sofrimento pela paralisação da obra, por falta de recursos financeiros. O fato é indicativo de que a sua construção tenha começado algum tempo antes daquela data. Enquanto o seu término, segundo registra esse mesmo autor, ocorreu por volta de 1750 a 1753. Mas considerando, como fala Osvaldo Sá, os achados de lápides, em 1882, com inscrições datadas da segunda década do século XVIII, existe a possibilidade de que o término de sua construção tenha ocorrido muito antes de 1750¹¹.

Os recursos para a conclusão das obras vieram da contribuição anual de mil cruzados feita pela Coroa portuguesa, conforme consta da provisão régia de novembro de 1683 e, assim, registra a escritura de contrato, obrigação e quitação entre Domingos Coelho de Oliveira, mestre-pedreiro, e o Sargento-Mór Bento Fernandes Cazado, celebrado na cidade do Salvador pelo tabelião Lourenço Barbosa, em 19 de dezembro de 1700.

E logo em presença de mim Tabelião e das ditas testemunhas, recebeo elle dito Domingos Coelho de Oliveira da mão do dito Sargento-Mór dois mil cruzados em dinheiro de contado, moedas de prata correntes neste Estado por conta da dita obra, a saber mil cruzados por conta dos que El-Rey Nosso Senhor manda dar todos os

¹⁰ Citado por SÁ, Fernando dos Santos. *História de uma igreja*. Maragogipe, 1994, p. 31.

¹¹ SÁ, Osvaldo. *Histórias Menores (capítulos da história de Maragogipe)*. São Félix: Gráfica e Editora ODEAM, 1982, p. 102-3 [v. II.]

anos para gastos da dita obra enquanto ele durar e os outros mil cruzados das esmolas dos freguezes e irmãos dos quais se farão os mil cruzados cada anno para se juntarem os dois mil cruzados [...]”¹².

Sua planta, provavelmente, projetada por um arquiteto ou perito português do qual se desconhece o nome, tem forma de cruz latina, contornada por arcarias abertas para o exterior, inclusive o transepto, sobre as quais se situam as tribunas e duas sacristias superpostas por consistórios em cada lado da capela-mor¹³ (fig. 10).

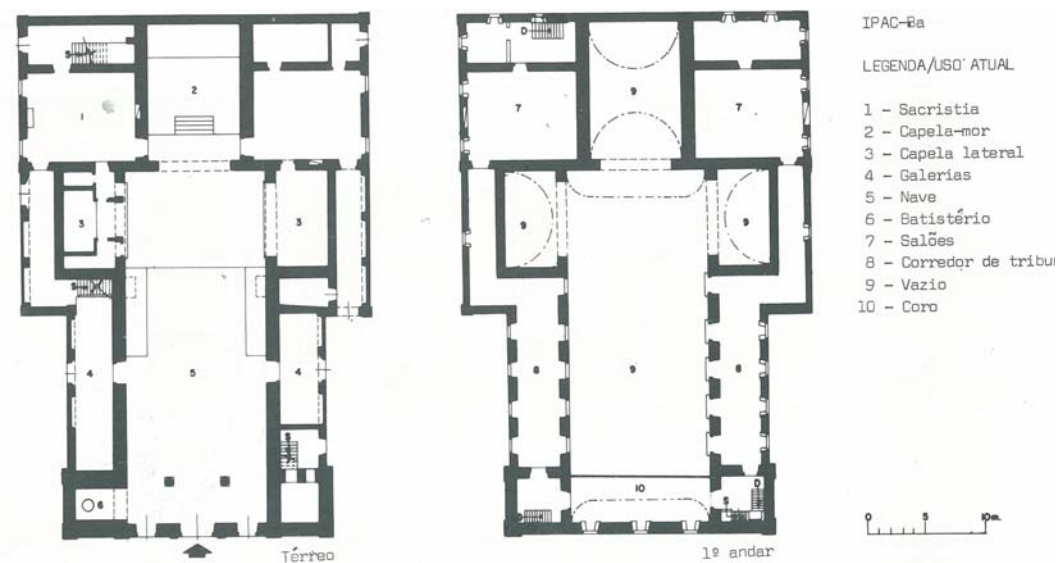


Fig. 10 – Planta da Igreja Matriz de São Bartolomeu

Fonte: BAHIA/IPAC. *Inventário de Proteção do Acervo Cultural*; Monumentos e sítios do Recôncavo. Salvador: Sec. de Indústria e Comércio, 1982, p. 193 [II parte, v. 3]

Durante muito tempo a população da cidade estranhou a posição de sua igreja matriz, com a fachada voltada para o Oeste e os fundos para o Leste, para a parte mais movimentada da urbe - o centro. De acordo com Osvaldo Sá, o imaginário popular chegou a criar uma lenda para explicar a tão “inusitada” posição de sua igreja maior:

[...] a Matriz se edificara com a frontaria para o oriente, mas certo dia, ao alvorecer, toda a sua fundação se achava alterada, com a frente para o oeste. Mudaram-se novamente os alicerces, porém o poder sobrenatural pusera mais uma vez a frente do templo para o oeste. Operou-se a terceira retificação, e o inexplicável acontecimento se repetira. Cederam, então, os construtores à vontade irredutível da Providência, como diziam, deixando afinal a frente da igreja para o lado ocidental¹⁴.

A narrativa acima sugere que os alicerces da Igreja Matriz de São Bartolomeu foram assentados e reassentados. Muitas hipóteses podem ser levantadas para a situação, como, por

¹² Apud SÁ, Fernando dos Santos. Op. Cit. 1994, p. 37.

¹³ BAHIA/IPAC. *Inventário de Proteção do Acervo Cultural – IPAC*; Monumentos e sítios do Recôncavo. Salvador: Sec. de Indústria e Comércio, 1982, p. 193. [II parte, v.3].

¹⁴ SÁ, Osvaldo. Op. Cit. p. 14 [v.II].

exemplo, a instabilidade do solo. Mas confrontando o contrato feito com o mestre-pedreiro, responsável por sua construção, datado de dezembro de 1700, com a publicação das *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*¹⁵, em 1707, emerge a hipótese de que talvez tenha havido mudança no projeto original, para atender às normas eclesiásticas. Essa hipótese parece ser reforçada quando se sabe que depois de serem feitas as fundações, a obra ficou paralisada por longo tempo, conforme diz Fernando Sá¹⁶. Portanto, há fortes indícios de que quando as obras começaram tinha-se conhecimento das normas da Igreja Católica para construção de igrejas paroquiais e que os construtores da Matriz de São Bartolomeu procuraram segui-las.

Ainda hoje, se pode ter uma noção de como a edificação da Matriz de São Bartholomeu parece ter obedecido as determinações eclesiásticas. Apesar das modificações realizadas em sua área exterior e em seu entorno, ainda, é possível fazer um confronto entre o que ditam as normas canônicas e a monumental construção e, verificar que seu enquadramento tem elevado nível de precisão. Foi edificada em “[...] em sitio alto, e lugar decente, livre da humidade, e desviado, quanto possível, de lugares immundos, e sórdidos, e de casas particulares, e de outras paredes, em distância que possam andar as Procissões [...]”¹⁷. A posição de sua fachada, como foi dito anteriormente, voltada para o Oeste, deve-se também a aquiescência de outra determinação eclesiástica, que trata sobre a edificação da capela maior das igrejas paroquiais: “[...] se funde de maneira, que possa o Sacerdote no Altar fique com o rosto no Oriente e não podendo ser que fique para o Meio dia, mas nunca para o Norte, nem para o Occidente”¹⁸. Como se observa a igreja está de costas para o Lagamar do Iguape e seus amplos adros permitem o “andar das procissões” (fig. 10).

¹⁵ “As ‘Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia’ foram elaboradas na cidade de Salvador, no ano de 1707, por iniciativa do arcebispo da Bahia, D. Sebastião Monteiro da Vide, publicadas em 1719. Foram redigidas como resultado do Sínodo Diocesano, promovido por D. Sebastião, e estão, obviamente, assentadas nas resoluções dos Sagrados Cânones, nas Constituições Apostólicas e, principalmente, apoiadas pelos decretos do sagrado Concílio Tridentino. Entretanto, a intenção de D. Sebastião foi dar ao Brasil uma legislação independente da Metrópole, e que contemplasse os aspectos próprios da realidade colonial. Um dos méritos dessas Constituições é o fato de terem sido redigida diretamente em língua portuguesa, portanto apresentando um maior alcance em sua divulgação.” (COSTA, Ana de Lourdes Ribeiro da. *Salvador, século XVIII: o papel da Ordem Religiosa dos Beneditinos no processo de crescimento urbano*. Universitat Politècnica de Catalunya – Escola Tècnica Superior D’Arquitectura de Barcelona, Departament de Composició Arquitectònica. Barcelona, março de 2003, p. 66).

¹⁶ SÁ, Fernando dos Santos. *História de uma igreja*. Maragojipe, 1994, p. 29 e 30. [].

¹⁷ VIDE, Sebastião Monteiro da. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*; feitas, e ordenadas pelo ilustríssimo e reverendíssimo D. Sebastião Monteiro da Vide. Brasília: Senado Federal/Conselho Editorial, 2007, Livro IV, Título, XVII, Item 687, p. 252.

¹⁸ Idem, ibidem, Livro IV, Título XVII, Item 688, p. 253.

Seu frontispício apresenta um corpo central, com portada em cantaria, ladeada por duas portas semelhantes, três janelas de coro e um frontão triangular¹⁹. As duas torres piramidais completam a imponência do monumento (fig. 11).



Fig. 11 – Localização da Matriz de S. Bartolomeu. Foto - IBAMA – 2003

Artistas baianos, com obras em igrejas da capital e em vilas do interior da Bahia, trabalharam na Matriz de São Bartolomeu: Manoel Ignacio da Costa, João Pereira de Matos, Floriano de Souza Farto²⁰. No interior da Matriz de São Bartolomeu, segundo o historiador Ignacio Accioli, foram construídos onze altares: São Bartolomeu, São Gonçalo, Santo Cristo, Nossa Senhora dos Mistérios, São Miguel Arcanjo, Nossa Senhora da Conceição, Nossa Senhora do Amparo, Nossa Senhora da Piedade, Santo Antônio, São Benedito e Santa Rita, Sagrada Família²¹. Hoje, alguns desses santos já não dão nome aos onze altares.

2.2 Vilas e cidades no Brasil-Colônia

Na época do Brasil-Colônia, as vilas foram de importância vital na ocupação do seu território. As vilas maiores, àquelas do litoral, se tornaram base da administração e do poder

¹⁹ Maiores detalhes arquitetônicos sobre a Matriz de São Bartolomeu podem ser encontrados em: BAHIA/ IPAC. *Inventário de Proteção do Acervo Cultural*; monumentos e sítios do Recôncavo. Salvador: Sec. de Indústria e Comércio, 1982, p. 193 e 194. [II parte, vol. 3]

²⁰ SÁ, Fernando dos Santos. *História de uma igreja*. Maragogipe, 1994, p. 52-3 [].

²¹ SILVA, Ignacio Accioli e. *Memórias históricas e políticas da provincia da Bahia*. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1919, p. 240

metropolitano, além de centros de comércio exportador e importador. Eram também bases militares e centros de convergência social e cultural. A sua criação era uma das atribuições do capitão-donatário que, segundo os forais e os costumes do reino, as vilas deveriam ser fundadas onde o julgasse mais conveniente, quanto à costa e rios navegáveis e, no sertão, a seis léguas de distância umas das outras.

Dentro do sistema de colonização portuguesa, não havia uma legislação específica tratando de como proceder para fundar vilas ou cidades. Para Paulo Santos, elas eram vistas cada qual como um caso particular, que exigia determinações específicas, embora “[...] com frequência, os preceitos contidos nas cartas régias, que tratavam da fundação de vilas e cidades, iam passando de umas para as outras e constituindo-se em corpo de doutrina”²². Dessa forma, conclui o autor, houve cidades nascidas de um plano específico, como foi o caso da cidade do Salvador, e cidades de formação espontânea, que foi o que aconteceu com a maioria delas.

A organização municipal portuguesa, com suas raízes romanas e suas funções político-administrativas estabelecidas pelas Ordenações Manuelinas²³, transferiu-se para o Brasil. Os dois elementos constitutivos do poder municipal eram a *Alcaldaria* e a *Câmara Municipal* ou *Senado da Câmara*, denominação que possuía em determinadas cidades. A *Alcaldaria* e suas rendas eram privilégios do donatário da capitania, que nomeava o *Alcaide, capitão da vila*. O *Senado da Câmara* era o órgão mais importante da administração. Sua jurisdição se estendia a todo o *termo*, ou seja, a área equivalente ao território municipal. Funcionava ao mesmo tempo como um órgão representativo de caráter local, já que seus cargos eram eletivos, e como órgão da administração geral. Embora, na aparência, amplas fossem as suas atribuições, a sua atuação não se revestia de qualquer ideia autonomista²⁴.

O *Senado da Câmara* era composto de um juiz presidente, *juiz ordinário*, quando eleito como os demais membros da Câmara, ou *juiz-de-fora* quando nomeado pela Coroa. Os juizes ordinários eram sempre dois e exerciam o cargo sem remuneração, como os demais membros da Câmara. Tanto o juiz ordinário quanto o juiz de fora, além de suas funções como membro e presidente da Câmara tinham outras atribuições como a de julgar e dar sentenças, de resolver litígios e de executar as providências da administração central. Os outros membros da Câmara eram os *oficiais*: três vereadores e um procurador. Nas vilas onde ocorriam eleições, votava

²² SANTOS, Paulo. *Formação de cidades no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001, p. 47.

²³ Instituídas em 1514 pelo rei D. Manuel, representavam o conjunto de leis e regras a serem seguidas no reino e nas colônias portuguesas, tanto em relação à administração pública quanto à justiça.

²⁴ FAORO, Raimundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 10 ed. São Paulo: Globo; Publifolha, 2000, p. 209 e 210, [v.I].

apenas o *povo qualificado*, os *homens bons*, isto é, os proprietários de terras e de escravos, gente de posses.

As Câmaras possuíam também patrimônio e finanças próprias. Seu patrimônio construía-se de terras cedidas, quando da criação da vila, e terras que formavam o *rossio*, área destinada a edificações, logradouros e formação de pastos. Por sua vez, as finanças eram obtidas através dos *réditos* (impostos municipais), foros (renda das terras aforadas) e tributos gerais ou especialmente concedidas pelo soberano. “Dois terços da renda municipal pertenciam à Câmara; o último revertia para o Real Erário da capitania”²⁵. Competia, ainda, à Câmara editar posturas; processar e julgar os crimes de injúrias verbais, pequenos furtos e as infrações de seus editos.

Quais eram os critérios para elevar oficialmente uma aldeia ou povoação à categoria de vila, na América Portuguesa? Em inúmeros casos, afirma Roberta Delson, o critério para a elevação de uma aldeia à categoria de vila, pela Coroa Portuguesa, baseava-se na necessidade de estabelecer funcionários em uma área onde não havia um corpo administrativo efetivo, mas que era preciso instituir. Norteava, então, a concessão do título de vila muito mais uma perspectiva pragmática do que o reconhecimento do crescimento físico da localidade²⁶.

Essa parece ter sido a circunstância que motivou o governo português à elevação da *Freguesia de São Bartholomeu de Maragogipe* à condição de vila. Os comentários de Charles Boxer sobre a ordem social do lugar antes e depois de tornar-se vila é um forte indicativo para a confirmação dessa hipótese:

[...] Maragogipe, que era chamada ‘covil dos ladrões’, em 1716, tornava-se, em 1724, municipalidade modelar, tendo os moradores gratos oferecido ao governador uma contribuição anual de dois mil alqueires de farinha de mandioca, para a ração básica da guarnição da Bahia²⁷.

2.3 A *Villa de São Bartholomeu de Maragogipe*²⁸

Em 1693, a Coroa Portuguesa deixava à decisão dos governadores-gerais ou “vice-reis”²⁹ a criação de novas vilas no interior, “[...] contanto que as despesas da Câmara, da

²⁵ Cf. PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1973, p. 316.

²⁶ DELSON, Roberta Marx. Op. Cit., p. 05.

²⁷ BOXER, Charles. *A idade de ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial*. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, p. 170.

²⁸ Documentos de autoridades locais (almotacel, juiz de fora), datados da segunda metade do século XVIII, assim, denominavam a vila: *Villa de São Bartholomeu de Maragogipe*. (Seção de Arquivo Colonial e Provincial, tomo II, Arquivo Público do Estado da Bahia - APEB).

²⁹ A partir de 1640, os governadores-gerais passaram a ser chamados de “vice-reis”, embora, na verdade, apenas em 1720 o Brasil tenha sido oficialmente elevado a vice-reino. O fato é indicativo do crescimento do poder político dos governadores-gerais, que seria ainda maior quando a sede do governo-geral foi transferida para o Rio de Janeiro, em 1763.

cadeia e etc. ficassem a cargo dos habitantes do lugar”³⁰. Será, então, sob a égide desse decreto que, o 4º vice-rei, Vasco Fernandes César de Menêzes, posteriormente Visconde de Sabugosa, irá instituir em 22 de fevereiro de 1724³¹, a requerimento do povo, a vila de Maragogipe.

Pouco tempo depois, em 1728, construiu-se a *Casa de Câmara e Cadeia* à custa dos bens do Conselho, conforme se depreende do comentário de Vilhena em sua descrição sobre a vila de Maragogipe: “*Fez-se nella huma boa caza do conselho, à custa dos bens do mesmo conselho*”³². O edifício foi construído em grandes dimensões e arquitetonicamente, bastante semelhante às Casas de Câmara e Cadeia de Cachoeira e de Santo Amaro da Purificação. Está situado na parte norte da principal artéria da cidade, atual Praça Antônio Conselheiro ou Praça Municipal. Sua frontaria apresenta cinco arcos plenos no térreo e cinco janelas de púlpitos no sobrado, e sobre o seu telhado ergue-se uma *espadaña*, um traço tipológico da arquitetura hispânica no monumento³³ (fig. 12). Na parte térrea funcionou até os anos 1990, a Cadeia da cidade e no sobrado, até hoje, está instalada a Câmara de Vereadores. Em 1937, o edifício foi tombado pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

³⁰ BOXER, Charles. *A idade de ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial*. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, p. 170.

³¹ SÁ, Osvaldo. Op. Cit., p. 27, [v. I]. Por sua vez, Vilhena dá como ano de criação da vila de Maragogipe, o ano de 1725. (VILHENA, Luís dos Santos. *Cartas soteropolitanas*; Carta XIII (Seção de Arquivo Colonial e Provincial do Arquivo Público do Estado da Bahia- APEB).

³² VILHENA, Luís dos Santos. *Recompilação de notícias soteropolitanas e brasílicas*. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1921, p. 508 [Livro II, Anno de 1802].

³³ O arquiteto Paulo Ormino de Azevedo afirma que esse elemento tipológico de origem hispânica é uma característica da arquitetura portuguesa pouco comum no Brasil. Esse modelo seria seguido no Recôncavo da Bahia por influência direta do Paço de Salvador. (AZEVEDO, Paulo Ormino de. “O traço hispânico do Paço Municipal de Salvador”. In: *Anais do 4º Congresso de História da Bahia*. Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia; Fundação Gregório de Matos, 2001, p. 415 e 416).



Fig. 12 – Antiga Casa de Câmara e Cadeia – 1ª metade do séc. XVIII
Situada no lado norte da Pça. Municipal. Foto de Aline Farias – 2008.

A sua administração era composta de dois Juízes Ordinários, três Vereadores, um Procurador, um Juiz de Órfãos, um Almotacel³⁴, dois Tabeliães, um Inquisidor, dois Avaliadores, um Meirinho³⁵ e um Escrivão. Dois anos depois, foram instaladas as Companhias de Ordenanças, cuja administração estava instalada no mesmo prédio onde residia o Capitão-Mor. Um sobrado perto do porto, em um logradouro que ainda hoje guarda o nome de *Travessa Capitão-Mor*.

O processo de expansão da *Villa* de Maragogipe sofreu forte influência da Igreja. A construção da matriz de São Bartholomeu capitaneou para a área peninsular do território o seu desenvolvimento, enquanto a parte que em que se localizou o seu núcleo original, praticamente, estagnou. Para o sítio onde se construiu a matriz, instalou-se o poder civil com a construção da Casa de Câmara e Cadeia. No século XIX, edificou-se o coreto, instalaram-se as primeiras fábricas de charutos e as casas comerciais, fundaram-se as sedes das filarmônicas, implantaram-se as coletorias etc. Criou-se, então, um centro religioso, político, econômico e cívico que se conservaria até os dias atuais. Especialmente, essa área faz parte do que hoje se denomina de “centro histórico”.

³⁴ Juiz almotacel – a quem competia fiscalizar o comércio dos gêneros de primeira necessidade e zelar pela higiene e limpeza públicas.

³⁵ Meirinho – espécie de oficial de justiça.

2.3.1 A *Villa de Maragogipe* no Recôncavo colonial

No contexto do Recôncavo colonial setecentista, a vila de Maragogipe, comparada com as suas congêneres São Francisco do Conde, Santo Amaro, Cachoeira e Jaguaripe, era a menor de todas elas. Em seu *termo* havia apenas duas freguesias - a de São Bartholomeu e a de São Felipe. Possuía o menor número de *fogos* (casas) e de *almas em confição* (habitantes), embora contribuísse com um número um pouco maior de homens para a Guarnição de Tropas da Bahia do que a vila de Jaguaripe, cujo número de *almas* era praticamente igual ao daquela vila. O quadro a seguir, elaborado de acordo com o *Mapa das Freguesias pertencentes ao Arcebispado da Bahia*, composto por Vilhena, no final do século XVIII, mostra essa descrição:

Quadro 1: *Villas* do Recôncavo, no final do século XVIII, com número de *fogos*, de *almas* e de homens que podem dar para a Guarnição de Tropas da Bahia.

<i>Villas</i>	Oragos das <i>Freguezias</i>	Nº de <i>fogos</i>	Nº de <i>almas</i> ³⁶	Nº de homens p/ as Tropas
S. Francisco do Conde	S. Gonçalo da Vila de S. Francisco (1) N. Senhora do Monte (2) Madre de Deos do Boqueirão (3) N. Senhora do Socorro (4) S. Sebastião das Cabeceiras de Passé (5).	1.553	11.735	311
Santo Amaro	N. S. da Purificação da Vila de Santo Amaro (1) S. Pedro em Jacuipe ou Rio Fundo (2) N. Senhora da Oliveira nos Campos (3) S. Domingos da Saubara (4)	1.850	14.310	310
Cachoeira	N. Senhora da Villa da Cachoeira (1) S. Pedro da Moritiba (2) N. Senhora do Desterro do Oiteiro Redondo (3) S. Gonçalo dos Campos (4) S. José das Tapororocas (5) Sant' Anna no Camisão (6) S. Thiago no Iguape (7) S. Estevão no Jacuipe (8)	3.297	26.980	658
Jaguaripe	N. Senhora da Ajuda da Villa de Jaguaripe (1) N. Senhora de Nazareth (2) Santo Antonio de Jequiriça (3) N. Senhora na Madre de Deus em Pirajuia (4)	1.278	8.159	125
Maragogipe	S. Bartholomeu da Villa de Maragogipe (1) S. Felipe (2)	1.168	8.136	233

Fonte: VILHENA, Luis dos Santos. "Mappa de Todas as Freguezias que pertencem ao Arcebispado da Bahia cujos habitantes quanto ao temporal são sujeitos ao Governo da Cidade e Capitania, com distincção das comarcas e villas que pertencem; numero de fogos e almas que em si continhão há poucos annos para a gente que comodamente poderião dar para os Corpos da Tropa da Guarnição de Praça". In: Carta XII, p.162. Seção de Arquivo Colonial e Provincial, tomo II; Arquivo Público do Estado da Bahia.

³⁶ No documento, Vilhena esclarece que o número "[...] *das almas he unicamente das de confição, excluindo todas que não são, como meninos, e pagãos*". (VILHENA, Luis dos Santos. Carta XII, p. 163 – Arquivo Público do Estado da Bahia).

2.3.2 O viver na *Villa de Maragogipe*

A *Villa* de Maragogipe tinha um traçado sinuoso, com construções desalinhadas e raramente suas casas possuíam passeio. Quando eles existiam, eram feitos com pedras grandes e em nível mais elevado ao das ruas que, por sua vez, não tinham pavimentação, o que só vai ocorrer mais tarde, quando a *Villa* estava prestes a tornar-se cidade³⁷. Essas “ruas” ou “caminhos” tomavam o nome do logradouro ou da coisa aonde iam dar. Assim, denominava-se *Ladeira da Cadeia*, *Ladeira do Porto*, *Ladeira do Saboeiro*, *Caminho do Cai-já*, *Ladeira do Cruzeiro*, *Rua Nova do Comércio* etc.

Afora os dias de festa, principalmente aqueles dos festejos em honra ao padroeiro, o silêncio reinava na vila e, praticamente, só era interrompido em duas situações: o toque do sino da Casa de Câmara e Cadeia, anunciando um evento importante para a *Villa*, o que provocava uma corrida da população para a praça principal, a fim de inteirar-se do acontecimento, e o mercadejar dos *escravos de ganho*³⁸, cujos donos pagavam à administração pública licença de Rs.2\$000, por escravo que vendiam pelas ruas, produtos ou serviços³⁹.

A vila comemorava toda sorte de acontecimento vinculado à Corte portuguesa e a Câmara se encarregava de fazer cumprir as determinações de Lisboa ou do Governador da Capitania. Em 1808, a Câmara ordenou que se iluminasse a vila por três dias consecutivos em comemoração à chegada da Família Real Portuguesa à Bahia⁴⁰. Foi assim, também, que o Senado da Câmara, em 1810, baixou edital determinando que os habitantes da vila iluminassem suas casas por três dias consecutivos, em regozijo pelo casamento do Infante D. Pedro. E, os que não cumprissem a ordem pagariam uma multa de Rs.6\$000 e trinta dias de cadeia⁴¹. Ainda por três dias consecutivos, em 1815, a Câmara acatando ordens do Governador Marcos Noronha (o Conde dos Arcos), mandou que se festejasse com *Te Deum*

³⁷ De acordo com Osvaldo Sá, o primeiro bairro a ser pavimentado com pedras, foi um trecho do *Cai-já*, em 1841. (SÁ, Osvaldo. *Histórias Menores (capítulos da história de Maragogipe)*. São Félix: Gráfica e Editora ODEAM Ltda., 1983, p. 33, [v.III].

³⁸ Modalidade típica de exploração da mão-de-obra escrava no meio urbano. O escravo de ganho era aquele que, após executar tarefas na casa do senhor, saía pelas ruas para vender produtos, como as *negras de tabuleiro*, ou vender seus serviços, como os barbeiros, carregadores etc. Para tanto, pressupunha-se que entre o proprietário e o escravo houvesse um acordo, pois o cativo teria que ter facilidade de circulação para executar essas tarefas. Para o senhor, essa situação era lucrativa, na medida em que estipulava uma quantia que o cativo deveria pagar para ter essa liberdade de circular nos núcleos urbanos. Para o escravo, esse acordo poderia ser vantajoso, uma vez que, paga a quantia exigida pelo senhor, o restante de dinheiro ficava para ele. Abria-se, então, uma oportunidade para o cativo acumular pecúlio e, posteriormente, usá-lo para compra da carta de liberdade. REIS, Liana Maria e BOTELHO, Angela Vianna. *Dicionário histórico Brasil; Colônia e Império*. Belo Horizonte: Dimensão, 1998, p. 51 e 52.

³⁹ Cf. SÁ, Osvaldo. *Histórias Menores (capítulos da história de Maragogipe)*. São Félix: Gráfica e Editora ODEAM Ltda., 1982, p. 17, [v.II].

⁴⁰ SÁ, Osvaldo. Op. Cit., p. 71-2, [v.I].

⁴¹ Idem, p. 72, [v.I].

Laudamus e muita música dentro e fora da igreja, à elevação do Brasil a Reino Unido de Portugal e Algarves⁴².

Mas o Senado da Câmara também exercia outros papéis. Era a instituição que regulamentava a vida urbana e o fazia por meio de *posturas*. Em 1843, por exemplo, o vereador Baltazar da Silveira propôs e foi aprovada pela Câmara uma *postura* limitando o uso de armas na vila e seu *termo*, inclusive estabelecendo uma multa de dez mil réis e dez dias de cadeia por sua infração⁴³. Era comum pessoas de posses circularem pela vila “acompanhadas” por homens armados e a prática tornou-se tão abusiva que exigiu uma ação “disciplinadora”.

No que tange ao abastecimento interno, a população da vila de Maragogipe, muitas vezes, sofria a escassez de dois gêneros de primeira necessidade: a carne verde e a farinha de mandioca. Apesar de grande produtora de farinha de mandioca, em épocas de seca, grandes eram as dificuldades de produção, fazendo com que o mercado maragogipano se ressentisse do produto. Por sua vez, a falta da carne verde era muito mais frequente e se tornaria histórica. Em 1809, a população ficou sem carne verde porque a “[...] Câmara de Vereadores aumentou o imposto sobre carnes, em 5 réis em cada arrátel de carne fresca que se estrangulava nos açougues públicos”⁴⁴. A população inconformada apelou ao Governador da Província, que fez com que a referida pretensão fosse anulada. Em outro momento, em 1811, faltou carne na cidade, porque os marchantes (açougueiros) alegaram o baixo preço estabelecido para o produto⁴⁵.

Além de escassez de gêneros de primeira necessidade, a população enfrentava enormes dificuldades de assistência à saúde. Enquanto na vila de *Nossa Senhora do Rosário Porto da Cachoeira* já existia, desde 1734, o *Hospital São João de Deus*⁴⁶, e na vila de *Nossa Senhora da Purificação e Santo Amaro* já havia sido fundada em 1778 a *Santa Casa de Misericórdia e Hospital de Nossa Senhora da Natividade*, na vila de Maragogipe, somente em 7 abril de 1850, às vésperas de se tornar cidade, a sua população realizaria essa tão importante conquista.

⁴² SÁ, Osvaldo. *Histórias Menores (capítulos da história de Maragogipe)*. São Félix: Gráfica e Editora ODEAM Ltda., 1981, p. 78, [v.I].

⁴³ Idem, *ibidem*, p. 21, [v.II].

⁴⁴ SÁ, Osvaldo. Op. Cit. p. 28, [v.II]. Arrátel é uma “antiga medida de peso equivalente a 492 gramas e contendo 16 onças”. (FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986, p. 170).

⁴⁵ Apud SÁ, Osvaldo. *Histórias Menores (capítulos da história de Maragogipe)*. São Félix: Gráfica e Editora ODEAM Ltda., 1982, p. 28, [v.II].

⁴⁶ O referido hospital, em 1826, tornou-se sede da Santa Casa de Misericórdia da Cachoeira, fundada naquele ano.

A construção do *Hospital da Santa Casa de Misericórdia de Maragogipe* foi resultado do empenho pessoal do Juiz Municipal e Delegado de Polícia, o bacharel Antônio Plácido da Rocha⁴⁷, e da ajuda do governo provincial que contribuiu com uma verba de Rs.1:000\$00 (um conto de réis)⁴⁸. No início de sua fundação tinha um patrimônio de “3/4 de légua quadrada, uma casa de telha, e um cemitério arcado de muros de alvenaria com gradil de ferro na frente”⁴⁹.

A sua planta foi projetada pelo engenheiro André Piezewodowski, que veio a Maragogipe em 1847, especificamente para esse fim. O prédio tem uma localização privilegiada, pois está situado em uma colina, tendo ao lado direito a capela de Nossa Senhora da Lapa e, ao lado esquerdo, um conjunto de casas iguais, construído pela própria Santa Casa com o objetivo de produzir renda para a instituição. Seu frontispício, rompido por vãos arqueados, tem friso separando os dois pavimentos (fig. 13). Apesar das várias reformas internas, a sua fachada está quase que totalmente preservada. Nela acrescentou-se a seguinte inscrição: Hospital da Santa Casa de Misericórdia de Maragogipe.



Fig. 13 - Hospital da Santa Casa de Misericórdia, localizado na R. Plácido Rocha. Ao lado, capela de N. S. da Lapa, construída no séc. XVII. Foto - IBAMA - 2003

⁴⁷ Segundo relata Osvaldo Sá, o referido juiz saiu de porta em porta, em toda à vila, de sacola em punho, angariando doações para dar início às obras. (SÁ, Osvaldo. Op. Cit., p. 111, [v.I].)

⁴⁸ Cf. SÁ, Osvaldo. Op. Cit., p. 111, [v.I].

⁴⁹ Apud PEDREIRA, Pedro Tomás. *A Santa Casa de Misericórdia de Santo Amaro*. Bahia: 1978, p. 5. [].

2.4 A Cidade das Palmeiras⁵⁰

As vilas de *Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira*, *Nossa Senhora da Purificação e Santo Amaro* e *São Francisco do Conde* já haviam se tornado cidades, quando o vice-presidente da Província da Bahia em exercício, Álvaro Tibério Moncorvo e Lima, promulgou no dia 08 de maio de 1850, o decreto de nº 389, que elevava a *Villa de São Bartholomeu de Maragogipe* à categoria de cidade. Na ocasião a cidade recebeu o título honorífico de *Patriótica Cidade de Maragogipe*, por sua participação nas lutas pela consolidação da independência política do Brasil, em 2 de julho de 1823.

Em termos de configuração espacial, a cidade ainda se mostrava contida, concentrada no sítio e adjacências em que se encontravam Igreja Matriz, a Casa de Câmara e Cadeia, as Companhias de Ordenanças e onde, pouco tempo depois, seriam instaladas as fábricas de charutos. Imensos eram os terrenos baldios, enorme era a quantidade de arvoredos e altos eram os manguezais que a cercavam. Mas o número de ruas pavimentadas com pedras ampliou-se: a *Ladeira do Saboeiro*, a *Rua do Fogo*, a *Rua de Santana* e a *Rua dos Quebrados*; o calçamento do bairro do *Cai-já* foi completado, pois parte dele já havia sido iniciada, desde 1841. Digno de nota foi à plantação em 1851, por indicação do presidente da Câmara (Padre Ignacio Aniceto de Souza), no *Largo do Porto Grande*, de oito tamarineiros, que permaneceram no local por mais de setenta anos.

A administração da cidade, a cargo do Conselho Municipal, tinha sua receita, segundo orçamento da Câmara Municipal (1853), gerada da cobrança de impostos sobre produtos agropecuários, como gado bovino e ovino; da “taxa” sobre cada *escravo de ganho* que mercadejava pelas ruas; de licença para construção; de infração de *posturas*; da cobrança de dívidas atrasadas; de “carro ou zorra” que andava pelas ruas...⁵¹.

No que se refere à infra-estrutura, a “nova” cidade carecia de melhorias em todos os setores. Em relação ao abastecimento de água, por exemplo, a população da continuou a recorrer às *cisternas* públicas e particulares e ao pequeno comércio de água. A água da *Bica*, como ficou conhecida, era captada do nascedouro, no sítio da *Gameleira*, do então *Engenho Novo*, hoje, fazenda *Salamina*. A água conduzida em canoas e armazenada em potes, tonéis, barris era transportada ao consumo citadino, daqueles que podiam pagar pelo precioso líquido. O consumo de água da *Bica* difundiu-se a partir de um episódio curioso. Quando o imperador D. Pedro II, em visita à cidade, em 1859, bebeu a referida água e a considerando

⁵⁰ Título dado por D. Pedro II, quando visitou Maragogipe, em 1859, em função da existência na cidade de um grande número e espécie de palmeiras.

⁵¹ SÁ, Osvaldo. Op. Cit., p. 32 e 33, [v.II].

boníssima levou “[...] em seu receptáculo próprio, um pouco da água maragogipana para o brigue em que excursionava”⁵².

Outro exemplo era a iluminação das vias públicas e das residências. A cidade só teria iluminação pública em setembro de 1871, quando foram instalados quarentas lampiões a querosene e quase dez anos depois esse número seria de oitenta. Apenas no início do século XX seria inaugurada a iluminação a acetileno, inicialmente no prédio da Câmara, depois nas residências dos mais abastados. A constituição de uma companhia para a exploração do serviço público e particular de energia elétrica aconteceria quase um século depois, em setembro de 1930, ano em que foi fundada a Companhia Maragogipana de Eletricidade S/A. Seus serviços, inaugurados em agosto de 1931, guarda uma história de grande precariedade em seu fornecimento.

O quadro econômico da cidade era de estagnação. A crise que atingira a economia do Recôncavo, no século XIX, abateu severamente Maragogipe. A abolição do trabalho escravo, em 1888, fez declinar ainda mais a manufatura de açúcar do município. Na sede, a atividade comercial também sofreu grande retração. O porto do Cai-já, por exemplo, se tornou um entreposto de mercadorias procedentes de pontos mais distantes do município, para serem vendidas aos *itaparicanos*⁵³. O semanário local, *A Situação*, noticiava na edição do dia 09 de janeiro de 1879: “A feira da semana passada foi pouco concorrida”⁵⁴.

Em 1852, instalou-se na cidade a primeira fábrica de charutos, de propriedade do português Manuel Vieira de Melo. Na década de 1890, uma segunda fábrica de charutos foi implantada - uma filial da Companhia Dannemann. Em 1899, era construído o primeiro prédio para enfiamento de fumo da firma A. Suerdieck, no Largo Sebastião Pinho - *Armazém do Cajá* - onde, em 1905, August Suerdieck instalaria a sua fábrica de charutos que, mais tarde, se tornaria a maior fábrica de charutos manufaturados do mundo - a Companhia Suerdieck S/A. Essas manufaturas se constituíram em um elemento novo e dinâmico para a estagnada economia da cidade, especialmente a fábrica de charutos Suerdieck que, absorverá um enorme contingente de trabalhadores⁵⁵.

A instalação das primeiras manufaturas de fumo levou à fundação, em 1895, do Centro Operário. De acordo com periódico local era uma “[...] utilíssima e humanitária associação”⁵⁶.

⁵² SÁ, Osvaldo. *Histórias Menores (capítulos da história de Maragogipe)*. São Félix: Gráfica e Editora ODEAM Ltda., 1982, p. 78, [v.II].

⁵³ “Itaparicanos” - denominação dada aos embarcações que não residiam em Maragogipe, apenas negociavam em seu porto.

⁵⁴ SÁ, Osvaldo. Op. Cit., 1983, p. 55 [v.III].

⁵⁵ No terceiro capítulo foi feito um relato a fábrica Suerdieck e a cidade de Maragogipe.

⁵⁶ NOVA ERA. Maragogipe, 23 de Outubro de 1897, n. 398, p. 2.

Possivelmente, tratava-se de mais uma das associações mutualistas que se constituíram nesse Brasil a fora, na segunda metade do século XIX. Ainda, sem nenhum amparo legal, sem nenhum direito, os operários brasileiros, daquele período, buscavam no socorro mútuo em caso de doença, acidente, ou a ajuda pecuniária, meios para sobreviver.

No final do século XIX, algumas novidades aconteceram na cidade. No cenário cultural, duas filarmônicas foram criadas: a *Terpsícore Popular*⁵⁷ e a *Dois de Julho*. A primeira foi fundada em 13 de junho de 1880 e nasceu da extinta filarmônica *Menimosina*. Sua primeira sede funcionou na Rua Pedra Branca, hoje, Rua Geraldo Suerdieck. Desde 1959, que a sua sede foi transferida para Rua Fernando Suerdieck, para um prédio, conhecido por toda a cidade como o *Sobrado da Terpsícore*. O edifício é um dos poucos sobrados construídos no final do século XIX, que se conservou após as reformas “modernizadoras” que a cidade experimentou a partir da segunda metade do século XX. Trata-se de um sobrado de composição simétrica, com dois pavimentos e sótão-mirante, de onde se avista grande parte da cidade, telhados em pirâmide e fachada cercada por dois cunhais, imitando cantaria (fig. 14). Hoje, o *Sobrado da Terpsícore*, de relevante interesse arquitetônico, faz parte do conjunto de edificações do “centro histórico” da cidade.

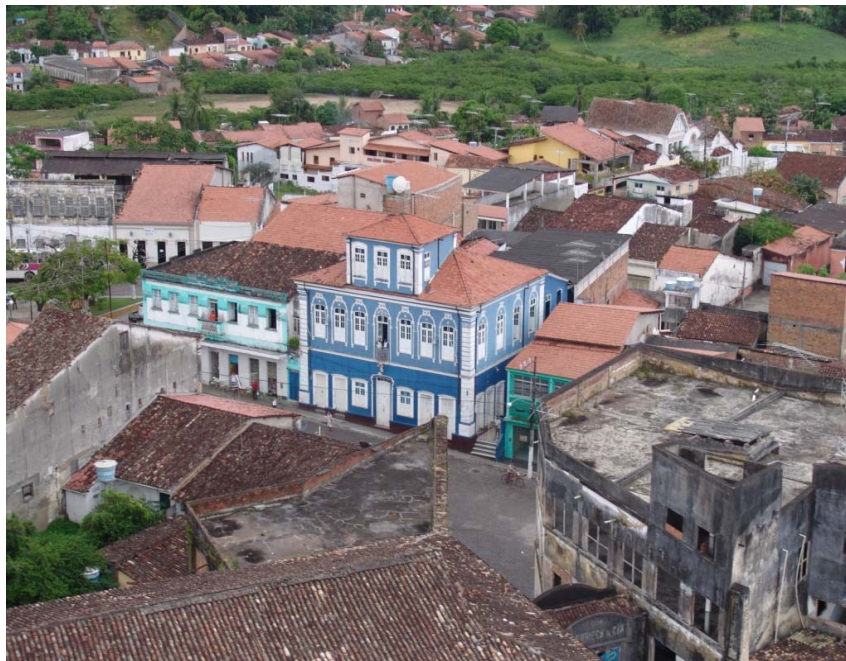


Fig. 14 – *Sobrado da Terpsícore* (destaque), na Rua Fernando Suerdieck, “centro histórico”, sede da Filarmônica Terpsícore Popular. Foto - IBAMA – 2003.

⁵⁷ A Filarmônica Terpsícore Popular foi três vezes campeã dos festivais de filarmônicas do estado da Bahia, em 1975, 76, 78 e vice-campeã em 77 e *hors concours* em 1979.

A outra filarmônica - *Dois de Julho* - foi criada em 7 de setembro de 1886. Seu nome é uma homenagem ao *2 de Julho*, data comemorativa da “independência da Bahia”. Sua primeira indumentária, inclusive, era verde e amarela. Sua atual sede, projetada pelo arquiteto Salomão da Silveira está localizada em uma das extremidades do Largo da Matriz. De estilo neoclássico, com fachada verde e amarela reafirmando o civismo que esteve na base de sua criação, e várias janelas. O frontão triangular é sustentado por pares de colunas e a porção circular do edifício é coberta por uma abóbada vazada por pequenas janelas quadradas (fig. 15). É também um dos monumentos do “centro histórico” da cidade e, apresenta-se, em bom estado de conservação.



Fig. 15 - Edifício sede da Filarmônica Dois de Julho. Situado em uma das extremidades do Largo da Matriz. Foto de Aline Farias – 2008.

Entre os adeptos das duas entidades existia certa rivalidade que, em algumas ocasiões, envolveu inclusive políticos locais. Há relatos de que, no governo do Dr. Flaviano Amado de Souza⁵⁸ ocorreu forte perseguição à *Terpsícore Popular* e seus adeptos. Quando a filarmônica ia fazer apresentações no teatro, e a casa estava repleta de espectadores, chegava à intimação da polícia proibindo o espetáculo e dando ordem aos músicos que se recolhessem sem tocar. A intimação era acompanhada de provocações aos “fãs” e se alguém respondesse era preso⁵⁹. Também, é possível falar que cada filarmônica tinha o seu reduto na cidade. No bairro do Caijá, por exemplo, estavam famílias tradicionalmente adeptas da *Dois de Julho* e no bairro da Enseada as da *Terpsícore*.

⁵⁸ Flaviano Amado de Souza foi Intendente de Maragogipe entre 1891-1894.

⁵⁹ Cf. PARANHOS, José. *Filarmônica Terpsícore Popular: sua vida sua história*. Maragogipe, 1975, p. 39.

O outro grande marco cultural do final do século XIX, na cidade, foi o Carnaval, que será objeto de atenção especial, no quinto capítulo desta dissertação. Como noticiou a imprensa local, foi à estreia da cidade nos festejos carnavalescos. Em 1897, aconteceu o primeiro Carnaval de Maragogipe e a iniciativa da festa partiu da filarmônica *Terpsícore Popular*, que funda também o *Club Carnavalesco Filhos da Terpsycore*.

A reconstituição dos estágios iniciais de Maragogipe forneceu dados importantes sobre a sua história urbana. Primeiro, que a sua constituição e seu desenvolvimento aconteceram nos “moldes” da política portuguesa de ocupação de seus territórios coloniais. Segundo, que foi marcante a influência da Igreja na determinação do espaço urbano. A edificação da “nova” igreja matriz da *Freguezia de São Bartholomeu* vai capitanear para o sítio onde foi construída, o desenvolvimento da vila e da cidade, quase que negligenciando o núcleo original de sua formação, conforme foi visto neste capítulo.

3 Com a sirene da fábrica, o “moderno” chega a Maragogipe

O aspecto lendário da Terra das Palmeiras, atualmente não é o mesmo de antanho...

Revista Maragogipe, agosto de 1942.

Na primeira metade do século XX, Maragogipe se transforma profundamente. A antiga urbe colonial é “invadida pela modernidade”, que a instalação da fábrica de charutos Suerdieck acarretou. Nos anos 1940, ainda sob o governo dos interventores, a *Revista Maragogipe* já anunciava: “O aspecto lendário da Terra das Palmeiras, atualmente não é o mesmo de antanho [...]”. Eram as reformas urbanas que mediante o discurso “modernizador” e “civilizador”, mas pouco democrático, dava à cidade uma “nova” forma.

Acompanhar a trajetória desse processo de transformação requer estabelecer que o estudo da forma urbana aqui “[...] não se restringe à estrutura superficial, à paisagem construída, à configuração em si, [...]”¹, mas se refere ao seu “[...] sentido mais amplo e complexo, de forma como resultado de vários processos históricos, em seus conteúdos, sentidos, intenções etc.”². Partindo dessa noção e das formulações de Canclini sobre culturas híbridas e a questão da modernização nos países latino-americanos³, reconstrói-se neste capítulo a história da fábrica de Charutos Suerdieck S/A, descrevem-se as transformações na configuração e na arquitetura da cidade, além de ressaltar seus impasses históricos.

3.1 Breve esboço sobre modernização e cidade

Para Canclini seria possível condensar as interpretações atuais sobre o que constitui a modernidade em quatro movimentos básicos: um projeto emancipador, um projeto expansionista, um projeto renovador e um projeto democratizador. O projeto emancipador compreenderia “[...] a secularização dos campos culturais, a produção auto-expressiva e auto-regulada das práticas simbólicas, seu desenvolvimento em mercados autônomos [...]”⁴, além da racionalização da vida social e do individualismo, principalmente, nas grandes cidades. Já o que o autor chama de projeto expansionista se traduz pela “[...] tendência da modernidade que procura estender o conhecimento e a posse da natureza, a produção, a circulação e o

¹ SAMPAIO, Antônio Heliodório L. *Formas urbanas: cidade real & cidade ideal; uma contribuição ao estudo urbanístico de Salvador*. Salvador: Quarteto-Editora/PPG/AU, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFBA, 1999, p. 336.

² SAMPAIO, Antônio Heliodório L. Op. Cit., 1999, p. 331.

³ CANCLINI, Néstor García. *Culturas híbridas*. 2 ed. São Paulo: Edusp, 2003, p. 31.

⁴ Idem, ibidem, p. 31.

consumo”⁵. O terceiro movimento ou o projeto renovador abrange dois aspectos que são complementares: a busca incessante de aperfeiçoamento e de inovação; a necessidade de reformular, várias vezes, os signos de distinção que a massificação desgasta. E por último, o projeto democratizador da modernidade, seria “[...] o movimento que confia na educação e na difusão da arte e dos saberes especializados para chegar a uma evolução racional e moral”⁶.

No caso da América Latina, após a independência das colônias hispânica e portuguesa, abriu-se as possibilidades de atualização desses países, o que vai acontecer, segundo Canclini, em forma de movimentos ondulares de modernização. A primeira dessas ondas teria ocorrido no final do século XIX e início do XX, impulsionada pela oligarquia progressista...; o segundo movimento aconteceu entre os anos 20 e 30, em função da expansão do capitalismo e da ascensão das classes médias, pela contribuição dos migrantes, da imprensa, do rádio...; a terceira onda ter-se-ia instalado desde os anos 1940, pela industrialização, pelo crescimento urbano, pelo maior acesso à educação média e superior, pelas novas indústrias culturais⁷.

Esquivando-se da periodização histórica linear e ressaltando os agentes e suas transformações, Canclini diz que os movimentos de modernização na América Latina não puderam cumprir as realizações da modernidade europeia:

Modernização com expansão restrita do mercado, democratização para minorias, renovação das idéias, mas com baixa eficácia nos processos sociais. Os desajustes entre modernismo e modernização são úteis às classes dominantes para preservar sua hegemonia, e às vezes para não ter que se preocupar em justificá-la, para ser simplesmente classes dominantes⁸.

Historicamente, no Brasil, as décadas de 20 e 30 do século passado marcam os primórdios da experiência modernista. Nos anos de 1920, aconteceu a Semana de Arte Moderna⁹, considerada marco do processo de reflexão e reinterpretação da cultura nacional. Por sua vez, nos anos de 1930, iniciados sob a égide da chamada *Revolução de Trinta*, quando se dá a emergência do populismo e o fim de uma economia agro-exportadora, tem-se a aceleração do processo de industrialização e urbanização do país. Especificamente, durante o Estado Novo (1937-1945) assistiu-se a um processo de mudanças que, ao mesmo tempo em que levou grandes transformações a alguns setores da economia e da sociedade, submeteu a

⁵ CANCLINI, Néstor G. Op. Cit., 2003, p. 31.

⁶ Idem, p. 31.

⁷ Idem, p. 32.

⁸ Idem, p. 69.

⁹ O grande evento cultural dos anos de 1920 foi a Semana de Arte Moderna, aberta em 11 de fevereiro de 1922, tendo como espaço o tradicional Teatro Municipal de São Paulo, que abrigou uma exposição de arte, espetáculos de música, dança e leituras de poesia e prosa. A Semana se propunha a avançar em busca de uma arte moderna de raízes verdadeiramente brasileiras e de compromisso com a nacionalidade. Também para uma nova postura dos intelectuais e artistas brasileiros que passam a dirigir sua produção para uma problemática mais próxima do povo, não só do ponto de vista da linguagem, mas, sobretudo, da expressão, sem “macaquear a sintaxe lusitana”, como afirmou Mário de Andrade.

participação das massas populares a um rígido controle, não só através do uso da força, como por meio de concessões paternalistas, particularmente, na área do trabalho.

Por sua vez, o pós-guerra no Brasil compreendeu nos vinte anos imediatos - da “redemocratização” (1946) até o golpe de Estado de 1964 - um período marcado por um conjunto de características que revelam acentuados traços democráticos: Estado de direito; organização partidária dinâmica; criação de diversas instituições de massa; liberdade de expressão e manifestações populares; grande produção artística, ligada a expressivas manifestações culturais, principalmente, nos de 1960. A essa fase, seguiram-se os anos da ditadura militar instalada em 1964, que significou essencialmente a ruptura da normalidade institucional e do bloqueio completo da participação popular no processo político.

Esse breve traçado histórico sobre o Brasil dos anos 20 aos 60 do século XX parece confirmar aquilo que Canclini classificou de hipótese mais reiterada na literatura sobre a modernidade latino-americana: “[...] tivemos um modernismo exuberante com uma modernização deficiente”¹⁰. Sobretudo, naquilo que o citado autor denominou de “projeto democratizador” da modernidade.

No século XX, especialmente na sua primeira metade, a cidade de Maragogipe passou por processos de transformação econômico, social, cultural e urbanístico. Em editorial a *Revista Maragogipe*, assim, proclamava: “*Neste surto de inconfundível progresso está quasi toda a cidade*”¹¹.

3.2 “Modernizando-se”, “civilizando-se”: múltiplas transformações na cidade

No início do século XX, imigrantes alemães já estavam estabelecidos em Maragogipe e com eles chegaram, também, aquelas que mais tarde, seriam as mais importantes fábricas de charutos do Recôncavo: a Dannemann e a Suerdieck. Está última, tornar-se-ia responsável pelo progresso e pelas transformações urbanas e urbanísticas que se desenrolariam na cidade, na primeira metade daquele século.

Esse foi um período de modernização da cidade com a chegada de “novas” ideologias, notadamente do Integralismo; a realização de intervenções urbanísticas que projetavam a melhoria de sua forma urbana e seu embelezamento.

¹⁰ CANCLINI. Op. Cit., p. 67.

¹¹ REVISTA MARAGOGIPE. “Município Promissor: Um Prefeito Honesto e Operoso realiza o milagre da sua total transformação”. Maragogipe, agosto de 1942, p. 5.

3.2.1 A presença estrangeira: os alemães

O período áureo da presença alemã na Bahia aconteceu entre 1871, quando ocorreu o fim do conflito franco-prussiano e a unificação da Alemanha, e 1914, quando se dá a eclosão da Primeira Guerra Mundial. Provavelmente, os primeiros alemães chegaram a Maragogipe no final do século XIX, pois naquele período já havia se instalado na cidade uma filial da fábrica de charutos Dannemann. Mas a forte presença e o domínio econômico alemão sobre o lugar aconteceram de 1915 a 1935, período em que, também, ocorreu à expansão da fábrica Suerdieck. Historiando sobre as relações dos alemães com a cidade, em artigo publicado no periódico *Arquivo*, Osvaldo Sá comenta:

Tudo o que de melhor aqui havia, era deles. Mandavam, antes de mais nada, sobre 3.000 operários. Bem acomodados, viviam em residências das melhores. Aí ainda estão a Vila do Beco da Justiça e o Sobrado da travessa do Capitão-Mor, que equivalem a palacetes de burgomestres. Possuíam eles excelentes cavalgadas, cuidadas a muito zelo. Eram deles as mais asseadas e provocantes copeiras, que exalavam a pó de arroz ‘Lady’ e a brilhantina ‘Lalau’¹².

Na cidade havia lugares que gozavam da preferência dos alemães e quando estes chegavam, os brasileiros se retiravam. Inclusive, os donos das casas comerciais se comportavam de forma bastante condescendente com eles, “[...] porque os alemães gostavam de estar sós e gastavam, tinham dinheiro¹³”. A bajulação era tanta que um conhecido comerciante, chamado *Vitu*, “[...] homem importante e inteligente da cidade, instalou perto da grande fábrica um bar e sortiu-o germanofilamente”¹⁴.

A única agremiação recreativa que naquela época funcionava em Maragogipe – o *Deutscher Club de Maragogipe* (fig. 16) - era de propriedade dos alemães. O prédio está situado na Rua General Pedra (antiga Rua do Porto). Aos sábados, habitualmente, eles se divertiam jogando boliche e tomando cerveja até alta madrugada. Também, nos dias de descanso, costumavam passear pelas “ilhas”¹⁵ que se localizavam nas adjacências suburbanas, onde bebericavam água de coco.

¹² SÁ, Osvaldo. “Histórias Menores”. In: ARQUIVO. Maragogipe, 26 de abril de 1974, nº 274, p. 2.

¹³ SÁ, Osvaldo. “Histórias Menores”. In: ARQUIVO, 26 de abril de 1974, ano 23, nº 247, p. 2.

¹⁴ Idem, *ibidem* p. 2.

¹⁵ O termo “ilha” é tipicamente local. Designa um sítio de arvoredo denso, frutífero, mas que geograficamente não se trata de uma ilha. Geralmente, se localiza ao Norte da cidade e comumente recebia o nome de seu proprietário. Assim, chama-se: a “Ilha de Rattón”, a “Ilha de Romão”, a “Ilha de Clementino”, a “Ilha de Barbosa”. (SÁ, Osvaldo. “Histórias Menores”. In: ARQUIVO, 27 de maio de 1970, nº 201, p. 2).



Fig. 16 - Prédio do *Deutscher Club de Maragogipe*, depois Rádio Clube de Maragogipe. Foto de Aline Farias – 2008

Dos alemães que viveram em Maragogipe, nesse período, Gerhard Meyer Suerdieck gozava de especial apreço da sociedade local. “Seu Geraldo”, forma como os trabalhadores já aposentados da fábrica Suerdieck ainda se referem ao dirigente e sócio-proprietário da Suerdieck, chegou à cidade em maio de 1909, como gerente da fábrica. Em 1913, tornou-se seu procurador e em 1923 um dos seus sócios. Naturalizou-se brasileiro, casou-se com uma maragogipana e todos os seus filhos nasceram nesta cidade. Em 1932, o periódico *Redenção*, em nota intitulada *Um grande amigo de Maragogipe* dá uma ideia da sua inserção na comunidade:

Honramos hoje as nossas colunas publicando o retrato do ilustre cavalheiro Sr. Gerhard Meyer Suerdieck, que em 4 do mez fluente completou mais um ano de útil e preciosa existência.

[...] o Sr. Gerhard Meyer Suerdieck, devota ascendrado amor a esta terra, berço de seus presados filhos, havendo se naturalisado brasileiro, mais ainda, por sua carinhosa expressão, por amor a Maragogipe, parte adorada do Brasil.

[...] formulamos os melhores votos pela continuação de sua felicidade e proficua existencia, ao tempo que anhelamos vel-o, quanto antes, em nosso meio, em cuja sociedade é justa e sinceramente sympathisado, ante as suas qualidades lidimas de carater adamantino e coração generoso¹⁶.

Por sua vez, Gerhard Meyer Suerdieck (fig. 17) retribuía também com declarações de afeto à cidade e ao seu povo. Em 1º de março de 1943, após ser homenageado pelos operários da fábrica, com missa em ação de Graças, discursou, dizendo: “[...] este gringo de outr’ora que faz 35 anos que pisou pela primeira vez nessa bela cidade das Palmeiras, tornou-se um

¹⁶ REDEMPCÃO. Maragogipe, 10 de Dezembro de 1932, num. 47, p. 1.

Maragogipano, se não pelo nascimento, mas sim pelos fortes laços de amizade para com todos os Maragogipanos”¹⁷.



Fig. 17 - Gerhard Meyer Suerdieck – 1932
Fonte – Jornal *Redenção*. Maragogipe, dez de 1932

Sobre a presença alemã, em Maragogipe, cabe ainda falar sobre a receptividade que o movimento integralista teve no seio da pequena comunidade de alemães que morava na cidade. Em Maragogipe foi possível apurar a participação de alemães, parentes e/ou descendentes como dirigente integralista e como paraninfos de eventos: Stela Todt (mulher do alemão Johann Todt) foi chefe do Departamento Feminino do Núcleo Municipal da Ação Integralista Brasileira, em 1935¹⁸; Adolf Hesse, Johann Todt e Willy Haendel (este último, gerente da fábrica Suerdieck de 1930 a 1937) estiveram no grupo de paraninfos do *Torneio Sportivo*, realizado pela juventude integralista, durante as festividades em comemoração ao primeiro aniversário de fundação do núcleo integralista local¹⁹.

¹⁷ SUERDIECK, 1892-1946. Maragogipe: Suerdieck, [1946?], s/p.

¹⁸ A FAÚLA. Maragogipe, 23 de Novembro de 1935, n. 13, p. 1.

¹⁹ A FAÚLA. Maragogipe, 23 de Novembro de 1935, n. 13, p. 1.

3.2.2 A cidade e sua fábrica: a Suerdieck

Em 1905, August Suerdieck instalou no *Armazem Cajá*, no Largo Sebastião Pinho, em Maragogipe, a sua fábrica de charutos, contando apenas com cinco operários e com instalações bastante simples. August Suerdieck havia chegado à Bahia em 1888, como empregado da firma alemã F. H. Ottens que o enviara à Cruz das Almas para fiscalizar o enfardamento de fumo desta empresa. Em 1894, já havia adquirido o seu primeiro armazém de exportação de fumo e, em 1899, registrava sua primeira firma com a razão social de A. Suerdieck. A ampliação de seus negócios a Maragogipe aconteceu nesse mesmo ano, com a edificação do seu primeiro prédio para enfardamento, o *Armazem* (fig. 18).



Fig. 18 – Suerdieck - *Armazem do Cai-já*
 Fonte: SUERDIECK, 1892-1946. Maragogipe: Suerdieck, [1946?].

Dois anos após a instalação da fábrica de charutos, em 1907, dá-se a transferência de suas atividades para um edifício próprio, na antiga Rua do Fogo nº 67, centro, hoje Rua Macedo Costa. Contava naquele momento com treze operários e tinha como gerente, um técnico vindo da Europa para o cargo, Carl Gertes. A transferência das atividades da fábrica para o centro da cidade, marca a trajetória de expansão dos negócios da Suerdieck em Maragogipe e com ela transformações urbanas significativas para o centro da cidade.

Em sua fase inicial, a fábrica tinha um processo de produção ainda bastante incipiente, sem qualquer maquinário, com o fumo posto na calçada sobre esteiras para secagem. Apesar de a produção acontecer “[...] sob as mais simples condições de trabalho e a mais completa

carência de tudo que necessita uma indústria de charutos para fazer face às exigências do serviço, a fábrica progredia”²⁰.

De fato, as expansões das instalações fabris não tardaram acontecer. Pois, mesmo com o novo prédio, a necessidade de espaço era grande, não só para acomodar a produção, como para atender à demanda que crescia vertiginosamente. Em 1910, a firma adquiriu um sobrado que servia de cinema e de teatro à Rua Pedra Branca, atual Rua Fernando Suerdieck. Três anos depois, no terreno baldio junto ao referido sobrado, onde funcionava a fábrica, foi construído um novo prédio, no qual foi instalada uma seção complementar – a *Repartição de Encaixe*, ampliando-se assim a área instalada da fábrica.

Em 1914, nasceu a Suerdieck & Cia., produto da fusão da A. Suerdieck (fabricante de charutos) e Aug. Suerdieck (exportadora de fumo), ambas de propriedade de August Suerdieck. Na ocasião, foi admitido como sócio Ferdinand Suerdieck, que tinha chegado à Bahia desde 1899, para auxiliar seu irmão em seus negócios que estavam em pleno desenvolvimento.

Com a eclosão da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), as fábricas de charutos ficaram impossibilitadas de adquirir fumo importado, a Suerdieck perdeu, então, um dos seus maiores mercados, a Alemanha, ficando a sua exportação limitada à Holanda. Em 1917, a guerra chegou a provocar a paralisação de suas atividades em função das enormes dificuldades de exportação do fumo Sumatra²¹. Só no ano seguinte, chegou a primeira remessa deste fumo e, com o término da guerra, as importações normalizaram e a produção tendeu a crescer.

Se durante o período do Primeiro Conflito Mundial, os negócios da Suerdieck & Cia. sofreram uma verdadeira retração, o período do chamado *entreguerras*, caracterizou-se por uma era de prosperidade. A produção ganhou novo impulso, com o aumento do consumo no exterior, e a sua capacidade instalada expandiu-se extraordinariamente, tanto na cidade de Maragogipe quanto fora dela.

²⁰ SUERDIECK, 1892-1946. Maragogipe: Suerdieck, [1946?], s/p.

²¹ O fumo exportado para o Brasil, até mais ou menos os anos 1930, provinha de Sumatra e Java (Indonésia); Virgínia e Kentucky (Estados Unidos da América). Durante a Primeira Grande Guerra, as firmas ficaram impossibilitadas de adquirir os fumos importados através da Alemanha, passando a recebê-los via Nova Iorque. O fumo importado de Sumatra, de Java e de Havana era preferencialmente usado na “capa” (folha externa do charuto). Para os charutos de alta qualidade também eles eram utilizados no “capote” (folha interna do charuto). Na “torcida” (parte interna do charuto) utilizava-se principalmente o fumo Bahia-Brasil.

Um período de grande expansão

Passadas as dificuldades provocadas pela guerra, a Suerdieck retomou a sua expansão inicial, criando duas filiais, uma na Praça do Porto Grande (atual Praça Brigadeiro Seixas) e outra na Vila de Coqueiros, que logo foram fechadas. Além disso, adquiriu os terrenos das casas de números 7 a 15, à Rua chamada *Beco das Flores* (hoje, Rua Augusto Suerdieck), para a construção de um novo prédio, que foi finalizada em 1921. A comunicação desse novo prédio com o já existente, na Rua da Pedra Branca, foi feita por uma ponte de concreto armado.

Por ter dado consentimento para a construção dessa ponte, estilo de construção, aliás, até então inédito naquela cidade, sofreu o Prefeito de Maragogipe grande campanha popular e muitos dos ‘caipiras’ que vinham aos sábados da roça para a feira, não passavam por baixo dela, sob a alegação de que ia desabar²².

Em 1923, foi finalizada a construção de mais um pavilhão, denominado de *Repartição de Cigarrilhos*, no qual se passou a fabricar os cigarrilhos *Garantidos*. Em 1928, foram arrendados todos os edifícios da Fábrica de Charutos Vieira de Melo, os quais, anos depois, foram definitivamente incorporados ao patrimônio da empresa. Dois anos depois, foi adquirido o prédio à Rua Macêdo Costa nº 6, cujo primeiro andar foi destinado à moradia dos empregados solteiros e o térreo à produção fabril. No ano seguinte, 1931, o edifício à Rua de Sant’Ana nº 30 foi comprado.

Data também dos anos 1930, a expansão da fábrica de charutos Suerdieck para outras cidades do Recôncavo. Em Cruz das Almas, onde mantinha apenas armazéns para enfardamento de seus fumos, é inaugurada uma filial, que inicia seus serviços com cinquenta operários. No ano seguinte, em Cachoeira foi instalada mais uma filial. Em 1938, foi oficialmente transferida a sua matriz de Maragogipe para Salvador (fig. 19), pois embora todos os negócios fossem decididos na Capital, onde já residiam os seus sócios, a matriz havia continuado em Maragogipe.

²² SUERDIECK, 1892-1946. Maragogipe: Suerdieck, [1946?], s/p. Na época era intendente (prefeito) de Maragogipe, Alexandre Alves Peixoto (1920-1929).

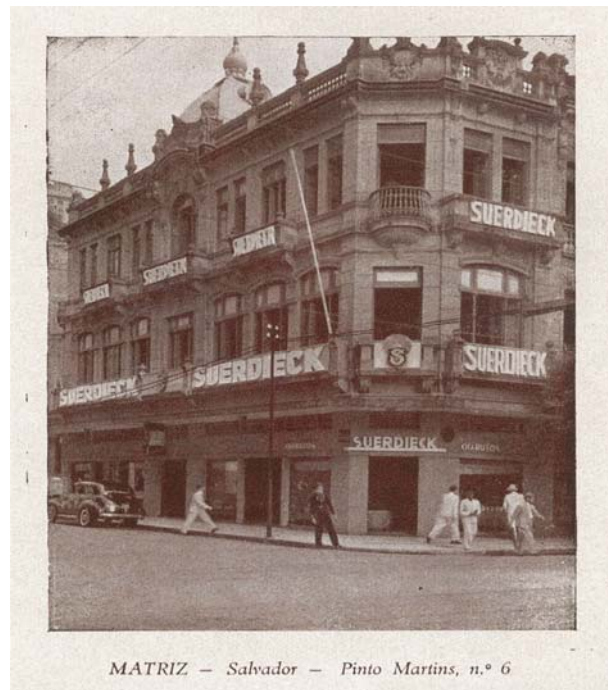


Fig. 19 - Matriz da Fábrica Suerdieck em Salvador
 Fonte: SUERDIECK, 1892-1946. Maragogipe: Suerdieck, [1946?].

A emergência da Segunda Guerra Mundial acarretou para a Suerdieck tensões de outra ordem, além daquelas relativas às possíveis dificuldades de importação de fumo e de exportação de charutos. Naquele momento, a maior parte dos administradores da fábrica era de nacionalidade alemã e também um dos seus sócios. Apesar de só em agosto de 1942 o Governo Brasileiro declarar guerra aos países do Eixo, ainda em 1939, o alemão Karl Horn é afastado do quadro de sócios da organização, que ficara assim constituído: Gerhard Meyer Suerdieck, naturalizado brasileiro, e sua esposa Tiburcia Guedes M. Suerdieck, brasileira, natural de Maragogipe. Dessa forma aconteceu, então, a nacionalização completa da empresa.

Apesar da estratégica decisão, não foi possível evitar que as relações entre operários e funcionários brasileiros, em sua maioria, e empregados alemães ficassem ainda mais tensas. Pois, com a declaração de guerra do Brasil a Alemanha, o governo da República decretou a rescisão de todos os contratos de trabalho dos empregados de nacionalidade alemã. Enquanto aguardava a execução dos pedidos de demissão dos funcionários alemães, instalou-se na fábrica um clima de absoluta animosidade entre as duas nacionalidades. Situação que só foi resolvida em 11 de junho de 1943, quando o Ministério do Trabalho baixou o Decreto-Lei n. 4638 autorizando o afastamento dos empregados alemães.

Após a guerra, a unidade da Suerdieck em Maragogipe era a mais importante do grupo, com instalações remodeladas e modernizadas em função das expansões que há anos vinham se processando. A fotografia datada da época mostra as dimensões de seus prédios (fig. 20).



Fig. 20 – Fachada da Fábrica Suerdieck, 1946
 Fonte: SUERDIECK, 1892-1946. Maragogipe: Suerdieck, [1946?].

Na década seguinte, a organização entraria em sua fase mais produtiva, quando passou a controlar sozinha a fabricação de charutos no Recôncavo da Bahia e incorporou as fábricas Costa Penna e Dannemann. Em 1955, quando completou cinquenta anos, bateu o recorde de produção, com 180 milhões de charutos por ano e a unidade de Maragogipe tinha 2.052 empregados²³.

Política de assistência social

Em uma época em que os empresários resistiram muito em conceder os direitos e benefícios trabalhistas, mesmo estabelecidos por leis, chama à atenção a assistência social prestada pela Suerdieck aos seus operários, particularmente à mulher-operária. Os dados sobre a questão estão em um livro da própria Suerdieck, provavelmente editado em 1946. Tratava-se da versão do patrão, portanto, era preciso confrontar as informações com o depoimento de ex-trabalhadores, o que foi feito através das entrevistas com trabalhadoras aposentadas.

²³ Conforme CÉSAR, Elieser. “Império do tabaco. Histórias da arte de transformar o fumo são recontadas pelas operárias das fábricas famosas nos anos 50”. In: CORREIO DA BAHIA. Cad. Correio Repórter. Salvador: 06 de agos de 2000, p. 3-8.

A “assistência Suerdieck”, forma como Geraldo Meyer Suerdieck se referia ao conjunto de benefícios sociais prestados por sua companhia aos seus trabalhadores, era bastante ampla. Na própria fábrica eram feitas consultas médicas e odontológicas e prestados serviços de laboratório de pesquisas clínicas e de farmácia de manipulação. A esses benefícios somavam-se àqueles efetuados fora de seus estabelecimentos, quando se fazia necessário, como o financiamento de intervenções cirúrgicas em hospitais de Salvador e fornecimento de medicamentos. Além disso, a Suerdieck mantinha um fundo de pensões para os velhos e aposentados da firma. Cabe ainda dizer, que era projeto de Geraldo Meyer Suerdieck fundar uma maternidade para as operárias, inclusive chegou a adquirir um prédio na Praça João Pessoa, nº 13 para essa finalidade²⁴.

Na referida publicação não há estatísticas seriadas de atendimentos e gastos com a assistência social prestada pela firma, apenas registros pontuais, tais como: 5.692 pessoas, em 1937, procuraram a “assistência” e que em 1943, esse número foi de 6.276. Com auxílios voluntariamente prestados foram pagos com pensões a operários velhos e aposentados, em um ano, quarenta e quatro mil cruzeiros e, com o fornecimento de remédios e cirurgias, também em um ano, duzentos e oitenta e seis mil cruzeiros²⁵. No caso específico das mulheres trabalhadoras também foram tomados como exemplos ilustrativos de serviços prestados, os mesmos anos. Para 1937, os dados foram os seguintes: 631 atendimentos ginecológicos, 231 assistências no período de gestação, 18 atendimentos de casos de aborto. E para 1943, teve-se: 1.031 atendimentos ginecológicos; 341 assistências no período de gestação; 49 atendimentos de casos de aborto²⁶.

Os depoimentos de mulheres trabalhadoras aposentadas da Suerdieck indicam não só o cumprimento daqueles direitos trabalhistas, vigentes a partir dos anos 1930, como o de uma assistência social mais ampla, com de fornecimento de remédios, aplicação de injeções etc. Sem muitos detalhes, elas, assim, se expressaram sobre a questão: “[...] dentista, médico, tudo tinha na Suerdieck”²⁷. “Tinha assistência médica boa. No tempo de Dr. Odilardo, Dr. Barreto, Dr. Abílio, o médico me mandava para casa de licença, ficava aqueles dias de repouso”²⁸. Nos anos 1940, a unidade de atendimento instalada na própria fábrica funcionava com um médico pela manhã e outro pela tarde e um corpo de mais ou menos nove atendentes lotados

²⁴ SUERDIECK, 1892-1946. Maragogipe: Suerdieck, [1946?], s/p.

²⁵ Idem, *ibidem*, s/p.

²⁶ Idem, s/p.

²⁷ Zulmira Santana Correia, 88 anos, aposentada. Trabalhou na Suerdieck como charuteira, desde os 15 anos. Em depoimento à autora. Maragogipe, jun de 2009.

²⁸ Maria Bartolomeu da Silva, 81 anos, aposentada. Começou a trabalhar na fábrica Suerdieck aos 16 anos, como charuteira. Em depoimento à autora. Maragogipe, jun de 2009.

no setor de enfermagem e farmácia. Vale ressaltar, que nessa época, a firma já realizava exames de admissão²⁹.

3.2.3 Transformações na configuração e na arquitetura

Nas últimas décadas do século XIX, o município mergulhou em um processo de decadência. Com a abolição do trabalho escravo a produção açucareira decaía a níveis extraordinários, o comércio com as cidades de Cruz das Almas, Conceição do Almeida, Sapatuí, Jenipapo, Santana do Rio da Dona, Currealinho e outras localidades, realizado através de seus portos e o porto de Salvador, se deslocara para a cidade de São Félix (Sá, 1983). Além disso, o advento das ferrovias no Recôncavo baiano, ligando a cidade de Nazaré com o Sudoeste do estado e a cidade de São Félix com o Norte e o Oeste, deixando de fora Maragogipe³⁰, cortou suas possibilidades de expansão, mergulhando-a em uma situação de estagnação econômica, assim, descrita por Osvaldo Sá:

A cidade como que se asfixiava. Não mais se construíam sobrados semelhantes àqueles existentes, vários ainda agora existentes, que simbolizavam o crescimento de nosso comércio. A atividade externa não ia além do Município de São Felipe [...]. Maragogipe se comunicava apenas com a Cidade do Salvador e Cachoeira, com barcos a vela e uma unidade em dias alternados da “Cia. Baiana”, de ida e vinda [...]³¹.

O processo de estagnação econômica foi “interrompido” com a instalação da atividade manufatureira de produção de charutos, que se inicia em 1852, com a fundação da fábrica de charutos do português Manuel Vieira de Melo, e ganha um pequeno impulso com a chegada de uma filial da Dannemann, em 1893, seguida da fundação da Suerdieck, em 1905. A criação da fábrica de charutos Suerdieck ocorreu em um momento em que nacionalmente acontecia um crescimento significativo do número de estabelecimentos industriais, favorecendo ao que se convencionou chamar de “primeiro surto industrial brasileiro”.

Nos anos 1930, foi inaugurado o serviço de iluminação pública e particular em toda a cidade, e foram realizadas obras de calçamento de ruas, reformas de praças e construção de novos equipamentos públicos. Em 1931, realizou-se uma das maiores aspirações dos maragogipanos, a inauguração da Companhia Maragogipana de Eletricidade S/A, que obteve do poder municipal a concessão para explorar o serviço público e particular de energia elétrica, além de força motriz para fins industriais.

²⁹ Marinete de Farias Borba, 85 anos. Trabalhou na Suerdieck desde os 17 anos, primeiro na *Repartição do Encaixe*, depois como atendente de enfermagem. Em depoimento à autora. Salvador, jul de 2009.

³⁰ A questão da ausência de Maragogipe no *boom* das estradas de ferro do estado da Bahia será tratada no capítulo quarto desta dissertação.

³¹ Sá, Osvaldo. *Histórias Menores (capítulos da história de Maragogipe)*. São Félix: Gráfica e Editora ODEAM, 1983, p. 23 e 24 [v. III].

Quanto às obras de calçamento a paralelepípedos, importantes logradouros da parte central da cidade foram objetos dessas reformas: a Praça Municipal ou Praça Cons. Antônio Pereira Rebouças, as áreas laterais do Largo da Matriz e a Rua Cel. Felipe de Melo. No conjunto das inovações estava à conclusão da construção, iniciada em 1927, do Prédio Escolar Cons. Antônio Pereira Rebouças, único prédio escolar em que funcionava o ensino primário, naquela época e, possivelmente, nos trinta anos subsequentes. Data também desse período a reforma do *Cine-Lourdes*, casa de espetáculos da cidade, e o início da construção do prédio próprio da Suerdieck. A imprensa local listava cada um desses melhoramentos e alardeava “[...] em nossa terra, já se respira uma atmosfera de liberdade civilisadora, de progressos triunfantes”³². E descambando para o exagero afirmava com relação ao prédio da firma Suerdieck: “Vamos ter, portanto, o nosso **arranha-céu** [...]”³³.

No bojo desse segundo movimento de transformação está à grande expansão das instalações físicas da fábrica Suerdieck que, em 1946, vai perfazer uma área total ocupada de quase 16.000m², como se pode observar no gráfico (fig. 21). As edificações da Suerdieck tiveram papel decisivo sobre a configuração urbana da cidade, particularmente sobre o centro, onde se localizavam quase todos os seus prédios.

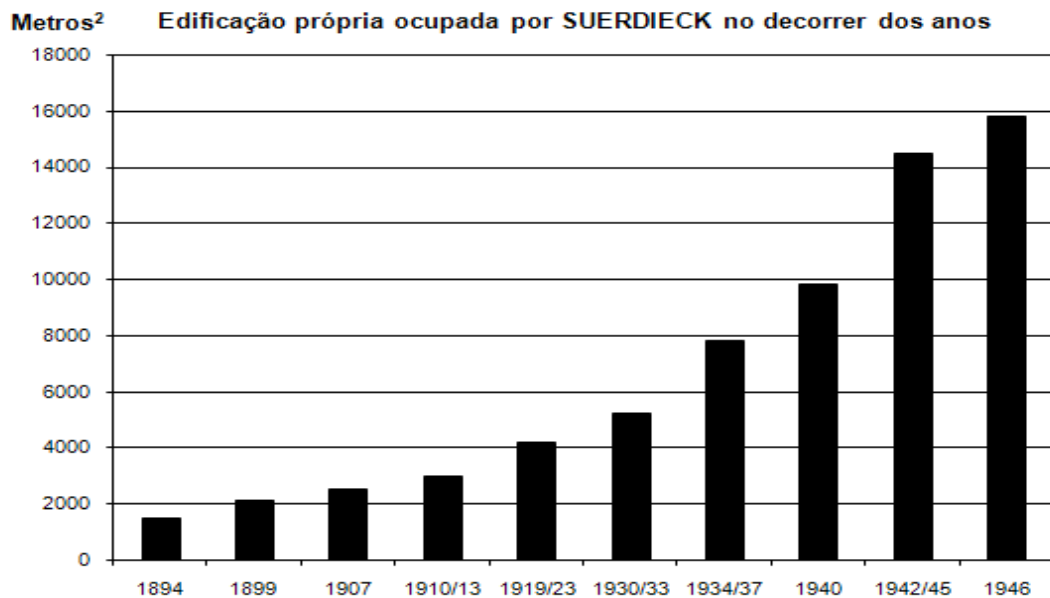


Fig. 21- Edificação própria ocupada por Suerdieck (1894-1946)
Fonte: SUERDIECK, 1892-1946. Maragogipe, [1946?].

³² REDEMPCÃO. Maragogipe, 03 de Junho de 1933, anno III, num. 59, p.2.

³³ Idem, p. 2 (grifos do autor).

As melhorias e reformas realizadas, a partir dos anos 1930, aparecem descritas em um editorial da *Revista Maragogipe*, de agosto de 1942, que embora longo, merece ser citado, pois traz um retrato contemporâneo da cidade³⁴:

A cidade que é servida de rede de exgotos, água encanada, telegrafo e correio, possui uma ótima casa de cinema, **magestosos templos religiosos**, destacando-se o de SÃO BARTOLOMEU, que pelo seu valor artístico está tombado pelo Serviço do Patrimônio Nacional; **escolas**, salientando-se o Grupo Escolar Cons. Rebouças, que funciona em ótimo prédio, de amplas proporções; **sociedades musicais**, legítimas glórias do seu passado, sendo a “Terpsicore Popular” e a “2 de Julho” tradições vivas que simbolizam, no momento, o valor artístico dos seus filhos, entre os quais avulta no presente a figura ímpar de **Heraclio Guerreiro**; **sociedades culturais** (Radio Club Maragogipano); IMPRENSA (Tribuna Popular e Luzeiro) e centros vários de diversões, progride continuamente, não somente pelo esforço da iniciativa particular, como também pelo dinamismo e devotado amor à terra de seu berço, demonstrados pelo PREFEITO OSCAR DE ARAUJO GUERREIRO [...] apresentando-se aos olhos de quantos visitam-na como possuidora de prefeito serviço de limpeza pública, bem iluminada e adornada de belas praças e jardins, com suas ruas, quase todas calçadas a paralelepípedos [...].

O aspecto lendário da Terra das Palmeiras, atualmente não é o mesmo de antanho a partir da Praça Cel. João Primo Guerreiro, (antigo Porto do Cajá) início ou entrada da **urbs**, que deixou de ser um lamaçal nauseabundo, para transformar-se em belo e aprazível jardim, com farta iluminação elétrica e ruas laterais bem calçadas.

Neste surto de inconfundível progresso está quase toda a cidade.

Mas o dinâmico governador da cidade não dormiu sobre os loiros conquistados e assim, por sua determinação nos primeiros dias de setembro, vão ser iniciadas, na sede grandes obras que importam em notável melhoramento, como a construção de um **mercado para localização das feiras**, na Praça 15 de Novembro, que será calçada e ajardinada; CALÇAMENTO A PARALELEPIPEDOS, REJUNTADOS A CIMENTO, das ruas Alfredo Rocha e Prof. Ernestino Barbosa e CONSTRUÇÃO DE UM MATADOURO PARA ABATIMENTO DE GADO, em substituição do atual que não mais está condizendo com os foros de cidade civilizada que hoje desfruta³⁵.

Independente do seu tom laudatório e de alguns exageros no que diz respeito à infraestrutura da cidade, uma vez que até os idos de 1970, questões cruciais como serviços de água e esgotamento sanitário ainda eram extremamente precários, o documento em destaque traz informações importantes. Deixa claro, por exemplo, que o governo municipal da época havia realizado na localidade uma série de melhorias de ordem física, visando a dotar a velha urbe de uma nova forma-urbana e de equipamentos que revelassem higiene e beleza, dando a Maragogipe, como o próprio texto ressalta “foros de cidade civilizada”.

Dois exemplos, de importantes obras de urbanização e de modernização, realizadas no período mencionado e em local estratégico, no porto da cidade, foram: reforma da Praça Cel. João Primo Guerreiro, em 1942 (fig. 22), antes, como disse a *Revista Maragogipe*, “um lamaçal nauseabundo”, e a construção da Ponte Almirante Vieira de Melo, a “Nova Ponte”,

³⁴ Durante o período de 1930 a 1945, o governo municipal esteve nas mãos dos interventores: Anísio Malaquias (1930-1935), Oscar de Araújo Guerreiro (1936-1943) e Abílio Alves Peixoto (1943-1946).

³⁵ REVISTA MARAGOGIPE. “Município Promissor: Um Prefeito Honesto e Operoso realiza o milagre da sua total transformação”. Maragogipe, Agosto de 1942, p. 5. (Grifos do autor).

como foi chamada, em 1952 (fig. 23), obra de concreto armado, realizada pelo governo Federal. Vale lembrar que, até aquele momento, a navegação marítimo-fluvial, operada pela Companhia Bahiana de Navegação, era o principal meio de transporte regular que ligava Maragogipe à capital do estado e às localidades circunvizinhas.



Fig. 22 – Praça Cel. João Primo Guerreiro
Foto de João Ramos - anos 1950



Fig. 23 – Ponte Al. Vieira de Melo, “Nova Ponte”
Foto de João Ramos – anos 1950

Nessa etapa de modernização duas “novidades” terão, por sua natureza e poder de transformação, grande repercussão sobre a cidade: a fundação do Centro Educacional “Simões Filho”, em 1953, a primeira instituição local de Ensino Ginásial, posteriormente acrescido da Escola Normal; e a construção da rodovia ligando Maragogipe a São Félix e a Cachoeira, inaugurada em 1965, a BA-026.

A primeira vai promover mudanças sociais e de mentalidade. O fato de ser uma instituição particular, inicialmente, foi freqüentado apenas pelos filhos das famílias que tinham posses. Mas, graças ao sistema de bolsa de estudos do governo federal, intermediado pelo Sindicato dos Trabalhadores em Fumo e Classes Anexas, os filhos dos trabalhadores passaram a ingressar na instituição. Sobre o papel da primeira instituição de “ensino ginásial” na vida dos habitantes da cidade, assim, comentou uma professora:

Em 1950 [em 1953] começou o “Simões Filho”. Começou a modificar a cidade [...]. Antigamente não se estudava; as famílias preparavam os filhos para trabalhar na Suerdieck [...] com a chegada do “Simões Filho” houve uma modificação: não mais se preparava os filhos para a Suerdieck, mas para a vida. [...] Em 1957, surgiu a Escola Normal em Maragogipe³⁶.

Por sua vez, a construção da estrada de rodagem ligando Maragogipe a São Félix, provocou mudanças no sistema de transportes (predominantemente aquático), com reflexos na

³⁶ Professora Creuza Laranjeira, moradora do Porto Grande, em entrevista à autora. Maragogipe, nov de 2005.

circulação de pessoas e de mercadorias tanto na própria cidade quanto fora dela. Os navios da Companhia de Navegação Bahiana (CNB) e os saveiros que diariamente, faziam o transporte de passageiros e de mercadorias para Salvador foram gradativamente perdendo a sua importância até entrarem em decadência. No porto do Cai-já

[...] atracavam trinta ou mais saveiros para levar para Salvador todo o material que pertence à zona rural, da farinha até pimenta. Ainda existe, mas os [itaparicanos] não estão vindo mais. Muitos que tinham saveiros já morreram. Vêem dois ou três saveiros³⁷.

Em síntese, esse processo de transformação compreendeu dois momentos que se interpenetram: o primeiro, demarcado pela instalação da fábrica de charutos Suerdieck (1905) e a expansão de suas instalações; o segundo, caracterizado pelo bom desempenho da indústria fumageira, quando se dá um surto de progresso e de modernizações, iniciado na década de 1930 que, prosseguindo pelas décadas seguintes, se encerra por volta dos anos 1960. Esse segundo momento está associado eminentemente às mudanças que a “Revolução de Trinta” provocou no Brasil, com a implantação de um modelo político populista, que foi acompanhado de uma fase de progresso e de modernização.

A diversidade do “moderno” nas casas maragogipanas³⁸

As modernizações atingiram também as casas residenciais. Foram aqueles que tinham posses e moravam no centro ou próximo dele, os primeiros a construir ou remodelarem suas casas. Para isso, não faltavam profissionais do ofício³⁹ que se apropriavam do vocabulário e das soluções modernas, vindas de diferentes fontes e meios à cidade. Como ocorreu em outras localidades desse imenso país⁴⁰, as mudanças não aconteceram somente nas fachadas, que deixavam de lado os ornamentos e adotavam o uso de formas geométricas e simples, incluía também o uso de novos materiais, a diversificação das volumetrias, o uso de pilotis, dos elementos vazados, das janelas em fita, enfim, era a utilização de muitos dos “elementos modernistas *corbusianos*” em sua versão popular.

Nos anos 1940, um conjunto de casas térreas situado na Praça da Bandeira (atual Praça Getúlio Vargas), construído no final do século XIX, de *porta-e-janela* e telhado de duas

³⁷ Emília Simeão Santos, 85 anos, moradora da Enseada, em depoimento à autora. Maragogipe, nov de 2005.

³⁸ A maioria das datas de construção ou reforma das casas apresentadas nesse capítulo foi fornecida pelos seus atuais proprietários e/ou moradores e, algumas vezes, elas foram estimadas.

³⁹ Boa parte das leituras, adaptações e soluções “modernas” em residências maragogipanas, entre as décadas de 1950-1970, teve à frente os mestres-de-obras: Valdemar Gonçalves (*Vavá Gantois*), André Batista dos Santos (*André de Patrício*), Vitoriano Pinheiro dos Santos (*Vito*), João Calimério de Farias, Messias Antônio Farias.

⁴⁰ Os trabalhos de Maria Angélica Silva sobre Maceió e outras cidade alagoanas e de Isabella Aragão M. Santos sobre Aracaju e Maceió mostram que as apropriações modernistas estavam presentes tanto nas fachadas quanto em outros aspectos construtivos das residências.

águas, tem sua fachada remodelada com a construção de platibandas de linhas geométricas e combogós nos muros das sacadas. O alinhamento permaneceu o original, ou seja, tomando como referência a Igreja de Nossa Senhora da Lapa (fig. 24).



Fig. 24 - Casas da Praça da Bandeira (atual, Praça Getúlio Vargas), anos 1940. Foto de Marcos Pereira - 2007

Nesse contexto de novidades, em termos de residências, surgem as soluções aparentadas com o bangalô, que se multiplicaram pela cidade nas décadas seguintes, nos mais variados “modelos”. Uma das primeiras casas desse tipo pertenceu ao gerente da Suerdieck, o alemão, Johann Heinrich Schinke (fig. 25), hoje, propriedade de Maria Adelaide Batista. Tem como principal modificação a instalação de uma grade de ferro.



Fig. 25 - Casa de Johann Heinrich Schinke - gerente da Suerdieck de 1938 a 1942. Foto de Aline Farias – 2007.

Dentre as leituras populares da arquitetura moderna em Maragogipe, uma construção vai chamar a atenção - *Nova Brasília*. Casa residencial, projetada por Lourival Vivas, gerente geral da unidade da fábrica de charutos Suerdieck em Maragogipe, seu primeiro proprietário, e construída pelo mestre de obras *Vavá Gantois*, alcunha de Valdemar Gonçalves. Sua fachada sugere influências da arquitetura modernista: pilotis, fachada livre, pilar em **V**, garagem etc. (fig. 26, 27). O fato de carregar consigo signos identitários aos de Brasília, a nova capital do país (tais como ter sua construção iniciada em 1956, estar situada no centro da cidade, ser novidade absoluta em termos arquitetônicos para os padrões locais etc.) fez com que, de pronto, a população local a chamasse de *Nova Brasília*.



Fig. 26 - Fachada original de *Nova Brasília*
Foto de acervo particular - 1965



Fig. 27 - Atual fachada de *Nova Brasília*
Foto de Marcos Antônio Pereira - 2007

Nos anos 1960 e 70, cresce o número e a diversidade de construções residenciais que adotavam as soluções modernas em suas fachadas (fig. 28, 29). O uso de azulejos se disseminou e se tornou o *hit* na cidade, principalmente, na década de 1970 (fig. 30). Vale ressaltar que, a conjuntura local era absolutamente propícia à rejeição dos arranjos arquitetônicos tradicionais, pois o discurso em voga era do “novo” e do “moderno”



Fig. 28 - Casa de Plínio Guerreiro – 1962
Foto de Aline Farias – 2007



Fig. 29 - Casa de Creuza Laranjeira – 1972
Foto de Aline Farias – 2007



Fig. 30 - Casa de Anilda Malaquias - 1972
Foto de Aline F. de Souza – 2008

No cômputo geral, as “novas” casas construídas, segundo o vocabulário da arquitetura moderna, resultaram naquilo que os arquitetos modernistas classificam de “pastiche”.

3.2.4 *O Maragogipano*: uma explosão de jornais

A imprensa chega ao Brasil tardiamente e por iniciativa oficial, após a chegada de D. João, em 1808. Na Bahia, em 14 de maio de 1811, surgiu a sua primeira *gazeta* – *Idade de Ouro do Brasil* – sob os auspícios do Conde dos Arcos, D. Marcos Noronha e Brito, governador da Bahia entre 1810-1818. Em Maragogipe, no dia 14 de outubro de 1860 circulava o seu primeiro jornal – *O Maragogipano*. O semanário foi fundado por Anselmo Pires de Albuquerque e dirigido por Severino José Moreira, sendo impresso nas oficinas da tipografia de Joaquim Tavares Gama, em Salvador. Circulou sessenta e sete números, encerrando suas atividades em agosto de 1861⁴¹.

Desde a fundação de *O Maragogipano* (1860) até a criação do *O Paladino* (1967), a cidade teve mais de sessenta periódicos, sem contar os mimeografados. E de acordo com o quadro que se segue, no século XX, fundou-se quarenta e seis jornais. Houve momentos, por mais de uma vez, em que circularam semanalmente na cidade mais de três periódicos, embora dezenas deles tivessem uma existência absolutamente efêmera: “De quando em quando, pequeninos periódicos, cometas de papel, vinham e desapareciam, como o “O Colibri”, “A Magnólia”, “Pirilampo”, “Boceta de Pandora”, “O Jacaré”, “O Jaburu”, literários e recreativos”⁴².

⁴¹ ARQUIVO. Maragogipe, 14 de Outubro de 1960, nº 96, p. 1

⁴² SÁ, Osvaldo. Op. Cit., p. 28, [v. III].

Quadro 2: Periódicos que circularam em Maragogipe entre 1901-1992.

Nome do periódico	Ano de fundação e encerramento		Gênero jornalístico ⁴³
O Riso	1901	1906	-
Maragogipe	1901	1902	Político
A Tarde	1901	-	Crítico e humorístico
A Harpa	1902	-	-
O Gladiador	1904	1911	-
A Brisa	1904	1908	Satírico e noticioso
O Óculo	1904	-	Humorístico
O Xadrez	1904	1911	Literário, noticioso e humorístico
A Lira	1905	-	-
Propaganda	1907	-	Propaganda
O Lírio	1907	-	-
A Pérola	1908	1909	-
O Solteiro	1908	-	-
A Vanguarda	1908	1911	Literário, noticioso e humorístico
Cidade de Maragogipe	1910	1913	-
Lutador	1917	-	-
O Farol	1918	-	-
O Barba Ingleza	1919	-	-
O Imparcial	1919	-	Estudantil
O Prélío	1920	1931	-
A Soberania Popular	1923	1929	-
A Noite	1926	-	-
A Esfinge	1926	-	-
A Pétala	1927	1929	Literário e recreativo
Redempção	1930	1938	Político
O Eco	1930	-	-
O Farol	1931	-	Noticioso e satírico
Jornal do Povo	1932	-	-
Autonomista	1933	1934	Político
A Faúla	1935	-	Político
A Alvorada	1938	-	-
O Rebate	1938	-	-
A Tribuna Popular	1939	-	-
O Grito	1943	-	-
Luzeiro	1944	1946	Religioso
O Eclético	1945	-	-
A Bússola	1945	-	Literário e noticioso
A Crítica	1946	1947	-
O Lutador	1946	-	-
Arquivo	1951	1976	Noticioso
A Pérola	1958	-	Humorístico
Tribuna do Povo	1961	200?	-
O Paladino	1967	-	-

Fontes: ARQUIVO. “Primeiro Jornal de Maragogipe - ‘O Maragogipano’”. Maragogipe, 30 de out de 1970, nº 208, p. 5; SÁ, Osvaldo. *Histórias Menores* (capítulos da história de Maragogipe). São Félix: Gráfica e Editora ODEAM, 1983, p. 27- 32, [v. III]; SÁ, Fernando dos Santos. *Maragogipe no tempo e no espaço*. Maragogipe: Prefeitura de Maragogipe, 2001, p. 101 e 102.[Coleção Cultura de Maragogipe].

⁴³ A classificação adotada para definir o gênero jornalístico reproduziu às seguintes fontes: “Primeiro jornal de Maragogipe – ‘O Maragogipano’”. In: ARQUIVO. Maragogipe, 30 de Outubro de 1970, ano 20, nº 208, p. 5; SÁ, Osvaldo. *Histórias Menores* (capítulos da história de Maragogipe). São Félix: Gráfica e Editora ODEAM, 1983, p. 27-32, [v.III].

A que se deve esse número expressivo de jornais? Muitas hipóteses poderiam ser levantadas. Uma delas seriam as “modernizações” na infra-estrutura da cidade, principalmente com a instalação da fábrica de charutos Suerdieck. Essas “modernizações” refletiram na superestrutura da sociedade, criando possibilidades para “inovações” que atendiam a necessidade de difusão de ideias. Além disso, algumas conjunturas foram favoráveis à expansão desse meio de comunicação. Esse foi o caso do período *entreguerras* (1919-1939), quando se acirraram, no país, os embates político-ideológicos entre a “direita” e a “esquerda” e os “periódicos políticos” faziam parte do aparato para divulgação de ideias, críticas e programas. Como se verá mais adiante foi nesse contexto que nasceu *Redenção* (1930) e *A Faúla* (1935), em Maragogipe.

As transformações experimentadas pela cidade, notadamente na primeira metade do século XX, vão ressoar também na prática do jornalismo, que vai estabelecer uma maior aproximação com a vida cotidiana local. Esse novo olhar sobre a cidade e seus novos objetos seria intensificado, sobretudo, com o surgimento do mensário *Arquivo*⁴⁴. Alguns dos títulos de suas matérias eram reveladores dessa “nova” posição: *Terra de Ninguém* (27 de Abril de 1953, nº 18, p. 2); *Ladrões Estão Agindo na Cidade* (15 de Abril de 1954, nº 28, p. 2); *Maragogipe Sem Transporte* (18 de Julho de 1959, nº 82, p. 7); *Bife Caro, quilo de oitocentas gramas* (15 de Outubro de 1959, nº 85, p. 1).

Outra mudança significativa que aconteceu na prática jornalística local ocorreu na linguagem. Aquela forma de redigir empolada vai paulatinamente diminuindo e cedendo espaço para formas linguísticas um pouco mais simples, mais próxima da população em geral.

Por fim, pode-se falar que o jornalismo da cidade, ao mesmo tempo em que refletiu a movimentação geral da sociedade também foi transformado por ela.

3.2.5 Embates político-ideológicos: o integralismo

Compondo o quadro de transformações que acontecem na cidade, na primeira metade do século XX, está o movimento integralista. Movimento urbano, claramente inspirado no fascismo europeu, que surgiu no Brasil na década de 1930. Inicialmente, o integralismo se define como um movimento cultural e cívico. Em outubro de 1932, a Ação Integralista Brasileira (A.I.B.), transforma-se no principal partido da extrema-direita fascistizante, daquele

⁴⁴ Mensário fundado e dirigido por Bartolomeu Americano Gonçalves dos Santos. Circulou de maio de 1951 a novembro de 1976. Era composto e impresso na Escola Gráfica Nossa Senhora de Lorêto, em Salvador. Sobre o *Arquivo*, assim, comentou Osvaldo Sá: “[...] conseguiu apreciável aceitação do povo, em face da segurança de seus conceitos e correção do noticiário”. (SÁ, Osvaldo. Op. Cit., p. 31, v.III)

período, e também no primeiro movimento de massa nacional. Seu lema era: *Deus, pátria e família*. Defendia um nacionalismo extremado e o Estado Integral, tinha como símbolo máximo a letra grega Σ (sigma), que significa *somatório*. Era nacionalmente dirigido pelo sociólogo Plínio Salgado. Seus membros saudavam-se com o braço direito levantado e a mão espalmada, dizendo a expressão tupi-guarani, *Anauê!* (você é meu parente!). O integralismo utilizou-se com muita eficácia de rituais, como cerimônias de adesão, desfiles dos “camisas-verdes” etc. Os dirigentes nacionais e regionais da A.I.B eram recrutados principalmente, entre os profissionais da classe média urbana. Segundo Boris Fausto, o integralismo atraiu um número considerável de adeptos, “[...] entre 100 mil a 200 mil pessoas no período do auge (1937), o que não é pouco, considerando-se o baixo grau de mobilização política existente no país”⁴⁵.

Em de novembro de 1934 é fundado em Maragogipe, o Núcleo Municipal da Ação Integralista Brasileira que, um ano depois, já contava com 543 militantes⁴⁶. Tal como ocorria nacionalmente, estruturava-se em departamentos/secretarias: Departamento Municipal de Finanças, Departamento [Municipal] Feminino, Juventude Integralista... Seu dirigente principal era o jornalista e professor Nestor Fernandes Távora e a sede da entidade ficava na Rua Geni de Moraes, nº 16, onde hoje funciona o Centro Educacional “Simões Filho”.

Em agosto de 1935, complementando o aparato organizativo do núcleo, é fundado o periódico integralista, *A Faúla* (fig. 31). Sinônimo de *fagulha*, o semanário tinha como diretor e proprietário o próprio chefe do núcleo integralista municipal. Sua sede funcionava no mesmo lugar onde ficava a sede da organização. Localmente, rivalizava com *Redenção* (fig. 32), semanário do Partido Liberal de Maragogipe, defensor ardoroso da “Revolução de 1930”. Inicialmente, esse periódico foi dirigido pelo advogado provisionado, Ermezindo Mendes e depois por Bartolomeu Queiróz. Sua redação ficava na Praça Conselheiro Antônio Rebouças, nº 5.

⁴⁵ FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 5 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1997, p. 356.

⁴⁶ A FAÚLA. Maragogipe, 23 nov. 1935, Ano I, n. 13, p1.

Fig. 31 – Jornal *A Faúla*, 23/11/1935Fig. 32 – Jornal *Redenção*, 05/12/1936

Durante anos, *Redenção* e *A Faúla* se enfrentaram em acirrados embates político-ideológicos, os quais, em certa medida, sugerem também que a cidade encontrava-se politicamente polarizada. *A Faúla* em um dos seus artigos chamava *Redenção* de sórdida e afirmava “[...] que o seu mentecapto dirigente, não pondera que degladiar contra a ideia do Sigma em linguagem tão baixa quão ridícula, é macular os altruísticos sentimentos da mocidade maragogipana [...]”⁴⁷. Por sua vez, *Redenção* rebatia as críticas, com ironias, como mostra o trecho de uma matéria publicada em março de 1936: “[...] ainda não sabemos ao certo se o grito entuziástico dessa mocidade doentia que representa o Integralismo em nosso meio, simboliza – Evohé ou Anauê”⁴⁸.

Em Maragogipe, o movimento integralista atraiu significativamente segmentos da intelectualidade, do catolicismo e da classe trabalhadora. Os textos jornalísticos tanto de *Redenção* quanto da *A Faúla*, como já foi dito anteriormente, periódicos ideologicamente antagônicos, sugerem que o Sindicato dos Trabalhadores em Fumo e Classes Anexas de Maragogipe, em 1936, tinha na sua direção adeptos do integralismo. Não menos expressiva foi a presença do integralismo entre os jovens maragogipanos, muitos ainda adolescentes, fascinados com o aparato simbólico de que se revestia o movimento.

Os desfiles eram bonitos! Os homens usavam calça branca e camisa verde e as mulheres saia branca e blusa verde. Quando eu ia me fichar [preencher uma ficha de adesão], foi na noite em que houve a morte de Fernando Andrade. Daí em diante ninguém pode mais falar em integralismo em Maragogipe⁴⁹.

⁴⁷ A FAÚLA. Maragogipe, 23 nov. 1935, Ano I, n. 13, p.2.

⁴⁸ REDENÇÃO. Maragogipe, 07 mar. 1936, n. 173, p. 2.

⁴⁹ Segundo Marinete de Farias Borba, na época, com menos de 18 anos. Em depoimento à autora. Salvador, julho de 2009.

Hélgio Trindade em seu memorável estudo sobre o integralismo diz que a organização integralista desempenha também o papel de instrumento de socialização político-ideológico dos militantes⁵⁰. Nesse sentido, muitos foram os mecanismos de preparação dos futuros cidadãos do Estado Integralista. A programação do evento em comemoração ao primeiro aniversário de fundação do Núcleo Integralista de Maragogipe realizou, por exemplo, um *Torneio Sportivo* da juventude integralista, na Praça João Pessoa, e a *Hora de Arte*, um torneio literário, constando de recital de poesias patrióticas e de orações, encenações cômicas, tudo conduzido, respectivamente, pela Juventude Integralista e pelo Departamento Feminino⁵¹.

Em 1º de setembro de 1935, realizou-se em Maragogipe a primeira concentração integralista do estado da Bahia. Estiveram presentes à concentração os seguintes núcleos de Salvador: Paripe, Santo Antônio, Brotas, Vitória, Estrada da Liberdade e Penha. E da zona do Paraguaçu os núcleos de Muritiba, São Félix, Cachoeira, Conceição da Feira, Cruz das Almas, Afonso Pena, Outeiro Redondo, Sapatuí, Caveiras, Cabeças, Comércio. Os visitantes aportaram na cidade em dois navios fretados à Companhia Bahiana de Navegação. Segundo publicou *A Faúla*, em 14 de setembro de 1935, nº 3, p. 1, estiveram presentes à concentração mais de dois mil camisas-verdes. No mês anterior ao evento os organizadores haviam sentenciado: “Maragogipe será nesse dia uma flor verde”⁵².

A referida concentração integralista compreendeu um desfile, que percorreu as principais ruas da cidade, e um comício, na Praça João Pessoa. Sobre o desfile, segundo o jornal do núcleo integralista, “[...] *Maragogipe em peso assistiu deslumbrada á maior solenidade civica que já se comemorou nestas paragens*”⁵³.

Em 1936, acontecem dois episódios marcantes para o movimento integralista local. O primeiro foi à morte, em setembro daquele ano, de Fernando Carneiro de Andrade. O jovem integralista foi morto, à noite, ao sopé da ladeira Cardeal da Silva, por bala de fuzil, em um tumulto, quando do cumprimento de uma diligência policial para fechamento do núcleo. A diligência policial foi comandada pelo delegado de polícia, tenente José Joaquim de Carvalho⁵⁴. O segundo foi à visita de Plínio Salgado à Maragogipe. Esta seria a segunda visita do presidente nacional do integralismo à cidade e aconteceu em fins do ano de 1936. Na ocasião, Plínio Salgado esteve na Igreja Matriz de São Bartolomeu, onde foi recebido e

⁵⁰ TRINDADE, Hélgio. *Integralismo; o fascismo brasileiro na década de 30*. 2 ed. São Paulo/Rio de Janeiro: DIFEL, 1979, p. 188.

⁵¹ A FAÚLA. Maragogipe, 23 nov. 1935, ano I, n. 13, p. 1.

⁵² A FAÚLA. Maragogipe, 22 ago. 1935, ano I, n. 1, p. 3.

⁵³ A FAÚLA. Maragogipe, 14 set. 1935, ano I, n. 3, p. 1.

⁵⁴ ARQUIVO. Maragogipe, 24 set. 1968, ano XVIII, p. 7.

presentado pelo pároco e assistiu missa. Em seguida, visitou o túmulo de Fernando Carneiro de Andrade e, finalmente, à tarde, realizou na principal praça da cidade um comício.

Por último, cabe fazer uma espécie de balanço do grau de penetração na cidade do integralismo. É atributo de importância, a realização em Maragogipe, da primeira concentração integralista do estado da Bahia e da visita, por duas vezes, presidente nacional do movimento. Além disso, era evidente que um clima de tensão pairava sobre lugar, como a imprensa local denunciava: “[...] é por demais sabido, que até meninotes integralistas andam armados, nesta cidade, sonhando com o grande dia da vitória nazista, no Brasil”⁵⁵. Esse clima ter-se-ia intensificado, assim, com a morte do militante integralista, em setembro de 1936.

3.3 Impasses históricos da cidade

O termo impasse aqui é tomado em seu sentido mais corrente, o de situação difícil, em que uma boa solução parece impossível. Evidentemente, que muitos foram os impasses vivenciados por Maragogipe, ao longo de sua história. Contudo, certas questões por sua temporalidade e desdobramentos se revestiram de um caráter mais contundente. Tal foi o caso do transporte/comunicação, da habitação e do abastecimento de água, que perpassaram parte do século XIX e quase todo o século XX sem uma boa solução. Além disso, a permanência dessas questões revela que as “modernizações” que se efetivaram na cidade, não continham em seu bojo um “projeto democratizador”, beneficiando primordialmente os segmentos sociais melhor situados economicamente.

3.3.1 Transporte

Até o início da segunda metade do século XX, como já foi dito no primeiro capítulo desta dissertação, o transporte aquático predominava nos municípios ao redor da baía de Todos os Santos, entre os quais se encontra Maragogipe.

Era o navio que fazia a travessia Cachoeira-Salvador, Salvador-Cachoeira passava por Maragogipe. Como não havia uma ponte de atracação, os passageiros embarcavam e desembarcavam nas proximidades da Ilha dos Franceses e eram conduzidos até o navio, ou de volta ao Cai-já, por uma lancha mantida na cidade pela Companhia Bahiana de Navegação (CBN). Só em 1890 inaugurou-se uma ponte de madeira para atracação de navios, que por sua vez foi substituída, em 1952, por outra de concreto armado.

⁵⁵ REDENÇÃO. Maragogipe, 18 jul. 1936, ano VI n° 189, p. 1.

As viagens de Maragogipe até Salvador, realizada pelo “Vapor de Cachoeira” tinha seu quadro de dias e horários fixados e publicados na imprensa local, conforme quadro abaixo:

Quadro 3: “Horários dos Vapores” – março de 1897

Sahida da capital			Volta para capital		
2	Terça feira	10	3	Quarta feira	4
4	Quinta feira	11	5	Sexta feira	6
6	Sabbado	12	8	Segunda feira	7
9	Terça feira	1	10	Quarta feira	8
11	Quinta feira	6	12	Sexta feira	10
13	Sabbado	7	15	Segunda feira	12
16	Terça feira	9	17	Quarta feira	3
18	Quinta feira	10	19	Sexta feira	5
20	Sabbado	11	22	Segunda feira	7

Fonte: NOVA ERA. Maragogipe, 26 de Fevereiro de 1897, n. 373

Ainda nos anos 1930, Maragogipe continuava a ser atendida pelo navio que fazia a linha Cachoeira-Salvador, Salvador-Cachoeira, portanto, sem uma linha direta ligando a cidade à capital do estado. Os transtornos dessa situação para a população eram enormes, sobretudo nas segundas-feiras, pois o navio já chegava a Maragogipe superlotado, viajando os maragogipanos de pé, mal acomodados, com o convés sem espaço para circulação, ocupado por espreguiçadeiras com pessoas ressonando. Pior que isso, era quando o vapor não zarpava de Cachoeira, no horário, devido à neblina que se adensava no vale do Paraguaçu, ou encalhava nos bancos de areia no curso do rio, em fase de maré baixa, quando, então, a viagem atrasava em 12 horas.

Completava o quadro de um serviço de pouca qualidade, o estado de ruína em que se encontrava a ponte de embarque e desembarque, mantida pela CBN nesta cidade. As condições da referida ponte eram tão precárias que o jornal local *Redenção* noticiou em suas colunas: “[...] quando a maré está vasante, as biribas que a sustentam, na maior parte, estão com os pés apodrecidos, não merecendo, portanto, confiança e deste modo correndo perigo iminente á vida dos passageiros”⁵⁶.

Só na década de 1960, haveria um navio fazendo a linha Maragogipe-Salvador, Salvador-Maragogipe, com regularidade. Contudo, o serviço prestado continuou sendo de baixa qualidade, uma vez que a CBN encontrava-se sucateada, carecendo da renovação de sua frota.

⁵⁶ REDENÇÃO. Maragogipe, 05 dez. 1936, num. 205, p. 4.

A inauguração em 1965 da rodovia ligando Maragogipe a São Félix e Cachoeira, vai criar uma nova dinâmica em termos de comunicação e transporte para a cidade, provocando uma crise no transporte aquaviário. Além disso, a velha Companhia de Navegação Bahiana (CNB), já deficitária, seria privatizada, nos anos 1990. Em consequência houve a retirada do navio *Maragogipe* da linha, selando assim a epopéia do transporte marítimo-fluvial de Maragogipe, no século XX. .

O interesse na comunicação por meio do transporte ferroviário ao que parece era um desejo de muitas cidades da Bahia, inclusive de Maragogipe, na segunda metade do século XIX. “Vários foram os projetos que tramitaram na Assembléia Legislativa, na Câmara Municipal, no Executivo, com o objetivo de que os trilhos de uma ferrovia chegassem até esta cidade”⁵⁷.

Nos anos 1870, quando é aberto ao tráfego o trecho da *Estrada de Ferro Central da Bahia* que liga Cachoeira à Feira de Santana, há notícias da mobilização de setores políticos e sociais da cidade, inclusive através da imprensa local, em torno da reivindicação de um ramal da via férrea para o lugar⁵⁸. Na época, a cidade chegou a receber a visita do presidente da Província, Barão Homem de Mello, acompanhado do negociante ferroviário e engenheiro inglês ligado à empresa *Estrada de Ferro Central da Bahia*, Hugh Wilson. De acordo com o parecer do referido engenheiro “[...] *era questão de tempo* [...]”⁵⁹ para que a estrada de ferro passasse por Maragogipe.

Os argumentos usados para reivindicar tal pleito estavam centrados na capacidade e importância agrícola do município, através das culturas do fumo e do café; na possibilidade de exploração de minérios como ferro, chumbo, salitre etc.; na existência, em sua sede, de um bom porto, franco à navegação. Sabe-se que essas razões não foram consideradas, apesar de a “Estrada de Ferro Central da Bahia”, ter sido projetada, segundo Francisco Zorzo, obedecendo “[...] à lógica locacional de conectar o interior da província da Bahia, através dos portos fluviais do Recôncavo, com a capital, Salvador”⁶⁰.

⁵⁷ SÁ, Osvaldo. *Histórias Menores (capítulos da história de Maragogipe)*. São Félix: Gráfica e Editora ODEAM Ltda., 1983, p. 45, [v.III].

⁵⁸ Um exemplo do envolvimento da sociedade maragogipana em torno da questão está no artigo do farmacêutico Bernardino Borges, publicado pelo semanário *A Situação*, em 7 de abril de 1897, sob o título “Estrada de ferro central de Cachoeira”. (ARQUIVO. Maragogipe, 15 de abril de 1954, ano III, nº 28, p. 2).

⁵⁹ ARQUIVO. Maragogipe, 15 de abril de 1955, ano III, nº 28, p. 2.

⁶⁰ ZORZO, Francisco Antônio. “O movimento de tráfego da empresa da Estrada de Ferro Central da Bahia e seu impacto comercial: das iniciativas privadas inaugurais à encampação estatal (1865-1902)”. Feira de Santana/BA, 2002, p. 64. In: http://www.uefs.br/sitientibus/pdf/26/o_movimento_de_trafego_da_empresa_da_estrada_de_ferro.pdf. (Acesso: maio de 2009).

Tempos depois, outras tentativas de dotar a cidade de uma estrada de ferro, foram realizadas. Ainda no Império, em 1884, o presidente da Província João Rodrigues Chaves, promulga a Lei n. 2.475, concedendo ao vigário José Araújo Mato Grosso, o privilégio por tempo não excedente a noventa anos, de construção, uso e gozo de uma estrada de ferro, partindo de Maragogipe até a sede da vila de Currálinho⁶¹. Nos primeiros anos da República, em 1892, o Governador do Estado Joaquim Manuel Rodrigues Lima, sanciona a Lei n. 26, concedendo à *Companhia Brazilian Central Bahia Raiwail*, o direito de construir um ramal da Estrada de Ferro Central até a cidade de Maragogipe, ficando a referida concessionária obrigada a manter uma linha de navegação direta entre aquela cidade e a Capital⁶².

O fato de Maragogipe não ter conseguido participar do momento de “explosão” das estradas de ferro baianas, da segunda metade do século XIX e início do XX, deve-se, preponderantemente, ao objetivo inicial do empreendimento que foi o de construir estradas de ferro para solucionar o problema da falta de crescimento econômico da província, e não o de promover a modernização dos meios de transporte e comunicação⁶³. Naquele momento, o que a cidade tinha a “oferecer” - café e fumo - ao que parece, não eram atrativos suficientes para um fluxo de pessoas e de comércio que contribuíssem para o incremento econômico da região. A outra razão poderia estar na mudança do projeto original de traçado da Estrada de Ferro Central da Bahia. Inicialmente, a estrada deveria seguir para o interior da província, em direção ao Oeste, acompanhando o vale do Rio Paraguaçu até chegar à Chapada Diamantina e dali seguir em direção ao Rio São Francisco. No final dos anos 1880, ganha curso uma proposta de traçado em direção ao Sul, pela zona de Brejo Grande, Rio de Contas e Caetité, encaminhando-se para o Norte de Minas Gerais⁶⁴.

3.3.2 Habitação

Na história da classe operária, um dos aspectos a ressaltar sobre as suas condições de vida era a tendência a certa “concentração” geográfica dos bairros e vilas operárias. Tanto nas maiores quanto nas menores cidades formaram-se, nas primeiras décadas do século XX, bairros tipicamente operários. No geral, eram construções rústicas, localizadas em terrenos íngremes ou alagadiços, em morros ou várzeas inóspitas.

A instalação das fábricas de charutos fez acorrerem para a cidade levas sucessivas de migrantes da zona rural e de localidades vizinhas, fornecendo à nascente indústria mão-de-

⁶¹ SÁ, Osvaldo. Op. Cit., 1983, p. 46.

⁶² Idem, p. 47.

⁶³ ZORZO, Francisco. Op. Cit., p. 65.

⁶⁴ Idem, p. 65.

obra acessível e barata. Tal como foi salientado no parágrafo anterior, esses contingentes de trabalhadores tenderam a se concentrar em logradouros como o *Beco das Mangueiras*, o *Pastinho*, a *Praia da Rua Nova*, o *Japão*, o *Cai-Cai*, o *Canto Escuro*, o *Beco dos Canudos*, o *Arrasta Couro*, a *Estrada das Boiadas* etc. A maior parte desses bairros adentravam manguezal afora, outros se situavam em áreas de declive e outros, ainda, ficavam em lugares invadidos pelas águas das marés. Em todos esses lugares, os operários construíram suas casas cobertas de palhas e paredes de taipa. Em termos de forma, a cidade ficara contraditoriamente e “[...] distintamente dividida em duas partes, a antiga de casas de telhas e a nova de casas de palhas [...]”⁶⁵.

Essas humildes moradias, extremamente suscetíveis a incêndios, tornaram-se focos de verdadeiras tragédias na cidade, como se pode verificar na tabela abaixo:

Tabela 1: Incêndios em casas de palhas (1891-1948)

Logradouros	Data	Nº de casas
Cai-já	11/11/1891	52
Rua da Horta	22/09/1892	06
Beco da Mangueira	09/01/1913	12
Cai-Cai	06/02/1913	18
Canto-Escuro	02/11/1921	11
Beco dos Canudos	19/02/1921	09
Largo Sebastião Pinho	19/08/1923	07
Beco do Piolho	09/11/1938	28
Estrada das Boiadas	10/11/1938	05
Comissão	11/11/1938	09
Japão	12/11/1938	13
Porto das Vagas	12/12/1938	03
Arrasta-Couro	06/07/1946	11
Canto-Escuro	23/10/1948	03
Total		187

Fonte: SÁ, Osvaldo. “Histórias Menores”. In: Arquivo. Maragogipe, 24 de jun de 1972, nº 237, p. 2; SÁ, Osvaldo. *Histórias Menores (capítulos da história de Maragogipe)*. S. Félix: ODEAM, 1982, p. 54,[v.II].

O maior deles aconteceu no Cai-já, no dia da festa de Nossa Senhora de Nazaré, padroeira do bairro, no momento da celebração das matinas. Um dos foguetes se desvia e cai direto em uma casa de palha e dela se alastra ao sopro do vento para dezenas de outras. Extinto o incêndio, cinquenta e duas casas tinham sido destruídas e cerca de duzentas pessoas ficaram desabrigadas⁶⁶. Esses incêndios só deixaram de acontecer quando as casas de palhas deram lugar às moradias cobertas com telhas de cerâmica

⁶⁵ SÁ, Osvaldo. *Histórias Menores (capítulos da história de Maragogipe)*. São Félix-Ba: Gráfica e Editora ODEAM, 1983, p. 25 [v. III].

⁶⁶ SÁ, Osvaldo. Op. Cit., 1982, p. 54 e 55, [v. II].

Os sucessivos incêndios desapareceram, mas as péssimas condições de vida dos bairros proletários que circundavam a cidade continuaram. O fato de alguns desses bairros terem-se originado ou se estendido em zonas de manguezais ou em zonas de marés, frequentemente suas ruas e suas habitações eram invadidas pelas águas das marés altas, como noticiou o periódico *Arquivo*:

A rua Bartolomeu Gato (Bairro do Dique) que faz conexão com as ruas Alves Branco, Francisco Macêdo Costa, 16 de Fevereiro e Nova Aurora, não obstante as promessas oficiais, vive abandonada, num verdadeiro alagado. Por ocasião das marés grandes todo o bairro é invadido, só transitando por dentro d'água ou atravessando a canoa⁶⁷.

Até os anos 1960, a população pobre que continuou a erguer suas casas em áreas alagadas por marés, além de conviverem com precárias condições de higiene e de saneamento básico, passaram a enfrentar um tipo de especulação fundiária absolutamente ilegal: a venda de terrenos de marinha. Indivíduos, estranhos à cidade e dizendo-se foreiros⁶⁸ começaram a vender à população moradora dessas áreas, terrenos que legalmente pertenciam à União. O periódico local *Arquivo*, assim, denunciou a situação:

É crucialmente o problema da população pobre que precisa edificar sua moradia nas praias e acrescidos de marinha, após um trabalho exaustivo de conseguir entulhar, com suor, sangue e lágrimas, um taco de mangue. Todos sentem e todos apelam para o Poder Público, no sentido humano, de uma solução legal, contra os vendedores de terrenos da marinha⁶⁹. (Grifos do autor).

A Câmara de Vereadores manifestou-se em favor das vítimas da extorsão, aprovando por unanimidade uma proposição solicitando a atenção da Prefeitura Municipal para o problema. Os encaminhamentos dados à questão, pelos poderes públicos foram para a realização do “[...] levantamento da planta cadastral e divisão da zona urbana e suburbana, no sentido de novas ruas e novos bairros, com subsequente melhoria para a população da faixa dos alagados”⁷⁰.

3.3.3 Abastecimento de água

As dificuldades com abastecimento de água, em Maragogipe, vêm de épocas remotas. No final do século XVIII e parte do século XIX, como já foi salientado no capítulo anterior deste trabalho, a população recorria às cisternas públicas e particulares para provimento de água.

⁶⁷ ARQUIVO. Maragogipe, 24 de Abril de 1968, nº 176, p. 1.

⁶⁸ ARQUIVO. Maragogipe, 23 de Fevereiro de 1969, nº186, p. 1.

⁶⁹ ARQUIVO. Maragogipe, 23 de Fevereiro de 1969, nº 186, p. 1.

⁷⁰ ARQUIVO. Maragogipe, 23 de Fevereiro de 1969, nº 186, p. 1.

Em meados do século XIX, a Câmara de Vereadores tentando resolver o problema, instalou poços de abastecimento em vários locais, mas mesmo assim em épocas de seca a população via-se na contingência de ir à procura de água. Também, data desse período a expansão do comércio de água⁷¹.

Em 22 de maio de 1890, através de contrato firmado entre o Conselho Municipal de Maragogipe e o coronel João Primo Guerreiro, foi fundada a *Empreza Aquária Maragogipana*. A finalidade da empresa era o fornecimento de água potável à cidade, com o represamento do rio Quelembé. O prazo de concessão foi de sessenta anos, que terminaria em 25 de março de 1952. O coronel cumpriu o contrato em parte, fornecendo água à cidade até 1912, quando transferiu a concessão para Vicente Lins Ferreira do Amaral. O novo empresário realizou melhorias no serviço e tempo depois a empresa foi transferida para Dácio Correia do Carmo, que construiu outro açude para servir de auxiliar em período de escassez de água. O empresário Dácio Correia do Carmo, por sua vez passou a concessão a Erotildes José da Silva, e este no ano de 1942 cedeu os seus direitos de concessionário a Oscar de Araújo Guerreiro. Em 1952, com o fim do prazo de concessão, a *Empreza Aquária Maragogipana* foi entregue à Prefeitura Municipal para administrá-la.

Até o início da década de 1930, a empresa de abastecimento de água serviu com regularidade à população. Quem não possuía *pena ou meia pena d'água*, usava os chafarizes instalados em diferentes pontos: na convergência da Rua Santana com a Rua Macêdo Costa, na praça Municipal, Rua Nova do Comércio, Rua do Cai-já (ao lado da igreja de Nossa Senhora de Nazaré) e Praça Brigadeiro Seixas.

Assim decorreram dezenas de anos, até que depois da revolução outubrista de 1930, por motivos de melhoramentos das praças e ruas citadas os tais chafarizes foram demolidos, como coisa obsoleta.

Todavia nenhuma outra providência fôra tomada para substituir aquelas fontes públicas de grande serviço à população, mórmente à pobresa⁷².

A partir daquele período, o serviço foi gradativamente perdendo o padrão e a água fornecida à cidade era absolutamente imprópria para o consumo humano. A imprensa local denunciava a situação: “A água desta cidade está verdadeiramente, cheia de sapos, intolerável. Está produzindo na população uma verdadeira onda de disenteria, em vista do que apelamos, para quem de direito, cômscio de sermos atendidos, para o bem geral da população”⁷³.

Na época da transferência, o serviço de fornecimento de água já era precário, principalmente, no que diz respeito às suas instalações, que durante os sessenta anos de

⁷¹ Sobre o assunto, ver capítulo dois.

⁷² ARQUIVO. Maragogipe, Fevereiro de 1963, n. 119, p. 1.

⁷³ A FAÚLA. Maragogipe, 23 de Novembro de 1935, n. 13, p. 3.

concessão não havia sofrido qualquer renovação. A situação culminou, nos anos 1960, em um quadro absolutamente desolador: as pessoas que tinham mais recursos compravam a lata ou barril d'água por Cr\$30,00 e até Cr\$50,00 e as mais pobres, com lata na cabeça para apanhar água salobra das cacimbas⁷⁴. Em fevereiro de 1967, o *Arquivo* publicava, na primeira página, artigo intitulado “Lata d'água na cabeça”, no qual afirmava que o sistema de abastecimento de água do município inexistia e lamentava:

Pobre cidade. Pobre gente. Traída. Menospresada. Sobe prefeito, desce prefeito, nenhum atinou ainda como servir o povo, resolvendo o problema prioritário, água potável, tratada e filtrada, para a comunidade. Arre! Tanta ausência de espírito público. Tanta irresponsabilidade na direção dos negócios públicos!⁷⁵.

Apesar de na década seguinte ter sido construída a represa do rio Cachoeirinha, para captação de água para abastecimento da cidade, o serviço continuou precário e irregular e a água fornecida “[...] impura, sem nenhum tratamento exigido à saúde da população, portanto, poluída, contaminada”⁷⁶. Desde 1972 que a Embasa (Empresa Baiana de Águas e Saneamento) é a responsável pelo sistema de abastecimento de água da cidade de Maragogipe e dos distritos de Nagé, Coqueiros, São Roque do Paraguaçu, Guai e Guapira. Nos primeiros anos da gestão do serviço de abastecimento de água do município, pela Embasa, a situação em termos de abrangência e de qualidade da água, pouco se alterou.

Mais recentemente, o município de Maragogipe foi incluído juntamente com outros municípios do Recôncavo, no *Programa Bahia Azul*, empreendimento cuja concepção incorporou como premissa a abordagem integrada do setor de saneamento, com intervenções em abastecimento de água, esgotamento sanitário, resíduos sólidos, proteção ambiental. Em 2003, as ações do Programa relativas ao componente abastecimento de água foram concluídas com a realização de obras nos quatro sistemas integrantes, entre os quais estava o sistema integrado Maragogipe-Nagé-Coqueiro.

As dificuldades de transporte e comunicação deixaram a cidade insulada, e a ausência de um plano mínimo para suprir as prementes necessidades de habitação levou à destruição de parte de seu patrimônio natural – o manguezal – para construção de moradias. Por sua vez, a falta quase secular de um serviço de abastecimento de água, além de ter privado a população de um direito, contribuiu para que o lugar se constituísse em zona de prevalência

⁷⁴ ARQUIVO. Maragogipe, Fevereiro de 1963, n. 119, p. 1. Segundo o citado jornal, o prefeito Plínio Pereira Guedes chegou a realizar trabalhos de desobstrução das tubulações de toda a rede, tentando fazer com que a água chegasse até as residências, mas “[...] esqueceu de tratar dos açudes entulhados e dos reservatórios obstruídos e outros destruídos”.

⁷⁵ ARQUIVO. Maragogipe, 22 de Fevereiro de 1967, nº 162, p. 1.

⁷⁶ ARQUIVO. Maragogipe, 30 de Março de 1973, nº 234, p. 1.

de esquistossomose mansônica, já que a doença é considerada uma das principais patologias ligadas à água.

4 Uma cidade entre o “colonial” e o “moderno”

Mas, em junho de 1960, o machado iconoclasta abateu impiedosamente o belo e suntuoso PINHEIRO ali existente [...]. Em agosto de 1970, a título de reforma, a Praça foi arrasada [...].

Arquivo. Maragogipe, agosto de 1971, p. 7.

Por volta dos anos 1960, ainda sob o argumento de reformar para “modernizar”, a cidade paulatinamente passou por transformações profundas: a área externa, a periferia, expandiu-se; o centro, uma área constituída predominantemente de um tecido urbano colonial sofreu uma série de intervenções, que sugerem a ausência de estudos e planos de reforma que preservassem o patrimônio preexistente. Um estudo do IPAC - Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia, publicado em 1982, identificou que 92% dos imóveis existentes no centro, estavam em estado de conservação medíocre; 3%, satisfatório; e 5% ruim¹.

As mudanças que, desde a década anterior, começaram a se processar na região do Recôncavo, avançaram nas décadas seguintes, culminando com aquilo que no primeiro capítulo foi denominado de processo de “desintegração” de uma realidade geo-histórica secular. A instalação de uma ditadura militar no país, em 1964, e os novos rumos dados à política econômica nacional aprofundaria, ainda mais, a decadência em que haviam mergulhado as cidades do Recôncavo.

Partindo dessas considerações, este capítulo complementa o anterior, principalmente, em dois pontos: conclui sobre a trajetória da fábrica Suerdieck, em Maragogipe, falando sobre a crise que culminou com o encerramento de suas atividades e seus desdobramentos sobre o lugar; e estuda o segundo movimento de transformação de *Maragogipe colonial*, sobretudo, o processo de destruição e descaracterização que nela se estabeleceu, a partir do final dos anos 1960, dando lugar ao que se poderia chamar de uma cidade híbrida – uma cidade entre o “colonial” e o “moderno”.

4.1 Crise e decadência da fábrica Suerdieck

Em fins dos anos 1960, já estava patente que a Fábrica de Charutos Suerdieck S/A havia mergulhado em uma crise sem precedentes. Ainda, em 1964, a unidade de Cachoeira foi fechada e cerca de mil trabalhadores despedidos. Quatro anos depois, em 1968, pela primeira vez, a empresa teve desempenho negativo e, no ano seguinte, 1969, começou a pagar com

¹ BAHIA/IPAC-BA. *Inventário de proteção do acervo cultural*; monumento e sítios do Recôncavo. Salvador: Sec. de Indústria e Comércio, 1982, p. 188. [II parte, v. 3].

atraso o salário semanal dos operários da fábrica de Maragogipe – atraso de duas a três semanas seguidas – sob a alegação de falta de capital de giro. Naquele mesmo ano, a situação agravou-se com os salários chegando a seis ou oito semanas de atraso, além do pagamento das férias e do salário-família², em vários meses. Apesar das circunstâncias, os operários continuaram trabalhando e da cidade semanalmente saía três a quatro caminhões carregados de charutos³

Em abril de 1970, a fábrica parou! A Suerdieck deu férias coletivas a seus trabalhadores, sob a alegação de que eram férias vencidas⁴. A situação que se estabeleceu na cidade, segundo relatou o periódico *Arquivo*, foi de calamidade, pois grande era o número de famílias, com extensa prole “[...] sem pão, sem condições de mitigar a fome de seus filhos. Terrivelmente desesperador!”⁵ Diante da situação, o prefeito Plínio Pereira Guedes se deslocou para Salvador e Brasília, a fim de, junto com o diretor da firma, expor às altas autoridades do país a situação do operariado de Maragogipe, e buscar uma providência oficial. Enquanto duraram as conversações com as autoridades, o Legislativo Municipal manteve-se em sessões permanente.

É nesse contexto de agravamento da crise financeira da empresa e de uma conjuntura nacional marcada pela “cultura do medo”, em função da falta de liberdades civis, da proibição de participação em atividades de oposição comunitária, sindical ou política que, em maio de 1970, em um feito absolutamente singular, o operariado da Suerdieck saiu em romaria pelas ruas da cidade (fig. 33).

² O salário-família foi instituído no Brasil, na década de 1930, através da Lei nº 185, de janeiro de 1936 e do Decreto-Lei nº 399, de abril de 1938. Em 1963, o benefício foi estendido a todos os trabalhadores brasileiros e correspondia a 5% do salário mínimo local para cada filho menor, de qualquer condição, até 14 anos. Em 1973, o salário-família passou a fazer parte do conjunto das prestações asseguradas pela Previdência Social, antigo INPS (Instituto Nacional de Previdência Social), delegando aos empregadores o encargo de conceder e pagar as quotas aos respectivos empregados. A partir de 1998, através da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, o salário-família passou a ser pago apenas aos trabalhadores de baixa renda, sendo regulamentado pela Portaria nº 4.883/98 do Ministério da Previdência Social.

³ ARQUIVO. Maragogipe, 27 de Maio de 1970, Nº 201, p. 1.

⁴ ARQUIVO. Maragogipe, 20 de Abril de 1970, Nº 200, p. 6.

⁵ ARQUIVO. Maragogipe, 20 de Abril de 1970, Nº 200, p. 6.



Fig. 33 – Romaria dos operários da fábrica Suerdieck - 11 de maio de 1970

Fonte: ARQUIVO. Maragogipe, 27 de maio de 1970. Nº 201, p. 1

No dia 11 daquele mês, após uma missa em honra a São Bartolomeu, realizou-se uma romaria que percorreu todas as principais ruas de Maragogipe, onde homens e mulheres caminharam de pés descalços, como tradicionalmente acontecia, em agosto, na procissão em honra a São Bartolomeu. O ato religioso contou com cerca de mil fiéis⁶, cuja maioria era de operários e de seus familiares.

Ouvia-se por tôdas às ruas choros de emoção. As lágrimas do povo sofrido misturavam-se com o pó da rua, onde grande número de mulheres e homens palmilhavam a pés descalços, humildemente, mas, com os corações cheios de fé na Divina Providência.

Maragogipe, há muito, assistiu tamanho espetáculo vibrante de crença e amor, de solidariedade humana e cristã⁷.

Fugindo aos padrões convencionais das estratégias de lutas dos trabalhadores, mas coerente com a cultura local, impregnada de religiosidade, a romaria realizada pelos operários da fábrica Suerdieck, pode ter sido uma saída, enquanto reação coletiva e efetiva à situação em que se encontravam, além de uma forma de escapar a repressão patronal e do Estado. O país vivia a segunda fase de institucionalização da ditadura militar, caracterizada pela vigência do Ato Institucional nº 5 (AI-5) e instalação de um novo ciclo de repressão.

Em junho a situação se agravou e, no dia 05 daquele mês, o operariado já com dez semanas sem receber salário semanal e salário-família há vários meses em atraso, “[...] compareceu ao trabalho, porém, num protesto de que ninguém pode trabalhar com fome,

⁶ Estimativa do jornal ARQUIVO, edição de 27 de Maio de 1970, Nº 207, p. 1.

⁷ ARQUIVO. Maragogipe, 27 de Maio de 1970, Nº 207, p.1.

cruzou os braços [...] ⁸. O movimento grevista eclodiu, adotando a tática dos braços cruzados e máquinas paradas. Ao que parece, a greve durou o equivalente há uma semana, pois no dia 09 de junho o Delegado do Trabalho esteve na cidade e realizou, na sede do sindicato dos trabalhadores, uma reunião com operários e autoridades. Como de praxe, o representante do Ministério do Trabalho, convidou os operários a retornarem ao trabalho ⁹.

Segundo dados do *Arquivo*, publicados em agosto daquele ano (1970), a dívida da Suerdieck para com os seus operários perfazia mais de cinco meses de salários atrasados, ou seja, vinte semanas e sete meses de salário-família ¹⁰. O mesmo artigo do jornal salienta que, em contrapartida, o faturamento semanal da fábrica era estimado em cento e cinquenta mil cruzeiros e a folha de pagamento do operariado não chegava a alcançar a cifra de trinta e cinco mil cruzeiros ¹¹.

Em setembro, a Suerdieck recebeu o financiamento que havia solicitado ao governo federal. O total do empréstimo foi de seis milhões de cruzeiros, repassados pelo Banco do Estado da Bahia, e divididos em quatro cotas:

[...] 4 milhões seriam aplicados no pagamento de débitos atrasados e no giro da empresa posta em operação, 1 milhão para aquisição de matéria-prima e 1 milhão para compra de máquinas novas. Estas máquinas se destinariam à fabricação de uma nova linha de charutos para consumo popular, num total de 6 milhões de cruzeiros ¹².

Na segunda semana de novembro de 1970, a firma começou a pagar os salários em atraso, que correspondia a oito meses de salário semanal, além das quotas do salário-família ¹³. Apesar da retirada imediata de três milhões de cruzeiros e de sua vinculação ao pagamento dos salários em atrasos, não houve a liquidação do débito, tanto que nos primeiros dias de janeiro de 1971, a imprensa local, assim, comentou sobre o assunto: “[...] pagou uma pequena parte do seu débito ao operariado, isto no ano passado, ficando, entretanto, devendo ainda grande soma, inclusive salário-família, décimo terceiro mês, e já agora, férias ¹⁴”.

Os seis milhões de cruzeiros tomados de empréstimo ao governo federal não retiraram a empresa da crise. Em 1975, o controle acionário da Suerdieck passa para o grupo alemão *Melitta*. Em 1986, a família Suerdieck volta a controlar a organização, mas seis anos depois transfere a fábrica de Maragogipe para Cruz das Almas onde, em 1999, foram encerradas definitivamente suas atividades.

⁸ ARQUIVO. Maragogipe, 23 jun. 1970, nº 202, p. 2.

⁹ ARQUIVO. Maragogipe, 23 jun. 1970, nº 202, p. 2.

¹⁰ ARQUIVO. Maragogipe, 24 agos. 1970, nº 204, p. 2.

¹¹ ARQUIVO. Maragogipe, 24 agos. 1970, nº 204, p. 2.

¹² ARQUIVO. Maragogipe, 29 set. 1970, nº 207, p.6.

¹³ ARQUIVO. Maragogipe, 30 nov. 1970, nº 209, p. 1.

¹⁴ ARQUIVO. Maragogipe, 23 jan. 1971, nº 211, p. 2.

4.1.1 A cidade sem a sua fábrica

Em 1970, em plena crise da fábrica Suerdieck, o prefeito do município, Plínio Pereira Guedes, encaminhou ao governador do estado, Luís Viana Filho, um memorial, contendo uma exposição sobre a crise econômico-financeira da indústria fumageira. O documento, publicado pelo jornal *Arquivo*, fornece dados significativos da relação do município e da cidade com a fábrica Suerdieck. Por exemplo, que 70% do capital circulante no município eram originários da Suerdieck; que o montante total de pagamento semanal efetuado aos empregados, pela firma, era de quarenta milhões de cruzeiros; e, que a quantia em tributos anuais pagos à Prefeitura era de quinze milhões de cruzeiros¹⁵. Portanto, as implicações da crise para a economia da cidade foram extraordinárias.

Um dos efeitos imediatos da crise foi fechamento da agência do Banco de Administração S/A, em 1970, segundo conta um ex-funcionário da referida agência bancária na cidade:

[...] lembro-me que em 1962, quando ingressei no banco [Banco de Administração] a agência de Maragogipe já tinha perto de trinta anos na cidade. A causa do seu fechamento foi a crise da Suerdieck, nos fins dos anos 60 para princípio dos anos 70. [...] os pagamentos da Suerdieck eram feitos aqui mediante depósito feito na matriz em Salvador. O dinheiro não vinha, recebíamos ordem de pagamento e aqui pagávamos os saques da Suerdieck para pagamento dos seus operários e fornecedores. Desse dinheiro, a Suerdieck pagava a contribuição da previdência retida dos seus funcionários e a parte patronal, recursos também para pagar os milhares de aposentados, por parte do Instituto. Deu para entender como a economia girava em razão desses recursos?¹⁶

Mas como sentiu a cidade, o fechamento de sua fábrica? O depoimento emocionado de uma trabalhadora aposentada da Suerdieck mostra-se bastante revelador da sensação que acometeu a cidade, o fechamento, depois de 87 anos, da Fábrica de Charutos Suerdieck S/A, em Maragogipe.

Quando entrei na Suerdieck tinha três mil e quinhentas pessoas trabalhando. Quando fechou, eu pensei que o povo ia morrer de fome. Todo mundo! Mas não morreu, não, porque os mistérios de Deus são muito grandes. Teve o mar, o mangue, o mangue para sustentar¹⁷.

Na década de 1990, com o avanço do processo de globalização da economia mundial, intensificou a situação de estagnação e marasmo econômico-social em que já se encontrava a região. No início daquela década, o reordenamento que aconteceu nas atividades primárias do Recôncavo resultou em dispensas adicionais de trabalhadores. Em Maragogipe, o fechamento

¹⁵ Cf. ARQUIVO. Maragogipe, 27 de maio de 1970, nº 201, p. 3.

¹⁶ De acordo com Benedito Jorge C. Carvalho, que trabalhou durante oito anos (1962 -1970), na agência do Banco de Administração S/A, em Maragogipe. Informações dadas à autora. Maragogipe, jan de 2010.

¹⁷ Eunice Farias de Amorim, 81 anos de idade. Trabalhou na fábrica Suerdieck desde o início dos anos de 1940. Entrevista concedida à autora. Maragogipe, nov de 2005.

da maior fábrica de charutos manufaturados do mundo contribuiu para o recrudescimento da crise econômica e social em que já se encontravam o município e a cidade de Maragogipe. As suas populações empobreceram ainda mais, e as gerações mais jovens passaram a emigrar mais intensamente para Salvador e Região Metropolitana, em busca de emprego e de novas oportunidades de vida¹⁸.

4.2 Múltiplas transformações na cidade: descaracterizando, destruindo...

Ao longo de todo o século XIX e início do XX, de forma geral, aconteceram mudanças na estrutura das cidades que, por sua vez, passaram a exigir reformas urbanas. No Brasil, esse processo inicia-se mais tardiamente, na segunda metade do século XIX, e tem o seu ápice no início do século XX¹⁹. É nesse período que as cidades brasileiras começam a mudar a sua imagem, “[...] a fim de adaptá-las aos novos ideais modernos e higiênicos decorrentes do avanço científico, de novas tecnologias e de novas ideologias”²⁰.

Em algumas cidades, como foi o caso do Rio de Janeiro, as mudanças realizadas suscitaram associações ao *modelo haussanniano* de intervenções. As transformações realizadas no Rio de Janeiro, entre 1902 e 1906, buscavam transformá-lo “[...] numa cidade limpa, higiênica, salubre, bonita, burguesa, baseada nos moldes europeus e digna de ser uma capital”²¹. A cidade do Salvador, também, no início do século foi objeto de grande reforma urbana, que aconteceu em moldes semelhantes àqueles verificados no Rio de Janeiro e com as mesmas justificativas: “higienizar”, “embelezar”, “modernizar”.

Como já foi discutido no capítulo anterior, também, em Maragogipe aconteceram transformações, na forma da cidade, desde o início do século XX. Esse processo compreendeu um duplo movimento. Em um primeiro momento (de 1905 aos anos 1960), as transformações empreendidas visaram à destruição de sua forma-urbana colonial e tinham um caráter modernizador e idealizador da constituição de uma “nova” cidade, mais condizente com os padrões da sociedade capitalista em expansão. A cidade foi “higienizada” e “embelezada”, tornando-se uma “cidade civilizada”, conforme o discurso justificador, alardeado pela *Revista Maragogipe*, em agosto de 1942²². Em um segundo momento, por volta do final dos anos 1960, deu-se continuidade às reformas anteriormente idealizadas e, para atender aos novos

¹⁸ Sobre o processo de imigração no Recôncavo ver em SOUZA, Guaraci Adeodato de. *A população do Recôncavo Baiano*. Salvador: Centro de Recursos Humano/UFBA, 1976.

¹⁹ PINHEIRO. Eloísa Petti. *Europa, França e Bahia: difusão e adaptação de modelos urbanos (Paris, Rio e Salvador)*. Salvador: EDUFBA, 2002, p. 25.

²⁰ Idem, *ibidem*, 2002, p. 25.

²¹ PINHEIRO. Eloísa Petti. Op. Cit., 2002, p.26.

²² Ver citação parcial do texto da referida revista, no capítulo três desta dissertação.

contextos econômicos, sociais e culturais, lançou-se mão da descaracterização e/ou da destruição ou do abandono do que ainda ficara da velha urbe colonial. Vale ressaltar que, no bojo desse processo, também estava a destruição do patrimônio natural da cidade e do município - os manguezais.

O modo de vida de seus habitantes também se transformou, uma vez que estes passaram a conviver com os chamados dramas urbanos da “modernidade”, como a violência, os elevados índices de desemprego, o uso e a difusão de drogas ilícitas, além de um grande declínio cultural. A cidade que, nos anos 1930, já contava com teatro, cinema, jornais, chegou aos anos 1970 com praticamente dois periódicos, *Arquivo* e *Tribuna do Povo*, nenhuma revista, sem teatro nem cinema.

Manifestações culturais tradicionais também desapareceram, como por exemplo, os ternos natalinos que, a despeito de todos os esforços de um grupo de mulheres ligadas à Igreja, para fazê-los ressurgir, as tentativas redundaram em fracasso. *Jardim Mimoso* e *Estrela Dalva* (fig. 34, 35) eram os dois ternos natalinos mais famosos da cidade até aproximadamente os anos 1960.



Fig. 34 - Terno Jardim Mimoso
Foto de João Ramos – anos 1950.



Fig. 35 - Terno Estrela Dalva
Foto de João Ramos – anos 1950.

Nessa segunda fase de transformação (final dos anos 1960), foi possível observar a presença do ideário preservacionista do século XIX, preocupado apenas com a conservação do monumento em si. Embora já se discutisse naquele momento uma visão de cidade como objeto patrimonial e já estivessem no centro das preocupações os conjuntos urbanos, em Maragogipe, apenas as construções monumentais como a Igreja Matriz, a Casa de Câmara e Cadeia, as sedes das filarmônicas Terpsícore Popular e Dois de Julho, o coreto do Largo da Matriz foram objeto de atenção e preservação. Praças e jardins foram radicalmente

modificados; e os sobrados com mirantes, de janelas e portas em arco, marcas da arquitetura regional, foram descaracterizados ou relegados ao abandono, conforme descrição e análise no item que se segue.

4.2.1 Abandono e destruição no centro da cidade

No oitavo CIAM (Congresso Internacional de Arquitetura Moderna), realizado em julho de 1951, em Rodesdon, na Inglaterra, o centro urbano, tema do congresso, foi definido como o “coração da cidade”. Nesse mesmo congresso, outras definições foram apresentadas: J. Sert disse que o centro urbano era o “elemento caracterizador de uma comunidade, voltado aos seus habitantes”; Walter Gropius o definiu como o “repositório da memória da coletividade” e, Jacob B. Bakema o considerou como o “local que possibilitava entender o aspecto comunitário da vida humana”²³. Mais tarde, nos anos 1970, Manuel Castells, falando das funções do centro urbano, vai dizer que ele compreende “[...] uma parte da cidade delimitada espacialmente que desempenha uma função *integradora e simbólica*”²⁴. Além disso, deve-se ressaltar que a discussão em torno dessa parte da cidade forjou também a noção de “centro histórico”, sobre a qual vai recair a partir dos anos de 1970, acirrados debates e farta documentação a respeito da sua preservação e/ou revitalização.

O centro urbano ou “centro histórico” de Maragogipe (fig. 36) corresponde a uma área de doze hectares de extensão, que compreende quinze ruas, cinco praças e algumas encostas²⁵. Essa configuração é resultado de um processo histórico que, inicialmente, tem na Igreja Matriz o centro irradiador e segue, ao longo do tempo, agregando outras atividades e funções advindas, principalmente, a partir da instalação das fábricas de charutos Dannemann e Suerdieck e de serviços que, direta ou indiretamente, estavam ligados às referidas indústrias, como o centro fisiológico, as coletorias federal e estadual, a agência bancária, a agência telefônica etc.

²³ MENEGUELLO, Cristina. *O coração da cidade: observações sobre a preservação dos centros históricos*. Brasília: Revista Eletrônica do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, s/d, p. 1. Disponível em: <http://www.revista.iphan.gov.br/materia.php?id=121>. (Acesso: set de 2007).

²⁴ CASTELLS, Manuel. *Problemas de investigação em Sociologia Urbana*. Lisboa: Presença/Martins Fontes, 1979, p. 183. (Grifos do autor).

²⁵ BAHIA; IPAC. *Inventário de Proteção do Acervo Cultural; Monumentos e Sítios do Recôncavo*. Salvador: Secretaria de Indústria e Comércio, 1982, p. 191 [II parte, v. 3].

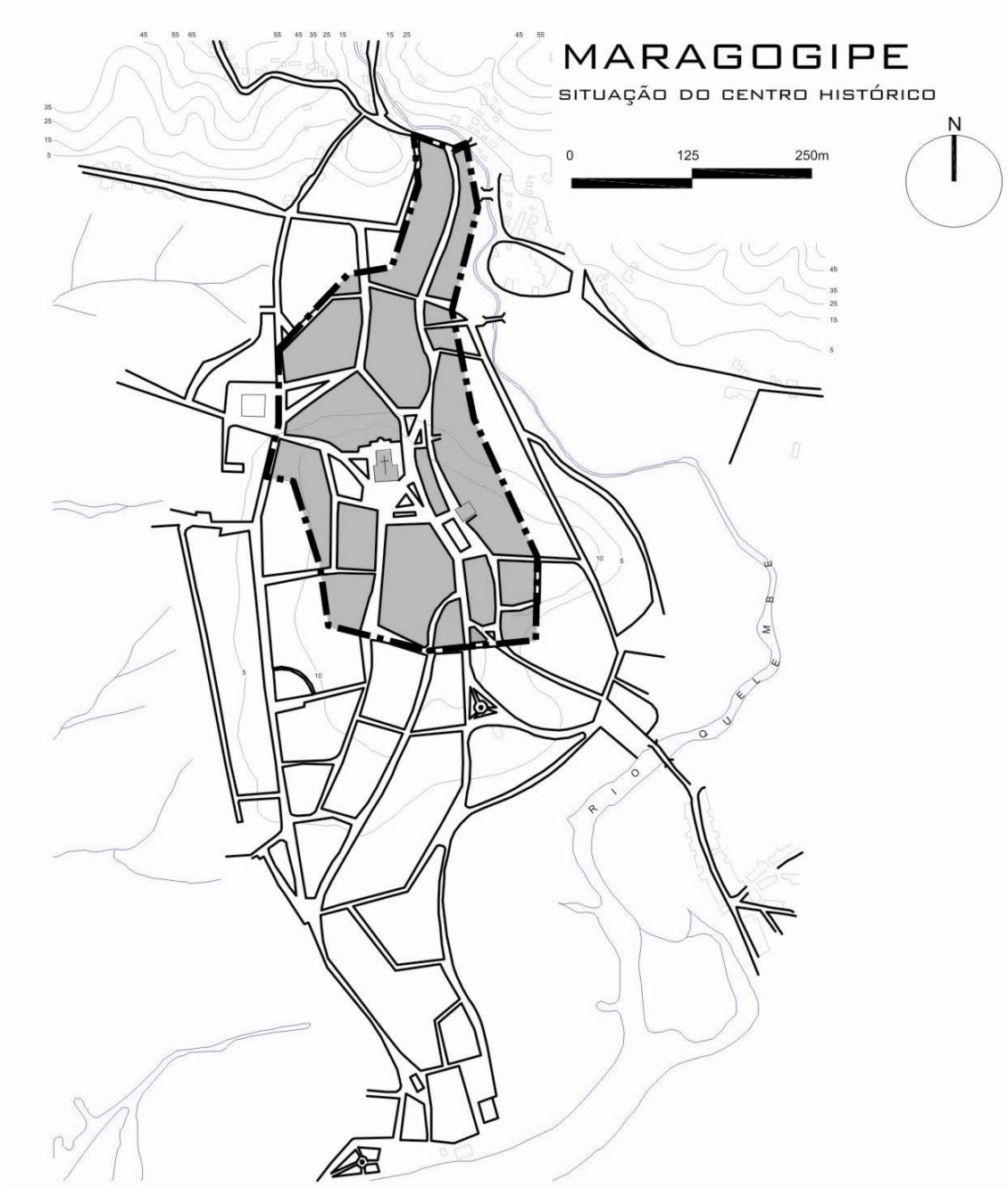


Fig. 36 – Situação do “Centro Histórico” de Maragogipe.
 Fonte: Compilação. BAHIA; IPAC. *Inventário de Proteção do Acervo Cultural*; Monumentos e sítios do Recôncavo. Salvador, 1982, p. 190
 [II parte, v 3]

As reformas propostas e realizadas pela Prefeitura, nos anos de 1970, suscitam protestos da Câmara Municipal. Um grupo de vereadores, tendo à frente o vereador Cid Seixas Fraga Filho, chegou a ensaiar um movimento pela preservação da paisagem histórica de

Maragogipe²⁶. Inclusive, o referido vereador levou até a cidade o cenógrafo Freddy Suy²⁷, que realizou estudos para a restauração da Praça Municipal.

Um pouco mais incisiva foi a “campanha” que o *Arquivo* promoveu, entre 1970 e 1971, contra as transformações do centro urbano. Em julho de 1971, em longo artigo de primeira página, o citado periódico analisou a condição urbanística da cidade, dizendo:

Maragogipe é cidade que, aos poucos, vai perdendo as suas características mais valiosas. Há muitos anos já, as suas construções não vêm obedecendo à sua fisionomia de cidade colonial, que em determinados trechos deveria ser conservada. E ninguém duvida, o seu valor, como cidade, só poderá crescer dia a dia, se conservar as suas linhas tradicionais²⁸.

As justificativas para as remodelações continuaram sendo o “embelezamento”, a “modernização”. O resultado final da reforma da principal artéria da cidade, na avaliação do periódico *Arquivo*, foi o seguinte: “[...] a Praça foi arrasada, ficando o deserto como ainda hoje se apresenta desoladamente”²⁹. Após essa reforma, outras se seguiram, incluindo aquela em que um casal de jacaré passou a “ornamentar” a “fonte luminosa” construída no centro do jardim.



Fig. 37 - Praça Municipal, após reformas dos anos 1930. Foto de João Ramos – anos 1950.



Fig. 38 - Atual Praça Municipal, após recentes reformas. Foto de Aline Farias – 2008.

A Praça Municipal ou Praça Conselheiro Antônio Rebouças, a Praça Emerzindo Mendes e a Praça da Matriz historicamente têm-se constituído em espaços das manifestações cívicas, culturais, religiosas e lúdicas que envolvem toda a cidade nas datas comemorativas.

²⁶ ARQUIVO. Maragogipe, 27 de Julho de 1971, nº 215, p. 1.

²⁷ Segundo o *Arquivo* Freddy Suy havia feito cursos na UNESCO- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - e estudos especializados na Bélgica. Estava há dez anos no Brasil e prestava serviço para uma emissora de televisão – a TV Itapoã. A fonte não informa a nacionalidade de Freddy Suy. (ARQUIVO. Maragogipe, 27 de Julho de 1971, nº 215, p. 1).

²⁸ ARQUIVO. Maragogipe, 27 de Julho de 1971, nº 215, p. 1.

²⁹ ARQUIVO. Maragogipe. Agosto de 1971, p. 7.

Nelas se concentram as festividades que acontecem, no mês de agosto, em homenagem a São Bartolomeu, o Carnaval, os *shows*... A centralidade que as caracteriza, também, as tornou objeto preferido dos projetos de remodelações, de cunho autoritário e personalista, empreendidos pelas várias gestões municipais³⁰, principalmente, a partir do final dos anos 1960 quando foram alteradas drasticamente suas características mais antigas e mudaram o seu perfil (fig. de 37 a 40).



Fig. 39 - Pç. Emerzindo Mendes, antiga Pç. João Pessoa - Foto de João Ramos – anos 1950



Fig. 40 - Pç. Emerzindo Mendes, após recentes reformas - Foto de Aline Farias - 2008

Não menos dramático foi o processo de descaracterização e destruição dos sobrados da cidade. Alguns, verdadeiros palacetes, outros menos grandiosos. Os primeiros foram construídos nos fins do século XVIII, mas foram obras essencialmente do século XIX e em número considerável³¹. Ao longo do tempo, esses sobrados tiveram as mais variadas funções: sede da capitania, teatro, escola, depósito das fábricas de charutos, residências etc. No início do século XX, especialmente a Suerdieck adquiriu alguns desses sobrados, que foram transformados em instalações fabris³².

Concentrados no centro urbano, esses sobrados marcavam a paisagem da cidade até aproximadamente os anos 1980, formando conjuntos, tais como os da Praça Cons. Antônio Rebouças onde estava instalada a fábrica de charutos Dannemann e os da antiga Rua Nova do Comércio, da Rua Siqueira Campos e da Travessa Capitão-Mor. Vistos como obras

³⁰ A Praça Conselheiro Antonio Rebouças, talvez, seja o exemplo mais significativo que se pode verificar de implementação de projetos desse tipo, no centro urbano e em outros bairros da cidade.

³¹ No capítulo IX, intitulado *Sobrados*, Osvaldo Sá relaciona e faz uma breve descrição de vinte e dois sobrados. SÁ, Osvaldo. *Histórias Menores (capítulos da história de Maragogipe)*. São Félix: Gráfica e Editora ODEAM, 1983, p. 48-51 [v.III]. Sobre características tipológicas dos sobrados de Maragogipe ver: BAHIA. Secretaria da Indústria e Comércio. *IPAC-BA. Inventário de proteção do acervo cultural; Monumentos e sítios do Recôncavo*. Salvador, 1982 [II parte, v. 3].

³² Sobre o assunto, ver capítulo três.

arquitetônicas privadas possuem uma tipologia simples e relativamente comum a sobrados de outras cidades do Recôncavo, mas enquanto conjuntos urbanos se caracterizam por sua monumentalidade.

Ainda, na primeira metade do século XX, alguns sobrados foram radicalmente reformados. Mas nada comparável ao que posteriormente aconteceria nas últimas décadas do século XX. Um exemplo, bastante expressivo, foi o que aconteceu com o sobrado da Rua Fernando Meyer Suerdieck, nº 2. Edificação da primeira metade do século XIX, de grandes dimensões, que possuía como outros sobrados da cidade, até 1980, sótão-mirante, além de ter como característica especial de sua planta um duplo corredor central³³. Em 1979, o referido sobrado (fig. 41) já se encontrava em processo de arruinamento e, no início de 1980, seu então proprietário realizou obras que o descaracterizou completamente (fig. 42).



Fig. 41- Sobrado da 1ª metade do século XIX, situado na Rua Fernando Suerdieck. Foto do IPAC, 1982, p. 202



Fig. 42 – Sobrado da Rua Fernando Suerdieck, após recentes reformas. Foto de Aline Farias – 2008.

Além do patrimônio histórico e urbanístico encontrar-se em estado de abandono, o patrimônio industrial está, hoje, em ruínas. Após o fechamento da Dannemann, que aconteceu ainda durante a Segunda Guerra Mundial, suas instalações foram adquiridas pela Suerdieck. Nos anos 1990, os prédios da ex-Dannemann encontravam-se em completo estado de arruinamento (fig. 43).

³³ BAHIA/IPAC. *Inventário de Proteção do Acervo Cultural; Monumentos e Sítios do Recôncavo*. Salvador: Secretaria de Indústria e Comércio, 1982, p. 202. [II parte, v. 3].



Fig. 43 - Ruínas da antiga fábrica de charutos Dannemann
Foto de Aline Farias – 2006

Em situação semelhante encontram-se os prédios da fábrica de charutos Suerdieck (fig. 44, 45). Segundo informativo do *Grupo Vovó do Mangue*, uma das heranças de decadência, tristeza e perigo deixado pela referida companhia, na cidade de Maragogipe, foi o “[...] grande elefante branco (ou escuro), constituído de dois quarteirões de prédios abandonados, com sérios riscos de desabamento, oferecendo constante perigo à população”³⁴.



Fig. 44 - Rua Fernando Suerdieck, tendo ao fundo prédio da fábrica Suerdieck.
Foto de João Ramos – anos de 1950.



Fig. 45 - Prédio em ruínas da fábrica Suerdieck, Rua Fernando Suerdieck.
Foto de Aline Farias – 2008.

³⁴ FUNDAÇÃO VOVÓ DO MANGUE. *Informativo Oficial do Grupo VOVÓ DO MANGUE*. Maragogipe, ano III, nº 10, jul. 2000, p. 1.

Em estudo sobre a revitalização dos centros históricos das cidades brasileiras, Bárbara Freitag, baseando-se na classificação de cidades de Max Weber³⁵, construiu uma tipologia, na qual distingue cinco tipos de cidade, tendo como referência sua formação histórica. De forma simplificada, assim, elas seriam classificadas:

1) cidades históricas abandonadas, descuidadas, ‘mortas’. 2) Cidades históricas esquecidas, que numa espécie de ‘Sonho de Bela Adormecida’ sobrevivem intocadas às intempéries do tempo e à margem da fúria modernista. 3) Cidades históricas (em sua origem), via de regra construídas no período colonial, sitiadas, invadidas, destruídas e revitalizadas pela modernidade [...]. 4) Cidades sem história, projetadas na prancha, para territórios vazios, por arquitetos e urbanistas comprometidos com a Carta de Atenas e a política de terra arrasada. 5) Cidades utópicas, ao contrário das cidades sem história, são cidades que não saíram do papel³⁶.

Como a própria autora esclarece, essa tipologia tem valor “heurístico” e nesta dissertação também se reveste desta condição. Dessa forma, cabe começar dizendo que Maragogipe poderia ser incluída na *terceira categoria de cidades*, porém com “ajustes” conceituais e analíticos mais condizentes com a história e a realidade atual do lugar. Um desses “ajustes” deve ser a adoção do conceito de *modernização* ao invés de *modernidade*, como muitas vezes parece na literatura urbanística.

Ao longo do século XX, Maragogipe foi *invadida por movimentos de modernizações* que alteraram radicalmente a sua forma urbana. A partir do início da década de 1970, essas “modernizações” pautando-se no “bota-abaixo”, na descaracterização e na ausência de participação popular, deixaram na cidade um rastro de destruição e abandono.

O patrimônio arquitetônico e urbanístico da cidade ficou tão comprometido que o governo municipal, há décadas omissivo ou partícipe dessas “destruições”, hoje, dirige seu “olhar” para seu “patrimônio imaterial”, configurando-se o velho adágio popular: “antes tarde do que nunca!”. Por sua vez, grupos sociais ativistas começaram a despertar para a preservação das tradições culturais do lugar, tomando iniciativas como a de solicitar, junto ao Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC), o tombamento do secular Carnaval de Maragogipe.

4.2.2 Expansões de bairros, “ocupações espontâneas”...

A expansão de bairros próximos ao centro da cidade ou em zonas periféricas, também, está no bojo das transformações que marcaram as últimas décadas do século XX, na cidade de

³⁵ Ver WEBER, Max. “Conceito e categorias da cidade”. In: VELHO, Gilberto (org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976, p. 65-89.

³⁶ FREITAG, Bárbara. *A revitalização dos centros históricos das cidades brasileiras* [i]. In: Urbanidades – Revista Eletrônica do PIP Itinerâncias Urbanas. Brasília, fev de 2003, p. 1. Disponível em <http://www.unb.br/ics/sol/urbanidades/barbarafreitag.htm> (Acesso: 11 de jul de 2007).

Maragogipe. Esses bairros se expandiram, regra geral, prolongando-se em áreas de manguezais, como já foi dito em outros momentos dessa dissertação, ou adensando-se, com o aumento do número de moradias nas áreas “livres”. O bairro do Japão (fig. 46), situado em área de grande aclave, é um exemplo bastante significativo de adensamento.



Fig. 46 - Vista parcial do bairro do Japão. Foto de Aline Farias - 2008.

Os fenômenos das “ocupações espontâneas” urbanas e da densificação populacional se intensificaram, nas grandes cidades brasileiras a partir das décadas de 70 e 80 do século XX. Foi, também, por esse período que em Maragogipe se observou, de forma marcante, a expansão de bairros em sua periferia e a ocupação coletiva de áreas particulares.

Por volta do final dos anos 1970, surge o *Morro do Boréu* ou *Alto do Sacramento* (fig. 47, 48), como também é conhecido o bairro que se formou mediante a ocupação coletiva de terras pertencentes à Irmandade do Santíssimo Sacramento. O bairro é habitado, essencialmente, por pessoas de baixa renda, (pescadores, marisqueiros, biscateiros, desempregados etc.). O local era uma “ilha”³⁷ e está situado nas circunvizinhanças do bairro da *Boiada*, periferia da cidade.

Aí nesse fundo era uma “ilha”, que era de Antonio Quadros, apelidado de Antonio de Quinha. E tinha uma divisão, a primeira era dele e a segunda era do Sacramento [Irmandade do Santíssimo Sacramento], ele vendeu a parte dele, a do Sacramento foi invadida, dizendo o povo que foi com o consentimento do padre [...]”³⁸.

³⁷ Ver definição de “ilha” para os habitantes da cidade, em nota de rodapé, no capítulo três.

³⁸ Suzana Cerqueira, 65 anos, moradora do bairro da *Boiada*, em entrevista à autora. Maragogipe, nov de 2005.

O relato que se segue dá uma ideia bastante aproximada de como se deu o processo de ocupação do lugar e do crônico problema de moradia vivido pelos habitantes da cidade, conforme foi historiado no capítulo três deste trabalho.

[...] fizeram umas casas tão mal feitas, frente com fundo, fundo com frente, rua que você não sabe por onde entra, por onde sai; não fizeram uma ruazinha organizada, entendeu, para ficar bonitinha, não fizeram uma rua padronizada, arrumadinha, não fizeram, mas para quem não tinha onde morar foi bom³⁹.

Aproximadamente mais de três décadas depois das primeiras ocupações, o *Boréu* continua carecendo de infra-estrutura, com habitações de baixo padrão e ausência de áreas comunitárias e de equipamentos urbanos coletivos.



Fig. 47 - *Boréu* - trecho com alguma urbanização.
Foto de Aline Farias – 2008.



Fig. 48 - *Boréu* – trecho sem urbanização.
Foto de Aline Farias – 2008.

4.2.3 Degradação e destruição do manguezal

Os manguezais são ecossistemas que se estabelecem em regiões tropicais e subtropicais da Terra e, exclusivamente, em áreas costeiras banhadas por marés. Originam-se do encontro das águas doce e salgada, que formam a água salobra. Servem de local natural de reprodução e desenvolvimento (berçário) e de local de proteção e alimentação para crustáceos, moluscos e peixes. Neles florescem uma vegetação típica, que apresenta várias adaptações às condições de existência nos manguezais. Essa vegetação é tão própria que é possível encontrá-la em todo o mundo, como é o caso do *Rizhophora mangle*, comumente conhecido no Brasil como *mangue vermelho*.

³⁹ Suzana Cerqueira, 65 anos, moradora do bairro da *Boiada*, em entrevista à autora. Maragogipe, nov de 2005.

Uma das primeiras descrições sobre esse tipo de vegetação – *mangues* - em terras brasileiras foi feita pelo missionário jesuíta Fernão Cardim, que aqui viveu no final do século XVI, as quais constam dos seus tratados sobre a terra e agente do Brasil:

Estas arvores se parecem com salgueiros ou sinceiros da Europa, delles ha tanta quantidade pelos braços e esteiros que o mar deita pela terra adentro, que ha leguas de terra todas deste arvoredado, que com as enchentes são regadas do mar; caminhamos logo leguas por estes esteiros e dias inteiros pelos rios onde ha estes arvoredos; estão sempre verdes, e são graciosos, e apraziveis, e de muitas especies; a madeira he boa para queimar, e para emmadeirar casas; he muito pesada, e rija como ferro [...]⁴⁰.

Estima-se que na Bahia exista uma área aproximada de 1.000 km² de manguezais distribuídos ao longo de 1.181 km. Os maiores bosques estão localizados entre os municípios de Valença e Maraú e na Baía de Todos os Santos, o estuário do rio Paraguaçu forma importantes bosques de mangue branco, preto e vermelho.

O manguezal de Maragogipe é encontrado na Baía do Iguape, que abrange a sede do município, os distritos de Guaí, Coqueiro, Nagé, São Roque e os distritos de Santiago do Iguape e São Francisco do Paraguaçu, pertencentes à Cachoeira. É receptora dos rios Cachoeirinha, Sinunga, Quelembe e o Paraguaçu que é o principal deles. As espécies de maior ocorrência no manguezal de Maragogipe são: *Rhizophora mangle*, chamada vulgarmente na região de *mangue vermelho*, sendo encontrada em área de menor tolerância à salinidade; *Avicennia germinans* conhecida vulgarmente como *saraíba*, encontrada em áreas de maior tolerância à salinidade; *Laguncularia racemosa*, popularmente chamada mangue branco, ocorre nas áreas intermediárias à tolerância de sal, sendo o de maior predominância na cidade.

Desde o século XVIII que a gente de Maragogipe tem no seu manguezal uma fonte essencial de subsistência. Segundo Luís dos Santos Vilhena, existiam na vila de Maragogipe “[...] muitos Mangues, em que se crião infinitos, e diversos Mariscos, e pescados, de que o povo daquella villa, e vizinhanças faz o seu essencial sustento”⁴¹.

O fato de os manguezais terem grande importância econômica, estas áreas têm sido objeto de degradação pela ação e ocupação do homem. A ocupação desordenada está vinculada às condições favoráveis que esses lugares apresentam para a instalação de empreendimentos privados. Segundo a pesquisadora Yara Schaeffer-Novelli estão entre estas condições: proximidade de portos; oferta quase ilimitada de água; possibilidade de fácil

⁴⁰ CARDIM, Fernão. *Tratados da terra e gente do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980, p. 52 e 53.

⁴¹ VILHENA, Luís do Santos. *Carta XIII*. Seção de Arquivo Colonial e Provincial, tomo II do Arquivo Público do Estado da Bahia.

escoamento dos resíduos sanitários, industriais, agrícolas e minerais; pressão do mercado imobiliário; construção de marinas.

Ao que tudo indica a *capacidade de suporte*⁴² desse ecossistema era relativamente sustentável, ou seja, a utilização do seu espaço pelas comunidades *pesqueiras e marisqueiras* se dava sem que houvesse a sua degradação. O avanço da industrialização e da urbanização, em um primeiro momento, a crise econômica mundial e a decadência regional da produção fumageira, em um segundo momento, alteraram esse quadro. O processo de degradação antropogênica⁴³ que se abateu sobre os manguezais maragogipanos, nas três últimas décadas do século passado, foi tamanho que quase metade de sua área foi destruída.

O município de Maragogipe possuía uma área original de aproximadamente 17,5 hectares de manguezais. Em 1886, para a construção da ponte de madeira, no porto do Cai-já, foi desmatada uma área de cerca de 2,0 hectares. Por volta, da segunda metade do século XX, outros 5,0 hectares de manguezais foram destruídos para surgimento ou prolongamento de bairros (fig. 49), entre os quais estão o Porto do Açougue, o Cai-Cai, o Angolá, a Avenida Oceânica, a Boiada, o Porto do Dique. Nos primeiros anos do século XXI, a extensão dos manguezais remanescentes na sede do município passou a ser de mais ou menos 10,5 hectares⁴⁴.

⁴² Conforme HELENE e BICUDO, esse termo vem sendo utilizado nas várias áreas do conhecimento com significado semelhante, “[...] envolvendo sempre o **número de indivíduos** (homens, animais e plantas) que pode tirar seu **sustento** (nutrientes e energia) **de determinada área, depositando nela seus resíduos, sem degradá-los**”. (HELENE, Maria Elisa Marcondes e BICUDO, Marcelo Briza. *Cenário mundial: sociedades sustentáveis*. São Paulo: Scipione, 1994, p. 26 e 27). [Grifos dos autores].

⁴³ “São mudanças que o homem provoca no meio ambiente, cuja intensidade, frequência e/ou velocidade levam à degradação de habitats e/ou à destruição de espécies que neles vivem.” (HELENE, Maria Elisa Marcondes e BICUDO, Marcelo Briza. *Cenário mundial: sociedades sustentáveis*. São Paulo: Scipione, 1994, p. 15).

⁴⁴ Cf. PREFEITURA DE MARAGOJIPE. *Plano Diretor Urbano*. Maragogipe, 2001, p. 50.



Fig. 49 - Construções em área de manguezal - bairro do Cai-Cai.
Foto – IBAMA – 2003.

Após o fechamento da fábrica de charutos Suerdieck, em 1992, e a pouca atividade no estaleiro da Petrobrás, no distrito de São Roque, aumentou vertiginosamente a população desempregada que, em parte, voltou-se para a atividade extrativista, como se pode observar no depoimento abaixo:

[...] é o mangue que está sustentando Maragogipe. [...] Aqui tinha duas coletorias, aqui tinha quatro fabricos, aqui tinha duas firmas grandes: a firma Suerdieck e a firma Dannemann. Tudo isso acabou em Maragogipe. Acabaram as coletorias, acabou a tipografia e acabaram essas coisas todas. E o povo parece que vive todo alegre, acho que vive por obra e graça da natureza.⁴⁵

O crescimento da atividade extrativista levou a um grande aumento do “esforço de pesca” que aliado à utilização de explosivos e malhas de pesca muito finas contribuíram para baixar de forma extraordinária a produtividade na Baía do Iguape. Assim, formou-se um ciclo vicioso, em que a queda da produtividade provoca um aumento do “esforço de pesca”, ou seja, aumenta o número de pescadores e marisqueiros sem aumentar a produção. Esse desequilíbrio contribuiu para o aumento das áreas de manguezais degradadas ou destruídas.

⁴⁵ Eunice Farias de Amorim, 81 anos de idade. Trabalhou na fábrica Suerdieck desde o início dos anos de 1940. Entrevista concedida à autora. Maragogipe, nov de 2005.

4.4 Estagnação econômica, marasmo... *fin-de-siècle*

Após o extraordinário crescimento econômico e a grande transformação social que se seguiu ao pós-guerra, uma espécie de *era de ouro*⁴⁶, o mundo resvalou para a instabilidade e para a crise. No entender do historiador Eric Hobsbawm⁴⁷ no final da década de 1980 e início de 90, têm-se a nítida certeza de que uma era se encerrou e outra nova começou.

No Brasil, o mal-estar de fim de século era evidente, principalmente nos anos 1990, quando o modelo econômico neoliberal generalizou-se e algumas de suas características tornaram-se mais recorrentes. Como, por exemplo, a utilização de tecnologia substituidora de mão-de-obra e a racionalização da produção, elementos que, em conjunto, implicavam na produção do desemprego estrutural e na exclusão social.

Refletindo esse cenário, no Recôncavo Sul, sub-região em que se localiza o município de Maragogipe, também a situação era pouco animadora, conforme sugerem os dados. Em 1996, era habitado por quase 5,2% da população do estado da Bahia, isto é, 665.400 pessoas. Desse total, 49% eram do sexo masculino e 51% do sexo feminino. A taxa de urbanização de 54,17% era inferior à estadual que se situava em 62,41%. Entre 1980/96, a sua população cresceu 1,02% ao ano, enquanto a população do estado evoluiu à taxa de 1,78% ao ano⁴⁸.

Os dados das tabelas que se seguem constituem-se em fortes indicadores da situação geral de decadência, em que se encontravam o município e a cidade de Maragogipe, nas duas últimas décadas do século XX.

Tabela 2: Maragogipe - população residente, taxa de urbanização e densidade demográfica

Ano	População residente			Taxa de urbanização ¹	Densidade demográfica ²
	Total	Urbana	Rural	(%)	(hab/km ²)
1970	41.038	19.387	1.651 ²	47,24	91,20
1980	41.260	20.857	0.403 ²	50,55	91,69
1991	38.811	20.472	8.339 ¹	52,75	86,25
1996	35.936	20.833	5.103 ¹	57,97	82,08

Fonte: CEI, s/d; SEI, 1997. *Apud* PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAGOJIPE.

Plano Diretor Urbano. Maragogipe, 2001, p. 30.

¹Taxa de urbanização do Estado: 62,41%; taxa de urbanização da Região Recôncavo Sul: 54,17%.

²Densidade demográfica da Bahia em 1996: 22,11 hab/km²; densidade demográfica da Região Recôncavo Sul: 61,38 hab/km².

⁴⁶ Expressão utilizada pelo historiador Eric Hobsbawm em *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1999*, para denominar os vinte e cinco a trinta anos de prosperidade que se seguiram após o segundo conflito mundial.

⁴⁷ HOBBSAWM, Eric *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 15.

⁴⁸ *Apud* PREFEITURA DE MARAGOJIPE. *Plano Diretor Urbano*. Maragogipe, 2001, p. 30.

Na tabela 2, chama a atenção o fato de que, de 1980 a 1996, foi gradativamente diminuindo a população total residente no município de 1980 a 1996, após leve crescimento no período de 1970 a 1980. Na tabela 3, estão discriminados os principais problemas físico-ambientais enfrentados pela cidade e que caracterizam uma situação de declínio econômico e social. O levantamento aponta não só para a ineficiência ou a inexistência de serviços básicos à população, como limpeza urbana e esgotamento sanitário, mas também a destruição do seu patrimônio natural.

Tabela 3: Maragogipe - problemas físico-ambientais

Discriminação	
Deficiência da pavimentação das vias e passeios	Degradação das áreas de borda dos manguezais
Desorganização do comércio	Ameaça ao equilíbrio de diversos ecossistemas pela ocupação desordenada e pela acumulação de resíduos sólidos
Degradação paisagística das áreas públicas	Inexistência de obras de contenção e drenagem
Insuficiência das redes de água e inexistência de sistema de esgotamento sanitário	Inundação de áreas na maré alta
Degradação do patrimônio arquitetônico	Acúmulo de lixo nas áreas públicas
Inexistência do sistema de limpeza urbana	Devastação das áreas de mata ciliares
Inexistência de legislação que regulamente o parcelamento do solo	Degradação do Rio Queleembe
Inexistência de definição das áreas públicas e privadas	Criação extensiva de animais nas matas e áreas públicas
Existência de habitações em áreas de risco e de conservação ambiental	

Fonte: PREFEITURA DE MARAGOJIPE. *Plano Diretor Urbano*. Maragogipe-Ba, 2001, p. 36.

À medida que a década de 1990 chegava ao fim e um novo século se aproximava, a velha urbe, revelando o estágio das suas forças econômicas, sociais, políticas e culturais, apresentava-se em precárias condições, possibilitando que um clima de melancolia pairasse sobre a cidade, o que foi definido na fala de uma moradora, “[...] Maragogipe é hoje uma cidade morta, só tem funcionário público e aposentados [...], sem nada para fazer, desempregados”⁴⁹.

⁴⁹ Segundo depoimento da Prof^a Creuza Laranjeiras, em entrevista à autora. Maragogipe, nov. 2005. *Apud* FARIAS, Terezinha Flôr de Jesus. *Entre o colonial e o moderno: Maragogipe na segunda metade do século XX*. Salvador: Universidade Católica do Salvador, 2006, p. 43.

4.4 Tentativas de “reconstrução” da cidade?

Na década de 1990, emerge na cidade um movimento de cunho sócio-ambiental que tem como centro de preocupação os manguezais maragogipanos. Trilhando o caminho comum aos movimentos sociais urbanos contemporâneos, foram fundados grupos e/ou instituições que gradativamente transformaram-se em fontes de inovações e mudanças sociais. Dentre esses grupos, três se destacam: *Fundação Vovó do Mangue* (1997), *Centromangue* (1998), *Cantarolama* (1998), este último, um grupo musical.

4.4.1 Os movimentos sócio-ambientais: *Vovó do Mangue*, *Centromangue*, *Cantarolama*...

Fundação Vovó do Mangue

Entidade de caráter filantrópico e beneficente, criada em 08 de maio de 1997, por um grupo de jovens maragogipanos (Luiz Carlos Brasileiro de Andrade, Marcos Antônio Barbosa Pereira, Edvaldo Januário de Santana Júnior) que, segundo relatou um dos seus atuais membros, “[...] vendo a situação do nosso povo após o fechamento da Suerdieck, os meninos se reuniram na praça e tiveram uma ideia de montar uma ONG para mudar a situação da terrinha [...]”⁵⁰. Seu nome advém de uma lenda local contada pelos pescadores que dizem que a *Vovó do Mangue* é uma preta velha rabugenta, que habita o manguezal e que todo pescador tem que lhe oferecer charuto, aguardente, pó de fumo e um dente de alho para não se perder em seus labirintos e para ter uma boa pescaria.

Inicialmente, a fundação se instalou na Casa da Cultura de Maragogipe, dirigida pelo professor Ronaldo Pereira de Souza, na época, Secretário de Cultura do Município e grande incentivador dos movimentos em prol dos manguezais. Em 2000, passa a funcionar no prédio da Associação Atlética Maragogipana, na Praça Conselheiro Antônio Rebouças, nº 16, onde está até hoje. Suas primeiras ações se voltaram para o segmento dos estudantes, criando a Primeira Semana Estudantil e a Semana do Meio Ambiente. Além disso, plantaram árvores na entrada da cidade e promoveram a limpeza do Rio Quelembe e da Cachoeira da Mãe D’Água, em Capanema, distrito de Maragogipe.

Ao longo dos seus treze anos, a instituição vem atuando em projetos que abarcam múltiplas temáticas e variados formatos: festivais, oficinas de esporte e de artes, exposições, cursos etc. Assim, nasceram os projetos *Casulo*, *Vivarte*, *Estúdio Musical*, *Cinema para*

⁵⁰ Segundo relatou Edilson Barbosa de Souza, 43 anos, assessor de comunicação da Fundação *Vovó do Mangue*, em entrevista à autora, maio de 2010.

Todos, Infocentro. Mas seu projeto mais ousado parece ser *Viva o Manguê*. Criado em 2001, tem como principal objetivo a produção de mudas de manguê das espécies *Rhizophora Mangle*, *Laguncularia Racemosa* e *Avicennia Germina* e a recuperação de áreas de manguezal que sofreram processos impactantes. O projeto já teve como parceiro o Instituto de Geociências da Universidade Federal da Bahia e contou com o patrocínio da DETEN Química S/A, empresa do Pólo Petroquímico de Camaçari, até 2009⁵¹. Atualmente, a instituição conta apenas com financiamento da Petrobrás.

Recentemente, a Fundação *Vovó do Manguê* passou a trocar com prefeituras, empresas, organizações não-governamentais e outras instituições que tenham interesse em recuperar os manguezais de suas cidades, mudas de mangues por serviços para a comunidade de pescadores e marisqueiros de Maragogipe:

As mudas são trocadas por bens e serviços para beneficiar os pescadores e marisqueiros de nossa cidade, são trocadas mudas de manguê por: cadernos, livros, revistas, módulos de cursinho, roupas, material de pesca e cursos de capacitação⁵².

O projeto nos seis anos de existência, o projeto gerou mais de 50.000 mudas de mangues e recuperou mais de 25.000 m² de áreas de manguezais destruídos⁵³, tanto na sede do município quanto nos seus distritos. Hoje, a entidade conta, no bairro da Comissão, com uma área de 1.500m², onde são desenvolvidas as atividades de horto, biblioteca comunitária e espaço para aulas de capoeira.

Associação Centromanguê

Organização Não-Governamental, criada em 1998, com sede no bairro do *Angolá*, bairro que concentra grande número de pescadores e marisqueiras. O grupo nasceu de uma ação de cidadania de um jovem professor, estudioso dos manguezais, conhecido em toda a Maragogipe por *Carlinhos de Tote* (Carlos Antonio Santos de Oliveira) que, mobilizando vários segmentos da cidade, em uma espécie de mutirão, replantou extensa área deserta de manguezal. Em 16 de novembro de 1999, foi considerada de utilidade pública municipal, pela Lei nº 093.

A *Associação Centromanguê* em seu período mais ativo preocupou-se essencialmente em realizar um trabalho de organização dos extrativistas do manguê e de difusão de noções de educação ambiental a população em geral. Desenvolveu o projeto *SOS Manguê*, em parceria

⁵¹ O patrocínio da DETEN Química S/A ao projeto *Viva o Manguê* deu a esta empresa em 2006, o 7º Prêmio FIEB de Desempenho Ambiental, na modalidade Educação Ambiental.

⁵² Edilson Barbosa de Souza, em entrevista à autora. Salvador, maio de 2010.

⁵³ Dados publicados no *folder* da programação especial de comemoração dos 10 anos de criação da Fundação *Vovó do Manguê*.

com o IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), com o objetivo de implantar viveiros de mudas para a recomposição de áreas desmatadas e de limpeza de áreas de manguezal, com a retirada de lixo.

Dentre os produtos da atuação da associação também estão: a realização anual da *Feira do Manguezal* (a primeira foi realizada em 1998), ocasião em que foram apresentados trabalhos técnicos, científicos, culturais e artísticos; a criação da *Bibliomangue Dr^a Yara Shaeffer Novelli*; a produção de CDs do grupo musical *Cantarolama*; a confecção de cartilhas educativas sobre o manguezal e sua preservação; a publicação do livro *Trajetória* (já em sua segunda edição), escrito por *Carlinhos de Tote*, que traz parte da história do grupo.

A falta de patrocinadores debilitou a atuação do *Centromangue*. Hoje, em sua sede funciona apenas a creche mantida pela prefeitura local.

Cantarolama

Grupo musical criado em 1995, segundo um dos seus atuais componentes “[...] a partir das sextas-musicais eles fundaram o *Cantarolama: Pida, Carlinhos de Tote, Chiquinho e Gegê*”⁵⁴. Suas composições têm um forte apelo ecológico e de resistência, pois tratam de questões como o desmatamento, o aterro dos manguezais, a pesca predatória, a poluição e as diversas formas de agressão à vida. O grupo tem três CDs gravados: *Cantarolama, Festa no Manguezal* e *Encontro*. Em 2001, por questões político-partidárias locais, houve uma dissidência no grupo e o fato deu origem à formação de outro grupo musical, chamado *Filhos da Maré* que segue os mesmos princípios e objetivos do *Cantarolama*. Composto por *Carlinhos de Tote, Zé Moreira, Tatay e Gegê*, o grupo já gravou um CD - *Sonhos de Meninos*. Em 2006, depois de um período de “hibernação”, o *Cantarolama* ressurgiu⁵⁵.

A formação de grupos musicais como o *Cantarolama* e *Filhos da Maré* revela que para sobre a cidade um movimento musical, cujo ponto inovador está no engajamento político-ideológico em defesa dos manguezais e das características identitárias da cidade.

Um balanço

No curso da atuação dessas instituições ou grupos é possível perceber que suas ações foram pautadas sobre dois vieses: o viés educacional, o qual parece caminhar no sentido de

⁵⁴ Segundo Zé Moreira, 68 anos, cantor e compositor e um dos atuais integrantes do *Cantarolama*, em entrevista à autora. Salvador, out. 2009.

⁵⁵ De acordo com Zé Moreira, também, um dos integrantes do grupo musical *Filhos da Maré*, em entrevista à autora. Salvador, out. 2009.

um movimento que se desenvolve mais ou menos como propõe a *ecopedagogia*⁵⁶, ou seja, a “[...] promoção da aprendizagem do sentido das coisas a partir da vida cotidiana [...]”⁵⁷, como meio para conseguir o propósito de impregnar a cidade de uma *consciência ecológica* e de uma crença na possibilidade de um futuro melhor; e o viés político, fornecendo meios para a organização política das comunidades que vivem da pesca e da mariscagem, assim, como disseminar a noção de exploração sustentável do manguezal.

O movimento em torno do manguezal, nascido durante os anos de 1990, ao que tudo indica já rendeu alguns resultados positivos: 1º) a Prefeitura de Maragogipe aprovou uma Lei Municipal de Política Ambiental, tendo como objetivos gerais estabelecer as bases e as diretrizes para a condução da Política Ambiental do Município, bem como seus mecanismos de aplicação e de constituição do Sistema Municipal de Meio Ambiente, como instrumento institucional para a sua implementação; 2º) a Presidência da República, em decreto de 11 de agosto de 2000, criou a Reserva Extrativista Marinha da Baía do Iguape. A referida reserva está localizada nos municípios de Maragogipe e Cachoeira, tem área aproximada de 8.117, 53 ha, sendo 2.831,24 ha em terrenos de manguezais e 5.286,29 ha de águas internas brasileiras. E, seu objetivo “[...] é garantir a exploração auto-sustentável e a conservação dos recursos naturais renováveis tradicionalmente utilizados pela população extrativista da área”⁵⁸.

A administração da reserva é compartilhada com o IBAMA, os representantes das comunidades pesqueiras, as organizações da sociedade civil, as instituições não-governamentais. Para tal, foram constituídos os seguintes instrumentos de gestão: Conselho Deliberativo (presidido pelo IBAMA); Associações de Usuários, formada por pescadores, marisqueiros e marisqueiras e outros segmentos ligados à pesca; Plano de Manejo (documento técnico elaborado com a participação das comunidades pesqueiras, dos pesquisadores e dos técnicos do IBAMA). A criação da reserva é de grande importância para a cidade, pois preserva os manguezais, impede teoricamente a especulação imobiliária nas áreas pertencentes à reserva e incentiva a busca pelo desenvolvimento sustentável do lugar.

⁵⁶ Expressão cunhada por Francisco Gutiérrez, no início da década de 1990, pesquisador porto-riquenho do pensamento de Paulo Freire. Segundo Moacir Gadotti, a *ecopedagogia* pode ser vista tanto como movimento pedagógico quanto abordagem curricular e, ainda, como teoria e prática educacionais. Enquanto movimento pedagógico visa à promoção das sociedades sustentáveis e a preservação do meio ambiente e, para isso, é necessária a formação de uma consciência ecológica que, por sua vez, depende da educação.

⁵⁷ GADOTTI, Moacir e colaboradores. *Perspectivas atuais em educação*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000, p. 80.

⁵⁸ Conforme Artigos 1º e 2º do decreto presidencial de criação da Reserva Extrativista Marinha da Baía do Iguape. In: CARLINHOS DE TOTE. *Resex – Reserva Extrativista Marinha da Baía do Iguape: Trajetória*. Salvador-Ba./Maragogipe-Ba. Radami Editora Gráfica Ltda., 2007, p. 25 e 28.

Maragogipe chega, então, ao final do século XX, convivendo com os dramas urbanos da contemporaneidade como desemprego, tráfico de drogas, “ocupações espontâneas”, degradação do meio ambiente etc. e ao mesmo tempo preservando manifestações e representações culturais, cujas origens remetem aos tempos coloniais, conforme será visto no capítulo seguinte desta dissertação.

5 Permanências na cidade: a Festa de São Bartolomeu, o Carnaval, a Procissão do *Senhor Morto*...

Nossas orações fervorosas
Ao nosso santo padroeiro
Grande mártir, grande apóstolo
De Jesus grande luzeiro.

Teodoro Borges. *Hino a São Bartolomeu*

Pensar a cidade para além de sua estrutura física permite, entre outras coisas, considerar a sua história urbana cultural, focalizando as formas culturais e tradicionais da “gente comum”, ou seja, dos grupos sociais que não pertencem às elites. Não foi tarefa fácil enveredar por esse caminho, pois a cidade de Maragogipe é possuidora de enorme diversidade cultural, não sendo possível dar conta das múltiplas expressões ou manifestações culturais de sua gente, que subsistiram aos vários tempos, tais como a sua culinária; as centenárias filarmônicas *Terpsícore Popular* e *Dois de Julho*; a secular irmandade de mulheres, a *Pia União das Filhas de Maria*, e tantas outras.

O historiador Fernand Braudel, um dos expoentes da *Escola dos Annalles*, que introduziu os conceitos de longa duração e curta duração, afirma que o tempo não é homogêneo e, por isso, há fenômenos que se transformam rapidamente, enquanto outros se arrastam por milênios. Entre esses fenômenos que lentamente se modificam, estão os fatos da vida cotidiana e das mentalidades. Nessa linha historiográfica, a chamada terceira geração dos *Annalles*, que se costuma denominar de *Nova História*, desenvolveu trabalhos voltados para o estudo de hábitos, sentimentos, costumes, crenças, rituais etc.

Sob esse olhar historiográfico foram estudadas dentre as muitas celebrações ou festas do lugar, a *Festa de São Bartolomeu*, o *Carnaval* e a *Procissão do Senhor Morto*. Esses fatos culturais, ainda guardam muitos dos seus componentes originais e foram analisados segundo uma perspectiva diacrônica. Além de se estabelecer vinculações com a Sociologia e a Antropologia.

5.1 As festividades de agosto em Maragogipe

A festa no Brasil colônia, de acordo com Mary Del Priori, era uma decorrência do calendário real ou religioso, por isso para participar dela era preciso estar ligado ao rei ou à

Igreja¹. Esse fato dava à festa um caráter concessivo, tornando-a uma “festa-concessão”². Essa característica era reafirmada no anúncio público da festa, que sempre era feito por indivíduos que estavam ligados ao poder³. Na vila de Maragogipe, o Senado da Câmara, por várias vezes, publicou *éditos* solicitando que seus moradores iluminassem suas casas em datas comemorativas, estritamente ligadas à família real portuguesa, conforme tratado mais detalhadamente no capítulo dois.

O anúncio da festa era cercado de tudo que pudesse enfatizar o caráter especial da data. Para isso lançavam-se *bandos* e *éditos*. Fazia-se de tudo para atrair a população para a celebração civil ou religiosa. Seus participantes usavam vestimentas luxuosas, fantasias, máscaras e tocavam instrumentos musicais. Como se verá mais adiante, o *Bando* da festa de São Bartolomeu, apesar de ser cada vez menos pomposo, ainda, busca tal como provavelmente acontecia na então vila de Maragogipe “[...] sacudir a comunidade da modorra do seu cotidiano, por meio do barulho dos tambores e do espetáculo visual da promessa de divertimento”⁴.

Em Maragogipe, agosto é um mês especial. É quando acontecem os festejos em honra a São Bartolomeu⁵, orago da cidade. Segundo conta a história oral, todos os domingos de agosto, como ainda hoje acontece, eram de festa, preludiando o último domingo do mês, quando se realiza, até hoje, a “grande festa”. Em tempos mais remotos, ainda em julho, acontecia o primeiro evento do conjunto de festas em honra a São Bartolomeu: era o *Pregão*. Em agosto, as festividades compreendem, até hoje, uma série de celebrações, das quais o *Bando Anunciador*, a *Lavagem* e a *Procissão* têm maior expressividade e extrapolam as dimensões locais, atraindo grande número de visitantes da capital do estado e de cidades circunvizinhas.

No calendário da Igreja Católica, o dia dedicado a São Bartolomeu é o dia 24 de agosto, quando ocorrem, em vários lugares do mundo, celebrações em sua homenagem. São Bartolomeu (fig. 50) é um dos Doze Apóstolos de Cristo e a história de sua vida está associada à difusão do cristianismo na Índia e na Armênia, onde sofreu seu martírio. Michelangelo em sua pintura da Capela Sistina, em Roma, o retratou no dia do Juízo Final,

¹ PRIORI, Mary Del. *Festas e utopias no Brasil colonial*. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 29.

² Expressão utilizada por PRIORI, Mary Del. *Festas e utopias no Brasil colonial*. São Paulo: Brasiliense, 1994, p.29.

³ PRIORI, Mary Del. Op. Cit., p. 29 e 30.

⁴ Idem, p. 30.

⁵ No *Pregão da Festa de 2005*, o escritor e poeta Ronaldo de Souza em breve crônica sobre São Bartolomeu conta que o seu nome próprio era *Natanael*, mas ficou sendo *Bartolomeu* em função de um costume da época. Como seu pai se chamava Tolomeu ficou sendo *Bar* (filho de) *Tolomeu*. (SOUZA, Ronaldo Pereira de. “O Santo”. In: *Bando da Festa de 2005*. Maragogipe, ago. 2005).

em seu martírio, segurando a própria pele na mão esquerda e na outra o instrumento de seu suplício, a adaga.

De acordo com o historiador Waldir Oliveira, as lendas sobre São Bartolomeu contam que, na Índia, ele enfrentou e venceu várias vezes o Diabo. Por isso, diz o referido historiador, as imagens do Santo “[...] sempre o apresentam como um homem alto e forte que mantém o Diabo preso sobre os pés”⁶. Acrescentando “um ponto” ao conto, o imaginário popular diz que no dia 24 de agosto, São Bartolomeu havia se desleixado um pouco na guarda do Diabo e o solta, por isso, o povo diz que no dia 24 de agosto é preciso ter cuidado, pois “[...] este é o único dia do ano em que o Diabo está solto”⁷.



Fig. 50 - Imagem de São Bartolomeu
Foto – SEC. DE CULTURA E TURISMO, Maragogipe, 2009.

Diz a tradição oral que os primeiros habitantes da povoação que deu origem à vila de Maragogipe escolheram como padroeiro São Gonçalo de Amarante, santo muito querido em Portugal e, também, cultuado em outras vilas do Recôncavo do século XVIII. Ao que parece, a “escolha” de outro padroeiro foi um arranjo do português Bartolomeu Gato de Castro,

⁶ OLIVEIRA, Waldir Freitas. *Santos e festas de santos na Bahia*. Bahia: Secretaria de Cultura e Turismo/Conselho Estadual de Cultura, 2005, p.74.

⁷ Idem, ibidem, p. 74.

grande latifundiário do lugar⁸. O escritor e poeta maragogipano Ronaldo Pereira de Souza, em tom de sátira, assim, fala da inusitada situação:

Naquela época a devoção era de São Gonçalo, santo muito cultuado em Portugal, logo depois de Santo Antônio. Acontece que nosso primeiro vigário, o Pe. Manoel Coelho Gato era irmão de Bartolomeu Gato, um rico senhor de terras. Foi inventada uma lenda e a troca do Padroeiro foi feita, era de interesse de Bartolomeu Gato ter o Padroeiro como xará⁹.

A hipótese levantada por Osvaldo Sá para explicar a “troca” de padroeiro, baseada na tradição oral, sugere que as festas em louvor a São Gonçalo, cercadas de batuques e muita algazarra - o que se poderia chamar de uma “festa mestiça” - não eram bem aceitas pelos brancos, então, “providenciou-se” outro padroeiro, cujas celebrações não estariam envoltas dessa alegria “incômoda”.

5.1.1 O *Bando Anunciador*

O *Bando Anunciador* ou *Bando da Festa*, como também é popularmente denominado, é o primeiro evento do calendário de festas que acontecem no mês de agosto. Secularmente, ele ocorre no primeiro domingo de agosto e, como o próprio nome diz, tem o papel de anunciar os festejos em honra ao Santo Padroeiro.

Em 09 de agosto de 1879, o periódico local *A Situação*, assim, descrevia o *Bando da Festa* daquele ano:

Às 4 horas da tarde reuniu-se o bando no largo do Saboeiro e daí, tendo na frente do carro condignamente ornamentado, onde iam os músicos, partiu ele a percorrer diversas ruas, como é praxe, marchando dous a dous, na melhor ordem possível, sendo nesta ocasião distribuído o programa pelas famílias que se acham pelas janelas e mais pessoas que o desejaram.
O número de mascarados que percorreram as ruas, foi regular, alguns distinguiram-se pela originalidade dos trajés, e outros pela boa montaria¹⁰.

Até aproximadamente os anos 1940 e 50, alguns desses elementos ainda estavam presentes no *Bando Anunciador*. Naquele dia, enfeitavam-se as casas e os maragogipanos procuravam traduzir na aparência o seu pleito ao Santo Padroeiro: os cavaleiros que participavam do folguedo usavam chapéu panamá ou de palha, enfeitados com penas de pavão ou com uma flor na lapela e, alguns, ainda, usavam lenços coloridos ao pescoço; as jovens colocavam jasmims, dalias ou narcisos adornando os cabelos em forma de grinalda¹¹.

⁸ SÁ, Osvaldo. *Histórias Menores (capítulos da história de Maragogipe)*. São Félix: Gráfica e Editora ODEAM, 1982, p. 24, [v.II].

⁹ SOUZA, Ronaldo. “A IGREJA – um pouco de história”. In: *Bando Anunciador de 2001*. Maragogipe-Bahia, 2001.

¹⁰ A SITUAÇÃO. Maragogipe, 09 de Agosto de 1879. *Apud* SÁ, Osvaldo. *Histórias Menores (capítulos da história de Maragogipe)*. São Félix: Gráfica e Editora ODEAM Ltda., 1982, p. 82 [v.II].

¹¹ SÁ, Osvaldo. *Histórias Menores - (capítulos da história de Maragogipe)*. São Félix: Gráfica e Editora ODEAM, 1981, p. 86 [v. I].

Era o dia da cavalgada pelas ruas cuidadosamente embandeiradas, ruas mal calçadas, outras sem calçamento e, caminhando em marcha, os cavaleiros iam distribuindo o edital da festa. Os animais que tomavam parte do desfile exibiam adereços sempre em tons vermelho e tinham selas bem cuidadas¹². As filarmônicas, com seus músicos mais famosos, animavam o desfile. Essa é uma tradição que permanece ainda muito viva nas festividades em honra a São Bartolomeu (fig. 51).



Fig. 51 - Filarmônica Terpsícore Popular, no *Bando Anunciador*, descendo a Lad. da Cadeia – “Centro Histórico”. Foto de Aline Farias – agosto de 2008

Nesses tempos áureos do *Bando da Festa* havia desfile e competição entre cavaleiros. Inclusive, há referência a um grupo de hábeis cavaleiros chamados de os *Doze Pares das Imbaibas*¹³, uma provável alusão aos *Doze Pares de França*, cuja lenda é narrada no livro *Carlos Magno e os Doze Pares de França*, coletânea de histórias fantásticas sobre o imperador francês, Carlos Magno, tema frequente nos folguedos medievais. Vale ressaltar que, nos últimos anos do século passado, as cavalgadas contavam com um número reduzido

¹² A descrição que Osvaldo Sá faz a respeito dos cavaleiros que participavam do *Bando da Festa de São Bartolomeu* guarda alguma aproximação com a narrativa de Manuel Quirino sobre os participantes das *cavalcadas* que ocorriam na Bahia colonial, como se pode observar no trecho que segue: “[...] os heróis das corridas apresentavam-se galantemente uniformizados, todos de veludo e ouro, jôgo de pistolas na cinta, gorro finissimo e lança de madeira aparelhada de prata.” QUIRINO, Manuel. *A Bahia de outrora*. Salvador: Imprensa Oficial, 1946, p. 156.

¹³ Imbaídas - povoado de Maragogipe. A referência ao grupo de cavaleiros chamado de os *Doze Pares das Imbaibas* é feita por Osvaldo Sá em seu livro “Histórias Menores (capítulos da História de Maragogipe)”, p. 86, [v.III].

de cavaleiros, lembrando muito pouco seus precursores, em destreza, indumentária e adereços.

Durante o *Bando* faz-se a distribuição do edital da programação da festa que, até aproximadamente a primeira metade do século XX, era escrita em versos. A título de ilustração, segue abaixo uma estrofe do edital da festa de 2003, todo ele escrito em versos. No ano seguinte, a programação das festividades voltou a ser escrita em prosa, sendo a edição de 2003, a única recentemente escrita na tradicional modalidade.

É chegado o dia três
de agosto, o santo mês,
com brilho e raro esplendor,
amazonas e cavaleiros,
mui garbosos e faceiros,
no BANDO ANUNCIADOR¹⁴

As capas dos editais da programação da festa, geralmente, estampam a imagem ou símbolos ligados ao Santo Padroeiro. O edital da festa de 2006, por exemplo, trazia uma fotografia da porta central da Matriz de São Bartolomeu (fig. 52). Em 2008, mostrava uma adaga, símbolo do martírio de São Bartolomeu (fig. 53).



Fig. 52 - Capa do edital do *Bando* de 2006



Fig. 53 - Capa do edital do *Bando* de 2008

Em si mesmo, o *Bando da Festa* de São Bartolomeu se constituía em uma verdadeira festa. Contudo, nas últimas décadas, o folguedo, vem passando por um processo de adaptação.

¹⁴ BANDO ANUNCIADOR. Maragogipe, agos. 2003.

A afluência ao *Bando*, atualmente, advém dos segmentos mais ligados à Igreja Católica e, portanto, bastante reduzida diante daquela testemunhada e ouvida pelo poeta e biógrafo da cidade, Osvaldo Sá¹⁵. Segundo o referido estudioso, participavam do folguedo não só fazendeiros e comerciantes, mas artesãos, pescadores, camponeses, inclusive “[...] os bambambãs, os capoeiras, os famanazes do cais, das pontas-de-rua ou de subúrbios”¹⁶. Outro elemento que indica um movimento de adaptação da festa aos “tempos modernos” foi à “troca” definitiva das fantasias, das indumentárias luxuosas. Primeiro, pela vestimenta corriqueira, depois pela camiseta de malha branca ou vermelha, com a imagem de São Bartolomeu estampada, que começou a ser usada por um grupo expressivo de participantes (fig. 54).



Fig. 54 - Populares no *Bando Anunciador*. Foto de Aline Farias – agosto de 2008

A disseminação dos modernos meios de comunicação retirou do *Bando Anunciador* seu caráter de meio oficial de anúncio público, das festividades em homenagem a São Bartolomeu. Pois o rádio, a televisão, os jornais levam aos moradores da cidade, do estado da Bahia e fora dele à programação da grande festa. Esse fato, muito provavelmente, deve ter contribuído para o esmaecimento que, já algum tempo, se observa no evento.

O roteiro do *Bando Anunciador* é quase o mesmo realizado pela *Procissão*. O cortejo passa por ruas e praças do “centro histórico”, como a Praça Conselheiro Antônio Rebouças, a *Ladeira da Cadeira* (fig. 55), a Rua Geni de Moraes e a Rua Siqueira Campos, e bairros adjacentes, como a Enseada, o Cai-já, o Porto...

¹⁵ Ver Capítulo XXII, “O ‘Bando’ da Festa”. In: *Histórias Menores - (capítulos da história de Maragogipe)*. São Félix: Gráfica e Editora ODEAM, 1981, p. 85-88 [v. I].

¹⁶ SÁ, Osvaldo. Op. Cit. 1982, p. 87 [v.II].



Fig. 55 - O Bando Anunciador, descendo a *Lad. da Cadeia* em direção à Rua Geni de Moraes - “Centro Histórico”. Foto de Aline Farias – 2008.

5.1.2 A Lavagem da Igreja

A *Lavagem* sempre foi o mais profano dos festejos em honra a São Bartolomeu. Muitos são os indícios que conduzem à hipótese de que essa festa é uma reminiscência dos festins a São Gonçalo de Amarante¹⁷, como já foi dito anteriormente, o primeiro padroeiro das terras maragogipanas. Diz a história oral que os primeiros habitantes do lugar, pelos idos do século XVI, tinham escolhido como seu protetor São Gonçalo e para ele ergueram uma ermida coberta de palha e de parede de taipa que, não se sabe ao certo, ficava nas imediações do morro onde se edificou muito posteriormente o hospital da Santa Casa de Misericórdia¹⁸. Em Portugal, nas festas a São Gonçalo aconteciam bebedeiras e grandes farras no interior das

¹⁷ São Gonçalo é um santo português que, estima-se, nasceu em 1187 e morreu em 1259, em Amarante, no Douro. É festejado no dia 10 de janeiro, dia em que faleceu. É o santo protetor das moças que querem casar. Na cidade do Porto, o ato de dançar nas celebrações a São Gonçalo era chamado de Festa das Regateiras. No Brasil, muitas são as denominações dadas ao culto a São Gonçalo: Romaria de São Gonçalo, Roda de São Gonçalo, Dança de São Gonçalo, Reza de São Gonçalo, Terço de São Gonçalo etc. Sua festa é uma das mais antigas e populares do catolicismo brasileiro. A dança de São Gonçalo, talvez seja, segundo Câmara Cascudo, a última dança como ação religiosa, oferenda litúrgica, que possuímos.

¹⁸ SÁ, Osvaldo. *Histórias menores (capítulo da história de Maragogipe I)*. São Félix: Gráfica e Editora ODEAM, 1981, p. 23.

igrejas. Com o colonizador português essa devoção foi transplantada e “fielmente cumprida” na Bahia¹⁹. O historiador Pedro Calmon, falando sobre o “mundanismo das festas” no Brasil colonial, relata que os festins a São Gonçalo de Amarante “[...] tiveram que ser suspensos em virtude das desordens e escândalos que os transformaram, gradualmente, de atos religiosos em bailes plebeus”²⁰. E, em nota de rodapé, o historiador acrescenta que por isso o Conde de Sabugosa (Vasco Fernandes Cesar), 4º vice-rei da Colônia, proibira “[...] reinados de negros na festa do Rosário, o entrudo, fogueiras de S. João, festas de S. Gonçalo”²¹.

O viajante francês Le Gentil de La Barbinais, que esteve na Bahia em 1717, de acordo com Affonso Taunay, assim, descreveu uma festa de São Gonçalo a qual compareceu, em companhia do Marquês de Angeja, vice-rei da colônia:

Immenso povileu amontoara-se no adro da egreja do patrono das solteironas a dansar ao som de guitarras e de vivas a S. Gonçalo. Apenas appareceu o vice-rei, carregaram-no ao ar, o levaram para dentro da egreja, obrigando-o a dansar e pular, ‘violento exercicio que lhe não ia nada bem com a idade e posição; seria uma impiedade digna do fogo, si não prestasse esta homenagem ao sancto de Amarante’.²²

Ainda, segundo Taunay, os franceses tiveram que participar dos festejos em honra ao santo de Amarante que, no relato de La Barbinais não haveria “[...] cousa mais esquisita do que se ver numa egreja ‘padres, mulheres, frades, fidalgos e escravos saracotarem como loucos, todos mixturados e a berrar *Viva San Gonzalés d’Amarante*’”²³.

Os relatos dos viajantes estrangeiros e as considerações do historiador baiano Cid Teixeira acerca da *Lavagem do Bonfim*, que acontece anualmente na segunda quinta-feira de janeiro, em Salvador, reforçam a hipótese acima enunciada sobre a *Lavagem* em louvor a São Bartolomeu. Afirma o referido historiador que, no Rio Vermelho, ainda um logradouro de pescadores, acontecia uma festa bastante “animada” em homenagem a São Gonçalo, a capela arruinou-se e tanto a imagem quanto a devoção ao santo foram transferidas “[...] para aquela capela de ritos tristes e referentes à morte, lá no Bonfim²⁴”. Com a ida de São Gonçalo para o Bonfim, as celebrações em honra àquele santo, modificaram-se e passaram “[...] a ser uma devoção lúdica e alegre com a lavagem e a transformação de tudo aquilo numa grande festa, que hoje assume situações pré-carnavalescas²⁵”. O relato de um comerciante inglês, Thomas Lindley, que esteve na Bahia e assistiu às festas do Bonfim em 1804, também, diz que nela

¹⁹ TEIXEIRA, Cid. *Salvador: História visual*. Salvador: Correio da Bahia, 2001, p. 28. [Fascículo 7]

²⁰ CALMON, Pedro. *Espírito da sociedade colonial*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1935, p. 105.

²¹ Idem, *ibidem*, p. 105.

²² TAUNAY, Affonso E. “Na Bahia colonial, 1610-1761.” In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1924, tomo 90, vol. 144, p. 372.

²³ Idem, *ibidem*, 372. (Grifos do autor).

²⁴ TEIXEIRA, Cid. Idem, *ibidem*, p. 28.

²⁵ Idem, p. 28.

“[...] os devotos reuniam a ‘religião à volúpia’, ‘lavando a consciência dos velhos pecados e cometendo novos’”²⁶.

A popularidade de São Gonçalo se comprova na toponímia existente no Brasil, pois são incontáveis o número de municípios, povoações e lugarejos com o nome do referido santo. No Recôncavo do século XVIII, três de suas vilas tinham como orago São Gonçalo: São Francisco do Conde; São Gonçalo nos Campos²⁷ e São Gonçalo do Pé do Banco, na vila da Abadia²⁸.

A *Lavagem*, em honra a São Bartolomeu, tradicionalmente, acontece no penúltimo domingo do mês de agosto. Na madrugada daquele domingo “chegava” o *Terno da Mombaça*²⁹, acordando a cidade:

[...] no dia da lavagem vinha o terno da Mombaça chegava pela madrugada cantando: São Bartolomeu já venceu a guerra ele é padroeiro daqui desta terra. E mais algumas músicas: São Bartolomeu chegou da Bahia, coberto de flores, com muita alegria. E, assim, era aquela folia. Ninguém mais dormia. Só se ouvia, chegou o Terno da Mombaça³⁰!

O que a população denominava de *Terno da Mombaça* era um grupo numericamente expressivo de humildes visitantes que, na madrugada do dia da *Lavagem* chegava à cidade, procedente do sertão baiano e de localidades circunvizinhas. Chegavam de navio, desembarcavam tocando e cantando, acordando a população.

Pela manhã, acontecia à lavagem do chão da Igreja Matriz pelos fiéis que, portando um vasilhame, benzem-se e jogam a água que trazem no receptáculo, no piso da igreja. Por volta do meio dia, em frente à casa do tesoureiro³¹ da *feira*, um cortejo se organiza e a ele se juntam carroças ornamentadas, uma charanga e as balizas que

²⁶ CALMON, Pedro. Op. Cit., p. 181 e 182.

²⁷ Atual cidade de São Gonçalo dos Campos, na época, pertencente à *Villa* de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira.

²⁸ VILHENA, Luís dos Santos. “Mappa de Todas as Freguezias que pertencem ao Arcebispado da Bahia cujos habitantes quanto ao temporal são sujeitos ao Governo da Cidade e Capitania, com distinção das comarcas e villas que pertencem; numero de fogos e almas que em si continhão há poucos annos para á gente que comodamente poderiam dar para os Corpos da Tropa da Guarnição de Praça”. In: Carta XII, p. 162, [APEB].

²⁹ Mombaça, também grafada como Mombassa ou Mombasa, cidade antiga da costa oriental africana. Hoje, é a segunda maior cidade do Quênia. Foi fundada por mercadores árabes no século XI e no século XVI e XVII foi ocupada pelos portugueses que construíram no local o Forte Jesus de Mombaça, um dos mais representativos exemplares da arquitetura militar portuguesa do século XVI.

A forte presença de negros escravizados na região do Recôncavo justifica a referência dessa localidade, no imaginário popular maragopiano.

³⁰ Conforme conta Emília Simeão Santos, 85 anos, trabalhadora aposentada da fábrica Suerdieck, em depoimento à autora. Maragogipe, novembro de 2005. Atualmente, no sábado à noite, véspera do *Domingo da Lavagem*, populares se reúnem e, ao som de uma charanga, percorrem as principais ruas do centro da cidade, cantando e dançando, rememorando numa adaptação o antigo *Terno da Mombaça*.

³¹ Durante muito tempo, o tesoureiro foi o membro de maior autoridade da comissão de organização das festividades em louvor ao Santo Padroeiro. Atuava como uma espécie de mordomo da festa e era eleito pelos componentes da Irmandade de São Bartolomeu. Por volta dos anos 1980, a figura do tesoureiro deixou de existir, passando suas atribuições a serem realizadas por uma comissão de irmãos.

[...] vêm trajadas à baiana, com saias de grande roda, uma de alvo, outras de panos de cores, todas, porém, de muitos balangandãs, pulseiras e correntões. São sete gente de cor, alegres, de pele lustrosa e dentes nítidos, que de início murmuram trechos das cantorias que o povo entoia durante o trajeto por toda a cidade. Cada qual carrega um estandarte, vermelho, amarelo, azul ou branco, com legenda em saudação ao Padroeiro.³²

Em seguida, pelas ruas estreitas da cidade “[...] o cortejo se comprime feito descomunal serpente [...]”³³. Até mais ou menos os anos 1960, era dessa forma que se realizava a *Lavagem da Festa* de São Bartolomeu. E data, mais ou menos, dessa época a mudança mais significativa que ocorreu no evento: o ritual de lavagem do interior da Igreja deixou de acontecer, passando a ser feito por um grupo restrito de fiéis, no domingo anterior ao da *Festa da Lavagem*, e com características nitidamente de um ato de asseio e de limpeza (fig. 56).



Fig. 56 - Lavagem do interior da Matriz de S. Bartolomeu
Foto – SEC. DE CULTURA E TURISMO. Maragogipe, 2009

Contudo, o cortejo que se forma em torno da igreja, tendo à frente as “baianas” estilizadas (fig. 57, 58) e que vai percorrer toda a cidade, ainda, continua impregnado de reminiscências que remontam aos festejos que, possivelmente, eram realizados em honra a São Gonçalo de Amarante, primeiro padroeiro de Maragogipe: muita dança e música, inclusive, com letras picantes; gritos frenéticos de *Viva São Bartolomeu de Maragogipe*; bebedeiras de todo o tipo.

³² SÁ, Osvaldo. Op. Cit., 1983, p. 124 e 125.

³³ SÁ, Osvaldo. Op. Cit. 1983, p. 126.



Fig. 57 – “Baianas”, no cortejo da *Lavagem de São Bartolomeu*
Foto de Aline Farias – agosto de 2008

As cantigas em forma de *quadrás*, frequentes nas *Danças de São Gonçalo*, também, aparecem na *Lavagem de São Bartolomeu*, em ritmo de samba de roda.

São Bartolomeu
Veio da Bahia
Coberto de flores
Cheio de alegria

Quando eu vim da Bahia, eta
Encontrei sinhá Tibúrcia
Com a saia engomada, eta
Por cima da bluseta³⁴.

Já em plena euforia, os participantes da *Lavagem*, mantendo o mesmo ritmo “alteraram” as letras das *quadrás*, atribuindo-lhes um sentido libidinoso, tal a que se segue

Quando eu vim
Da Bahia, eta
Encontrei sete
Bu...ceta

O que explicaria a sobrevivência de elementos da *Festa de São Gonçalo* na festa da *Lavagem de São Bartolomeu*? Segundo um estudo de caso de sociologia e folclore de Maria Isaura Pereira de Queiroz³⁵, a persistência se dá pela adaptação, “[...] sem perda de funções, adquirindo o elemento outras funções dentro do novo contexto cultural em que passa a

³⁴ Conforme cantou Rita Cássia Farias de Amorim. Maragogipe, nov de 2009.

³⁵ QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *Sociologia e folclore: a dança de S. Gonçalo num povoado bahiano*. Salvador: Imprensa Vitória, s/d, p. 109.

figurar³⁶”. A festa da *Lavagem de São Bartolomeu* conserva as funções de diversão e de cerimônia religiosa que existiam na *Festa de São Gonçalo*. A “troca” de padroeiro, portanto, não implicou em decadência daquela modalidade de celebração, ao contrário, houve um processo contínuo de adequação ao estilo de vida da comunidade.



Fig. 58 – “Baianas”, no cortejo da *Lavagem de São Bartolomeu*
Foto de Aline Farias – agosto de 2008

5.1.3 A Procissão de São Bartolomeu

As cerimônias e rituais públicos faziam parte da cultura religiosa portuguesa desde os “descobrimientos”. Era prática comum em Portugal seiscentista, diz o antropólogo Luiz Mott³⁷, os fiéis passarem horas reunidos em igrejas, capelas ou ermidas rezando, cantando, ouvindo sermões ou assistindo a representações religiosas. Ao lado do exercício individual, as práticas públicas e comunitárias dos sacramentos e cerimônias sacras eram também uma via que deveria ser seguida pelos cristãos para alcançar a perfeição espiritual e o Reino dos Céus. Por sua vez, a Igreja aconselhava a participação de todos nas cerimônias e devoções públicas que se realizavam dentro ou fora dos templos, tais como as celebrações da Semana Santa, as bênçãos do Santíssimo, as trezenas, novenas, tríduos dedicados aos oragos da freguesia, as procissões, as romarias e santas missões.

³⁶ QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Op. Cit., p. 109.

³⁷ MOTT, Luís. “Cotidiano e vivência religiosa: entre a capela e o calundu”. In: *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998, p. 156-220, [v.I].

No Brasil as procissões sempre foram rituais realizados desde a época colonial. Mas a partir do século XVIII passaram a ser regulamentadas pelas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*³⁸. Segundo o citado documento, elas seriam o cumprimento ao que estabelecia o direito Canônico, as Leis e as Ordenações do Reino³⁹ e eram definidas como “[...] uma oração publica feita a Deos por um comum ajuntamento de fieis disposto com certa ordem, que vai de um lugar sagrado á outro lugar sagrada [...]”⁴⁰. Além disso, só poderiam ser feitas com a licença do Arcebispado e não deveriam ser realizadas à noite, com exceção daquelas procissões já instituídas, a que se costumava fazer na Quinta-Feira Santa.

No plano antropológico ou como precisa Roberto da Matta, no plano das dicotomizações antropológicas, seria extremamente difícil conceituar as procissões, na medida em que elas não “[...] seriam nem *sagradas* nem *profanas*, nem *formais* nem *informais*. E não estariam engendrando nem uma *communitas* nem acentuando a *estrutura*, mas teriam todas essas facetas ao mesmo tempo”⁴¹.

A secular Procissão de São Bartolomeu, em Maragogipe, acontece na última segunda-feira do mês de agosto, depois do *Domingo da Festa*. Por volta das dezesseis horas, o andor com a imagem do Santo, acompanhado pelo andor de Nossa Senhora da Conceição, deixa a Igreja Matriz, sob verdadeiro foguetório e aplausos da multidão de fiéis que, desde cedo, lotam os adros da igreja. A imagem de São Bartolomeu que sai em procissão é uma estátua de roca⁴², com 1,85 cm de altura, doada pelo português, Jacinto Bartolomeu da Costa e Silva, em 1853.

Em marcha lenta e tendo à frente autoridades civis e eclesiásticas e irmandades, a multidão de devotos acompanha a procissão, ao som de marchas, dobrados, rapsódias... executadas pelas filarmônicas *Terpsícore Popular* e *Dois de Julho*. À solene procissão, não se vai com qualquer traje, mas sim com o melhor traje. Apesar de vestirem suas melhores roupas, alguns fiéis acompanham a procissão de pés descalços. São aqueles que estão pagando promessas.

³⁸ Ver detalhes sobre essa regulamentação em: VIDE, Sebastião Monteiro da. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia/feitas, ordenadas pelo ilustrissimo e reverendissimo D. Sebastião Monteiro da Vide*. Brasília: Senado Federal/Conselho, 2007, p. 191-196. [Livro Terceiro, Títulos XIII, XIV, XV, XVI e XVII].

³⁹ VIDE, Sebastião Monteiro da. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia/feitas, ordenadas pelo ilustrissimo e reverendissimo D. Sebastião Monteiro da Vide*. Brasília: Senado Federal/Conselho Editorial, 2007, p. 191.

⁴⁰ Idem, *ibidem*, p. 191.

⁴¹ MATTA, Roberto da. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997, p. 66. (Grifos do autor).

⁴² As imagens de roca são aquelas imagens sacras que se destinam a ser levadas em procissão e que são vestidas com trajes de tecido.

O cortejo percorre aproximadamente trinta logradouros, alguns dos quais aparecem no mapa que mostra parcialmente o seu roteiro (fig. 59). A procissão sai da escadaria do lado norte da Matriz de São Bartolomeu, indo em direção à Praça Conselheiro Antônio Rebouças onde dobra à esquerda e desce à Rua Maurício Rebouças (antiga Ladeira da Cadeia, fig. 60), para seguir pelas ruas Geni de Morais e Siqueira Campos (antiga Rua Nova do Comércio). Descendo à Rua Manoel Pereira Guedes, passa pela Rua Visconde de Macaé (antigo Cai-Cai) e entra na Rua São Bartolomeu (antiga Rua dos Quebrados), para alcançar a Praça 15 de Novembro (antigo Areal). Contornando o mercado, que fica naquela praça, chega ao Arrasta Couro e, voltando pelo mesmo lugar, atinge à Rua Perciliana de Albergaria (antiga Enseada), em direção à Igreja de Nossa Senhora de Nazaré, no Cai-já. Daí, dobrando à esquerda, segue em direção ao Largo Sebastião Pinho, caminha até a Rua Bartolomeu Gato, 21 de Abril, até sair em frente ao armazém de Guilherme e, novamente, passar pela Rua Felipe de Melo (antigo Caminho do Cai-já). Subindo o Caminho do Cai-já, passa em frente ao antigo Cine Lourdes, entra na Praça Getúlio Vargas (antigo Saboeiro); desce a Ladeira do Porto e vira à esquerda para entrar na Rua General Pedra. Subindo por esta mesma via, segue até o entroncamento da Rua Fernando Suerdieck para ir em direção à Igreja Matriz⁴³.

⁴³ Roteiro da procissão de São Bartolomeu descrito por Benedito Jorge C. Carvalho, em depoimento por escrito à autora. Maragogipe, mai de 2010.

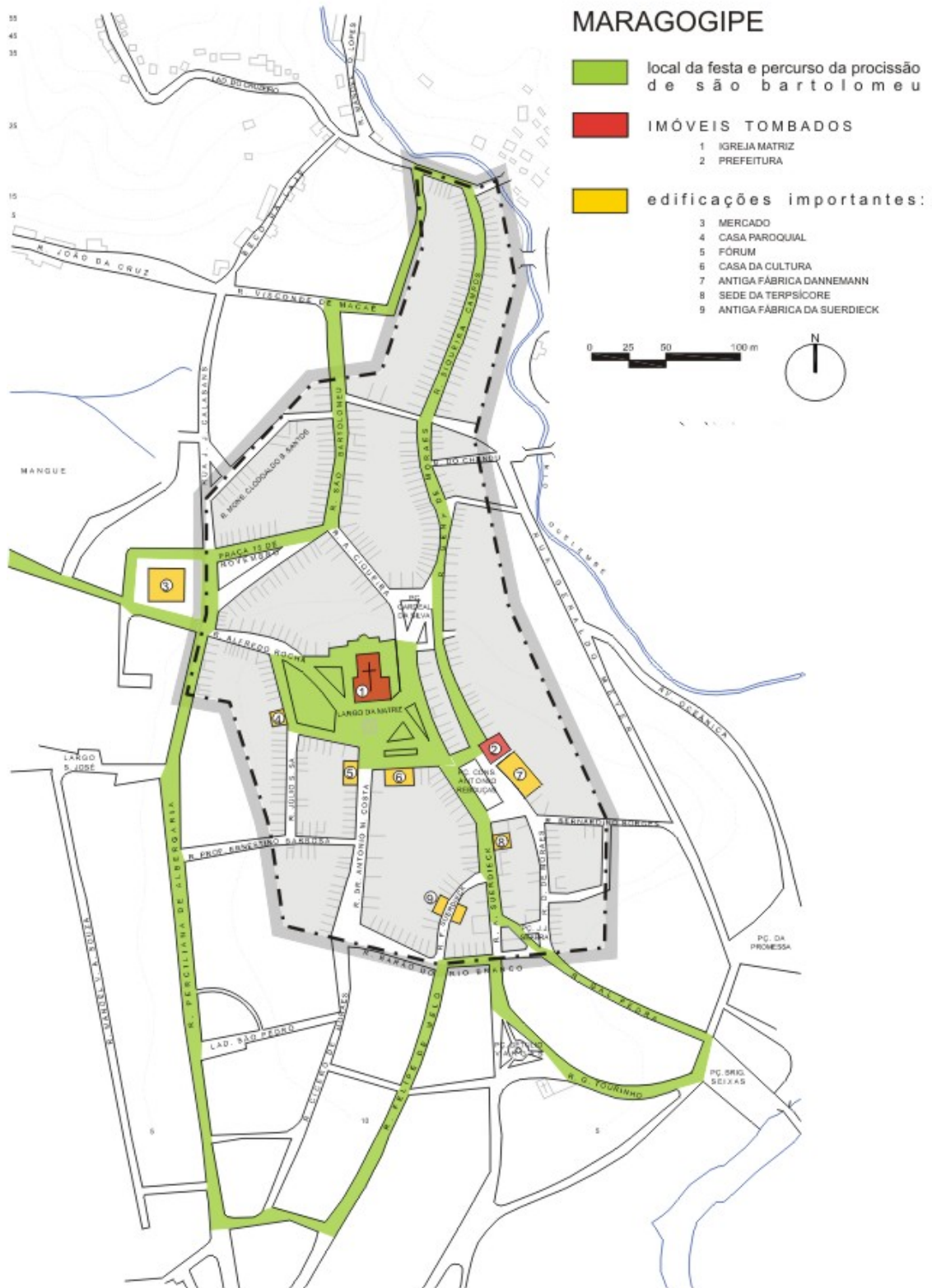


Fig. 59 – Local da festa e percurso da Procissão de São Bartolomeu
 Fonte: Levantamento de campo; entrevistas; BAHIA; IPAC. *Inventário de Proteção do Acervo Cultural; Monumentos e sítios do Recôncavo*. Salvador, 1982, p. 190. [II parte, v 3]

Por todo o caminho, das portas, janelas e sacadas ecoam aplausos e gritos de *Viva São Bartolomeu*. Adentrando pela noite, a procissão se recolhe e, após o encerramento oficial da celebração feito pelo pároco, os fiéis se dirigem ao andor das imagens de São Bartolomeu e de Nossa Senhora da Conceição e beijam a fita que ambos trazem presa em uma das mãos. Recentemente, em verdadeiro frenesi os devotos do santo passaram a tirar as flores que ornamentam seu andor, para levá-las para casa, como uma espécie de relíquia.



Fig. 60 - A Procissão de São Bartolomeu descendo a Ladeira da Cadeia
Foto da autora – 2008

5. 2 O Carnaval

O Carnaval e o Dia da Independência (o 7 de Setembro) são considerados por Roberto da Matta *rituais nacionais*⁴⁴. Para o antropólogo, ambos são ritos que possibilitam a encenação de valores globais da sociedade brasileira e contribuem para a construção e cristalização de uma identidade nacional. O fato de o Carnaval ser um ritual nacional mobiliza as populações dos lugares onde ele acontece, “[...] exigindo um tipo de tempo especial, vazio, isto é, sem trabalho, um feriado”⁴⁵.

Em sua estada no Brasil, entre 1816 e 1831, o pintor francês Jean-Baptiste Debret, já identificava no carnaval brasileiro do início do século XIX, elementos dos carnavais de hoje, manifestações de alegria, quebra de hierarquia, como se pode observar no trecho que segue:

⁴⁴ MATTA, Roberto da. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997, p. 53.

⁴⁵ Idem, *ibidem*, p. 53.

[...] se reduz aos três dias gordos, que se iniciam no domingo às cinco horas da manhã, entre alegres manifestações dos negros, já espalhados nas ruas a fim de providenciarem o abastecimento de água e comestíveis de seus senhores, reunidos nos mercados ou em torno dos chafarizes e das vendas. Vemo-los aí, cheios de alegria e de saúde, mas donos de pouco dinheiro, satisfazerem sua loucura inocente com a água gratuita e o polvilho barato que lhes custa cinco réis. [...] Mas os prazeres do carnaval não são menos vivos entre um terço, pelo menos, da população branca brasileira; quero referir-me à geração de meia-idade, ansiosa por abusar alegremente [...] ⁴⁶.

O Carnaval aconteceu pela primeira vez em Maragogipe, no final do século XIX, mais precisamente no ano de 1897 e *Nova Era*, semanário da cidade, assim, descreveu o evento:

Foi nada mais nada menos que a nossa estréia nesta espécie de festejos, que outras festas não nos faltam sempre: tardia estréia é verdade, mas prodigiosa de força e de entusiasmo, robustissimo e miraculoso fructo de seiva tão fraca e rara, como é o metal que corre nas algibeiras destes operários e destes pobres ⁴⁷.

Nasce com uma característica que hoje ainda se mantém – de uma festa eminentemente popular: “[...] nada de elemento official, Intendências com sua duzia de foguetes *fashõnnable*, nem de alto commercio, que se abstem sempre” ⁴⁸. Como se pode observar do comentário, o poder municipal e os comerciantes da cidade ficavam à margem dos festejos carnavalescos, naquele ano inaugural e em muitos outros. A iniciativa do Carnaval, ao que tudo indica, partiu da Filarmônica *Terpsí chore Popular* e, tal como ainda acontece, tem duração de três dias (domingo, segunda e terça-feira). Espacialmente, circunscreveu-se ao centro da cidade; contou com o desfile de clubes carnavalescos, acompanhados de “carros alegóricos” e de muitos *mascarados*.

Desde pela manhã as dúzias dos mascarados, (e foi um alluvião na segunda-feira, não havia mãos a medir) pela maioria de fronhas, fosse que os narizes postiços e medonhos e as barbas hirsutas estivessem exgottadas, fosse que os admanes dos leitos são preferíveis... por economia ⁴⁹.

O grande dia desse primeiro carnaval foi a terça-feira, não só porque os préstitos (desfiles de clubes carnavalescos organizados) contou com um maior número de clubes, mas principalmente, porque o grupo de *mascarados* mais esperado pelo público apresentou-se nesse dia.

Pelas três horas, logo cedo o esperado Antonio Conselheiro e sua malta percorreram as principaes ruas da cidade satisfazendo bem, de tal arte, a curiosidade voraz de todo este publico que sabia por annuncios que os fanáticos de... mascara seriam a ultima palavra, o *clou* da festa e poderam applaudir, com razão, a mais perfeita encarnação ... (de carnaval) do principal protagonista deste drama trajico, em que o Sr. Moreira Cesar foi tomar parte com seus batalhões e a sua fama de valente ⁵⁰.

⁴⁶ DEBRET, Jean Baptista. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. São Paulo: Edusp, Belo Horizonte: Itatiaia, 1989, v.2, p. 134-5.

⁴⁷ NOVA ERA. Maragogipe, 10 mar. 1897, n. 374, p. 2

⁴⁸ NOVA ERA. Maragogipe, 10 mar. 1897, n. 374, p. 2.

⁴⁹ NOVA ERA. Maragogipe, 10 mar. 1897, n. 374, p. 2.

⁵⁰ NOVA ERA. Maragogipe, 10 mar. 1897, n. 374, p. 2.

O Carnaval de 1897 no Brasil acontecia sob a égide de um contexto político, marcado pela *Campanha de Canudos* que, naquele ano, assumiu as feições de guerra civil. Naquele início de ano, preparava-se a Terceira Expedição contra Canudos, comandada pelo coronel Moreira César, e a imprensa tecia uma imagem de Antônio Conselheiro de “inimigo” da República. A figura de Conselheiro e seus seguidores, então, seriam carnavalizados através de fantasias em que apareciam de cabelos longos e barbas crescidas, camisolões brancos, cacetes e espingardas de pau, enquanto as letras das músicas cantadas invertiam a imagem de *Bom Jesus* para a de “maluco aventureiro”⁵¹.

Em Maragogipe, o semanário *Nova Era* explorou exaustivamente a guerra travada no sertão baiano desde o seu começo, fazendo uma campanha que se filiava à tendência da imprensa nacional, de associar Canudos ao retrocesso, à ignorância e ao atraso, enfim, a tudo que se opunha aos ideais “iluminados” da elite que vivia nos meios urbanos do litoral⁵². Portanto, não é de se estranhar, que um grupo de *mascarados* representando Antônio Conselheiro e seus seguidores tenham sido o *clou* do Carnaval maragogipano (ponto mais sensacional do espetáculo) e *a mais perfeita encarnação de carnaval*.

Além desse primeiro Carnaval, nos anos 1930, o Carnaval de 37 também marcou época. No ano em que a ditadura do Estado Novo se instalou, foliões do carnaval de Maragogipe ironicamente anunciavam: “Vamos virar tudo pelo avesso, nas folganças do Carnaval!”⁵³. Meses depois, a história mostraria que a ordem que gradativamente vinha sendo instituída no país, não fora virada pelo avesso. Naquele carnaval, em que se preconizava a ditadura do *Estado Novo*, a novidade, anunciava o jornal *Redenção*, seria a *manduzada*. Segundo o referido periódico, um grupo de foliões maragogipanos preparava um bloco carnavalesco com quase cerca de cem pessoas fantasiadas de *mandus*⁵⁴. Aquele Carnaval, portanto, foi no

⁵¹ ALVES, Lizir Arcanjo. *Humor e sátira na Guerra de Canudos*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia/EGBA, 1997, p. 39.

⁵² Nos números consultados do jornal *Nova Era*, de 1897, o referido periódico reproduziu e/ou editou muitas matérias sobre a “Guerra de Canudos”. Nelas eram recorrentes as denominações de “fanáticos”, “sertanejos fanáticos”, “monstro de Canudos” “bandidos conselheiristas” a Antônio Conselheiro e seus seguidores.

⁵³ REDENÇÃO. Maragogipe, 30 de janeiro de 1937, ano VII, Num. 210, p. 1.

⁵⁴ “O mandu é um personagem representado por uma figura viva amorfa. Faz um mandu colocando uma ‘arupemba’ (peneira confeccionada com fios de palha) sobre a cabeça da pessoa e sobre ele um lençol branco preso no pescoço ou solto. Veste-se ainda na pessoa um paletó branco, em cujas mangas é atravessado um cabo de vassoura, de modo que os braços da pessoa fiquem com os cotovelos sobre o plexo solar (peito), que de alguma forma prejudica-lhe o equilíbrio. Por fim, veste-se uma calça branca de tamanho maior do que o da pessoa. Em alguns terreiros de candomblé de Cachoeira e Governador Mangabeira, de linhagem do candomblé de menininha do Gantois, em Salvador cultuam-se anualmente no fim do ciclo religioso. O conteúdo simbólico dessas figuras terríficas representadas pelas máscaras, caretas, mandus e outras personagens grotescas na festa. [...]” (NASCIMENTO, A. A Capela d’Ajuda já deu o sinal, p. 49-50. *Apud* BARCELAR, Jeferson. “Mário Gusmão (1920-1996): o santo guerreiro contra o dragão da maldade”.

In: http://www.afroasia.ufba.br/pdf/afroasia_n19_20_p257.pdf (Acesso: jul de 2009).

melhor estilo *afro-baiano*, uma vez que o *mandu* é uma figura muito presente nos candomblés do Recôncavo.

Nos anos 1950, desfila pela primeira vez, no Carnaval de Salvador, a *Fobica*, o primeiro trio elétrico inventado por Dodô e Osmar. Segundo Goli Guerreiro⁵⁵, o trio elétrico foi um marco histórico, não só porque mudou profundamente a forma de brincar o Carnaval, também, porque transformou a cultura musical baiana e brasileira. Em Maragogipe, o trio elétrico também provocou mudanças. Criado em 1957, o Trio Elétrico Oriente seria responsável, nas décadas seguintes, pela presença maciça da gente pobre da periferia nas ruas centrais da cidade, lugar de desfile da elite maragogipana, que passa a afluir para os bailes carnavalescos promovidos pela Associação Atlética Maragogipana.

Resistindo ao apelo midiático e ao “modelo” de Carnaval que se irradia de Salvador para outras partes do estado e do país, no qual prepondera a viés econômico, o Carnaval de Maragogipe conserva muito de suas características históricas originais. Os *caretas*, sozinhos ou em grupo, com sua voz de falsete, representam uma das principais permanências da festa. Nos três dias de carnaval eles se espalham pelas ruas da cidade, repetindo para os transeuntes que encontram pelo trajeto: “Você me conhece, careta?”. Até aproximadamente os anos 1970, era muito frequente grupos de garotos correrem atrás dos *caretas* gritando frases como: “Careta, mete o cu na greta!”. Nos dias atuais, esse tipo de brincadeira tem sido cada vez menos recorrente. Quem não tinha ou não podia comprar uma máscara, recorria a uma fronha já usada, fazendo dois buracos à altura dos olhos e da boca. Eram os chamados *caretas de fronhas*, hoje, praticamente, em extinção.

A temática das fantasias é variada e vai desde elementos do folclore nacional ao pierrô, personagem da comédia italiana (fig. 61 a 63), passando pelas temáticas tratadas nas novelas e programas televisivos. Vale ressaltar que, nas últimas décadas, percebe-se uma tendência ao luxo, nas fantasias, e uma tentativa do poder municipal em torná-lo um dos produtos turísticos da cidade. Embora tentem afirmar o contrário, as características de origem africana do Carnaval de Maragogipe estão perdendo espaço e essa, talvez, seja a mais evidente mudança observada no processo de recriação que alguns grupos sociais locais vêm realizando dessa festa.

⁵⁵ GUERREIRO, Goli. . “História do Carnaval da Bahia: o mito da democracia racial”. In: Bahia & Dados. Salvador: CEI, v. 3, n.4, p. 100-105, mar, 1994.



Fig. 61 - Carnaval de 2005
Foto de acervo particular



Fig. 62- Carnaval de 2008
Foto de acervo particular



Fig. 63 - Carnaval de 2009
Foto de acervo particular.

É interessante dizer que todas as investidas oficiais para forçar mudanças na sua forma e em sua temporalidade, contrariando a historicidade da festa, redundaram em completo fracasso. Segundo relatou Edmundo Água Dura, ao jornal *A Tarde*, em 15 de fevereiro de 2009, o Carnaval em Maragogipe nunca deixou de ser realizado e quando foram feitas tentativas para transformá-lo em micareta o projeto não vingou. Conta ainda o folião que teve “[...] um ano em que o prefeito realizou um Carnaval antecipado, com trios elétricos, mas a

comunidade não aceitou e fez nos dias oficiais do Carnaval, uma festa muito melhor, mantendo as tradições [...]”⁵⁵.

Em 2007, a comunidade maragogipana solicitou ao Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (Ipac) o tombamento do seu Carnaval. Mediante estudo da festa, o Ipac procedeu ao tombamento que foi publicado no Diário Oficial, de fevereiro de 2009, na categoria de patrimônio cultural imaterial do estado da Bahia⁵⁶. A expectativa é, que de fato, tenha havido um estudo cuidadoso sobre a festa, não só para apreender suas significações, como para tentar evitar que ela se transforme em um simulacro.

5.3 A procissão do *Senhor Morto*

A procissão do *Senhor Morto* ou procissão do *Enterro de Cristo Senhor* é essencialmente uma procissão solene que acontece, na Sexta-Feira Santa, em várias partes do Brasil. Foi fielmente transplantada de Portugal. Em terras portuguesas era realizada pela Ordem Terceira do Carmo de Lisboa, com a denominação de procissão *do Triunfo* e aconteceu pela primeira vez em 1637. Contudo, fazia-se em Lisboa outras procissões semelhantes à da Ordem Terceira Carmelitana, mas chamadas propriamente de procissão *do Enterro*, as quais eram marcadas por grande teatralidade.

No Brasil e, também, na Bahia as primeiras procissões do *Enterro* datam do século XVII e, tal como em Lisboa, eram realizadas pela Ordem Terceira do Carmo. No século XIX, a referida procissão acontecia em muitas cidades brasileiras, mas, segundo Silva Campos, em nenhuma delas, com a imponência e a encenação espetaculares daquelas realizadas pela igreja do Carmo do Rio de Janeiro⁵⁷. Melo Filho, em *Festas e tradições populares do Brasil*, falando sobre a procissão do *Enterro* que se fazia na capital do império, assim, comentou:

Esgotadas as práticas de sexta-feira na Capela Imperial, o Carmo enchia-se de povo para observar uma verdadeira cena de teatro. A um sinal convencional, abriam-se as cortinas de damasco do côro, e as figuras que tinham de formar o préstito fúnebre, apareciam agrupadas causando grande sensação⁵⁸.

⁵⁵ JOUBER, Magno. “Carnaval vira patrimônio”. In: A TARDE. Salvador: 15 de fev de 2009, cad. B1.

⁵⁶ A UNESCO define como Patrimônio Cultural Imaterial “[...] as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural.”

In: <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=10852&retorno=paginaIphan> (Acesso: agos de 2009).

⁵⁷ CAMPOS, João da Silva. *Procissões tradicionais da Bahia*. 2 ed. Salvador: Sec. da Cultura e Turismo/Conselho Estadual de Cultura, 2001, p. 280.

⁵⁸ MORAIS FILHO, Melo. *Festas e tradições populares do Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Brasileiras de Ouro, 1967, p. 295.

Em Salvador, no final do século XIX, a procissão do *Enterro*, segundo Campos Silva era absolutamente grandiosa. Estavam presentes ao ato todos os sacerdotes, todas as ordens Terceiras, todas as Irmandades da cidade, além das altas autoridades civis e militares, batalhões de polícia, bandas de música etc., e “[...] a cidade inteira, além de muita gente dos mais afastados pontos dos arrabaldes, - e até de Abrantes e de Santo Amaro de Ipitanga – vinha, na expressão da sua fé, acompanhar, ou ver desfilar a procissão [...]”⁵⁹.

Apesar de se verificar certo esmaecimento, ainda na primeira metade do século XX, a procissão do *Enterro* continuou sendo a mais concorrida e imponente procissão da cidade do Salvador⁶⁰. No final daquele século, muito do solene espetáculo já não mais existia. Em 2008, a celebração que continua a ser organizada pela Ordem Terceira do Carmo, se resumiu na proclamação do Evangelho da Paixão de Cristo, seguida da adoração da Cruz e depois da procissão que, saindo da Igreja do Carmo, percorre as ruas do centro histórico de Salvador⁶¹.

Durante todo o período quaresmal, na Igreja Matriz de São Bartolomeu acontecem cerimônias que representam a Paixão e Morte de Jesus Cristo. Mas nas proximidades da Sexta-Feira Santa, as celebrações se tornam um verdadeiro *revival*. Na sexta-feira anterior à Procissão do *Senhor Morto* realiza-se a Procissão do *Senhor dos Passos*, que percorre as ruas centrais da cidade e dela já participam as *Béus* e a Verônica, personagens que também fazem parte da procissão do *Enterro*. Na Quinta-Feira Santa ou de *Endoenças*, segundo a tradição oral, realizava-se a Procissão de *Fogaréus*, mas de longa data foi substituída pela cerimônia do *Lava-Pés*⁶².

A procissão do *Senhor Morto*, em Maragogipe, permanece cercada de teatralidade, tal como se fazia no século XIX. Antes do desfile da procissão, a multidão de fiéis que lotam a Igreja Matriz de São Bartolomeu, assiste a uma verdadeira representação teatral dos últimos momentos da Paixão e Morte de Jesus Cristo. Após adoração da Cruz, tem início o *Descimento da Cruz*, seguido da *Unção do Senhor Morto* e, por fim o cântico das *Béus* ou três *Marias* (Maria de Betânia, Maria Cleofas e Maria Salomé) e da Verônica ou *Vosônia*⁶³. As

⁵⁹ CAMPOS, João da Silva. Op. Cit., p. 286 e 287.

⁶⁰ Idem, p. 284

⁶¹ A TARDE ON LINE. “Procissão do Senhor Morto acontece no Centro Histórico”. Salvador, 21 de março de 2008. In: <http://www.atarde.com.br/cidades/noticia.jsf?id=855151> (Acesso em nov de 2009).

⁶² “Na Provedoria do conselheiro Manuel Pinto de Souza Dantas extinguiu-se a procissão de fogaréus, em conseqüência de grande conflicto, que tomou proporções assustadoras, acontecendo serem alguns irmãos atingidos por pedras atiradas no gato da Misericórdia. Ocorreu isso em 1874”. (QUIRINO, Manuel. *A Bahia de outrora*. Salvador: Imprensa Oficial, 1946, p. 71). Possivelmente, o episódio descrito acima tenha influenciado na extinção, em Maragogipe, da referida procissão, uma vez que a história oral conta que havia na cidade a Procissão de Fogaréus.

⁶³ Esse é o nome pelo qual também a Verônica era chamada na vila portuguesa de Minde, na região da Extremadura. (CAMPOS, João da Silva. Op. Cit., p. 292).

Beús são jovens, vestidas de túnicas roxas, que conduzem as insígnias da Paixão de Cristo: os cinco cravos, a coroa de espinhos e o dístico afixado sobre a cruz com as iniciais J.N.R.I. (Jesus Nazareno Rei dos Judeus). A denominação de *Beús* vem do brado *heú! heú!* - entoado pelas três *Marias* e que o povo traduziu por *beú! beú!* A Verônica, personagem presente também nas procissões de Lisboa, é representada por uma jovem, escolhida por sua boa voz. Vestida de túnica roxa, como as *Beús*, ela traz consigo o Santo Sudário enrolado.



Fig. 64 - Representação da Paixão e Morte de Jesus Cristo. Matriz de São Bartolomeu. Foto de Aline Farias – abril de 2008

Após o *Descimento da Cruz*, realizado por um grupo de jovens representando São João Evangelista, José de Arimatéia, Nicodemus e discípulos de Jesus Cristo (fig. 64), Maria Madalena ajoelhando-se diante da imagem do *Senhor Morto* unge os seus pés com o óleo sagrado (fig. 65). O ato seguinte é o cântico-lamento das *Béus*, seguido da Verônica que, desenrolando o sudário ensanguentado e mostrando-o à multidão de fiéis, canta: *Ó vos omnes*

*qui transitis per viam, attendite, et videte si est dolor sicut dolor meus*⁶⁴. As três Marias respondem – *Heú! heú! heú!*

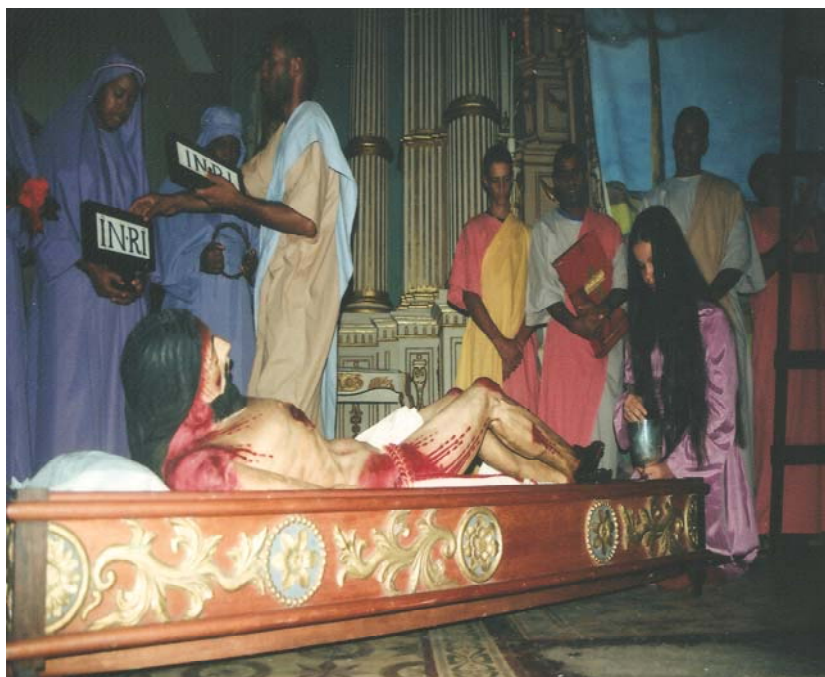


Fig. 65 - Representação da Paixão e Morte de Jesus Cristo. Matriz de São Bartolomeu. Foto de Aline Farias – abril de 2008.

Por volta das dezesseis horas a procissão deixa a Matriz de São Bartolomeu. À frente está Irmandade do Santíssimo Sacramento (fig. 66), seguida de outras irmandades e de todos os personagens que haviam participado das representações no interior da igreja (fig. 67). Em seguida, vem o Esquife do Senhor, coberto pelo pálio, carregado pelas autoridades civis da cidade, tendo à sua frente o pároco e os coroinhas que, durante todo o trajeto, fazem soar as matracas. Em seguida, vem o andor de Nossa Senhora das Dores. Por fim, o povo que acompanha a procissão, também pelas laterais, andando sobre os passeios.

⁶⁴ BÍBLIA SAGRADA. *Lamentações de Jeremias*. Capítulo I, versículo 12. Tradução de Ivo Storniolo e Euclides Martins Balancin. São Paulo: Paulus, 1991, p. 1070.



Fig. 66 - Irmandade do Santíssimo Sacramento - Procissão do *Senhor Morto*, passando pela Rua D. Macedo Costa (antiga Rua do Fogo). Foto de Aline Farias – abril de 2008.

Ao som de marchas fúnebres, tocadas pelas filarmônicas *Terpsícore Popular* e *Dois de Julho*, o préstito segue em direção à Rua D. Antônio Macedo Costa (antiga Rua do Fogo), para descer a Ladeira de São Pedro (antiga Ladeira do Pastinho) e chegar até a Igreja de São Pedro, na Rua Perciliana de Albergaria. Daí segue em direção ao Cai-já, dobrando na chamada Esquina de Guilherme para chegar à Rua Felipe de Melo; passando pelo cruzamento com a Rua Barão de Rio Branco, segue em direção à Praça Getúlio Vargas. Descendo à Ladeira Getúlio Tourinho (antiga Ladeira do Porto), chega à Praça Brigadeiro Seixas (antigo Largo do Porto). Subindo pela Rua General Pedra (antiga Rua do Porto) atinge a Rua Fernando Suerdieck e chega à Praça Conselheiro Antônio Rebouças. Passando em frente ao prédio da Câmara, desce a Ladeira da Cadeia e chega até as Ruas Geni de Moraes e Siqueira Campos, para em seguida, desce a Rua Manoel Pereira Guedes. Percorrendo pequeno trecho da Rua Visconde de Macaé, passa pela Rua São Bartolomeu, seguindo em direção à Praça 15 de Novembro. Daí sobe a Rua Alfredo Rocha (antiga Ladeira da Igreja) para chegar até a Igreja Matriz de São Bartolomeu. A peregrinação repete o ritual da procissão do *Senhor dos Passos*, parando em cada um dos *Sete Passos*⁶⁵, onde as *Beús* e a *Verônica* entoam seus cânticos diante da multidão.

⁶⁵ Houve época em que o número de *Passos* foi de catorze.

Embora, não tenham sido localizados registros que indicassem desde quando se realiza a Procissão do *Senhor Morto* em Maragogipe, a forma como ela ainda acontece sugere muita antiguidade. Os rituais preliminares à procissão e a formação do cortejo se aproximam bastante daqueles que se fazia na cidade do Salvador, desde a segunda metade do século XVII, e que seguiam as determinações do *Compromisso* de 1696, formulado a partir do estatuto da *Ordem Terceira da Mãe Santíssima e Soberana Senhora do Monte do Carmo*⁶⁶. Esse documento sofreu reformulações, chegando à versão de 1912 - *Compromisso de 1912* - cujo artigo 49º resume a organização do cortejo litúrgico, que muito se assemelha àquela apresentada pela procissão do *Enterro de Cristo Senhor* que se faz, ainda hoje, em Maragogipe e que foi anteriormente descrita.

Continua sendo grande a afluência dos maragogipanos à procissão do *Enterro* e, também, à conversa, muitas vezes em voz alta, e à forma desordenada como se acompanha a procissão. Para Silva Campos a falta de ordem é uma característica das procissões baianas. “É um mal antiquíssimo”⁶⁷, afirma o autor.



Fig. 67 - Personagens da Procissão do *Senhor Morto*.
Foto de Aline Farias – abril de 2008.

Após retornar à Igreja Matriz de São Bartolomeu, a imagem do *Senhor Morto* fica exposta à adoração dos fiéis, durante toda à noite. Nas primeiras horas, os fiéis beijam os pés

⁶⁶ Segundo Silva Campos a *Procissão do Enterro de Cristo Senhor* já se realizava, em Salvador, muito antes da formulação do *Compromisso* de 1696. Cf. CAMPOS, João da Silva. *Procissões tradicionais da Bahia*. 2 ed. Salvador: Sec. da Cultura e Turismo/Conselho Estadual de Cultura, 2001, p. 272.

⁶⁷ CAMPOS, João da Silva. Op. Cit., p. 290.

do *Senhor Morto* – o ritual do *Beija-pé* – ao tempo em que colocam em uma salva de prata as suas esmolas.

Assim, considerando que a cidade convive com vários tempos, que se cruzam de formas diferentes e geram mudanças, Maragogipe é, hoje, uma cidade cuja forma resulta do contraste entre o “colonial” e o “moderno”, reafirmando que os tempos da cidade não são lineares. Essa perspectiva conduz ao entendimento de que compreender a “cidade histórica” significa entender as marcas que os diversos tempos deixaram em suas formas, em um processo acumulativo.

6 Considerações finais

Um estudo em que se tenta compreender a natureza e os resultados das transformações que atingiram Maragogipe, ao longo do século XX, não se esgota aqui, não havendo esta pretensão, até pelo seu vasto campo a ser explorado, a exemplo do paralelo entre a evolução urbana de Maragogipe e de outra cidade do Recôncavo, particularmente com uma daquelas cidades que, no final do século XVIII, junto com Maragogipe, compunham o conjunto das cinco vilas que integravam a região. Ou ainda uma pesquisa sobre os trabalhadores da indústria fumageira de Maragogipe. A existência de três fábricas de charutos – Vieira de Melo, Dannemann e Suerdieck, além das pequenas manufaturas de charutos - os chamados fabricos - gerou na cidade, um enorme contingente de trabalhadores nessa atividade econômica. A história desses operários ainda se constitui em uma lacuna, cujas pesquisas extrapolariam o âmbito da contribuição local, visto que a história do proletariado nacional, na primeira metade do século XX, reflete quase sempre a história da classe operária do Rio de Janeiro e de São Paulo. Ou mesmo, uma investigação sobre a presença de uma ideologia de direita na cidade – o integralismo. Todavia esses flancos abertos devem ser objeto de artigos futuros, já que a dissertação não pode dar conta de tudo por ser um recorte de uma pesquisa que elegeu as transformações experimentadas por Maragogipe, no período de 1905 a 1992 que acarretou à “desconstrução” da cidade colonial.

No século XX, Maragogipe, uma das primeiras vilas do Recôncavo colonial, passou por grandes transformações na sua forma urbana. Essas transformações decorreram principalmente da instalação da fábrica Suerdieck (1905), que, dinamizando a estagnada economia do lugar, forjou a idealização de uma “nova” cidade, de uma cidade “modernizada”. A realização desse ideal de modernização pressupôs, então, a remodelação da cidade colonial.

As pretensas modernizações desdobraram-se em dois movimentos distintos. O primeiro, “embelezou” e realizou, de fato, algumas melhorias na infra-estrutura da cidade, atendendo às novas demandas derivadas do surto de progresso que a indústria fumageira trouxera para o lugar. O segundo, “complementando” o “projeto modernizador”, avançou em direção e de forma decisiva sobre a memória da cidade, uma vez que lançou mão da descaracterização e/ou destruição do seu patrimônio arquitetônico, urbanístico e cultural.

O processo de modernização da cidade caracterizando-se por um fim em si mesmo, não trouxe consigo um projeto democrático. Seu alcance foi bastante restrito, pois apenas alguns grupos sociais se beneficiaram dele. Esse foi o caso, por exemplo, da *educação ginásial* e do serviço de distribuição de água potável que, durante décadas, estiveram em mãos da iniciativa

privada. Se o primeiro era acessível apenas aos grupos mais abastados, o segundo, sendo muito deficitário, além de chegar somente a um pequeno número de logradouros, deixava a localidade, como um todo, por longos períodos sem o fornecimento de água.

Outra característica dessas “transformações modernizadoras” foi o retrocesso cultural. A cidade que teve em circulação, ao mesmo tempo, mais de três periódicos, passou anos sem possuir nenhum. As casas de cinema e de apresentação de espetáculos – o *Cine-Glória* e o *Cine-Lourdes* – já haviam fechado as suas portas, mesmo antes da expansão e difusão das novas mídias.

Contudo, as transformações decorrentes do projeto idealizador de modernização da Maragogipe não sufocaram as celebrações e/ou rituais locais que, em sua origem, remetem à cultura do colonizador, principalmente no seu aspecto religioso. As festividades em honra ao padroeiro da cidade, São Bartolomeu e a Procissão do *Senhor Morto* permanecem impregnadas de elementos da religiosidade portuguesa dos séculos XVI e XVII. Essas celebrações e/ou rituais, como tantos outros, hoje, constituem-se em permanências culturais do lugar e contribuem para que Maragogipe seja uma cidade híbrida, uma cidade entre o “colonial” o “moderno”.

No bojo desse processo, há que se dizer, se encontram gestores municipais que quase sempre relegaram ao abandono e à destruição o patrimônio histórico, arquitetônico e urbanístico da cidade.

Um balanço da situação urbana atual de Maragogipe demonstra que a cidade como um todo precisa ser cuidada: sua infra-estrutura, seus equipamentos coletivos precisam de melhorias e políticas sociais inclusivas necessitam ser implementadas. Além disso, é necessário que sua área central tenha um papel importante na gestão urbana e do patrimônio. De imediato é preciso resolver os problemas de abandono e de deterioração do patrimônio industrial (os prédios da fábrica Suerdieck e da fábrica Dannemann) e dos edifícios de maior ou de menor valor arquitetônico ou urbanístico. Não basta *tombar* imóveis seculares, referendando a história oficial, criar leis municipais de proteção dos manguezais, tornar o Carnaval *patrimônio imaterial* do estado da Bahia ou ainda *tombar* a Sociedade São Miguel Arcanjo do Ylê Alabaxé, um dos mais importantes *candomblés* do Recôncavo. Incontestavelmente, são ações importantes, mas elas podem trazer em si uma ideia de *museificação* ou de cidade “para turista ver”. É preciso, por exemplo, envolver a população, dando a ela um papel ativo na monitoração das políticas adotadas para proteger o seu patrimônio. A educação formal e a educação popular comunitária não-governamental muito poderiam contribuir para o essa prática cidadã.

Enfim, nada impede que a cidade tenha novos equipamentos e que a arquitetura de suas novas construções se volte para o futuro, mas que não se destrua o *Coreto da Praça*, o *Sobrado da Terpsícore*, o *Prédio da Dois de Julho* e outros símbolos de uma memória urbana que deve ser preservada.

REFERÊNCIAS

- ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*. 4ª edição, 2004, 840 p. In: <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=19> (Acesso: abr de 2009).
- A FAÚLA. Maragogipe, ano I, 1935, n. 1, 3, 13.
- ALBERTI, Verena. “Histórias dentro da História”. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2006.
- ALVES, Lízir Arcanjo. *Humor e sátira na guerra de Canudos*. Salvador: Sec. da Cultura e Turismo do Estado da Bahia; Empresa Gráfica da Bahia, 1997.
- ANTONIL, André João. *Cultura e Opulência do Brasil*. 3 ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1982.
- A TARDE ON LINE. “Procissão do Senhor Morto acontece no Centro Histórico”. Salvador, 21 de março de 2008. In: <http://www.atarde.com.br/cidades/noticia.jsf?id=855151>.
- ARQUIVO. Maragogipe, 1953-1976, n. 28, 96, 119, 162, 186, 176, 199, 200, 201, 202, 204, 207, 209, 211, 215, 234.
- ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. *Perfil Municipal – Maragogipe (BA)*, p. 5. Disponível em: www.pnud.org.br. (Acesso: out de 2005).
- AZEVEDO, Aroldo. *Regiões e paisagens do Brasil*. 2 ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1954.
- AZEVEDO, Paulo Ormino de. “O traço hispânico do Paço Municipal de Salvador”. In: *Anais do 4º Congresso de História da Bahia*. Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia; Fundação Gregório de Matos, 2001, p. 415 e 416.
- AZEVEDO, Thales de. “O advento da Petrobrás no Recôncavo” In: BRANDÃO, Maria de Azevedo. *Recôncavo da Bahia: sociedade e economia e economia em transição*. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado; Academia de Letras da Bahia; Univ. Federal da Bahia, 1998.
- BACELAR, Jeferson. “Mário Gusmão (1920-1996): o santo guerreiro contra o dragão da maldade”. In: http://www.afroasia.ufba.br/pdf/afroasia_n19_20_p257.pdf (Acesso: jul de 2009).
- BAHIA. Secretaria da Indústria e Comércio/ Coordenação de Fomento ao Turismo. *Inventário de Proteção do Acervo Cultural - IPAC; Monumentos e Sítios do Recôncavo*. Salvador: Secretaria de Indústria e Comércio, 1982, [II parte, v. 3].
- _____. Conselho de Desenvolvimento do Recôncavo (BA); CLAN. *Plano de turismo do Recôncavo*: resumo. Salvador: CONDER, 1982.

_____. Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia; Conselho de Desenvolvimento do Recôncavo – CONDER. *Estudos básicos para o projeto agropecuário do Recôncavo*. Tomo I. Salvador, [197-].

_____. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI-BA). *Território de identidade 21- Recôncavo - Bahia*. In: http://www.sei.ba.gov.br/images/inf_geoambientais/cartogramas/territorio_identidade/territorio_identidade.htm. (Acesso: abr de 2009).

_____. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI-BA). *Base cartográfica digital – RI/BA*; mapeamento topográfico sistemático. Salvador. Escala 1:100.000. Formato digital, compatível com AutoCad.

BARICKMAN, B. J. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1868*; tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BÍBLIA SAGRADA. *Lamentações de Jeremias*. Capítulo I, versículo 12. Tradução de Ivo Storniolo e Euclides Martins Balancin. São Paulo: Paulus, 1991, p. 1070.

BORBA, Silza Fraga Costa. *Industrialização e exportação de fumo na Bahia (1870-1930)*. Salvador-Bahia, 1975. (Dissertação de Mestrado em Ciências Humanas – UFBA).

BOXER, Charles. *A idade de ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial*. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

CALMON, Pedro. *Espírito da sociedade colonial*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1935. (Edição ilustrada).

CAMPOS, João da Silva. *Procissões tradicionais da Bahia*. 2 ed. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo/Conselho Editorial de Cultura, 2001.

CANCLINI, Néstor García. *Culturas híbridas*. 2 ed. São Paulo: Edusp, 2003, p. 31.

CÂNDIDO, Antonio. “A visão política de Sérgio Buarque”. In: Caderno MAIS! Folha de São Paulo, 25 de janeiro de 1998.

CARDIM, Fernão. *Tratados da terra e gente do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980.

CARLINHOS DE TOTE. *Resex – Reserva Extrativista Marinha da Baía do Iguape: Trajetória*. Salvador-Ba: Radami Editora Gráfica Ltda., 2007.

CASCUDO, Luís da Câmara. *Dicionário do Folclore Brasileiro*. 5 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1980.

CASTELLS, Manuel. *Problemas de investigação em Sociologia Urbana*. Lisboa: Presença/Martins Fontes, 1979.

CESAR, Eliéser. Império do tabaco. Histórias da arte de transformar o fumo são recontadas pelas operárias das fábricas famosas nos anos 50”. In: CORREIO DA BAHIA. Cad. Correio Repórter. Salvador: 06 de agos de 2000, p. 3-8.

COSTA, Ana de Lourdes Ribeiro da. *Salvador, século XVIII: o papel da Ordem Religiosa dos Beneditinos no processo de crescimento urbano*. Universitat Politècnica de Catalunya – Escola Tècnica Superior D’Arquitectura de Barcelona, Departament de Composició Arquitectònica. Barcelona, março de 2003.

DEBRET, Jean Baptista. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. São Paulo: Edusp, Belo Horizonte: Itatiaia, 1989, [v.2].

DELSON, Roberta Marx. *Novas vilas para o Brasil-Colônia: planejamento espacial e social no século XVIII*. Brasília: ALVA-CIORD, 1997.

EDITAIS da festa de São Bartolomeu. Maragogipe, ano 2001, 2003, 2005, 2006, 2007, 2008.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 10 ed. São Paulo: Globo; Publifolha, 2000. [Vol. I].

FARIAS, Terezinha Flôr de Jesus. *Entre o colonial e o moderno: Maragogipe na segunda metade do século XX*. Salvador: Universidade Católica do Salvador, 2006.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 5 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1997.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da Língua Portuguesa*. 2 ed. São Paulo: Nova Fronteira, 1986.

FREITAG, Bárbara. *A revitalização dos centros históricos das cidades brasileiras [i]*. In: Urbanidades – Revista Eletrônica do PIP Itinerâncias Urbanas. Brasília, fev de 2003. Disponível em <http://www.unb.br/ics/sol/urbanidades/barbarafreitag.htm> (Acesso: jul de 2007).

FUNDAÇÃO VOVÓ DO MANGUE. [Folder da programação especial de comemoração dos 10 anos]. Maragogipe, 2007.

_____. *Informativo oficial do Grupo VOVÓ DO MANGUE*. Maragogipe, ano 3, n. 10, jul. 2000.

GADOTTI, Moacir e colaboradores. *Perspectivas atuais em educação*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

GANDAVO, Pero de Magalhães. *Tratado da terra do Brasil; História da provincia Santa Cruz*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: 1980.

GUERREIRO, Goli. “História do Carnaval da Bahia: o mito da democracia racial”. In: Bahia & Dados. Salvador: CEI, v. 3, n.4, p. 100-105, mar, 1994.

HELENE, Maria Elisa Marcondes e BICUDO, Marcelo Briza. *Cenário mundial: sociedades sustentáveis*. São Paulo: Scipione, 1994.

HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos; o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE.

In: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm>? (Acesso: nov de 2009).

INSITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA. 2003. Foto aérea. Dimensões: 1024X768. Tipo: imagem no formato JPEG. Tamanho: 382KB.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. In: <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaInicial.do;jsessionid=B4773325E>.

JOUBER, Magno. “Carnaval vira patrimônio”. In: A TARDE. Salvador: 15 de fev de 2009, cad. B1.

LIVRO de registro das *freguezias*. n. 63.

MARAGOGIPE – SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO. *Carnaval – Patrimônio Cultural da Bahia*. 2009. CD-ROM promocional do município de Maragogipe-Bahia.

MORAIS FILHO, Melo. *Festas e tradições populares do Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Brasileiras de Ouro, 1967, p. 295.

MARX, Murillo. *Cidade no Brasil terra de quem?* São Paulo: Nobel; Editora da Universidade de São Paulo, 1991.

MATTA, Roberto da. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia: a cidade do Salvador e seu mercado no século XIX*. São Paulo: Hucitec; Salvador: Secretaria Municipal da Educação e Cultura, 1978.

_____. *Bahia, século XIX – uma província no Império*. Ri de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

MENEGUELLO, Cristina. *O coração da cidade: observações sobre a preservação dos centros históricos*. Brasília: Revista Eletrônica do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, s/d, p. 1. Disponível em: <http://www.revista.iphan.gov.br/materia.php?id=121>. (Acesso: set de 2007).

MOTT, Luiz. “Cotidiano e vivência religiosa: entre a capela e o calundu”. In: *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998, v. 1, p. 156-220.

NARDI, Jean Baptiste. *O fumo brasileiro no período colonial; lavoura, comércio e administração*. São Paulo: Brasiliense, 1996.

NOVA ERA. Maragogipe, ano 8, 1897, n. 373, 374, 398.

_____. *Santos e festas de santos na Bahia*. Bahia: Secretaria de Cultura e Turismo/Conselho Estadual de Cultura, 2005.

OTT, Carlos. *O povoamento do recôncavo baiano pelos engenhos*. Salvador: Bigraf, 1996.

PARANHOS, José. *Filarmônica Terpsícore Popular: sua vida sua história*. Maragogipe-Ba. 1975.

PANG, Eul-Soo. *O engenho central do Bom Jardim na economia baiana; alguns aspectos de sua história (1875-1891)*. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça; Arquivo Nacional; Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1979.

PEDRÃO, Fernando Cardoso. “Novos rumos, novos personagens”. In: BRANDÃO, Maria de Azevedo. *Recôncavo da Bahia: sociedade e economia e economia em transição*. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado; Academia de Letras da Bahia; Univ. Federal da Bahia, 1998, p. 219-239.

PEDREIRA, Pedro Tomás. *A Santa Casa de Misericórdia de Santo Amaro*. Bahia, 1978. [Edição comemorativa do bi-centenário].

PHILIPPI, Sonia T. *Tabela de Composição de Alimentos: Suporte para Decisão Nutricional*. Brasília: ANVISA, FINATEC/NUT - UnB, 2001.

PINHEIRO, Eloísa Petti. *Europa, França e Bahia: difusão e adaptação de modelos urbanos (Paris, Rio e Salvador)*. Salvador: EDUFBA, 2002.

PINHEIRO, Eloísa Petti e GOMES, Marco Aurélio A. Filgueiras (orgs.). *A cidade como história: os arquitetos e a historiografia da cidade e do urbanismo*. Salvador: EDUFBA, 2004.

PINHO, Wanderley. *História de um engenho do Recôncavo: Matoim, Caboto, Freguesia, 1552-1944*. São Paulo: Nacional; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1982, p. 42.

PRADO JR., Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1961, p. 197

PREFEITURA DE MARAGOJIPE. *Plano Diretor Urbano*. Maragogipe, 2001. [Relatório de Aquino Consultores Associados].

PRIORI, Mary Del. *Festas e utopias no Brasil colonial*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

QUERINO, Manuel. *A Bahia de outrora*. Salvador: Imprensa Oficial, 1946.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *Sociologia e folclore: a dança de São Gonçalo num povoado bahiano*. Salvador: Imprensa Vitória, s/d.

RAMOS, João. [Fotografias de Maragogipe]. [195-]. Fotografias

REDEMPÇÃO. Maragogipe, ano III, 1933, n. 47 e 59.

_____. Maragogipe, ano VI, 1936, n. 173, 189.

_____. Maragogipe, ano VII, 1936, n. 205, 210.

REIS, Liana Maria e BOTELHO, Angela Vianna. *Dicionário histórico do Brasil; Colônia e Império*. Belo Horizonte: Dimensão, 1998.

REVISTA MARAGOGIPE. "Município Promissor: Um Prefeito Honesto e Operoso realiza o milagre da sua total transformação". Maragogipe, agosto de 1942.

RISÉRIO, Antonio. *Uma história da cidade da Bahia*. 2 ed. Rio de Janeiro: Versal, 2004.

ROSSI, Aldo. *Arquitetura da cidade*; tradução de Eduardo Brandão. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

SÁ, Fernando dos Santos. *Coleção cultura de Maragogipe: Maragogipe no tempo e no espaço*. Maragogipe-Ba: Prefeitura Municipal de Maragogipe, 2001.

_____. *História de uma igreja*. Maragogipe-Ba, 1994 [].

SÁ, Osvaldo dos Santos. *Histórias menores (capítulos da história de Maragogipe)*. São Félix-BA: Gráfica e Editora ODEAM Ltda., 1981- 1983. [vs. I, II e III].

SAMPAIO, Antônio Heliodório Lima. *Formas urbanas: cidade-real & cidade-ideal; contribuição ao estudo urbanístico de Salvador*. Salvador: Quarteto Editora/PPG/AU, Faculdade de Arquitetura da UFBA, 1999.

SAMPAIO, Teodoro. *O tupi na geografia nacional*. 4 ed. Salvador: Câmara Municipal de Salvador. 1955.

SANTOS, Emília Simeão. [*Memórias escritas de D. Emília Simeão Santos*]. Maragogipe, [198-?].

SANTOS, Isabella Aragão Melo. *Residências modernas das cidades de Aracaju e Maceió da década de 50 a 60: bairros São José e Farol. Semelhanças e discrepâncias*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2006. (Trabalho final da disciplina Universalidade e Diversidade do Movimento Moderno - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFBA).

SANTOS, Milton. *A rede urbana do Recôncavo*. Salvador: Imprensa Oficial da Bahia, 1959.

_____. "A rede urbana do Recôncavo". In: BRANDÃO, Maria de Azevedo (org). *Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição*. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado; Academia de Letras da Bahia; Universidade Federal da Bahia, 1998, p. 61-87.

SANTOS, Paulo. *Formação de cidades no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.

SILVA, Ignacio Accioli de Cerqueira e. *Memorias historicas e politicas da provincia da Bahia*. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1919, [vs.I, III, IV].

SILVA, Maria Angélica. *Arquitetura Moderna: a atitude alagoana*. Maceió: SERGASA, 1991.

SOUZA, Ronaldo Pereira de. “O Santo”. In: *Bando da Festa de 2005*. Maragogipe, agosto de 2005.

SOUZA, Guaraci Adeodato Alves de. *A população do Recôncavo Baiano*. Salvador: Centro de Recursos Humanos - UFBA, 1976.

SUERDIECK, 1892-1946. Maragogipe: Suerdieck, [1946?].

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA – SEI. *Base cartográfica digital – R1/BA*; mapeamento topográfico sistemático. Salvador. Escala 1:100.000. Formato digital, compatível com AutoCad.

TAUNAY, Affonso de E. “Na Bahia colonial, 1610-1761”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1924, [tomo 90, v. 144].

TAVARES, Luiz Henrique Dias. *História da Bahia*. São Paulo: EDUSP; Salvador-BA: EDUFBA, 2001.

TEIXEIRA, Cid. *Salvador: História visual*. Salvador: Correio da Bahia, 2001, p. 28. [Fascículo 7]

TRINDADE, Héglio. *Integralismo; o fascismo brasileiro na década de 30*. 2 ed. São Paulo/Rio de Janeiro: DIFEL, 1979.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. “Os agentes modeladores das cidades brasileiras no período colonial” In: CASTRO, Iná; GOMES, Paulo César; CORREIA, Roberto (Orgs.). *Explorações Geográficas; percursos no fim do século*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1997, p. 247-278.

VIDE, Sebastião Monteiro da. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahial/feitas, ordenadas pelo ilustríssimo e reverendíssimo D. Sebastião Monteiro da Vide*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2007.

WEBER, Max. “Conceito e categorias da cidade”. In: VELHO, Gilberto (org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

VILHENA, Luis dos Santos. [Cartas XII e XIII]. Salvador, [18--].

_____. *Recompilação de notícias soteropolitanas e brasilicas*. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1921. [Livro II, ano 1802].

ZORZO, Francisco Antônio. “O movimento de tráfego da empresa da Estrada de Ferro Central da Bahia e seu impacto comercial: das iniciativas privadas inaugurais à encampação estatal (1865-1902)”. *Sitientibus*. Feira de Santana/BA, 2002, p. 63-77. In: http://www.uefs.br/sitientibus/pdf/26/o_movimento_de_trafego_da_empresa_da_estrada_de_ferro.pdf. (Acesso: mai de 2009).

_____. “Retornando à história da rede viária baiana: o estudo dos efeitos do desenvolvimento ferroviário na expansão da rede rodoviária da Bahia (1850-1950). *Sitientibus*. Feira de Santana/BA. Nº 22, p. 99-115, jan./jun. 2000. http://www.uefs.br/sitientibus/pdf/22/retornando_a_historia_da_rede_viaria.pdf (Acesso: abr de 2010).

ANEXO A – Vista panorâmica da cidade de Maragogipe, 1974 e 2003



Fonte: PREFEITURA DE MARAGOGIPE, 1974. Nº 1 [].



Fonte: IBAMA. 2003. Foto aérea. Nº 129. Dimensões: 1024X768.
Tipo: imagem no formato JPEG. Tamanho: 382KB.

ANEXO B – Maragogipe, por João Ramos [195-]



Praça da Bandeira - Praça Getúlio Vargas



Caminho do Cai-já - Rua Felipe de Melo



Vista panorâmica da cidade



R. Rodrigues Lima – Percialiana de Albergaria



Largo das Palmeiras - Plácido Rocha



Largo do Porto – Praça Brigadeiro Seixas

ANEXO C – Igreja Matriz de São Bartolomeu, por João Ramos [195-]



Interior da Sacristia lateral direita



Altar-mor



Presépio

ANEXO D – Cópia da 1ª página do Jornal NOVA ERA, nº 398, 23 out 1897.

NOVA ERA

Orgão Noticioso, Litterario e Commercial

Proprietario--- Manoel Villas-Novas de Silveira

Assignaturas no municipio por serie de 8 n.º. 1\$, fóra do municipio 1\$100 todo pagamento adiantado

—Anno 8º | Maragogipe, Estado da Bahia, Sabbado 23 de Outubro de 1897 | N. 398—

NOVA ERA

Maravilhoso!

Está salva a patria! O mirabolante sr. Bernardino de Campos, esse grande, enorme, immenso e incommensuravel republicano desta republica pintada de verde e actual ministro da fazenda acaba de descobrir a pedra philosophal com que ha de ser resolvido o difficil problema do resgate do papel moeda e melhoria da situação financeira do paiz!

O egregio estadista depois do profundo e acuradissimo estudo, organisou lá o seu plano e o propoz em reunião ministerial.

Eis as sabias medidas que aquella cerebração mascula achou que devem ser adoptadas:

Aumento dos impostos já existentes e a criação de outros novos, entre os quaes um de CAPITAÇÃO NA RAZÃO DE 20\$000 POR HABITANTE!

Naturalmente o *sapientissimo* ministro da fazenda entende lá no seu bestunto que os 16 milhões de habitantes do paiz são outros tantos Bernardinos de Campos, Prudentes, etc. Isto é, 16 milhões de ocultos que passam o tempo a triumphar a vida agarrados á teta do orçamento, e cujo unico trabalho consiste em encher o bandulho a custa das miserias do povo e em salvar a patria machinando asnidades de semelhante quilate.

Todos, exceptuados apenas os diplomatas, os consules, as praças de pret e os mendigos, estão em condições de entrar annualmente com 20\$ para o Thesouro nacional!

E' até onde chega a ignorancia dos ministros das duzias, dos financeiros de meia ligella desta situação pifia!

Naturalmente o *grande patriota*, que do Brazil só conhece os salões aristocraticos de S. Paulo e do Rio e a rua do Ouvidor e

que nunca vio o operario, o jornaleiro, mourejar 12 horas por dia para ganhar nos dias uteis uma quantia insignificante, uns dez tostões cu pouco mais, ou sejam 30\$ mensaes, já fez as suas contas e calculou que com o imposto de 20\$ por cabeça podem entrar annualmente para o Thesouro 320 mil contos de réis, mais conto, menos conto, e que o Brazil tornar-se ha um immenso Paciolo, assombrando o mundo inteiro com a sua pasmosa riqueza!

E o jornaleiro (que em caso nenhum pode ser considerado mendigo) que tem uma familia as vezes de 10, 12 ou mais pessoas, que pague 200\$000 por anno e dê um viva ao sr. Bernardino de Campos porque ainda lhe ficam 100\$ para durante um anno vestir-se e sustentar-se com a familia!

Nove decimas partes, pelo menos, da população do Brazil, acham-se em identicas condições, mas o sr. Bernardino de Campos não quer saber disso. Salve-se a Republica, gritam de todos os lados, e o ministro da fazenda quer salva-la afogando-a em ouro, e fazendo jus ao titulo de benemerito.

Uma estatua ao sr. Bernardino de Campos! uma estatua, ainda que seja de guano!

Pobre republica! has de ficar fresca com taes salvadores!

Da Gazeta Caxiense.

Noticiario

Casamento

Per comunicação dirigida a esta cidade, sabemos que no dia 18 de Setembro p. passado, o nosso conterraneo Porfirio Martins Barbosa Filho, residente no Amazonas, casou-se com a exm. sr. D. Philomena Diniz Barboza.

Novo jornal

Brevemente apparecerá a luz da publicidade, n'esta cidade, um novo jornal com o titulo de—*Novo Seculo*.

Será redactoriado pelos illustres cidadãos: Conego Oliveira Lopes, Dr. Macedo Costa, Professores Ernestino Barbosa, Arthur Franklin e Capitão Getulio Tourinho.

Seja bemvindo, são os nossos desejos.

Fallecimento

Na noite de 18 do corrente falleceu o artista Boaventura José Nunes.

Dezamos aos seus parentes.

Ao «Paiz» dirigiram a seguinte carta: «No meio de todas essas manifestações e discursos officiaes, resulta uma coisa:—é a obstinação em fazer-se dessa revolta monarchica, concretizada no antro de Canudos, uma questão de simples fanatismo.

O dr. Prudente de Moraes, por vezes tem usado da palavra nos cumprimentos officiaes e em nenhuma occasião ainda deixou perceber que considerava a tremenda campanha nos sertões bilianios como um movimento armado contra a republica!

Nenhuma palavra que revelasse o proposito em que s. ex. devia estar de proceder a um inquerito rigoroso sobre as causas desse movimento, seu fim e de que modo os jagunços puderam obter o armamento de que usaram e o cartuchame que queimaram em tão extraordinaria quantidade, a ponto de durante quasi um anno, enfrentarem um exercito de 8 mil homens sem nunca cessar o fogo.

Com o ultimo echo de ultimo tiro republicano, desapareça tambem a lembrança desse velho mentecapto que conseguiu reunir em torno delle milhares de individuos armados com o unico fim de baterem-se fanaticamente pelo seu ideal religioso.

Pouco importa á Republica que o armamento e o cartuchame gaste em tão assombrosa quantidade, fosse ou não fornecido por monarchistas dinheirosos.

Está acabada a luta; e confraternisemos todos, monarchistas ou não, plásticos, encapotados ou embuçados, e cantemos os hymnos do triumpho! O es-

ANEXO E – Cópia da 1ª página do Jornal ARQUIVO, nº 199, 25 mar 1970

Redação e administração:
VILY BELEM, 108
Maragogipe, I da Bahia

ARQUIVO

Oswaldo S.

Composto e impresso na
Escola Gráfica N. Senhora
de Loreto — SALVADOR

ORGÃO INDEPENDENTE NOTICIOSO
FUNDADOR E DIRETOR: BARTOLOMEU AMERICANO

ANO 19

Maragogipe (Bahia), 25 de Março de 1970

N. 199

Presidente MÉDICI fala aos Brasileiros

...Ao brasileiro distante — a todo aquele que eu não conheço, ao que nunca falou comigo e a tantos que sequer me viram ou me ouviram — venho trazer a saudação do novo Presidente; que, sentindo um homem igual à todo homem de minha terra, a tin me cae, porém, conduzir a nação a seus destinos nesses outros primeiros anos da década de 70.

Trago omigo, e disso faço minha força maior, a confiança a dever bem cumprido no coração de cada um, no respeito à lei, no amor à ordem, na ânsia de aperfeiçoamento moral e cultural, na hábito bom da previdência e da poupança, no firme propósito de produzirmos sempre mais em proveito do Brasil.

Seja-me solidário no idealismo, na constância, na resistência, no despreendimento, na luta infatigável com que, construindo o presente e o futuro e o de sua gente, todo homem ajuda a construir o futuro do silêncio de seu lar, a grandeza deste país.

Vou colaborar com a nação brasileira que, em troca do apoio e da colaboração do homem do povo, darei as energias todas de minha vida, de paz, de tranquilidade, de segurança e de progresso, para justificar de minha devoção ao bem público e à defesa inarredável do interesse nacional.

O Brasil é uma cidade de trabalho — sua inteligência e seu caráter, sua capacidade de trabalho — sua vontade, sua determinação.

O novo Presidente conta com o seu apoio, com a sua participação, com a sua confiança, para que você e o Brasil possam contar com ele.

Brasília, dezembro 1969

Emílio Garrastazu Médici
Presidente da República

Texto Aniversário Revolução 1964

Celebrar-se-ão no dia 31 comemorações ao sexto aniversário da Revolução de 1964, quando o Exército, Marinha e Aeronáutica puzeram termo nos desmandos do Governo Goulart.

Após arrancada militar e fuga do Presidente João Belchior Goulart e seus apaniguados, residiram o Governo da República, o Marechal Castelo Branco, o Marechal Artur Costa e Silva

e, atualmente, o General Emílio Garrastazu Médici. Programadas várias solenidades em todo território nacional em comemoração ao feito revolucionário pelas Forças Armadas. As Prefeituras, os Colégios, as Associações de Classe, entre 31 a 3 de abril prestarão homenagens a Revolução Democrática que salvou o Brasil da baderna, política, da corrupção e da subversão.

Semana Santa

A Igreja Católica celebra esta semana os Ofícios religiosos da Semana Santa.

Na Matriz de São Bartolomeu desta Paroquia, o Mons. Floriano José de Souza, nosso vigário, e seus acolitos, celebraram os atos quaresmal. Os fieis ritos com a Fé e a Religião cristão, farão sua desobrigação anual.

Sexta-feira, Procissão do Senhor Morto percorrerá as principais arterias da cidade, com avultado número de fiéis e várias Irmandades.

Sábado à meia-noite, celebrará a Missa da Ressurreição, quando se cantará ALELUIA! ALELUIA!

Drama diário da População Lata d'água na cabeça



A população maragogipana sofre quotidianamente a falta d'água encanada para os misteres domésticos, especialmente para beber. Indo buscá-la nas cacimbas, água saloba, impura, e é esta a cena que a foto dá notícia, divulgação pitoresca, digamos assim. Espetáculo que se registra diariamente, desde ao amanhecer até horas altas da noite, mulheres e crianças lutando por uma lata ou panela d'água, nesta quarentenária cidade de Maragogipe.

Uma esperança, fielmente nos chega, e bem feliz se ela chegar na realidade, conforme divulgação de jornais da capital e confirmação do Sr. Prefeito Plínio Guedes, no próximo mês de abril o SESEB irá dar início as obras

de construção do Serviço de Abastecimento Dagua, cujos estudos e planejamentos já se demora cerca de quinze anos, numa promessa de governo, sem entretanto lograr o êxito objetivo ao interesse da comunidade e seus habitantes.

O povo maragogipano espera confiante que o Exmo. Sr. Luiz Viana Filho, Governador do Estado, deixe em nossa cidade um marco de sua operosa passagem na alta administração do Estado. E, assim, se recolham as "latas" as "latas d'água na cabeça", desafogando a todos, humildes e abastados, da luta na aquisição da preciosa linha substituível.

(Texto de Badadau, Foto do "Major").

Reservistas prestaram juramento

Em solenidade pública na manhã de 6 do corrente mês, com a presença do Capitão Arlindo Barbosa da Silva, Chefe do Alistamento Militar, nesta região, cerca de 73 rapazes prestaram juramento e receberam

seus certificados de reservista de 3.ª categoria.

O Tiro de Guerra de Cachoeira, o Ginásio Simões Filho e Colégio Almirante Tamandaré, ambos desta cidade, e autoridades locais, prestigiaram a solenidade civico-militar.

SUPERINTENDENTE ASSUMIU

O Sr. Raimundo Eloi de Almeida, assumiu em dias deste mês. Superintendência das Fábricas da Empresa Suerdick, tendo na ocasião, nesta cidade, o Sr. Raimundo Eloi, que há anos geriu com alto gabarito os negócios da firma na fábrica local, foi recebido pelos funcionários e operários com viva demonstração de estima e apre-

ÚLTIMA HORA

Prefeito Assinou Convênio

Melhor esperança nos infunde a promessa de água canalizada para a cidade, já agora, nesta altura do ano, o Sr. Prefeito Plínio Guedes vem de assinar na última semana, em Salvador, o Convênio com a SESEB, para início das obras.

